

Análise da Cadeia de Valor da Pesca na Guiné-Bissau

Eduardo Fontenele
Helena Farrall
Marina Temudo
Midana Sambu
António Guerreiro de Brito
Ludovic Andres

September 2025



A *Value Chain Analysis for Development* (VCA4D) ou Análise de Cadeias de Valor para o Desenvolvimento é uma ferramenta criada pela Comissão Europeia/INTPA e implementada em parceria com a Agrinatura.

A Agrinatura (<http://agrinatura-eu.eu>) é a Aliança Europeia de Universidades e Centros de Investigação envolvidos em investigação agrícola e capacitação para o desenvolvimento.

Pretende-se que a informação e conhecimento produzidos pelos estudos das cadeias de valor apoie as Delegações da União Europeia e os seus parceiros no diálogo político, investindo em cadeias de valor e numa melhor compreensão das mudanças ligadas às suas acções.

O programa VCA4D utiliza uma moldura metodológica sistemática para analisar cadeias de valor em agricultura, pecuária, pesca, aquacultura e agro-floresta. Mais informação, incluindo relatórios e material de comunicação pode ser consultada em:

<https://europa.eu/capacity4dev/value-chain-analysis-for-development-vca4d->

Para este estudo VCA4D, a COLEAD (<https://www.colead.link/>) forneceu informações sobre as tendências dos mercados nacionais, regionais e internacionais, bem <https://www.colead.link> como elementos ou fontes complementares úteis.

Composição da equipa:

Eduardo Fontenele, Economista, Chefe da Missão (UFC – Universidade Federal do Ceará)

Helena Farrall, Expert Ambiental (ISA – Instituto Superior de Agronomia)

Marina Temudo, Expert Social (ISA – Instituto Superior de Agronomia)

Midana Sambu, Expert Nacional (Consultor Nacional)

António Guerreiro de Brito, Expert Ambiental (ISA – Instituto Superior de Agronomia)

Ludovic Andres, (ISTOM – École Supérieure d'Agro-Développement International)

Este relatório foi produzido com o apoio financeiro da União Europeia.

O relatório foi solicitado através da Delegação da União Europeia em Guiné Bissau, e implementado em parceria com o consórcio Agrinatura, no âmbito de um projecto financiado pela União Europeia (VCA4D CTR 2017/392-417).

O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade dos seus autores e não reflecte necessariamente as posições da União Europeia.

Citação deste relatório: Fontenele, E., Farrall, H., Temudo, M., Sambu, M., Guerreiro de Brito, A., Andres, L., 2025. Análise da Cadeia de Valor da Pesca na Guiné Bissau. Relatório para a União Europeia, DG-INTPA. Value Chain Analysis for Development Project (VCA4D CTR 2017/392-417), 168p + anexos.

Apoio da Unidade de Gestão de Projeto VCA4D

Frédéric Lançon | Metodologia e Software de análise económica (AFA)

Giorgia Mei, Olimpia Orlandoni | Gestão de Projeto e Design Gráfico

INDICE

| | |
|--|----|
| ACRÓNIMOS, ABREVIATURAS E SÍMBOLOS | 7 |
| SUMÁRIO EXECUTIVO | 8 |
| 1. INTRODUÇÃO, OBJECTIVOS E METODOLOGIA GERAL | 16 |
| 1.1. CONTEXTO DO ESTUDO | 16 |
| 1.2. QUESTÕES-CHAVES E OBJECTIVOS..... | 17 |
| 1.3. METODOLOGIA GERAL | 18 |
| 1.3.1. Programa de execução dos trabalhos | 19 |
| 1.3.2. Metodologia VCA4D..... | 20 |
| 1.3.3. Escopo da Análise da Cadeia de Valor da Pesca na Guiné-Bissau..... | 22 |
| 1.3.4. Recolha de Dados | 22 |
| 2. ANÁLISE FUNCIONAL | 24 |
| 2.1. GUINÉ-BISSAU: ENQUADRAMENTO GERAL..... | 24 |
| 2.1.1. Aspectos Geográficos e Populacionais na Guiné-Bissau..... | 24 |
| 2.1.2. Desafios e Oportunidades da Economia da Guiné-Bissau: Dependência Comercial e Necessidade de Diversificação a Guiné-Bissau..... | 25 |
| 2.1.3. Quadro Legal e Institucional da Guiné-Bissau | 26 |
| 2.1.4. O Papel Estratégico do Setor das Pescas no Contexto Socioeconómico da Guiné-Bissau: Atualizações e Perspetivas | 29 |
| 2.2. MAPEAMENTO DA CADEIA DE VALOR DA PESCA | 30 |
| 2.3. ATORES DA CADEIA DE VALOR DA PESCA | 31 |
| 2.4. TIPOLOGIA DE ATORES E CIRCUITOS DE DISTRIBUIÇÃO DA CADEIA DE VALOR DA PESCA | 36 |
| 2.5. O BALANÇO RECURSOS-EMPREGOS DOS PRODUTOS DA PESCA EM NÍVEL NACIONAL..... | 38 |
| 3.1 INTRODUÇÃO | 52 |
| 3.2 ANÁLISE FINANCEIRA DOS PRINCIPAIS AGENTES | 52 |
| 3.2.1. Resultados das Análises Financeiras dos Agentes | 54 |
| 3.2.2. Síntese dos Resultados das Análises Financeiras por Arquétipo | 60 |
| 3.3 Efeitos na Economia Nacional | 63 |
| 3.3.1. Consolidação das Contas da Cadeia de Valor (Cálculo do Valor Acrescentado Directo) | 63 |
| 3.3.2. Cálculo dos Efeitos Totais (Cálculo do Valor Acrescentado Directo + Indirecto)..... | 69 |
| 3.3.3. Contribuição da Cadeia de Valor ao PIB | 72 |
| 3.3.4. Efeitos de encadeamento na economia doméstica | 73 |
| 3.3.5. Contribuição da Cadeia de Valor à Balança Comercial | 73 |
| 3.3.6. Contribuição da Cadeia de Valor às Finanças Públicas..... | 74 |
| 3.4 SUSTENTABILIDADE E VIABILIDADE DA CADEIA DE VALOR NA ECONOMIA GLOBAL..... | 76 |
| 3.5 RESPOSTA À QUESTÃO ESTRUTURANTE 1 | 78 |
| 4. O CRESCIMENTO ECONÓMICO É INCLUSIVO? (QS2) | 80 |
| 4.1 DISTRIBUIÇÃO DA RENDA E IMPACTO NAS POPULAÇÕES VULNERÁVEIS..... | 80 |

| | |
|--|-----------|
| 4.2 DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO | 80 |
| 4.2.1 Emprego na Pesca Artesanal..... | 81 |
| 4.2.2 Emprego na Pesca Industrial..... | 82 |
| 4.2.3 Emprego na Distribuição/ Transformação | 83 |
| 4.2.4 Emprego permanente consolidado na cadeia de valor da pesca..... | 85 |
| 4.3 RESPOSTA A QUESTÃO ESTRUTURANTE 2 | 87 |
| 5. COMPONENTE SOCIAL DA CADEIA DE VALOR DAS PESCAS | 88 |
| 5.1. OBJECTIVOS E METODOLOGIA GERAL..... | 88 |
| 5.2. AS CONDIÇÕES DE TRABALHO EM TODA A CADEIA DE VALOR SÃO SOCIALMENTE ACEITÁVEIS E SUSTENTÁVEIS? | 88 |
| 5.2.1 Respeito pelos direitos do trabalho | 89 |
| 5.2.2. Trabalho infantil..... | 91 |
| 5.2.3 Segurança no trabalho..... | 92 |
| 5.2.4 Atratividade | 93 |
| 5.3 OS DIREITOS À TERRA E À ÁGUA SÃO SOCIALMENTE ACEITÁVEIS E SUSTENTÁVEIS?..... | 94 |
| 5.3.1. Adesão às Diretivas Voluntárias (VGGT)..... | 95 |
| 5.3.2. Transparência, Participação e Consulta..... | 97 |
| 5.3.3. Igualdade, Compensação e Justiça | 98 |
| 5.4. A IGUALDADE DE GÉNERO EM TODA A CADEIA DE VALOR É RECONHECIDA, ACEITE E MELHORADA? .. | 100 |
| 5.4.1. Actividades económicas..... | 100 |
| 5.4.2 Acesso a recursos e serviços | 101 |
| 5.4.3 Poder de decisão e controle do rendimento..... | 102 |
| 5.4.4 Liderança e empoderamento..... | 103 |
| 5.4.5 Dureza e divisão do trabalho | 103 |
| 5.5. AS CONDIÇÕES ALIMENTARES E NUTRICIONAIS SÃO ACEITÁVEIS E SEGURAS?..... | 104 |
| 5.5.1. Disponibilidade | 104 |
| 5.5.2 Acessibilidade..... | 105 |
| 5.5.3 Utilização e adequação nutricional | 106 |
| 5.5.4 Estabilidade | 107 |
| 5.6. O CAPITAL SOCIAL É MELHORADO E DISTRIBUÍDO EQUITATIVAMENTE POR TODA A CADEIA DE VALOR?109 | |
| 5.6.1 Força das organizações dos produtores..... | 109 |
| 5.6.2. Informação e confiança | 109 |
| 5.6.3. Envolvimento Social..... | 110 |
| 5.7 ATÉ QUE PONTO AS PRINCIPAIS INFRAESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS SÃO ACEITÁVEIS? AS OPERAÇÕES DE CADEIA DE VALOR DA PESCA CONTRIBUEM PARA A SUA MELHORIA? | 110 |
| 5.7.1 Serviços de saúde | 110 |
| 5.7.2 Habitação..... | 111 |
| 5.7.3 Educação e Formação | 111 |
| 5.7.4 Mobilidade..... | 112 |

| | |
|--|-----|
| 6. A CADEIA DE VALOR É SUSTENTÁVEL DO PONTO DE VISTA AMBIENTAL ? (QS4) | 119 |
| 6.1. ANÁLISE AMBIENTAL DA PESCA NA GUINE BISSAU: OBJECTIVO | 119 |
| 6.2 ECOSISTEMAS E BIODIVERSIDADE | 119 |
| 6.2.1 Panorama das políticas, instrumentos e intervenções nacionais para a conservação do ambiente costeiro e marinho implementadas na GNB | 120 |
| 6.2.2 Ameaças aos ecossistemas e à biodiversidade | 121 |
| 6.2.3 Estado dos stocks marinhos e certificação de pescas e produtos do mar..... | 124 |
| 6.3 ANÁLISE DO CICLO DE VIDA: LIMITES DO SISTEMA DO ESTUDO ACV | 126 |
| 6.4 INVENTÁRIO DO CICLO DE VIDA (ICV)..... | 128 |
| 6.5 RESULTADOS: AVALIAÇÃO DO IMPACTE DO CICLO DE VIDA..... | 130 |
| 6.5.1 Análise dos impactes..... | 131 |
| 6.5.2 Alterações climáticas: potencial de aquecimento global | 134 |
| 6.5.3. Qualidade dos dados | 135 |
| 6.6 CONCLUSÕES: RESPOSTA À PERGUNTA: É A CADEIA DE VALOR SUSTENTÁVEL DO PONTO DE VISTA AMBIENTAL? | 136 |
| 7. SÍNTESE E RECOMENDAÇÕES | 138 |
| 7.1. RESPOSTAS ÀS QUESTÕES ESTRUTURANTES..... | 138 |
| 7.1.1. Qual é a contribuição da cadeia de valor para o crescimento económico?..... | 138 |
| 7.1.2. Este crescimento económico é inclusivo ?..... | 140 |
| 7.1.3. A cadeia de valor é sustentável do ponto de vista social?..... | 141 |
| 7.1.4. A cadeia de valor é sustentável do ponto de vista ambiental? | 142 |
| 7.2. Resumo das vantagens e dos impactos negativos..... | 144 |
| 7.3. RECOMENDAÇÕES | 148 |
| 7.3.1 Fortalecer a Direção-Geral de Formação e Apoio ao Desenvolvimento das Pescas (DGFAD) em Recursos Humanos e Financeiros..... | 148 |
| 7.3.2 Aperfeiçoar o Licenciamento e a Regulação da Pesca Artesanal (DGPA) | 149 |
| 7.3.3 Fortalecer o Licenciamento e Controlo da Pesca Industrial (DGPI)..... | 150 |
| 7.3.4 Incrementar a Investigação e Produção de Dados Estatísticos (INIPO)..... | 151 |
| 7.3.5 Reforçar a Fiscalização e Controlo das Atividades de Pesca (INFISCAP)..... | 152 |
| 7.3.6 Melhorar a Infraestrutura de Pós-Captura e Beneficiamento (DGFAD, DGPA, INFISCAP)..... | 152 |
| 7.3.7 Reforçar a Aquacultura Comunitária na Zona Leste (DGFAD, INIPO) | 154 |
| 7.3.8 Reabilitar e Modernizar o Centro de Formação Profissional de Pesca – Bolama (DGFAD)..... | 155 |
| 7.3.9 Instituir e Fortalecer Conselhos Locais de Cogestão Pesqueira e de Recursos Halieuticos (DGFAD, DGPA, INIPO)..... | 156 |
| 7.3.10 Construir Entreposto Logístico Nacional de Exportação Refrigerado (DGFAD, em colaboração com DGPI e DGPA) | 156 |
| 7.3.11 Desenvolver Fundo Nacional de Desenvolvimento Pesqueiro e Aquícola (FNDPA)..... | 157 |
| 7.4 TEMAS/ASSUNTOS QUE MERECEM APROFUNDAMENTO | 158 |
| 7.5 CONCLUSÃO | 160 |
| REFERÊNCIAS | 163 |

| | |
|--|-----|
| 8. ANEXOS | 169 |
| 8.1 PROGRAMA E LISTA DE ENTIDADES CONTACTADAS NAS MISSÕES TÉCNICAS | 169 |
| 8.2 LISTA DOS PORTOS DE DESEMBARQUE POR ZONA | 172 |
| 8.3 CONTAS INDIVIDUAIS DOS ACTORES (ANÁLISE FINANCEIRA) | 176 |
| 8.4 INFORMAÇÕES SOBRE A METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE ACV DA PESCA NA GUINÉ-BISSAU. | 191 |
| 8.4.1 Critérios de afetação e de corte..... | 193 |
| 8.4.2 Seleção da metodologia AICV e das categorias de impacte | 193 |
| 8.4.3 Software e base de dados | 194 |
| 8.5 CATEGORIAS DE IMPACTE DA METODOLOGIA ENVIRONMENTAL FOOTPRINT (V.3.1, 2022) | 194 |
| 8.6 INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR AO ICV | 195 |
| 8.7 RESULTADOS DETALHADOS DA ACV | 197 |

Índice de Quadros

| | |
|--|-----|
| Quadro 1-1: Questões de referência e questões-chave objecto do projecto VCA4D. | 18 |
| Quadro 2-1: Guiné-Bissau - Principais indicadores económicos e sociais | 25 |
| Quadro 2-2: Evolução da produção da pesca artesanal de Guiné-Bissau, 2011-2022. Dados estimados em toneladas. | 39 |
| Quadro 2-3: Distribuição regional da produção da pesca artesanal de Guiné-Bissau (2022). | 40 |
| Quadro 2-4: Produção artesanal total, por Tipo de pesca, em Guiné-Bissau, 2022 – em toneladas..... | 41 |
| Quadro 2-5: Importações de pescado em Guiné-Bissau, 2019-2022 – em toneladas..... | 43 |
| Quadro 2-6: Exportações de pescado em Guiné-Bissau, 2019-2022 – em toneladas | 44 |
| Quadro 2-7: Valores relativos e absolutos de peixe processado artesanalmente, por região..... | 47 |
| Quadro 2-8: Fatores de conversão assumidos para os processos artesanais de fumagem, de salga e secagem e para um processo global de transformação de pescado..... | 47 |
| Quadro 2-9: Elementos de oferta, da procura e do balanço entre oferta e procura de produtos resultantes da pesca na Guiné Bissau (ano de referência: 2022). | 48 |
| Quadro 3-1: Síntese dos Atores da Análise Financeira | 53 |
| Quadro 3-2: Síntese dos Indicadores de Desempenho Financeiro dos Actores (montantes financeiros em milhares de FCFA, excepto Valor Acrescentado expresso em FCFA/kg | 62 |
| Quadro 3-3: Fluxo Físico dos Actores (em toneladas)..... | 64 |
| Quadro 3-4: Conta Consolidada da Cadeia de Valor da Pesca da Guiné-Bissau (Valor Acrescentado Directo) | 65 |
| Quadro 3-5: Decomposição do Valor dos Bens e Serviços em Importações e Valor Acrescentado Indirecto (milhões FCFA) | 70 |
| Quadro 3-6: Síntese do Valor Acrescentado Total (Directo + Indirecto) (milhões FCFA) | 71 |
| Quadro 3-7: Contas Nacionais – Óptica da Produção (milhões FCFA, preços correntes)..... | 72 |
| Quadro 4-1: Empregos Permanentes na Pesca Artesanal | 82 |
| Quadro 4-2: Empregos Permanentes Totais na Pesca Artesanal: Frota motorizada, a Remo e Pesca a pé..... | 82 |
| Quadro 4-3: Pesca industrial: estimativa do pessoal nacional a bordo em 2022 | 83 |
| Quadro 4-4: Estimativa de Empregos Permanentes na Distribuição/Transformação..... | 84 |
| Quadro 4-5: Consolidação do número de empregos permanentes na cadeia de valor da pesca em 2022..... | 85 |
| Quadro 5-1: Condições de trabalho | 94 |
| Quadro 5-2: Direitos à Terra e Água | 99 |
| Quadro 5-3: Igualdade de Género | 104 |
| Quadro 5-4: Segurança Alimentar e Nutricional | 108 |
| Quadro 5-5: Capital Social | 110 |
| Quadro 5-6: Condições de Vida | 113 |
| Quadro 5-7: Quadro Síntese da Análise Social | 115 |
| Quadro 6-2: domínios de protecção, parâmetros e unidades utilizados no recipe 2016 v.01.10..... | 129 |

| | |
|--|-----|
| Quadro 6-3: Inventário Resumido Do Ciclo De Vida Do Processamento Artesanal De Peixe Fresco, De Peixe Fumado E De Peixe Seco Salgado E Ainda Do Processamento Industrial De Peixe Congelado Na Guiné-Bissau (Ano De Referência: 2022)..... | 130 |
| Quadro 6-4: Emissões de Co2 equivalente relativas à Componente da Cadeia de Valor da Pesca Artesanal | 135 |
| Quadro 6-5: Emissões de Co2 dquivalente relativas à Componente da Cadeia De Valor da Pesca Industrial..... | 135 |
| Quadro 6-6: Emissões de Co2 dquivalente da Cadeia De Valor na GNB (Ano de Referência: 2022) | 135 |
| Quadro 8-1: Lista dos portos de desembarque por zona - Zona Norte 1 (João Landim/Varela)..... | 172 |
| Quadro 8-2: Lista dos portos de desembarque por zona - Zona Norte 2 (Safim/Bissau)..... | 173 |
| Quadro 8-3: Lista dos portos de desembarque por Zona - Zona Sul | 174 |
| Quadro 8-4: Lista dos portos de desembarque por Zona Insular (Bolama-Bijagós) | 175 |

Índice de Figuras

| | |
|---|-----|
| Figura 1-1: Esquema programático do projecto VCA4D na Guiné-Bissau..... | 19 |
| Figura 1-2: Localidades visitadas no decurso da 1ª Missão (7 a 21 de Janeiro de 2025)..... | 20 |
| Figura 2-1: Mapa da Guiné-Bissau..... | 24 |
| Figura 2-2: Cadeia de valor da pesca na região Norte da Guiné Bissau (Ilondé, Quinhamel, Ondame, Caió e Cacheu) | 37 |
| Figura 2-3: Cadeia de valor da pesca na região Bijagós da Guiné Bissau (bubaque e uracane) | 37 |
| Figura 2-4: Cadeia de valor da pesca em Bissau | 38 |
| Figura 2-5: Cadeia de valor da pesca na região sul da Guine-Bissau (bolama, buba e cacine) | 38 |
| Figura 2-6: Evolução do total de desembarques no período 2010 – 2023 (Fonte: Sobrino et al, 2024) | 42 |
| Figura 2-7: Evolução dos desembarques por tipo de frota no período 2010 – 2023 (Fonte: Sobrino et al, 2024)..... | 42 |
| Figura 2-8: Quantidade de produtos do mar importados pela Guiné-Bissau entre 2014 e 2018, valores globais (incluindo despesa em US\$) e por países de destino (Fonte: COMTRADE, dados espelho, disponíveis em Maio 2025). | 44 |
| Figura 2-9: Quantidade de produtos do mar exportados pela Guiné-Bissau entre 2014 e 2022, valores globais (incluindo receita em US\$) e por países de destino (Fonte: COMTRADE, dados espelho, disponíveis em Maio 2025). | 46 |
| Figura 2-10: Diagrama de Fluxo de Materiais e Economia da Cadeia de Valor da Pesca da Guiné-Bissau (2022)..... | 51 |
| Figura 3-1: Valor Acrescentado Direto (em milhares de FCFA) | 66 |
| Figura 3-2: Contribuição ao Valor Acrescentado Direto por segmento da cadeia (em %) | 67 |
| Figura 3-3: Participação do Valor Acrescentado Direto (em %) | 67 |
| Figura 3-4: Distribuição do Valor Acrescentado Direto (em %)..... | 68 |
| Figura 3-5: Valor Acrescentado Total e Importações Totais (em %)..... | 71 |
| Figura 3-6: Distribuição do Valor Acrescentado Total por Segmento da Cadeia (em %)..... | 71 |
| Figura 3-7: Distribuição do Valor Acrescentado Total (em %)..... | 72 |
| Figura 3-8: Contribuição Fiscal da Cadeia de Valor (em milhares de FCFA) | 74 |
| Figura 3-9: Contribuição Fiscal da Cadeia de Valor (em %) | 74 |
| Figura 5.5-1: Perfil Social da Cadeia de Valor das Pescas na Guiné-Bissau..... | 114 |
| FigurA 6-1 – Vulnerabilidade climática dos recursos endémicos pesqueiros da GNB capturados pela frota industrial na ZEE do país em 2022. (Fontes: AEPI, 2022; Sealifebase.org, version 04/2025)..... | 123 |
| FigurA 6-2: Resiliência às mudanças climática dos recursos endémicos pesqueiros da GNB capturados pela frota industrial na ZEE do país em 2022. (Fontes: AEPI, 2022; Sealifebase.org, version 04/2025) | 123 |

ACRÓNIMOS, ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

| | |
|----------|--|
| ACV | Análise da Cadeia de Valor |
| ACVa | Análise de Ciclo de Vida ambiental |
| AdP | Área de Proteção (ver Glossário de Termos de Avaliação de Ciclo de Vida) |
| AFA | Analyse de Filières Agro-alimentaires |
| AMP | Área Marinha Protegida |
| BM | Banco Mundial |
| CEDEAO | Comunidade Económica de Países da África Ocidental |
| CCN-PP | Comité Consultivo Nacional para os Pequenos Pelágicos |
| CNFC | China National Fisheries Corporation |
| CO2 | Dióxido de carbono |
| CPN | Coefficiente de Proteção Nominal |
| CRGB | Constituição da República da Guiné-Bissau |
| CRI | Ratio de Custo em Recursos Internos |
| DENARP | Documento Estratégico Nacional para Redução da Pobreza |
| DG INTPA | Direcção Geral de Parcerias Internacionais (União Europeia) |
| DGPA | Direção-Geral da Pesca Artesanal |
| DGPI | Direção-Geral da Pesca Industrial |
| DGFADP | Direção de Formação, Apoio ao Desenvolvimento e Projetos |
| ETI | Emprego Equivalente a Tempo Integral |
| FAO | <i>Food and Agriculture Organization of United Nations</i> |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| FGRH | Fundo de Gestão de Recursos Haliêuticos |
| GEE | Gases com Efeito de Estufa |
| GNB | Guiné-Bissau |
| INFISCAP | Instituto Nacional da Fiscalização das Actividades de Pesca |
| INN | Pesca Ilegal, Não Declarada, Não Regulamentada |
| INIPO | Instituto Nacional de Investigação de Pesca e Oceanografia |
| IPCC | Intergovernmental Panel on Climate Change |
| JICA | Agência de Cooperação Internacional do Japão |
| kg | quilograma |
| ODS | Objetivos de Desenvolvimento Sustentável |
| OIT | Organização Internacional do Trabalho |
| ONG | Organização Não Governamental |
| PA | Pesca Artesanal |
| PI | Pesca Industrial |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PNIA | Plano Nacional de Investimento Agrícola |
| PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| SAB | Sector Autónomo de Bissau |
| SFPA | Acordo de Parceria de Pesca Sustentável |
| TAB | Tonelagem de arqueação bruta |
| TOFE | Tabela das Operações Financeiras do Estado |
| UE | União Europeia |
| UEMOA | União Económica e Monetária da África Ocidental |
| UP | Unidades de Pesca |
| VA | Valor Acrescentado |
| VAD | Valor Acrescentado Direto |
| VAI | Valor Acrescentado Indireto |
| VAT | Valor Acrescentado Total |
| VBP | Valor Bruto da Produção |
| VCA4D | <i>Value Chain Analysis for Development</i> |
| ZEE | Zona Económica Exclusiva |

SUMÁRIO EXECUTIVO

Este estudo foi desenvolvido no âmbito do programa Value Chain Analysis for Development (VCA4D), promovido pela União Europeia e executado pelo consórcio AGRINATURA, com o objectivo de avaliar a sustentabilidade da cadeia de valor das pescas na Guiné-Bissau. O sector das pescas, reconhecido pelo seu potencial económico, social e ambiental, constitui um pilar essencial para a segurança alimentar, geração de rendimentos e conservação da biodiversidade marinha no país.

Trata-se da primeira análise sistemática e multidimensional da cadeia de valor das pescas na Guiné-Bissau, integrando abordagens funcionais, económicas, sociais e ambientais. A investigação incluiu trabalho de campo em quatro zonas estratégicas (Bissau, Norte, Sul e Arquipélago dos Bijagós), com a realização de mais de 250 entrevistas a actores-chave, incluindo pescadores, transformadores, comerciantes, autoridades públicas e organizações da sociedade civil.

A análise foi orientada por quatro questões estruturantes:

- Contributo da cadeia de valor para o crescimento económico;
- Inclusividade desse crescimento;
- Sustentabilidade social;
- Sustentabilidade ambiental.

O estudo fornece uma base técnica robusta para orientar políticas públicas e decisões estratégicas da União Europeia, do Governo da Guiné-Bissau e de outros parceiros de desenvolvimento. O relatório identifica constrangimentos estruturais, oportunidades emergentes e recomendações específicas para reforçar a sustentabilidade e a inclusão no sector. Espera-se que os resultados contribuam para o desenvolvimento de uma economia azul resiliente e sustentável, alinhada com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Análise funcional

A cadeia de valor da pesca no país apresenta-se como curta, altamente informal, com significativa dispersão geográfica e limitada capacidade de organização institucional. Apesar das limitações estruturais, a actividade é essencial para o sustento de milhares de famílias, representando uma fonte de emprego, alimento e rendimento, sobretudo para as comunidades costeiras.

A cadeia é composta por três segmentos principais: produção, transformação e comercialização. No segmento de produção, destacam-se dois tipos principais de pesca: artesanal (com e sem embarcação) e industrial (frotas estrangeiras licenciadas). A pesca artesanal representa cerca de 80% da mão-de-obra do sector, sendo fundamental para o abastecimento do mercado interno.

A análise funcional da cadeia de valor das pescas na Guiné-Bissau teve como objectivo mapear os diferentes segmentos, actores e fluxos envolvidos na actividade pesqueira, identificando as principais características, interacções, constrangimentos e oportunidades de desenvolvimento. A análise incluiu a pesca artesanal (com embarcação e a pé), a pesca industrial, o processamento do pescado e a sua comercialização, tanto no mercado interno como externo.

A análise funcional identificou os seguintes grupos de actores: directos, como pescadores, badeiras (vendedoras grossistas e retalhistas), transformadoras artesanais (maioritariamente mulheres), exportadores; e indirectos, como fornecedores de insumos (redes, motores, gelo), estaleiros navais, instituições públicas e consumidores. O sector caracteriza-se por grande heterogeneidade de práticas, desde a pesca motorizada até à pesca a pé, utilizando técnicas de baixo impacto como a recolha manual de mariscos. Existe também uma diversidade de artes e técnicas de pesca, distribuídas por mais de 130 locais de desembarque em todo o país.

A pesca artesanal com embarcação atingiu, em 2022, uma produção estimada de 42,6 mil toneladas, com predominância de peixes demersais (63%) e pelágicos (31%). A pesca a pé, prática tradicional e altamente feminizada, respondeu por 14,8 mil toneladas, embora esses números estejam sujeitos a elevada incerteza metodológica, dada a informalidade e ausência de registo sistemático. Já a pesca industrial, dominada por navios estrangeiros, alcançou 110 mil toneladas em 2022. No entanto, mais de 90% dessas capturas são desembarcadas fora do país, o que implica perda de valor acrescentado e compromete a integração da produção industrial na cadeia nacional. A baixa incidência de exportações registadas dificulta também a medição económica e a formulação de políticas públicas baseadas em evidências.

O processamento do pescado é realizado essencialmente por mulheres, recorrendo a métodos tradicionais de salga, secagem e fumagem, particularmente em regiões com acesso limitado a gelo e energia. Estas práticas prolongam a vida útil do pescado e funcionam como estratégias de segurança alimentar e geração de rendimentos. A transformação caracteriza-se por uma escala reduzida, ausência de equipamentos modernos, carência de apoio técnico e financeiro, e baixa integração em mercados formais e internacionais.

A comercialização do pescado ocorre a dois níveis: distribuição primária, desde os locais de desembarque até aos centros de comercialização (geralmente através das badeiras); e distribuição secundária, entre intermediários e consumidores finais. O papel das badeiras é central, actuando como agentes logísticos, financeiros e comerciais. A presença das mulheres em toda a cadeia de valor é marcante, embora invisibilizada no que respeita à tomada de decisões e ao acesso a recursos.

A análise funcional identificou quatro fragilidades estruturais principais: a informalidade generalizada da cadeia, dificultando a regulação, tributação e apoio institucional; a falta de infra-estruturas básicas (gelo, armazenamento, transporte refrigerado), resultando em perdas pós-captura significativas; a fraca organização de produtores e transformadores, limitando economias de escala e o acesso a financiamento; e a desconexão entre a produção industrial e o tecido económico nacional, devido à predominância de frotas estrangeiras e à exportação directa fora do país.

Em contrapartida, foram identificadas oportunidades concretas: reforço das infra-estruturas locais, incluindo unidades de frio e pequenos centros de processamento; apoio à organização das badeiras e transformadoras, com enfoque no género e na capacitação técnica; melhoria dos mecanismos de rastreabilidade e certificação, de forma a viabilizar o acesso a mercados regionais e internacionais; e promoção de políticas públicas específicas para a valorização da pesca artesanal e integração das capturas industriais na economia nacional.

Principais constatações económicas

A análise económica da pesca artesanal comercial na Guiné-Bissau foi conduzida com base na elaboração de doze contas de produção representativas, abrangendo distintas regiões do território nacional.

Com base nos dados apurados, o Valor Acrescentado total gerado pela cadeia de valor das pescas em 2022 foi estimado em 92.260,3 milhões de FCFA, equivalente a cerca de 7,35 % do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e a 19,84 % do PIB do sector primário. A taxa de integração económica (VA/VBP) atinge os 53,5 %, o que revela uma incorporação significativa de valor a nível interno ao longo da cadeia.

A composição do Valor Acrescentado Distribuído (VAD) evidencia que, embora a actividade de captura continue a ser o principal motor (62,5 % do VA), os segmentos de transformação e distribuição já representam 37,5 % do total, desempenhando um papel vital — sobretudo no que diz respeito ao emprego feminino e juvenil. Contudo, persiste uma distribuição desigual da renda: os operadores com maior capitalização retêm a maior parte dos lucros, enquanto os pescadores artesanais, as bideiras e os trabalhadores de transformação enfrentam constrangimentos estruturais como a falta de acesso a infra-estruturas de frio, crédito e formação adequada.

O excedente líquido remanescente após o desconto dos consumos intermédios é tradicionalmente repartido de forma equitativa: 50 % para a tripulação (marinheiros e ajudantes em terra) e 50 % para o armador, que suporta também os encargos com a depreciação. Contudo, esta repartição pode variar de acordo com o tipo de embarcação, a comunidade em causa e as práticas vigentes nos centros de desembarque, reflectindo particularidades como o custo relativo do gelo, a utilização de motores e convenções locais. Esta estrutura partilhada dos rendimentos implica que tanto armadores como tripulações estejam expostos ao risco inerente à variabilidade das capturas.

A análise revelou disparidades económicas significativas entre regiões. Em Bissau, por exemplo, uma piroga motorizada gera em média uma receita bruta anual de cerca de 30 milhões FCFA, mas converte apenas 8,6 % desse montante em VA, apresentando um rácio benefício-custo de 0,66 — penalizado essencialmente pelos custos elevados com combustível e taxas. No Norte, os resultados são heterogéneos: em Biombo, o desempenho económico das pirogas motorizadas é limitado (VA de 3,8 %, rácio de 0,51), ao passo que em Caió, onde os preços de venda são mais favoráveis, atinge-se um VA de 27 % e rácio de 7,79. A situação mais destacada verifica-se nas pirogas a remo, isentas de consumo de combustível, que registam o melhor desempenho económico da amostra (VA de 88 %, rácio de 8,52, com um valor acrescentado por quilograma de 854 FCFA). Em Cacheu, os custos logísticos — sobretudo com gelo — reduzem substancialmente a rentabilidade, situando o VA nos 13 %.

No que se refere aos segmentos de transformação e comercialização, a análise concentrou-se no Complexo de Alto Bandim, em Bissau, actualmente o principal centro logístico de frio do país. Estima-se que aproximadamente 6.000 toneladas de pescado industrial sejam anualmente desembarcadas neste local para abastecimento do mercado interno, no âmbito dos acordos de pesca em vigor. A recolha de dados relativos a custos, margens e fluxos de venda foi realizada junto da direcção da unidade e de operadores comerciais locais.

Entre os consumos intermédios, o combustível destaca-se como o principal custo operacional, seguido pelas despesas com gelo e alimentação — estas últimas estimadas em função do número de tripulantes e da duração das campanhas de pesca. A depreciação do capital físico foi igualmente integrada, considerando a substituição periódica dos cascos de madeira (com uma vida útil média de dez anos) e dos motores fora-de-bordo (com duração média de cinco anos). Este encargo é assumido exclusivamente pelo armador, sendo incorporado no Valor Acrescentado (VA) da actividade.

A actividade apresenta uma distribuição territorial assimétrica. Bissau concentra 58 % do emprego directo (2.583 postos de trabalho), beneficiando da presença de mercados urbanos, centros logísticos e maior rotação de pescado.

Nas regiões Norte, Sul e no Arquipélago dos Bijagós, apesar do número mais reduzido de revendedoras, registam-se volumes de movimentação superiores, com complementaridade entre pescado fresco e produtos transformados (fumados ou congelados). As unidades de transformação, especialmente no Norte, revelam-se essenciais na mitigação de perdas pós-captura e na estabilização dos preços no mercado.

A cadeia de valor gera um total estimado de 16.369 empregos equivalentes a tempo inteiro, dos quais 72,6 % correspondem ao segmento da pesca (11.880 postos) e 27,4 % aos segmentos de transformação e comercialização (4.489 postos). Do total, 25 % são ocupados por mulheres, principalmente nos segmentos pós-captura. A análise da distribuição do resultado líquido de exploração indica que 58,8 % são apropriados pelos pescadores, 26,3 % pelos transformadores e 14,9 % pelos distribuidores — uma estrutura relativamente inclusiva que tende a limitar a excessiva concentração de rendimentos por parte de intermediários.

As mulheres assumem um papel dominante nos segmentos pós-captura — representando mais de 90 % da força de trabalho na transformação e no comércio — e são actores centrais no abastecimento urbano e na segurança alimentar nacional. No entanto, a informalidade e a precariedade das condições de trabalho restringem fortemente o reconhecimento e a valorização da sua contribuição económica. Os jovens, que desempenham funções logísticas ao longo da cadeia, enfrentam sérias barreiras no acesso a formação técnica certificada, o que compromete a sua mobilidade e progressão socioeconómica.

Com base nestes resultados, o estudo propõe uma abordagem diferenciada e territorialmente ancorada para a maximização dos ganhos económicos e para a promoção da equidade regional na cadeia de valor das pescas. No Norte, políticas de modernização tecnológica, capacitação organizacional e incentivo à inovação podem consolidar as vantagens competitivas já existentes, como a eficiência técnica observada em algumas comunidades. Em Bissau, o reforço da logística, a criação de clusters de serviços e o alargamento do acesso ao crédito para pequenos empreendedores poderão gerar economias de escala e aumentar a eficiência no abastecimento urbano de pescado.

Nas regiões mais remotas — como o Sul e o Arquipélago dos Bijagós — os desafios são mais agudos. A ausência de uma rede energética fiável, de sistemas de frio descentralizados e de transporte costeiro acessível impede a conservação adequada do pescado e força a sua venda imediata, em condições frequentemente desvantajosas para os produtores. Esta vulnerabilidade estrutural compromete a retenção local de valor, aprofunda a exclusão económica e perpetua a dependência de mercados externos. Neste contexto, impõe-se o investimento em infra-estruturas logísticas adaptadas, a melhoria da conectividade fluvial e terrestre com os principais centros de consumo, e o reforço dos programas de capacitação técnica e financeira — com especial enfoque nas mulheres e nos jovens, que constituem a maioria da força de trabalho local.

Em síntese, embora a actividade de captura continue a ser o eixo central da cadeia de valor das pescas na Guiné-Bissau, os segmentos de transformação e comercialização já desempenham um papel económico relevante. A valorização destes elos, aliada à inclusão produtiva e à descentralização de infra-estruturas estratégicas, constitui uma condição essencial para consolidar o sector das pescas como vector de desenvolvimento regional sustentável, promotor de justiça social e de uma distribuição mais equitativa dos benefícios do crescimento económico nacional.

Principais constatações sociais

A componente social da cadeia de valor da pesca (CVP) na Guiné-Bissau busca compreender a sua sustentabilidade social e a distribuição dos benefícios entre os diferentes atores. A análise considera critérios como condições de

trabalho, direitos à terra e à água, igualdade de gênero, segurança alimentar e nutricional, capital social e condições de vida.

As condições de trabalho na cadeia de valor refletem um forte contraste entre o setor artesanal e o industrial. Na pesca artesanal (PA), as relações são informais, baseadas em acordos interpessoais, e muitas vezes desiguais, tanto entre os próprios pescadores quanto entre pescadores e as mulheres que comercializam o peixe – as chamadas “bideiras”. Já na pesca industrial (PI), apesar da existência de contratos formais, os relatos de violações dos direitos trabalhistas são frequentes. Os marinheiros são frequentemente submetidos a condições degradantes, com jornadas exaustivas, salários retidos e ausência de direitos sociais. A segurança no trabalho é precária, tanto na PA – onde falta equipamento básico de salvamento – quanto na PI, com relatos de mortes não assistidas a bordo e total ausência de seguro ou assistência médica. O trabalho infantil, apesar de não institucionalizado, é comum nas comunidades pesqueiras, sendo encarado como parte do processo de aprendizagem e autonomia, embora o risco de intensificação do trabalho de crianças aumente com a crise econômica. A atratividade do setor diminui, especialmente entre os jovens, devido à sobrepesca e à falta de apoio estatal.

No que se refere aos direitos à terra e à água, os pescadores artesanais queixam-se de invasões às suas águas tradicionais por embarcações industriais e artesanais estrangeiras, licenciadas sem consulta às comunidades locais. A aplicação das Diretivas Voluntárias da FAO (VGGT) é limitada, e os direitos consuetudinários não são plenamente respeitados. As comunidades relatam exclusão dos processos decisórios sobre áreas marinhas protegidas (AMP) e descontentamento com a forma como essas áreas são geridas, sentindo-se prejudicadas em relação aos seus direitos tradicionais de pesca e acesso aos recursos naturais.

A igualdade de gênero tem apresentado avanços importantes. As mulheres estão presentes em todas as etapas da cadeia de valor, desde a pesca, passando pelo processamento e comércio, até a gestão de embarcações e financiamento. Muitas “bideiras” demonstram elevado grau de autonomia econômica e poder de decisão, sendo líderes comunitárias e chefes de família. No entanto, barreiras culturais e legais persistem, principalmente em relação ao acesso à terra, herança e proteção em casos de separação ou viuvez. A carga de trabalho das mulheres continua elevada, especialmente nas aldeias, onde se acumulam tarefas produtivas e domésticas. A fumagem do peixe, por exemplo, é uma atividade particularmente penosa, com impactos sobre a saúde física das mulheres.

Em termos de segurança alimentar e nutricional, a situação é preocupante. Apesar da presença de peixe ao longo da costa, a insegurança alimentar é uma realidade nas zonas interiores e rurais. O acesso a proteína de qualidade é limitado e, mesmo entre pescadores e “bideiras”, o consumo de peixe “de primeira” tornou-se inviável devido à necessidade de venda para custear despesas básicas. A substituição de alimentos locais por produtos importados e pobres em nutrientes (como caldos artificiais, açúcar refinado e bebidas industrializadas) tem piorado a qualidade da dieta, contribuindo para altos índices de anemia, subnutrição, diabetes e outras doenças. A instabilidade climática e a ausência de medidas de apoio durante o período de repouso biológico ou estação chuvosa agravam ainda mais a insegurança alimentar.

O capital social é frágil ao longo da cadeia de valor. As organizações de pescadores e de “bideiras” são geralmente criadas por influência externa, com baixo grau de coesão interna, pouca representatividade e limitada capacidade de negociação com o Estado. Há grande desconfiança nas lideranças locais e nos representantes estatais, marcada por denúncias de corrupção, favoritismo e ausência de transparência. A participação social nas decisões públicas é

quase inexistente fora das AMP. A falta de confiança mútua e a lógica individualista minam as possibilidades de ação coletiva efetiva.

As condições de vida também refletem desafios estruturais. Apesar de melhorias habitacionais em algumas comunidades costeiras, o acesso a serviços essenciais como saúde, saneamento, água potável e educação é extremamente limitado. O sistema de saúde é precário e frequentemente inacessível, com altos custos de medicamentos e ausência de profissionais qualificados. A educação é valorizada pelas famílias, mas sofre com greves constantes, falta de professores e escolas mal equipadas. A gravidez precoce, aliada ao difícil acesso a contraceptivos, é um dos principais fatores de abandono escolar entre meninas. A mobilidade geográfica é dificultada pelo estado deplorável das estradas e pelo custo elevado do transporte, embora algumas “bideiras” consigam ascender economicamente investindo na compra de embarcações ou imóveis.

Em conclusão, a sustentabilidade social da cadeia de valor da pesca na Guiné-Bissau é limitada por fatores estruturais, legais e políticos. Embora o país possua uma abundância relativa de recursos haliêuticos, esses não se traduzem em benefícios equitativos ou duradouros para a população local. A cadeia de valor é marcada por exclusão social, insegurança alimentar, desigualdade de gênero persistente, fraco capital social e ausência de serviços públicos básicos. Entre as recomendações, destacam-se: a necessidade urgente de subsidiar a pesca artesanal, fortalecer a fiscalização da pesca ilegal, garantir acesso a crédito e equipamentos, reforçar os direitos das mulheres, e promover a participação efetiva dos pescadores e processadoras nas decisões que afetam seus modos de vida. Também se recomenda maior articulação entre políticas públicas e programas de desenvolvimento, com foco na justiça social, proteção ambiental e coesão comunitária.

Principais problemas ambientais

Ecologicamente, os ecossistemas marinhos da Guiné-Bissau, como os mangais e estuários, são extremamente relevantes e sensíveis. A sobrepesca, o corte de mangais, a exploração de madeira e a utilização de artes ilegais ameaçam a biodiversidade. O país abriga 582 espécies nativas, das quais 70 estão ameaçadas. As mudanças climáticas agravam esse cenário, afetando a resiliência das espécies e reduzindo a produtividade da pesca.

O país conta com instrumentos legais como o Instituto da Biodiversidade e Áreas Protegidas (IBAP), áreas marinhas protegidas e o período de defeso para mitigar esses impactos. No entanto, a eficácia dessas políticas é limitada por falta de fiscalização e sobreposição de normas.

As avaliações de stock mostram uma situação de sobreexploração, especialmente de espécies pelágicas e demersais. A certificação ambiental e sanitária dos produtos é insuficiente, impedindo o acesso ao mercado europeu. A pré-avaliação MSC para o djafal artesanal mostrou graves falhas em sustentabilidade.

A Avaliação do Ciclo de Vida (ACV) da cadeia de valor das pescas na Guiné-Bissau mostrou que a pesca industrial apresenta impactos significativamente mais elevados do que a artesanal, sobretudo devido ao elevado consumo de combustível. Por outro lado, a pesca artesanal, apesar de apresentar impactos menores, depende fortemente de madeira para construção de embarcações e fumagem de peixe, o que representa uma pressão ambiental significativa sobre os ecossistemas florestais.

O impacto da transformação artesanal do peixe é considerável, embora menor que o da congelação industrial. A pesca a pé, embora com baixo impacto, é vulnerável ao uso de práticas ilegais. O transporte e a produção de gelo

mostraram-se menos relevantes ambientalmente, dado o caráter local das vendas e o aproveitamento do peixe não vendido para transformação.

As emissões totais da cadeia de valor foram estimadas em cerca de 847 mil toneladas de CO₂ equivalente em 2022, representando 7% das emissões totais do país. A pesca industrial emite, por tonelada de peixe, quase 12 vezes mais CO₂ que a artesanal. A fumagem artesanal de peixe também apresenta emissões elevadas, o que destaca a necessidade de adoção de tecnologias mais eficientes e sustentáveis.

Em conclusão, a cadeia de valor das pescas na Guiné-Bissau apresenta trajetórias de insustentabilidade do ponto de vista ambiental. A pesca industrial é o principal vetor de impacto ambiental, enquanto a pesca artesanal, embora menos impactante, ainda enfrenta problemas ligados ao uso insustentável de madeira e métodos de transformação. A gestão dos recursos é frágil, faltando controle, cogestão e alternativas tecnológicas sustentáveis. Políticas públicas mais robustas, fiscalização efetiva e cooperação regional são fundamentais para melhorar a eficiência e sustentabilidade dessa cadeia.

Mensagens-chave

As recomendações apresentadas para o setor pesqueiro e aquícola da Guiné-Bissau visam promover uma governança mais eficaz, melhorar a infraestrutura e os sistemas de informação e fortalecer a inclusão social e produtiva. A primeira recomendação propõe o fortalecimento da Direção-Geral de Formação e Apoio ao Desenvolvimento das Pescas (DGFAD), com ações voltadas à melhoria dos recursos humanos, atualização curricular e criação de polos de desenvolvimento aquícola, além de reforçar parcerias técnicas e linhas de financiamento. Em paralelo, propõe-se o aperfeiçoamento do licenciamento da pesca artesanal, tornando o sistema mais eficiente, digital e transparente, com integração de dados estatísticos e reforço à fiscalização.

Na pesca industrial, as ações concentram-se na modernização dos procedimentos de licenciamento, estabelecimento de contrapartidas sociais e introdução de tecnologias de monitorização eletrônica. Também se destaca a importância de integrar os dados da DGPI com estatísticas de captura para embasar decisões políticas sustentáveis. O INIPO, por sua vez, necessita de fortalecimento institucional para ampliar a produção de dados estatísticos sobre estoques e impactos socioeconômicos. Prevê-se ainda o desenvolvimento de capacidades internas para análise económica de cadeias de valor com base na metodologia VCA4D.

Outra frente essencial é o reforço da fiscalização e do controlo das atividades pesqueiras pelo INFISCAP, com investimentos em equipamentos, capacitação de inspetores, digitalização do registo de infrações e vigilância costeira comunitária. Simultaneamente, é prioritário melhorar a infraestrutura de pós-captura e beneficiamento, com instalação de câmaras frias, unidades cooperativas de processamento e reabilitação de estruturas subutilizadas, acompanhadas de acesso a microcrédito e formação técnico-financeira.

A promoção da aquacultura comunitária na zona leste é uma estratégia chave para diversificar rendimentos e aliviar a pressão sobre os recursos costeiros, através da implantação de viveiros, integração com programas alimentares e testes de tecnologias apropriadas. Outro ponto de destaque é a reabilitação do Centro de Formação Profissional de Pesca de Bolama, para ampliar a oferta de cursos técnicos e responder às demandas regionais.

Para garantir governança inclusiva e coesão social, propõe-se a instituição de Conselhos Locais de Cogestão Pesqueira em todas as zonas costeiras e fluviais, com formação técnica e mecanismos participativos de prestação

de contas. Além disso, é recomendada a construção de um entreposto logístico nacional em Bissau, dotado de capacidade refrigerada e certificação sanitária para acesso a mercados externos, gerido em regime de parceria público-privada e integrado com as principais vias de transporte.

Por fim, destaca-se a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Pesqueiro e Aquícola (FNDPA), como instrumento financeiro para consolidar as ações recomendadas. Este fundo reuniria receitas de licenciamento, multas e doações, gerido de forma tripartida e transparente, com parte dos recursos destinados à formação avançada e manutenção de infraestruturas.

Deve-se, por fim, assinalar que determinados temas merecem aprofundamento, como o consumo de pescado e segurança alimentar, infraestrutura e logística pós-captura, microcrédito produtivo, turismo comunitário, e gestão florestal. Esses tópicos demandam estudos detalhados com base em dados estatísticos, parcerias acadêmicas e apoio de agências internacionais, de forma a assegurar políticas eficazes, investimentos sustentáveis e desenvolvimento inclusivo e ambientalmente responsável em todo o território nacional.

1. INTRODUÇÃO, OBJECTIVOS E METODOLOGIA GERAL

1.1. CONTEXTO DO ESTUDO

A União Europeia (UE) procura promover um conjunto de parcerias com diversos governos e com a sociedade civil visando apoiar o desenvolvimento de sectores estratégicos. Nesse sentido, a análise de cadeias de valor constitui uma ferramenta essencial para compreender os elos produtivos de setores estratégicos e contribuir para fomentar um crescimento sustentável do ponto de vista económico, social e ambiental. É nesse contexto que a Direção-Geral de Parcerias Internacionais lançou o programa “Value Chain Analysis for Development” (VCA4D)¹, por meio do qual contratou o consórcio europeu de universidades e centros de investigação AGRINATURA – European Alliance on Agricultural Knowledge for Development.

A República da Guiné-Bissau (GNB) dispõe de um setor das pescas com elevado potencial económico, social e ambiental. A riqueza e diversidade das espécies marinhas presentes nas suas águas abrem importantes oportunidades de exportação, ao mesmo tempo que constituem uma fonte vital de rendimento e segurança alimentar para as comunidades pesqueiras de pequena escala. No entanto, até à data, não existia uma análise abrangente e sistemática que cobrisse os diferentes segmentos da cadeia de produção e as sucessivas fases de comercialização.

Foi neste contexto que se decidiu realizar o presente estudo, no âmbito do programa **Value Chain Analysis for Development (VCA4D)**, com o objectivo de produzir uma avaliação detalhada da cadeia de valor das pescas na Guiné-Bissau. Pretende-se, com este trabalho, fornecer uma base técnico-científica que possa orientar futuras intervenções da União Europeia, do Governo guineense e de outros actores relevantes, tendo em vista a construção de um setor das pescas mais dinâmico, inclusivo e sustentável.

A equipa técnica responsável por este estudo foi composta por:

- Eduardo Fontenele, UFC, Brasil (coordenador da equipa, especialista em economia);
- António Guerreiro de Brito, ISA, Portugal (especialista ambiental);
- Helena Farrall, ISA, Portugal (especialista ambiental);
- Marina Temudo, ISA, Portugal (especialista social);
- Midana Sambu, consultor independente, Guiné-Bissau (especialista nacional).
- Ludovic Andres, ISTOM, França (especialista em Agordesenvolvimento).

Este Relatório Final representa, assim, um contributo estruturante para a formulação de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento económico que promovam uma economia azul resiliente, centrada nas comunidades locais e ancorada nos princípios da sustentabilidade.

¹ Informação adicional sobre AGRINATURA - European Alliance on Agricultural Knowledge for Development pode ser encontrada em <http://agrinatora-eu.eu>

1.2. QUESTÕES-CHAVES E OBJECTIVOS

O objetivo geral deste estudo foi realizar uma avaliação abrangente da sustentabilidade da cadeia de valor das pescas na Guiné-Bissau. Para alcançar essa meta, foram definidos objetivos específicos que estruturam e orientam as análises realizadas.

O **primeiro objetivo** foi conduzir uma análise funcional da cadeia de valor, mapeando suas características operacionais, organização geral, principais tendências e perspectivas de mercado. Essa análise incluiu também a definição de uma tipologia de atores e a identificação de subcadeias, permitindo destacar vantagens e desvantagens enfrentadas pelos diferentes participantes ao longo das diversas etapas da cadeia de valor.

O **segundo objetivo** centrou-se na avaliação econômica da cadeia de valor, com foco em identificar sua contribuição para o crescimento econômico, analisando indicadores como níveis de produção, fluxos de recursos e coeficientes técnicos. Essa avaliação buscou responder a questões estruturantes relacionadas à inclusão e sustentabilidade econômica, fornecendo um quadro quantitativo robusto sobre o desempenho da cadeia.

O **terceiro objetivo** abordou a análise e ponderação da componente social, investigando os impactos sociais da cadeia de valor. Essa etapa incluiu a avaliação da governança, da participação de grupos marginalizados e da distribuição de renda e emprego entre os diversos atores envolvidos, enfatizando os aspectos de inclusão social e equidade.

Por fim, o **quarto objetivo** consistiu na elaboração de uma análise ambiental também através da metodologia de Avaliação do Ciclo de Vida, com o intuito de avaliar os impactos ambientais associados às atividades da cadeia de valor, incluindo o uso de recursos naturais e possíveis efeitos negativos ou positivos sobre o meio ambiente.

Esses objetivos foram estruturados para responder a quatro questões estruturantes (FQ) e 19 questões-chave (CQ) relacionadas às cadeias de valor, conforme delineado no Quadro 1. As quatro questões estruturantes que orientaram o estudo foram:

1. Qual é a contribuição da cadeia de valor para o crescimento económico?
2. Esse crescimento económico é inclusivo?
3. A cadeia de valor é sustentável do ponto de vista social?
4. A cadeia de valor é sustentável do ponto de vista ambiental?

Para abordar essas questões, o estudo utilizou a metodologia pelo programa VCA4D, que combina dados primários e secundários, integrando análises multidisciplinares em quatro dimensões:

1. **Funcional** – mapeamento das características operacionais, estrutura organizacional e tendências de mercado na cadeia de valor, definindo uma tipologia de atores e identificando subcadeias;
2. **Económica** – avaliação quantitativa dos níveis de produção, fluxos de recursos e coeficientes técnicos, com foco na contribuição para o crescimento económico e inclusão;
3. **Social** – análise das dinâmicas de governança, participação de grupos marginalizados e distribuição de renda e emprego, enfatizando a equidade;
4. **Ambiental** – elaboração de uma Análise de Ciclo de Vida (ACV), para verificar impactos ambientais e possíveis efeitos sobre o meio ambiente.

| Análise Económica | Análise Social | Análise Ambiental |
|---|---|---|
| <p>FQ1. Qual é a contribuição da CV para o crescimento económico?</p> <p>CQ1.1. Quanto é o lucro e sustentabilidade das atividades da CV para as entidades envolvidas?</p> <p>CQ1.2. Qual a contribuição da CV para o PIB?</p> <p>CQ1.3. Qual a contribuição da CV para o PIB do sector agrícola?</p> <p>CQ1.4. Qual a contribuição da CV para as finanças públicas?</p> <p>CQ1.5. Qual a contribuição da CV para a balança comercial?</p> <p>CQ1.6. A CV é viável na economia internacional?</p> <p>CQ1.7. Quais os riscos que afetam o desempenho económico da CV?</p> | <p>FQ2. A CV é socialmente sustentável?</p> <p>CQ3.1. As condições de trabalho em toda a CV são socialmente aceitáveis e sustentáveis?</p> <p>CQ3.2. Os direitos da terra e da água são socialmente aceitáveis e sustentáveis?</p> <p>CQ3.3. A igualdade do género é reconhecida, aceite e promovida?</p> <p>CQ3.4. As condições de alimentação e nutrição são aceitáveis e seguras?</p> <p>CQ3.5. O capital social é promovido e distribuído de forma equitativa ao longo da CV?</p> <p>CQ3.6. A que padrões obedecem as infra-estruturas e serviços sociais e como contribui a CV para as melhorar?</p> | <p>FQ4. A CV é ambientalmente sustentável?</p> <p>CQ4.1. Qual é o potencial impacte da CV na saúde humana?</p> <p>CQ4.2. Qual é o potencial impacte da CV na depleção de recursos?</p> <p>CQ4.3. Qual é o potencial impacte da CV na qualidade dos ecossistemas?</p> |
| <p>FQ3. O crescimento económico é inclusivo?</p> <p>CQ2.1. Como é a distribuição de rendimento ao longo da CV e entre os seus actores?</p> <p>CQ2.2. Qual o impacte dos sistemas de governança na distribuição de rendimento ao longo da CV?</p> <p>CQ2.3. Como é distribuído o emprego ao longo da CV?</p> | | |
| <p>FQ Transversal às <i>Questões de Referência</i></p> | | |
| <p>CQ transversal. Quais os riscos que afectam a CV?</p> | | |

QUADRO 1-1: QUESTÕES DE REFERÊNCIA E QUESTÕES-CHAVE OBJECTO DO PROJECTO VCA4D..

1.3. METODOLOGIA GERAL

A metodologia seguiu três etapas principais. A primeira consistiu na análise funcional, que mapeou o funcionamento da cadeia de valor, identificando suas características gerais, estrutura organizacional e tendências de mercado, além de servir de base para as análises subsequentes.

A segunda etapa compreendeu a realização de análises econômicas, sociais e ambientais em paralelo, guiadas por indicadores e subquestões previamente definidos. Essas análises foram orientadas para quantificar impactos e interpretar os resultados em uma perspectiva integrada, possibilitando o entendimento das interações entre os diferentes aspectos da cadeia de valor.

Por fim, a terceira etapa consistiu na síntese dos resultados, integrando as informações produzidas para fornecer respostas às questões estruturantes, identificar riscos, destacar vantagens e formular recomendações. A síntese combinou a perspectiva de crescimento econômico, inclusão social e sustentabilidade ambiental, oferecendo uma visão abrangente e fundamentada em evidências para o fortalecimento e desenvolvimento sustentável da cadeia de valor das pescas na Guiné-Bissau.

No presente caso, como referido, o estudo da Análise de Cadeia de Valor (ACV) na Guiné-Bissau tem por âmbito o setor pesqueiro, abarcando todas as etapas produtivas, desde a captura de pescado até ao seu processamento e a comercialização, tanto no mercado local quanto no regional e internacional, Desta forma, espera-se contribuir para alinhar o setor pesqueiro com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), promovendo impactos positivos em áreas como segurança alimentar, geração de emprego e preservação ambiental.

1.3.1. Programa de execução dos trabalhos

O estudo sobre a cadeia de valor da pesca desenvolveu-se segundo o esquema apresentado na Figura 1.



FIGURA 1-1: ESQUEMA PROGRAMÁTICO DO PROJECTO VCA4D NA GUINÉ-BISSAU

A primeira missão deste estudo decorreu entre 7 e 21 de Janeiro de 2025. Durante este período, a equipa percorreu cerca de 750 km por terra e 137 milhas por via marítima, visitando zonas estratégicas para o sector. Foram realizadas aproximadamente 250 entrevistas com pescadores artesanais, comerciantes, transformadores, representantes governamentais, ONG e membros da sociedade civil, incluindo ministérios e governos regionais. Esta cobertura territorial e o contacto directo com diversos actores permitiram recolher dados sobre condições de trabalho, gestão dos recursos pesqueiros, infraestruturas, transformação, comercialização e acesso a mercados. Esta fase inicial centrou-se na recolha de dados primários, através de entrevistas, observações e encontros com intervenientes locais.

As visitas de campo abrangeram quatro zonas geográficas estratégicas: **Bissau**, principal centro político e económico do país; Norte (**Ilondé, Quinhamel, Ondame, Caió e Cacheu**); Sul (**Bolama, Porto, Bolama de Baixo, Cacine e Buba**); e Bijagós (**Bubaque e Uracane**). Estas localidades, ilustradas na Figura 1, foram seleccionadas pela sua relevância económica, volumes de captura e importância para as comunidades locais. Esta cobertura territorial permitiu recolher dados representativos das práticas artesanais e industriais, proporcionando uma visão abrangente das diversas realidades socioeconómicas e ambientais do sector.

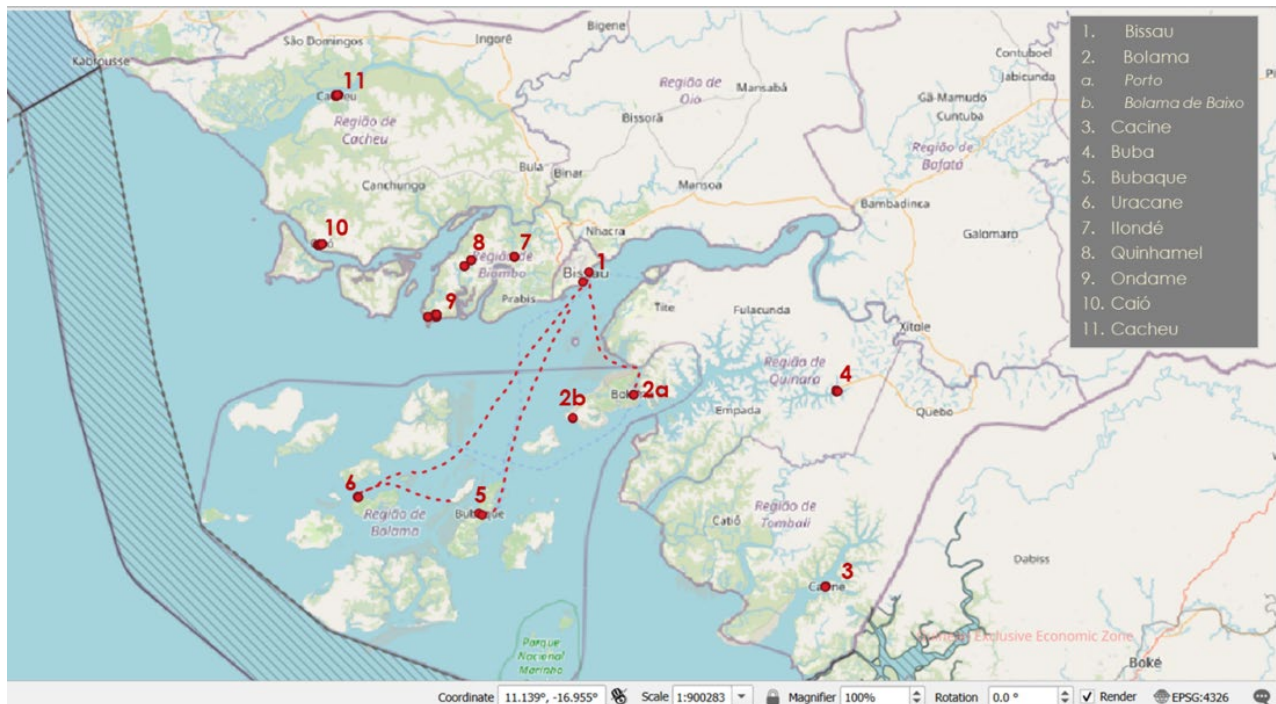


FIGURA 1-2: LOCALIDADES VISITADAS NO DECURSO DA 1ª MISSÃO (7 A 21 DE JANEIRO DE 2025)

A segunda missão decorreu entre 21 e 27 de Março de 2025, com visitas a várias localidades, incluindo a região Norte, nomeadamente Varela e São Domingos. Foram realizados encontros com diversas entidades e organizações da sociedade civil, bem como recolha de dados junto dos principais stakeholders. No dia 25 de Março teve lugar um workshop (Figura 4) com representantes do governo, pescadores, organizações não-governamentais e outras partes interessadas, destinado à discussão e validação de dados preliminares. Estiveram presentes cerca de 30 participantes, incluindo representantes da União Europeia na Guiné-Bissau.

1.3.2. Metodologia VCA4D

Esta análise centrou-se na caracterização funcional da cadeia de valor da pesca na Guiné-Bissau, abrangendo todas as etapas, desde a captura até à comercialização, com uma abordagem estratégica focada nas dinâmicas do sector. A pesca, essencial para a segurança alimentar e o desenvolvimento socioeconómico do país, envolve múltiplos actores e enfrenta desafios como a gestão dos recursos, a fiscalização e a regulação das práticas artesanais e industriais.

A metodologia adoptada integrou quatro componentes — funcional, económica, social e ambiental — analisadas separadamente mas articuladas para fornecer uma visão abrangente e coerente da cadeia de valor, em conformidade com as orientações do *Methodological Brief – Frame and Tools* (VCA4D, 2017).

1.3.2.1. Análise Funcional

A análise funcional teve como objectivo mapear e descrever os principais actores, actividades e operações ao longo da cadeia de valor da pesca. Foram identificados os produtos e seus fluxos, os sistemas de produção predominantes, os mecanismos de governança e os principais constrangimentos. Esta etapa baseou-se em entrevistas com informantes-chave, questionários aplicados aos intervenientes da cadeia e consulta a fontes secundárias, como relatórios e estudos anteriores. Os resultados obtidos constituíram a base para as demais componentes da análise, proporcionando uma visão integrada do funcionamento da cadeia de valor.

1.3.2.2. Análise Económica

A análise económica procurou avaliar a contribuição da cadeia de valor da pesca para o crescimento económico, a sua inclusão e viabilidade nos contextos nacional e internacional. Foram abordadas três dimensões principais:

- **Análise Financeira:** Avaliação dos resultados financeiros dos diferentes actores e da cadeia como um todo, incluindo retorno sobre investimento e contas operacionais.
- **Desempenho Económico:** Estudo do valor acrescentado directo e indirecto, bem como da sustentabilidade e competitividade da cadeia.
- **Inclusividade do Crescimento:** Análise da distribuição de rendimentos, criação de emprego e sua repartição ao longo da cadeia.

A recolha de dados incluiu entrevistas, aplicação de questionários e análise de fontes secundárias, como estatísticas, artigos e relatórios.

1.3.2.3. Análise Social

A análise social centrou-se na avaliação da sustentabilidade social da cadeia de valor e na sua capacidade de promover um crescimento económico inclusivo. Foram considerados seis domínios principais:

1. Condições de trabalho;
2. Direitos sobre terra e água;
3. Igualdade de gênero;
4. Segurança alimentar e nutricional;
5. Capital social;
6. Condições de vida.

A informação foi recolhida através de entrevistas com produtores, transformadores, comerciantes e representantes de entidades públicas e organizações não-governamentais, complementada com dados secundários. Esta abordagem permitiu traçar um perfil social da cadeia, identificando os principais impactos e áreas que requerem intervenção.

1.3.2.4. Análise Ambiental

A sustentabilidade ambiental foi avaliada principalmente através de uma Análise do Ciclo de Vida (LCA), estruturada em quatro etapas: definição de objectivos e âmbito, inventário, avaliação de impactos e interpretação dos resultados.

A análise focou-se em três áreas de protecção — saúde humana, recursos naturais e qualidade dos ecossistemas — recorrendo a indicadores associados a categorias de impacto ambiental. A recolha de dados incluiu informação primária de campo e dados secundários da literatura científica e técnica. Utilizaram-se a plataforma SimaPRO e a base de dados Agri-Footprint, ajustadas ao contexto da Guiné-Bissau.

Os resultados permitiram compreender os principais impactos ambientais da cadeia de valor e fundamentar recomendações para práticas mais sustentáveis.

1.3.3. Escopo da Análise da Cadeia de Valor da Pesca na Guiné-Bissau

Este estudo centrou-se exclusivamente na análise da cadeia de valor da pesca na Guiné-Bissau, abrangendo as actividades de produção, transformação e comercialização. A aquicultura foi excluída do âmbito da análise por se encontrar numa fase incipiente, limitada a iniciativas isoladas e de subsistência.

A análise concentrou-se nas três principais dimensões da pesca:

1. **Produção Pesqueira:** Inclui as actividades de captura de pescado e recolha de moluscos, considerando diferentes tipos de embarcação, artes de pesca, tripulações e espécies-alvo. Esta componente é essencial para compreender as dinâmicas entre pesca artesanal e industrial, os níveis de esforço de pesca e os desafios de acesso e gestão dos recursos marinhos.
2. **Transformação do Pescado:** Abrange práticas como defumação, secagem e salga, analisando tanto os métodos tradicionais como as infraestruturas utilizadas (defumadores, áreas de secagem, pequenas unidades). Avalia-se o contributo do processamento para o valor acrescentado e para a conservação do pescado nos circuitos locais e regionais.
3. **Comercialização de Pescado:** Cobre a distribuição e venda do pescado, desde os pontos de captura até aos mercados finais. Analisa os perfis de comerciantes (locais, intermediários e exportadores), os desafios logísticos e as condições de mercado que condicionam a comercialização.

Para cada segmento, foram definidas unidades de análise específicas:

- **Produção:** Combinação de embarcação, artes de pesca, tripulação e espécies capturadas, permitindo avaliar o desempenho económico e ambiental de diferentes configurações.
- **Transformação:** Instalações físicas como defumadores e estruturas de secagem.
- **Comercialização:** Tipo de comerciante, produto trabalhado e escala da operação.

1.3.4. Recolha de Dados

Foram utilizadas diferentes fontes de informação, abrangendo dados primários e secundários. A combinação dessas fontes permitiu uma abordagem abrangente e multidimensional, garantindo a robustez da análise.

1.3.4.1. Dados Primários

A recolha de dados primários foi realizada através de missões de campo, entrevistas, grupos focais e consultas directas aos principais actores do sector pesqueiro — incluindo representantes governamentais, associações de pescadores, ONG, líderes comunitários e outros stakeholders.

- **Entrevistas e Grupos Focais:** Realizaram-se sessões com pescadores artesanais, transformadores, comerciantes e habitantes de zonas costeiras.
- **Consultas Directas às Comunidades:** Especialmente para a análise social, as interacções com as

comunidades permitiram compreender percepções locais sobre sustentabilidade dos recursos, políticas públicas e governança do sector.

- **Zonas Abrangidas:** As visitas focaram-se em áreas costeiras e estuarinas, principais núcleos da actividade pesqueira no país, assegurando uma representação adequada da diversidade de práticas e realidades locais.

1.3.4.2. *Dados Secundários*

Os dados secundários foram recolhidos a partir de diversas fontes científicas e institucionais, complementando os dados primários e permitindo uma análise contextualizada e longitudinal do sector pesqueiro.

- **Literatura Especializada e Relatórios Técnicos:** Foram consultados artigos científicos e estudos relevantes sobre a pesca na Guiné-Bissau, incluindo:
 - Belhabib e Pauly (2015): Reconstrução histórica das capturas na Guiné-Bissau, destacando a subnotificação de dados e a pressão sobre os recursos pesqueiros.
 - Intchama et al. (2018): Análise da pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (IUU) e dos esforços de fiscalização.
 - Belhabib et al. (2020): Atualização de dados sobre capturas na África Ocidental, incluindo tendências recentes na Guiné-Bissau.
 - TE. A. G. (2005): Caracterização das pescarias industriais de arrasto e seu impacto ambiental.
 - González (2015): Avaliação da cadeia de valor dos principais produtos pesqueiros, destacando gargalos e oportunidades no setor.
 - Documentos de Organizações Multilaterais: Relatórios do Banco Mundial, FAO, PNUD e Banco Africano de Desenvolvimento forneceram insights sobre políticas e práticas regionais aplicáveis à Guiné-Bissau.
- **Documentos Governamentais e Estudos Nacionais:** Destacam-se a Estratégia Nacional de Fiscalização das Pescas (2021) e os inquéritos socioeconómicos sobre a pesca artesanal de 2011 e 2020, que permitiram analisar a evolução do sector.

Apesar da diversidade de fontes, a análise enfrentou limitações devido à escassez de dados fiáveis, baixa capacidade de fiscalização, dispersão geográfica das actividades e sazonalidade da pesca, o que dificulta a construção de séries temporais consistentes.

Nenhuma informação recolhida esteve sujeita a cláusulas de confidencialidade impeditivas de partilha. Contudo, garantiu-se o anonimato das fontes sempre que necessário, preservando a confiança dos informantes. O estudo visa contribuir para o debate estratégico e apoiar a definição de políticas públicas, reforçando o papel da pesca no desenvolvimento socioeconómico sustentável da Guiné-Bissau.

2. ANÁLISE FUNCIONAL

2.1. GUINÉ-BISSAU: ENQUADRAMENTO GERAL

2.1.1. Aspectos Geográficos e Popacionais na Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau localiza-se na costa ocidental de África, com uma área de cerca de 36.125 km², fazendo fronteira com o Senegal (a norte) e a Guiné-Conacri (a sul). O território inclui o Arquipélago dos Bijagós, composto por cerca de 88 ilhas, ricas em ecossistemas como mangais, praias e florestas (Guiné-Bissau, 2021) (Figura 2.1).



Fonte: Africaguide.com (2024)

FIGURA 2-1: MAPA DA GUINÉ-BISSAU

Segundo as projecções do INE (2022), a população em 2024 é estimada em 2,14 milhões de habitantes, distribuída por oito regiões administrativas e o Setor Autónomo de Bissau. A capital concentra cerca de 560 mil pessoas, sendo o principal centro político, económico e cultural do país.

A distribuição regional da população evidencia a importância de actividades locais:

- **Oio:** região mais populosa (c. 300 mil hab.), forte produção agrícola;
- **Gabu:** c. 230 mil hab., economia rural com influência mandinga;
- **Bafatá:** c. 220 mil hab., marcada pela agricultura de subsistência;
- **Cacheu:** c. 185 mil hab., com peso histórico e agrícola;
- **Biombo e Tombali:** foco na pesca e diversidade ecológica;
- **Quínara e Bolama/Bijagós:** menor densidade, mas com destaque para a pesca e o ecoturismo;
- **Bissau:** principal centro urbano, com rápida expansão populacional.:

Cerca de 45% da população vive em áreas urbanas, com tendência crescente. Estima-se que a população urbana ultrapasse a rural por volta de 2037 (INE, 2022).

A Guiné-Bissau é uma república democrática. O Presidente é o Chefe de Estado e o Primeiro-Ministro lidera o Governo. O Parlamento é representado pela Assembleia Nacional Popular, e o sistema judicial é encabeçado pelo Supremo Tribunal de Justiça. Cada região é dirigida por um governador que representa o poder central, enquanto os sectores e tabancas (aldeias) são administrados por estruturas locais, frequentemente com participação de lideranças tradicionais.

O país enfrenta o desafio de equilibrar a urbanização crescente com o desenvolvimento das zonas rurais, exigindo políticas públicas que reforcem a sustentabilidade urbana e promovam o acesso a serviços, mercados e infraestruturas no meio rural.

2.1.2. Desafios e Oportunidades da Economia da Guiné-Bissau: Dependência Comercial e Necessidade de Diversificação a Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau, situada na África Ocidental, é uma das economias mais frágeis do mundo, com um PIB de cerca de 1,63 mil milhões de USD em 2022 e um PIB per capita de 775,80 USD (Banco Mundial, 2023). A economia é fortemente dependente da agricultura, em particular da castanha de caju, que representa mais de 85% das exportações do país.

Em 2022, apesar da boa produção agrícola, o crescimento económico desacelerou para 3,5%, afectado por constrangimentos logísticos e oscilações nos preços internacionais. A inflação atingiu 9,4%, impulsionada pelos aumentos nos preços dos alimentos e combustíveis.

A pobreza permanece generalizada, com dois terços da população abaixo da linha de pobreza. O país enfrenta desafios estruturais como instabilidade política, fraca capacidade institucional e um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre os mais baixos do mundo (ONU, 2023).

A dependência do caju torna a economia vulnerável a choques externos. Em 2021, a Índia absorveu cerca de 60% das exportações guineenses, seguida pela Coreia do Sul (21%) e Singapura (1%) (IPIM, 2023). Por contraste, as importações são mais diversificadas, sendo Portugal (38,3%), Senegal (22,7%) e China (11%) os principais fornecedores. O país depende fortemente de combustíveis, cereais, embarcações e bebidas, que lideram a lista de bens importados.

O país enfrenta uma inflação elevada (9,4% em 2022), sobretudo devido ao aumento dos preços dos alimentos e combustíveis. A pobreza continua a afectar cerca de 67% da população (dados de 2015), enquanto o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) permanece baixo, com um valor de 0,480 (PNUD, 2021). A esperança média de vida é de apenas 58,8 anos, e a taxa de alfabetização de adultos ronda os 45,6% (UNESCO, 2015), indicadores que refletem um forte défice de desenvolvimento humano.

QUADRO 2-1: GUINÉ-BISSAU - PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS E SOCIAIS

| Indicador | Valor | Ano | Fonte |
|---------------------------------------|--------|------|---------------|
| PIB (US\$ bilhões) | 1,63 | 2022 | Banco Mundial |
| PIB per capita (US\$) | 775,80 | 2022 | Banco Mundial |
| Taxa de Crescimento do PIB (%) | 3,5 | 2022 | Banco Mundial |
| Taxa de Inflação (%) | 9,4 | 2022 | Banco Mundial |

| | | | |
|---|-------|------|---------------|
| Taxa de Pobreza (% da população) | 67 | 2015 | Banco Mundial |
| Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) | 0,480 | 2021 | PNUD |
| Expectativa de Vida ao Nascer (anos) | 58,8 | 2021 | PNUD |
| Taxa de Alfabetização de Adultos (%) | 45,6 | 2015 | UNESCO |
| Taxa de Desemprego (%) | 4,1 | 2021 | Banco Mundial |
| Dívida Pública (% do PIB) | 80,3 | 2022 | FMI |

Fonte² : Banco Mundial, PNUD, UNESCO, FMI, 2021-2022.

Face a este contexto, a diversificação da economia é essencial. A pesca, com vastos recursos marinhos e uma costa rica, surge como um sector estratégico com potencial para gerar receitas, emprego e valor acrescentado. Investimentos em infraestruturas de transformação e exportação, aliados a políticas de gestão sustentável, podem fortalecer o papel da pesca na economia nacional.

Além disso, é necessário reforçar a logística e a capacidade comercial do país, atrair investimento estrangeiro, capacitar a mão-de-obra local e promover cadeias de valor mais integradas — tanto na agricultura como na pesca — como parte de uma estratégia de desenvolvimento económico sustentável e inclusivo.

2.1.3. Quadro Legal e Institucional da Guiné-Bissau

A Constituição da Guiné-Bissau consagra o princípio da economia de mercado, promovendo a iniciativa privada, mas reconhece o papel do Estado na regulação de sectores estratégicos, como a terra e os recursos haliêuticos. A Lei da Terra (Lei 5/98) define o solo como domínio público, o que implica que o uso da terra — e, por extensão, dos recursos marinhos — está sujeito à autorização estatal, seja por concessão formal ou por uso consuetudinário.

Embora essa lei se aplique principalmente ao solo, o espaço marítimo também integra o domínio público, sendo a actividade pesqueira regulada por licenças e autorizações do Ministério das Pescas. Assim, apesar da abertura ao investimento privado, a exploração dos recursos haliêuticos deve respeitar os princípios de sustentabilidade, equidade social e soberania nacional.

A pesca artesanal depende do acesso à costa para actividades como secagem e comercialização, muitas vezes baseadas em práticas tradicionais. A compatibilização entre os princípios de mercado e o interesse público exige uma gestão equilibrada que salvaguarde os direitos das comunidades costeiras.

O Ministério das Pescas coordena a política do sector através de várias direcções especializadas:

- **DGPI:** gere a pesca industrial, licenças, acordos internacionais e estatísticas;
- **DGPA:** regula a pesca artesanal e apoia o desenvolvimento comunitário;
- **DGFADP:** promove formação e acompanha projectos de capacitação.

O **INIPO** (ex-CIPA) lidera a investigação científica e certificação, enquanto a **FISCAP** assegura a fiscalização marítima, embora enfrente limitações operacionais.

² Banco Mundial. Dados económicos da Guiné-Bissau. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/GW?locale=pt> ; Banco Mundial. Relatório sobre crescimento do PIB. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/099022502172326889/pdf/P17742307e51a40460b3ab0d0a046a697c1.pdf> PNUD. Indicadores de Desenvolvimento Humano. Disponível em: <https://hdr.undp.org/data-center/human-development-index#/indicies/IDH> ; UNESCO. Dados de alfabetização. Disponível em: <http://uis.unesco.org/en/country/gw> FMI. Relatório sobre a Guiné-Bissau. Disponível em: <https://www.imf.org/-/media/Files/Publications/CR/2023/Portuguese/1GNBPA2023003.ashx>

Outras entidades relevantes incluem a DGAPP (gestão dos portos de pesca), serviços de inspeção, finanças, ambiente, Banco Central, alfândegas, ONG e fóruns de concertação como o **Conselho Consultivo Nacional das Pescas** e o **Comité Consultivo Nacional dos Pequenos Pelágicos**.

O quadro jurídico inclui:

- **Decreto 4/94**: define a gestão e exploração racional da pesca marítima;
- **Decreto 4/96** e regulamentos de 1997 e 2011: regulam a pesca industrial e artesanal;
- **Decreto 10/2011 (Lei Geral das Pescas)**: enquadra a pesca e a aquicultura em linha com compromissos internacionais;
- **Decreto 24/2011**: regula a pesca nas águas interiores e define regras de operação e licenciamento.

A exploração dos recursos haliêuticos ocorre mediante licenças e acordos com parceiros internacionais. Os principais acordos incluem:

- **União Europeia** (desde 2007): compensações financeiras, apoio ao sector artesanal, embarque de marinheiros guineenses;
- **China (CNFC)**: protocolo desde 2010, em renegociação após 2014;
- **Rússia (AAR)**: acordo desde 2014, com compromissos em investigação, formação e processamento local;
- **Senegal**: acordo em vigor desde 2014, abrangendo pesca artesanal e industrial.

A gestão financeira é reforçada pelo Fundo de Gestão de Recursos Haliêuticos (FGRH), que financia fiscalização, observadores e combate à pesca ilegal, com receitas provenientes das taxas pagas pelos navios licenciados. Contudo, persistem preocupações sobre a transparência e eficácia na utilização destes fundos.

Em síntese, o quadro legal e institucional da pesca na Guiné-Bissau baseia-se na articulação entre a Constituição, a Lei da Terra e a Lei Geral das Pescas. A implementação dessas normas depende da capacidade institucional para gerir, fiscalizar e equilibrar os interesses económicos com os direitos das comunidades piscatórias. A existência de estruturas técnicas e legais avançadas representa uma base sólida para promover uma exploração sustentável dos recursos marinhos, mas exige reforço contínuo da governança, da fiscalização e da transparência.

2.1.3.1. Desafios Atuais do Quadro Institucional das Pescas na Guiné-Bissau

O sector das pescas desempenha um papel estratégico na economia guineense, sendo vital tanto para a subsistência das comunidades costeiras como para as receitas do Estado. A modernização institucional e a clarificação de competências são essenciais para garantir uma gestão sustentável dos recursos marinhos e o cumprimento dos compromissos nacionais e internacionais. Apesar dos avanços na organização institucional, persistem desafios relacionados com recursos limitados, a extensão do litoral e o controlo eficaz de uma actividade economicamente atrativa e vulnerável à pesca ilegal.

A **DGPI** continua responsável pelo licenciamento da pesca industrial e pela gestão dos acordos de pesca, com progressos na consolidação da base de dados. A **DGPA** gere a pesca artesanal, focando-se na emissão de licenças, no apoio comunitário e na melhoria das condições socioeconómicas dos pescadores. A **DGFADP** lidera iniciativas de formação e articula projectos financiados por doadores, enquanto o **INIPO**, criado em 2022 a partir do antigo CIPA, expandiu as suas funções para incluir certificação, aquicultura e formação técnica. A **FISCAP**, embora seja a principal

força de fiscalização, vê a sua actuação limitada pela insuficiência de meios e pela obsolescência da frota.

Outros actores incluem a **DGAPP**, o **Serviço de Inspeção e Controlo de Produtos**, ministérios sectoriais (Finanças, Ambiente), o Banco Central, as alfândegas, organizações de pescadores, ONG e parceiros internacionais. Para reforçar a coordenação e a participação social, foram criados fóruns como o **Conselho Consultivo Nacional das Pescas** e o **Comité Consultivo Nacional para os Pequenos Pelágicos**, que, embora enfrentem constrangimentos operacionais, promovem uma maior inclusão e transparência na governação do sector.

O enquadramento jurídico assenta na **Lei Geral das Pescas (Decreto n.º 10/2011)** e no **Decreto n.º 24/2011**, que regulam a pesca nas águas interiores e costeiras, complementando os decretos anteriores (n.º 4/94 e 4/96). Estes instrumentos definem o regime de licenciamento, as zonas de operação e as características das embarcações, alinhando o país com os princípios internacionais de uso sustentável dos recursos marinhos.

Contudo, a implementação efectiva deste quadro legal continua limitada por diversos factores: falta de recursos humanos e materiais, fraca articulação interinstitucional, ausência de sistemas fiáveis de monitorização da pesca artesanal e dificuldades logísticas em zonas remotas. Estes entraves fragilizam os mecanismos de fiscalização e dificultam a operacionalização plena das normas em vigor.

2.1.3.2. Acordos de Pesca Vigentes e respectivos Desafios

A Guiné-Bissau mantém vários acordos de pesca com parceiros internacionais, os quais constituem uma fonte importante de receitas para o Estado, através de compensações financeiras, exigências de desembarque local e obrigações de embarque de tripulantes guineenses. No entanto, subsistem críticas quanto à transparência na aplicação dos fundos, à sobreexploração dos recursos e à fraca fiscalização das capturas.

1. Acordos de parceria para a pesca sustentável com a União Europeia

O Acordo de parceria para a pesca sustentável com a UE vigora desde 2007, tendo sido renovado em 2014 após o restabelecimento constitucional. Prevê uma compensação anual de 9,2 milhões de euros, dos quais cerca de 3 milhões são destinados ao apoio à pesca artesanal e à investigação. No entanto, ONG e comunidades costeiras denunciam benefícios limitados no terreno, falta de transparência nos projectos financiados e dúvidas sobre o cumprimento das obrigações por parte das embarcações europeias.

2. Acordo com a China National Fisheries Corporation (CNFC)

Assinado em 2010, o acordo previa 1 milhão de USD no primeiro ano, seguido de 260 mil USD/ano, supostamente para infraestruturas de conservação. Embora incluía a obrigação de desembarcar 40 toneladas por navio, há denúncias de subdeclaração de capturas e fraca implementação dos projectos prometidos. As renovações desde 2015 têm ocorrido de forma informal e pouco transparente.

3. Acordo com a Agência Federal de Pesca da Rússia / Associação dos Armadores Russos (AAR)

O protocolo de 2014 autoriza arrastões pelágicos de até 5.000 TAB. Prevê avaliações científicas anuais, formação de quadros e investimentos em instalações de processamento. Apesar da realização de algumas campanhas, há dúvidas quanto ao cumprimento das quotas de desembarque local (10%) e à concretização dos investimentos anunciados.

4. Acordo com o Senegal

Acordo bilateral em vigor desde 2014, abrange pesca artesanal e industrial. Embora promova a cooperação e

a formação, existem queixas sobre a sobreposição de zonas de pesca, incumprimento dos limites estabelecidos e conflitos com comunidades locais, nomeadamente em áreas sensíveis do litoral guineense.

Desafios Transversais

Apesar de contribuírem para o financiamento do sector e da gestão pesqueira, os acordos enfrentam críticas consistentes:

- Falta de dados fiáveis sobre as capturas, sobretudo na pesca industrial de longo alcance;
- Capacidade limitada de fiscalização, agravada por lacunas logísticas e técnicas;
- Fraca monitorização científica do estado dos recursos haliêuticos;
- Risco de dependência excessiva de compensações financeiras, que pode fragilizar a soberania nacional e a sustentabilidade dos recursos.

Organizações da sociedade civil e associações de pescadores defendem maior transparência, avaliação rigorosa dos impactos e uma revisão periódica dos acordos, com reforço da fiscalização e participação comunitária. A sustentabilidade a longo prazo requer uma abordagem mais integrada e baseada em evidências, que articule as receitas provenientes dos acordos com investimentos efectivos nas comunidades e no controlo dos recursos marinhos.

2.1.3.3. Reflexões e Perspectivas do Quadro Institucional

O quadro institucional das pescas na Guiné-Bissau tem evoluído no sentido da modernização e coordenação entre entidades, mas continua condicionado por limitações estruturais que afetam a sustentabilidade dos recursos e o bem-estar das comunidades piscatórias. A celebração de acordos com parceiros como a União Europeia, China, Rússia e Senegal gera receitas relevantes, embora a sua eficácia seja comprometida por falhas de fiscalização, opacidade na gestão das compensações financeiras e riscos de sobreexploração.

Para enfrentar estes desafios, é essencial reforçar o papel do **INIPO** na investigação e certificação, dotar a **FISCAP** de meios adequados, profissionalizar a **DGPI** e a **DGPA** e dinamizar os fóruns de concertação como o Conselho Consultivo das Pescas. A gestão do **Fundo de Recursos Haliêuticos** também requer maior transparência e responsabilização na alocação de recursos.

O futuro do sector dependerá da capacidade do Estado em consolidar uma abordagem participativa, baseada em evidência científica, que articule os interesses do governo, dos parceiros internacionais e das comunidades costeiras. O equilíbrio entre exploração económica e conservação ecológica será determinante para assegurar a resiliência e a equidade no uso dos recursos marinhos do país.

2.1.4. O Papel Estratégico do Setor das Pescas no Contexto Socioeconómico da Guiné-Bissau: Atualizações e Perspetivas

Apesar do domínio histórico do caju nas exportações, o setor das pescas tem-se consolidado como eixo estratégico para a diversificação económica e a segurança alimentar da Guiné-Bissau. Combinando pesca artesanal e industrial, o setor contribui significativamente para a geração de emprego, abastecimento alimentar e arrecadação de receitas, sobretudo através de licenças e acordos internacionais (FMI, 2022; Banco Mundial, 2021).

A pesca artesanal, que abastece os mercados locais e sub-regionais com espécies demersais e pelágicas, vem crescendo e gera impacto direto nas comunidades costeiras. Já a pesca industrial, embora relevante para as exportações, levanta preocupações quanto à sustentabilidade dos estoques e à redistribuição dos benefícios.

No entanto, o setor enfrenta entraves estruturais persistentes:

- Falta de estudos regulares e dados atualizados sobre estoques;
- Fiscalização marítima limitada, favorecendo a pesca ilegal (IUU);
- Infraestruturas precárias (refrigeração, combustível, conservação);
- Frota envelhecida e dificuldades de manutenção técnica;
- Escassez de gestores e técnicos qualificados;
- Código de investimento pouco atrativo e instabilidade jurídica;
- Acesso difícil e oneroso a insumos e equipamentos de pesca.

Além disso, a capacidade limitada de processamento e monitoramento restringe o valor agregado e o controlo sobre a exploração dos recursos. O país permanece altamente dependente de acordos internacionais e da cooperação externa para financiar políticas de controlo, pesquisa e desenvolvimento pesqueiro.

Nesse contexto, a nova Estratégia Nacional das Pescas 2023-2027, elaborada com apoio da União Europeia, propõe reforçar o papel do setor na economia nacional, promover uma frota pesqueira nacional, profissionalizar os operadores e atrair investimentos. A renovação do Acordo de Parceria de Pesca Sustentável com a UE (2024) prevê investimentos superiores a 4 milhões de euros/ano, visando melhorar infraestrutura, sanidade e condições da pesca artesanal.

A ação “Promoção do Desenvolvimento de Cadeias de Valor da Agricultura e Pesca na Guiné-Bissau”, com o estudo VCA4D como componente central, busca fornecer diagnósticos técnicos sobre a cadeia de valor e propor medidas concretas de melhoria em quatro frentes: desempenho económico, inclusão social, sustentabilidade ambiental e funcionalidade da cadeia.

O futuro do setor dependerá da articulação eficaz entre Estado, comunidades, setor privado e parceiros internacionais para transformar o potencial pesqueiro num vetor de crescimento inclusivo e sustentável.

2.2. MAPEAMENTO DA CADEIA DE VALOR DA PESCA

2.2.1. Locais de Desembarque

Os locais de desembarque são essenciais para a cadeia de valor da pesca, funcionando como pontos de entrada do pescado para o processamento, comercialização e controle legal. Na Guiné-Bissau, esses pontos variam entre portos artesanais informais e estruturas mais organizadas, distribuídas ao longo de zonas costeiras, fluviais e insulares.

Sua regulamentação é crucial para garantir o abastecimento do mercado nacional, combater a pesca ilegal e monitorar a exploração sustentável dos recursos. Também são fundamentais para a geração de renda e segurança alimentar das comunidades costeiras.

A distribuição dos portos abrange quatro grandes zonas com características distintas (lista completa dos portos por zona em Anexo 8.2):

- **Zona Norte:** Compreende as regiões de Oio e Cacheu, abrangendo localidades como Farim, Caio e Varela. Possui 43 portos de desembarque identificados, distribuídos entre localidades costeiras e fluviais.
- **Zona Sul:** Inclui as regiões de Tombali e Quinara, com localidades importantes como Cacine, Gadamael Porto, Fulacunda e Empada. Contabiliza 46 portos de desembarque, evidenciando a relevância dessa zona para a pesca no sul do país.
- **Zona Insular (Bolama/Bijagós):** Compreende as ilhas do arquipélago dos Bijagós, incluindo localidades como Bubaque, Porto de Nhominca e Areia Branca. Apresenta 38 portos de desembarque, refletindo a importância estratégica das ilhas para a pesca artesanal e a conservação ambiental.

- **Bissau e áreas próximas:** Inclui portos situados na região de Biombo e áreas adjacentes, como Safim e Quinhamel. Nesta área, foram registrados 18 portos de desembarque, sendo um eixo crucial para a distribuição do pescado na capital.

Os portos operam majoritariamente com pesca artesanal multiespecífica, adaptada à diversidade ecológica local. A região dos Bijagós, classificada como Reserva da Biosfera, destaca-se tanto pela atividade pesqueira quanto pela importância ambiental.

Em síntese, os portos de desembarque não apenas sustentam a economia regional e as comunidades locais, como também constituem um ponto-chave para a gestão sustentável e equitativa dos recursos haliêuticos da Guiné-Bissau.

2.2.2. Condições de Infraestrutura

A precariedade das infraestruturas produtivas constitui um dos maiores entraves ao desenvolvimento econômico da Guiné-Bissau, especialmente no setor pesqueiro. No segmento artesanal, o cenário é agravado pela fraca capacidade de investimento privado e pela dependência de apoios estatais e internacionais.

a) Pesca Artesanal

A pesca artesanal opera com infraestruturas portuárias frágeis e descentralizadas. Algumas iniciativas, contudo, merecem destaque:

- **Centro de Apoio à Pesca Artesanal de Cacine:** (JICA, €9,5 milhões): Inclui fumeiros, cais, oficina, reservatório de combustível e prédio administrativo. Embora estratégico para o sul, encontra-se hoje em estado de degradação, com necessidade urgente de reabilitação e maior transparência na gestão.
- **Porto de Bandim:** Tradicionalmente ligado à pesca artesanal, segue relevante apesar da ausência de estruturas específicas para este segmento. A falta de políticas públicas direcionadas limita seu aproveitamento socioeconômico.

b) Pesca Industrial

Também no setor industrial, as infraestruturas são limitadas e inibem o crescimento do setor:

- **Porto Comercial de Bissau:** Único apto a receber navios industriais, mas prejudicado por deficiências como cascos submersos, ausência de ajuda à navegação e serviços instáveis, tornando-o pouco competitivo.
- **Porto de Pesca de Alto Bandim:** Concebido para pesca industrial, tornou-se o principal ponto de desembarque e comercialização de pescado. Com mercado coberto, produção de gelo, câmara fria, oficina de redes e geradores, é hoje referência nacional, apesar do cais ainda não comportar navios maiores.

2.3. ATORES DA CADEIA DE VALOR DA PESCA

A cadeia de valor da pesca na Guiné-Bissau é relativamente curta, mas envolve uma diversidade de intervenientes com funções complementares, desde a captura até ao consumo e, em menor escala, à exportação:

- **Atores directos:** pescadores (com embarcações motorizadas, a remo ou a pé), badeiras (vendedoras/comerciantes), e processadores artesanais (responsáveis pela salga, secagem ou defumação do pescado);
- **Atores indirectos:** fornecedores de insumos (combustível, gelo, redes, motores), estaleiros artesanais, entidades públicas e consumidores finais.

Na fase inicial, destaca-se o fornecimento de insumos essenciais ao funcionamento da actividade pesqueira. Segue-

se a captura, realizada por diferentes perfis de pescadores – motorizados, a remo e a pé – cuja capacidade de produção varia consoante os meios utilizados e a zona de actuação.

Após o desembarque, o pescado é canalizado através de rotas de distribuição primária, maioritariamente organizadas em torno das bideiras e grossistas. O processamento ocorre de forma artesanal, com fins comerciais ou para autoconsumo.

A distribuição secundária é dominada pelas bideiras e pelos retalhistas, que garantem a colocação do pescado nos mercados locais e regionais, assegurando o seu acesso pela população.

Por sua vez, uma fracção da produção, principalmente oriunda da pesca industrial, destina-se à exportação. No entanto, dado que mais de 90% destas capturas são desembarcadas em portos estrangeiros, o valor acrescentado retido no país é mínimo. Assim, a contribuição efectiva das exportações de pescado para a balança comercial nacional permanece marginal, ilustrando um aproveitamento económico ainda incipiente do sector.

2.3.1. Pescadores Artesanais

A actividade pesqueira na Guiné-Bissau é regulada pelo Decreto-Lei n.º 10/2011 (Lei Geral das Pescas), que define dois regimes principais: a pesca artesanal (de pequena escala) e a pesca industrial. A pesca artesanal, em particular, é reconhecida como prioritária para a subsistência das comunidades e a segurança alimentar, sendo igualmente uma importante fonte de rendimento.

✓ Definição Legal

Nos termos do Art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 10/2011, considera-se pesca artesanal aquela realizada em rios, estuários ou no mar territorial, com embarcações de até 18 metros de comprimento, propulsionadas por remos, vela ou motores até 60 CV. Esta modalidade está orientada para o uso sustentável dos recursos haliêuticos, com forte enraizamento comunitário.

A pesca artesanal pode ser subdividida em três modalidades principais, com base em seus objetivos e práticas:

- ✓ **Pesca Artesanal Comercial:** Praticada por nacionais e estrangeiros, visa sobretudo a comercialização interna, embora parte do pescado se destine ao autoconsumo. Utilizam-se embarcações como canoas, pirogas, monoxilas, nhominca ou salam, com ou sem motor, e técnicas manuais adaptadas à biodiversidade local.
 - Com motor: embarcações equipadas com motores entre 15–60 CV, com maior raio de acção.
 - Sem motor: embarcações a remo ou vela, operando junto à costa ou em zonas fluviais, com menor capacidade de armazenamento e autonomia. As capturas incluem espécies demersais, pelágicos menores e crustáceos, com variações sazonais.
- ✓ **Pesca a Pé:** Prática tradicional realizada sem embarcação, sobretudo por mulheres e jovens, em zonas de baixamar como bancos de lama e estuários. Trata-se de uma actividade de subsistência com destino preferencial ao autoconsumo ou ao comércio informal.

2.3.2. Pesca Industrial

A pesca industrial na Guiné-Bissau é exercida entre as 12 e 200 milhas náuticas a partir das linhas de base do mar territorial, conforme previsto no Decreto-Lei Geral das Pescas n.º 10/2011, e opera com embarcações de grande porte — entre 18 e 60 metros de comprimento, com arqueação bruta de 133 a 702 toneladas e motores de 430 a

11.509 CV. Utiliza técnicas como arrasto de fundo e cerco de grande escala, orientadas para espécies de elevado valor comercial, como gamba, pescada negra, corvina, polvo e choco (ANEME, 2018; Jumpe & Gomes, 2016)..

A zona de pesca industrial divide-se em duas áreas:

- **Zona Industrial Nacional:** Vai do azimute de 220° ao norte até à fronteira sul com a Guiné-Conacri. É oficialmente reservada a navios sob pavilhão nacional, mas é predominantemente operada por embarcações estrangeiras licenciadas, dada a ausência de uma frota nacional consolidada (ANEME, 2018).
- **Zona Marítima Conjunta com o Senegal:** Criada por acordo bilateral em 1993 e formalizada em 1995, esta zona entre os azimutes de 260° e 220° é explorada sobretudo por embarcações senegalesas ou afretadas, operando sob bandeira guineense durante o contrato (Jumpe & Gomes, 2016).

Apesar do seu potencial económico, o setor enfrenta desafios estruturais críticos:

- **Inexistência de processamento local:** Todo o pescado é exportado congelado, sem qualquer agregação de valor no país (Belhabib et al., 2020).
- **Dependência externa:** A inexistência de uma frota industrial nacional obriga ao afretamento de navios estrangeiros, muitas vezes em condições pouco vantajosas (ANEME, 2018).
- **Gestão pouco transparente:** O sistema de compensações por licenciamento, operado via “faturas” pagas por armadores estrangeiros, favorece intermediários e limita o retorno financeiro para o Estado e para os atores nacionais (Jumpe & Gomes, 2016).

Estes constrangimentos evidenciam a **fragilidade institucional e económica** da pesca industrial na Guiné-Bissau e sublinham a necessidade de **reformas estruturais** para maximizar os benefícios nacionais: criação de capacidades de processamento, fortalecimento da fiscalização, maior equidade nos contratos e investimento em uma frota industrial própria.

2.3.3. Atores da Transformação

A transformação do pescado na Guiné-Bissau, embora limitada, desempenha um papel vital na preservação alimentar, na valorização económica do pescado e na geração de rendimento, sobretudo para as comunidades costeiras e do interior. As técnicas mais comuns incluem a defumação, secagem ao sol e salga, realizadas principalmente por associações de mulheres, que operam com recursos escassos e em condições rudimentares.

Apesar da crescente procura interna por peixe transformado, a actividade permanece de pequena escala, enfrentando vários constrangimentos estruturais:

- **Falta de equipamentos apropriados:** A ausência de fornos melhorados, mesas higiénicas e áreas cobertas limita a qualidade e a conservação dos produtos;
- **Apoio técnico e financeiro insuficiente:** Grande parte das iniciativas depende de projectos temporários de cooperação internacional, sem garantias de continuidade;
- **Mercados restritos:** A produção transformada circula maioritariamente em mercados locais e sub-regionais, com pouca penetração em circuitos formais ou de exportação, devido a exigências sanitárias e padrões de qualidade (FAO, 2021);
- **Concorrência externa:** Produtos importados com melhor apresentação e preços competitivos desafiam a sustentabilidade das transformações locais.

O consumo de peixe defumado, seco ou salgado mantém-se comum nas zonas rurais e do interior, onde o acesso a pescado fresco é mais difícil. No entanto, a escassez de infraestruturas de processamento industrial limita a

valorização das capturas industriais no país, perpetuando a dependência de mercados externos e enfraquecendo o impacto económico da pesca.

Iniciativas recentes de fortalecimento de capacidades, promovidas por ONG e parceiros de desenvolvimento, têm procurado introduzir melhorias tecnológicas e formar os actores locais, com destaque para as mulheres. Contudo, para tornar o segmento da transformação uma ferramenta de desenvolvimento sustentável, será necessário:

- Expandir o acesso a tecnologias adequadas e energias limpas;
- Capacitar as associações em boas práticas de higiene, conservação e gestão;
- Criar canais formais de comercialização regional e internacional;
- Estabelecer políticas públicas específicas, com incentivos, regulamentação e assistência técnica contínua.

A transformação artesanal, apesar dos seus limites actuais, constitui um pilar estratégico da cadeia de valor da pesca, com forte potencial de inclusão social e económica, especialmente para as mulheres das comunidades pesqueiras.

2.3.4. Atores da Comercialização

A comercialização do pescado constitui um elo central na cadeia de valor da pesca na Guiné-Bissau, assegurando a ligação entre os locais de captura e os mercados de consumo. Envolve diversos intervenientes, com destaque para as badeiras, grossistas do interior e os beneficiários de "faturas", num contexto marcado por informalidade, desigualdade no acesso e limitações infraestruturais.

a) Distribuição Primária

Na fase inicial da comercialização, as badeiras grossistas desempenham um papel estratégico. Compram o pescado diretamente nos pontos de desembarque, muitas vezes financiando as saídas de pesca por meio da oferta de combustível, redes ou alimentos. Além de revenderem o pescado fresco a outras comerciantes ou ao consumidor final, algumas realizam transformações básicas como a defumação e a salga.

Outro ator relevante são os beneficiários de "faturas", autorizações formais que lhes permitem adquirir lotes de pescado, sobretudo das capturas industriais. No entanto, a atribuição pouco transparente dessas faturas beneficia grandes intermediários e restringe o acesso de pequenos comerciantes, gerando distorções na cadeia de distribuição (ANEME, 2018).

b) Distribuição Secundária

As badeiras retalhistas garantem o escoamento do pescado nos mercados urbanos e periurbanos, adquirindo o produto de grossistas ou pescadores e vendendo-o diretamente aos consumidores. Algumas também recorrem a processos de transformação, adaptando a oferta às exigências do mercado.

Os grossistas do interior transportam o pescado das zonas costeiras para centros urbanos como Bafatá, Gabú, Mansoa e Bissorã. No entanto, enfrentam severas limitações logísticas e financeiras:

- **Infraestruturas deficientes** (estradas e transporte refrigerado), comprometendo a qualidade e a conservação do pescado;
- **Custos elevados de combustível e transporte**, reduzindo a competitividade nos mercados do interior;
- **Acesso limitado a crédito**, dificultando o investimento em equipamentos e logística adequados.

Desafios estruturais

A cadeia de comercialização é marcada por vulnerabilidades significativas:

- Ausência de infraestruturas de frio e armazenamento;
- Concentração de poder económico nas mãos de poucos operadores com faturas;
- Logística cara e ineficiente, penalizando o consumidor final;
- Informalidade e falta de regulação, o que dificulta a organização dos mercados e o acesso equitativo aos recursos.

Oportunidades e caminhos de melhoria

Apesar dos constrangimentos, a comercialização do pescado oferece importantes oportunidades para a inclusão socioeconómica:

- Capacitação e acesso a financiamento para as badeiras, promovendo o empreendedorismo feminino;
- Investimentos em infraestrutura logística e mercados, com especial foco no interior;
- Reforma do sistema de “faturas”, assegurando maior transparência e equidade no acesso ao pescado.

Com políticas públicas adequadas e maior apoio institucional, o segmento da comercialização pode tornar-se um vetor estratégico de desenvolvimento inclusivo, contribuindo para a redução da pobreza e a dinamização dos mercados nacionais.

2.3.5. Fornecedores de Insumos e Serviços de Apoio

Os fornecedores de insumos e serviços de apoio constituem um pilar essencial da cadeia de valor da pesca na Guiné-Bissau, assegurando o fornecimento de embarcações, motores, redes, combustíveis e assistência técnica. Contudo, a actividade decorre num contexto marcado por fortes constrangimentos estruturais, com impacto directo na produtividade e sustentabilidade do sector.

Grande parte da madeira utilizada na construção naval artesanal é importada da Casamansa (Senegal), em tábuas brutas, alimentando o crescente fabrico de embarcações de tábuas, que substituem progressivamente as canoas escavadas tradicionais. Pequenos estaleiros locais produzem embarcações como pirogas e canoas, mas enfrentam limitações no acesso a materiais modernos como fibra de vidro e na formação técnica. A legalidade da importação de madeira levanta ainda preocupações ambientais e de regulação.

A oferta de motores fora de borda, redes, anzóis, boias, combustíveis e lubrificantes depende, em grande medida, da importação, encarecendo os custos de operação e limitando o acesso em regiões remotas. Os motores mais comuns são de 15 HP, adequados à frota artesanal. A manutenção e o reparo de embarcações e motores são realizados por estaleiros ou oficinas informais, frequentemente sem acesso a peças sobressalentes.

Os pescadores enfrentam dificuldades persistentes no acesso a insumos de qualidade, obrigando deslocações regulares até Bissau, onde o abastecimento é concentrado. A inexistência de subsídios e a total dependência das importações tornam os custos operacionais proibitivos, especialmente para a pesca artesanal. As estruturas de apoio à conservação, como câmaras frigoríficas e fábricas de gelo, são escassas ou disfuncionais, agravando as perdas pós-captura.

A modernização do sector exige investimento em formação técnica, adoção de materiais duráveis e infraestruturas adequadas à conservação e comercialização. A introdução de tecnologias mais eficientes, como embarcações em fibra de vidro e motores económicos, pode reforçar a produtividade. A instalação de câmaras frigoríficas multifuncionais poderá beneficiar outras cadeias produtivas e melhorar o uso dos recursos.

Reduzir a dependência das importações passa por incentivar a produção local de redes e outros equipamentos, bem

como fomentar a compra colectiva de insumos por cooperativas, aumentando o poder de negociação dos pescadores. A gestão partilhada de infraestruturas, envolvendo cooperativas, autoridades locais e o Estado, poderá contribuir para uma maior eficiência e equidade.

Em síntese, apesar dos desafios evidentes, os fornecedores de insumos e serviços de apoio podem tornar-se agentes estratégicos para a transformação sustentável da pesca na Guiné-Bissau, desde que enquadrados por políticas públicas coerentes e investimentos estruturantes.

2.4. TIPOLOGIA DE ATORES E CIRCUITOS DE DISTRIBUIÇÃO DA CADEIA DE VALOR DA PESCA

Para facilitar a análise do sistema pesqueiro da Guiné-Bissau, foi elaborada uma tipologia de atores que estrutura a cadeia de valor da pesca em unidades de pesca (UP), compostas por pescadores, processadores, transformadores e comerciantes. Estas unidades constituem a base para as análises económicas e ambientais subsequentes. No segmento da comercialização, mantêm-se as categorias de badeiras grossistas e retalhistas.

Os circuitos de distribuição variam em complexidade. O mais simples ocorre quando os pescadores vendem directamente aos consumidores, frequentemente com intermediação das suas esposas. A maioria das transacções, no entanto, inclui um intermediário – geralmente uma badeira – e, em alguns casos, até dois, envolvendo revendedores e transformadores. Este formato é comum em situações de abundância de capturas ou distância dos centros de consumo.

O pescado é descarregado em portos locais e distribuído para mercados internos ou processado para exportação. No entanto, a logística é limitada: a escassez de transporte refrigerado, câmaras de frio e infraestruturas portuárias adequadas compromete a qualidade do produto e reduz a sua competitividade. Embora existam fábricas de gelo em algumas localidades, estas enfrentam falhas operacionais e de gestão. As técnicas de transformação – como defumação e salga – são maioritariamente artesanais e utilizadas sobretudo em zonas costeiras e insulares. O processamento industrial é pouco desenvolvido, o que agrava as perdas de qualidade e limita o potencial de exportação.

Os atores da cadeia de valor dividem-se entre diretos e indiretos. Entre os diretos, incluem-se os pescadores (artesanais e industriais), os processadores (geralmente mulheres que defumam ou salgam peixe), as empresas transformadoras (que congelam e embalam pescado, sobretudo para exportação) e os comerciantes, principalmente badeiras que actuam em mercados locais e regionais. Os atores indiretos incluem fornecedores de insumos (como redes, motores e embarcações, frequentemente importados), gestores públicos (como o Ministério das Pescas, INIPO e INFISCAP) e os consumidores finais, tanto locais como internacionais.

Foram identificadas quatro subcadeias relevantes: (1) produção pesqueira, que abrange tanto a pesca artesanal como a industrial; (2) processamento artesanal, centrado em práticas tradicionais com limitações de infraestrutura; (3) transformação industrial, incluindo congelação, acondicionamento e armazenamento; e (4) comercialização, com foco na logística de distribuição e venda, e nos desafios de acesso a mercados e conservação.

As Figuras 2 a 5 ilustram as cadeias de valor regionais da pesca nas zonas Norte, Bissau, Bijagós e Sul, destacando as interligações entre os elos da cadeia – desde a captura até à comercialização.

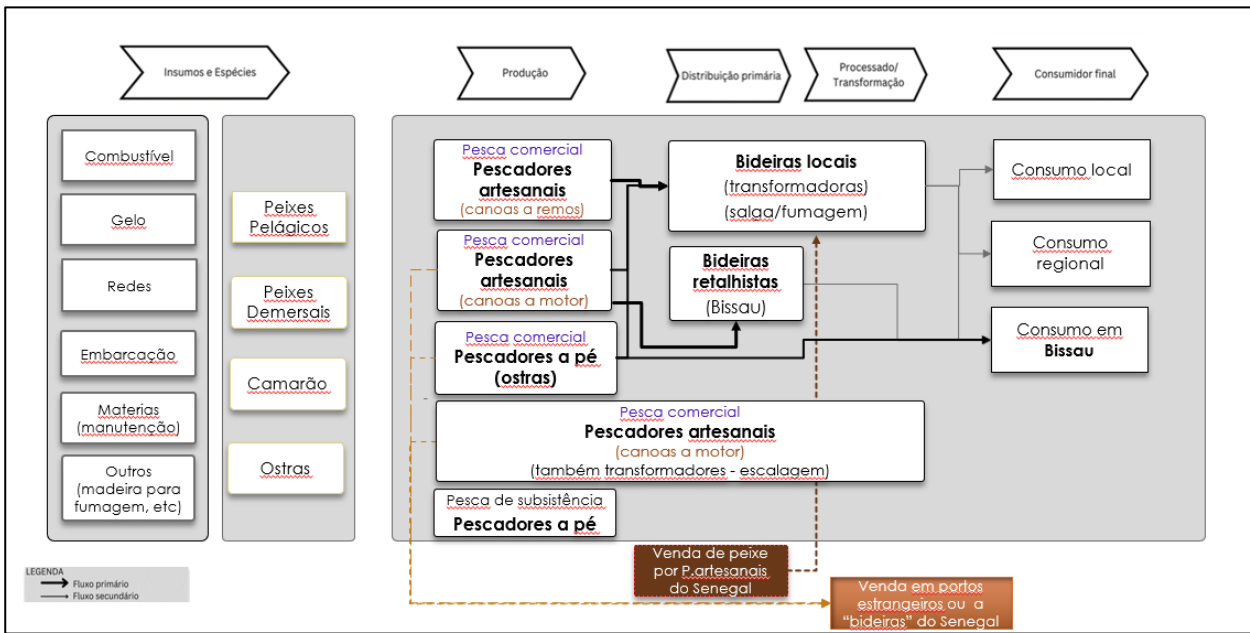


FIGURA 2-2: CADEIA DE VALOR DA PESCA NA REGIÃO NORTE DA GUINÉ BISSAU (LONDÉ, QUINHAMEL, ONDAME, CAIÓ E CACHEU)

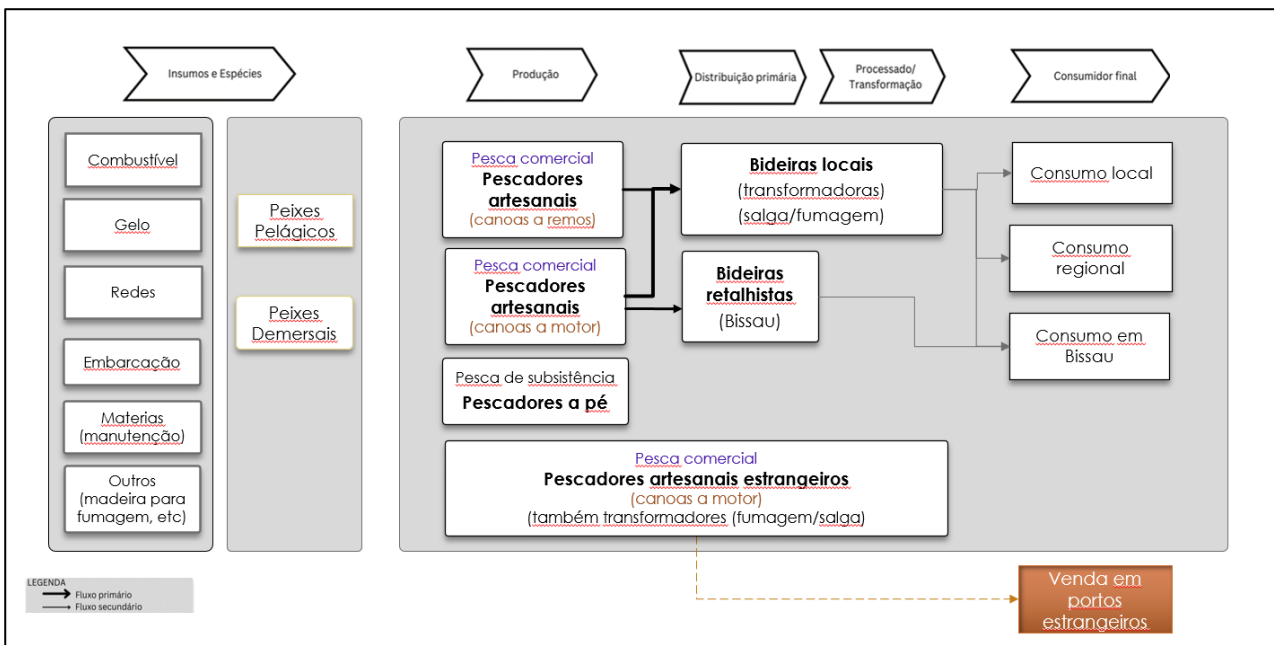


FIGURA 2-3: CADEIA DE VALOR DA PESCA NA REGIÃO BIJAGÓS DA GUINÉ BISSAU (BUBAQUE E URACANE)

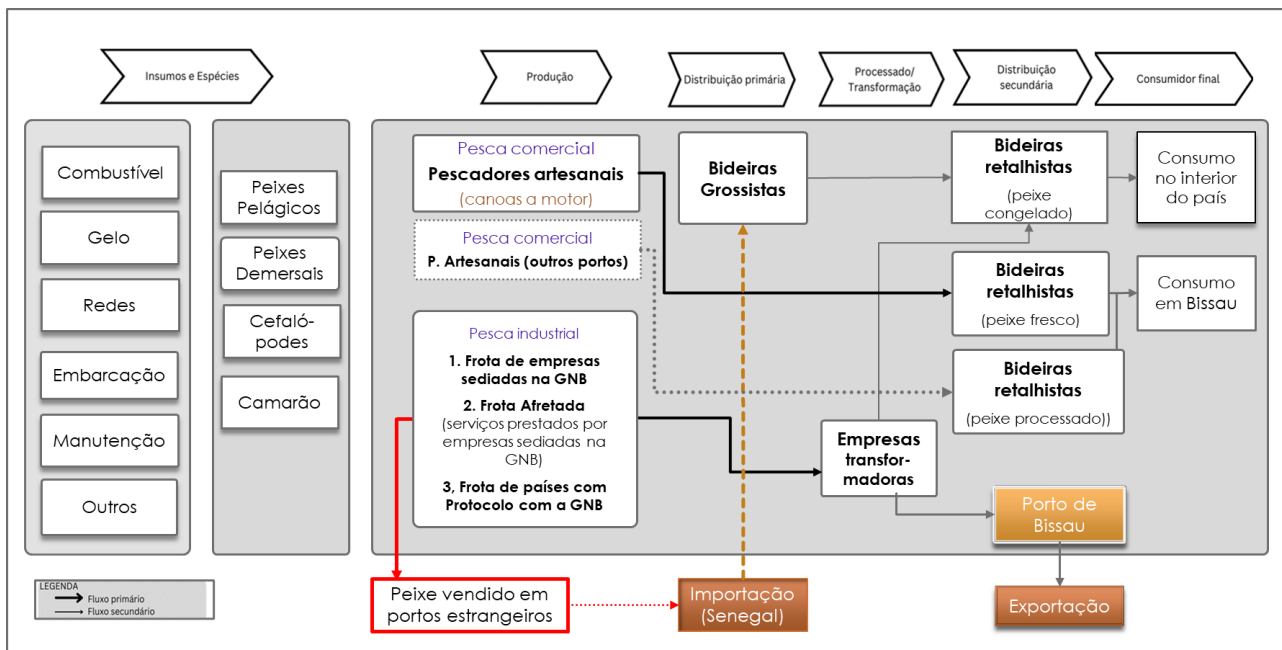


FIGURA 2-4: CADEIA DE VALOR DA PESCA EM BISSAU

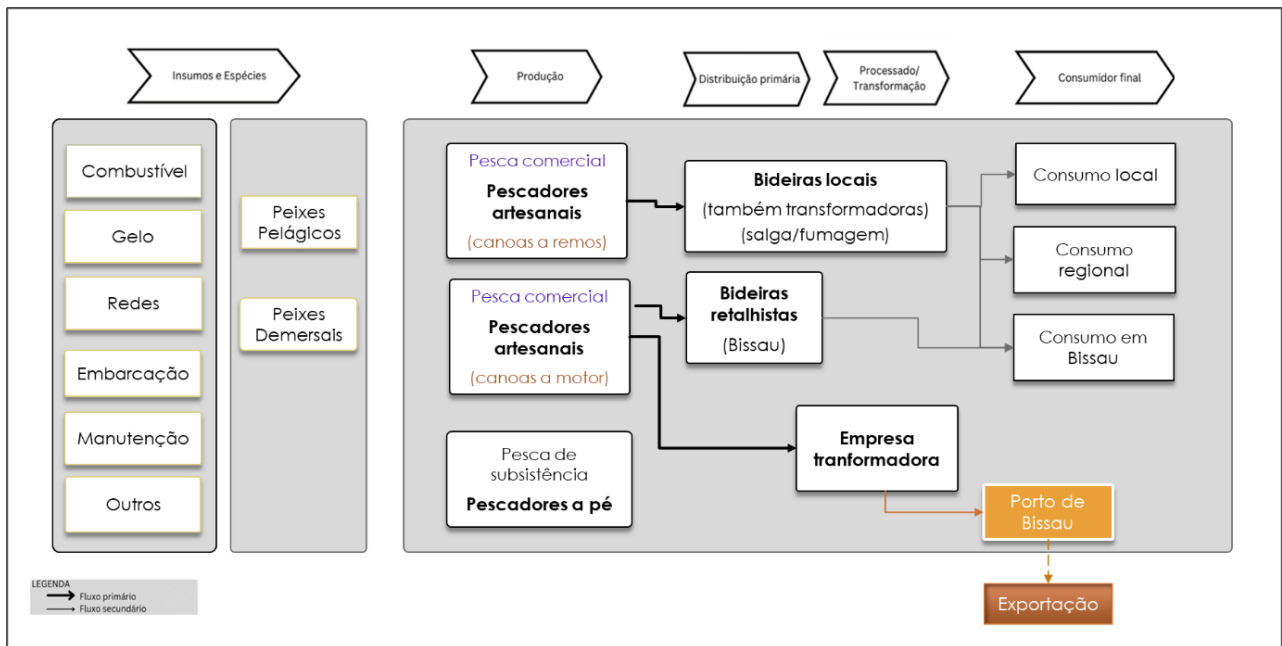


FIGURA 2-5: CADEIA DE VALOR DA PESCA NA REGIÃO SUL DA GUINÉ-BISSAU (BOLAMA, BUBA E CACINE)

2.5. O BALANÇO RECURSOS-EMPREGOS DOS PRODUTOS DA PESCA EM NÍVEL NACIONAL

A disponibilidade de dados fiáveis sobre a pesca costeira na Guiné-Bissau continua limitada e fragmentada, dificultando a definição de estratégias de gestão sustentável dos recursos haliêuticos. Embora existam informações provenientes de relatórios nacionais, da FAO e de iniciativas como o Sea Around Us, as inconsistências temporais e geográficas comprometem a avaliação rigorosa dos estoques pesqueiros (FAO, 2021; Sea Around Us, 2020).

Esta fragilidade resulta, em grande medida, da ausência de uma abordagem sistemática de amostragem e monitorização. Os dados recolhidos concentram-se, muitas vezes, em poucos portos, negligenciando zonas remotas e a pesca artesanal de pequena escala. A escassez de recursos humanos qualificados e de tecnologias adequadas –

como sistemas electrónicos de recolha de dados ou vigilância por satélite – agrava ainda mais esta lacuna (Breuil & Bodiguel, 2015; Jacquet et al., 2010).

A situação é agravada pela persistência da pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN), sobretudo por embarcações estrangeiras que operam fora do controlo das autoridades. Esta prática não só distorce as estatísticas oficiais, como representa uma ameaça directa à sustentabilidade dos recursos marinhos (Doubouya et al., 2017; EJJ, 2019). Adicionalmente, a falta de integração entre as bases de dados nacionais, os sistemas da FAO e os contributos das iniciativas comunitárias impede uma visão consolidada sobre as capturas, a diversidade de espécies e as tendências ao longo do tempo (Pauly & Zeller, 2016).

Perante este cenário, torna-se prioritário reforçar as capacidades institucionais e técnicas do país, nomeadamente através da formação de profissionais, da adopção de ferramentas modernas de monitorização e da promoção de parcerias internacionais orientadas para o combate à pesca INN. A criação de uma plataforma nacional integrada de dados, que envolva as comunidades locais no processo de recolha e validação das informações, pode garantir maior representatividade, apoiar decisões informadas e fortalecer a sustentabilidade do sector.

A consolidação de sistemas de informação robustos e inclusivos é essencial não apenas para assegurar a preservação dos ecossistemas marinhos, mas também para garantir empregos, segurança alimentar e o bem-estar das comunidades costeiras que dependem da pesca como fonte primária de rendimento e subsistência (FAO, 2021; Breuil & Bodiguel, 2015).

2.5.1. Produção pesca artesanal (com embarcação)

Entre 2011 e 2020, a produção da pesca artesanal na Guiné-Bissau registou um crescimento acumulado de 77,7%, passando de cerca de 21,9 mil para 39,1 mil toneladas (CIPA, 2020). Esta tendência de crescimento manteve-se nos anos seguintes, estimando-se para 2022 uma produção total próxima das 42,6 mil toneladas, com base na evolução histórica da série. Deste total, cerca de 63% corresponde a peixes demersais (aproximadamente 28 mil toneladas) e 31% a pelágicos (cerca de 14 mil toneladas), sendo os restantes 6% constituídos por crustáceos, moluscos e capturas continentais (Quadro 2.2).

A pesca artesanal assume um papel central no abastecimento do mercado interno da Guiné-Bissau, apesar de os volumes capturados serem significativamente inferiores aos registados na pesca industrial. Em 2020, foram identificados mais de 132 locais de desembarque, agrupados em 18 núcleos, com uma frota de 1.827 embarcações de cinco tipos distintos, operando com dez artes de pesca diferentes (CIPA & UEMOA, 2014; CIPA, 2020). Esta elevada dispersão geográfica e a diversidade operacional dificultam a obtenção de estimativas nacionais fiáveis sobre os volumes de captura (Sobrinho et al., 2024).

QUADRO 2-2: EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DA PESCA ARTESANAL DE GUINÉ-BISSAU, 2011-2022. DADOS ESTIMADOS EM TONELADAS.

| Ano | Produção (*) |
|------|--------------|
| 2011 | 21.896,45 |
| 2012 | 23.354,09 |
| 2013 | 24.908,77 |
| 2014 | 26.566,93 |
| 2015 | 28.335,49 |
| 2016 | 30.221,77 |
| 2017 | 32.233,62 |

| | |
|------|-----------|
| 2018 | 34.379,40 |
| 2019 | 36.668,02 |
| 2020 | 39.109,00 |
| 2021 | 41.712,47 |
| 2022 | 42.624,00 |

Fonte: Inquérito socioeconômico 2020 (CIPA). Elaboração própria.

(*) Estimativa baseada na taxa de crescimento observada na série histórica.

Segundo Intchama et al. (2018, cit. in COLEAD, 2025), a frota artesanal teria desembarcado cerca de 6,5 mil toneladas em 2017, representando apenas entre 1,7% e 2% do total nacional de capturas marinhas. Contudo, ao considerar também a pesca de subsistência e recreativa, essa percentagem poderia subir para 8,4%. No entanto, os dados oficiais — nomeadamente os inquéritos de 2011 e 2020 — apontam para valores entre três a seis vezes superiores aos registados por COLEAD, evidenciando a persistência de incertezas significativas nas estimativas de produção.

Neste estudo, adotou-se como base a tendência de crescimento observada nas estatísticas nacionais, projectando para 2022 uma produção estimada de 42.624 toneladas de pesca artesanal marinha. Para efeitos analíticos, considerou-se uma perda média de 10% no momento do desembarque, devido às limitações na conservação, nomeadamente à escassez de instalações de frio e gelo no país.

A distribuição regional da produção e a desagregação por grupos de espécies encontram-se sistematizadas no Quadro 2.3, permitindo uma leitura geográfica e ecológica da dinâmica da pesca artesanal.

QUADRO 2-3: DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA PRODUÇÃO DA PESCA ARTESANAL DE GUINÉ-BISSAU (2022).

| Ano 2022 | Espécies | | | | |
|---------------|----------------|----------------|----------------------------|-------------|------------|
| Região | Pelágicas (kg) | Demersais (kg) | Crustáceos e Moluscos (kg) | Outros (kg) | Total (kg) |
| Norte | 5839 | 18756 | 192 | 13 | 24800 |
| Bissau | 1170 | 300 | 0 | 0 | 1470 |
| Ilhas Bijagós | 5308 | 4232 | 0 | 0 | 9541 |
| Sul | 2165 | 4648 | 0 | 0 | 6813 |
| Total | 14483 | 27936 | 192 | 13 | 42624 |

Em termos de motorização, apesar de melhorias observadas desde 2011, a frota artesanal guineense continua pouco mecanizada. Em 2020, apenas 27,1% das embarcações estavam equipadas com motor fora de borda (CIPA, 2020), uma variável crucial para a produtividade e segurança da atividade, e que será explorada mais detalhadamente na Secção 6.2 deste relatório.

2.5.2. Pesca a pé

A pesca a pé representa uma componente fundamental da fileira pesqueira na Guiné-Bissau, não apenas pelo seu contributo nutricional e económico, mas também pelo seu enraizamento cultural e social nas comunidades costeiras. Esta prática, exercida sobretudo por mulheres e jovens em zonas intertidais, como bancos de lama, estuários e rias, constitui uma fonte vital de alimentos, rendimento e identidade comunitária.

De acordo com o inquérito nacional realizado pelo Centro de Investigação Pesqueira Aplicada (CIPA) em 2020, a pesca a pé caracteriza-se por uma elevada sazonalidade, uma grande diversidade de artes e técnicas utilizadas e uma dispersão geográfica significativa dos seus praticantes. Tais características tornam extremamente difícil a

recolha sistemática de dados e a obtenção de estimativas fiáveis sobre o volume total de capturas desta actividade (CIPA, 2024).

Para efeitos deste estudo, foi adoptada a estimativa oficial de 14.780 toneladas como volume de produção referente ao ano de 2022, com base nos dados recolhidos pelo CIPA. Esta estimativa diz respeito exclusivamente à produção dos pescadores que não utilizam embarcações, estando repartida por diversos núcleos de pesca distribuídos ao longo do litoral guineense. Apesar de ser frequentemente marginalizada nas estatísticas oficiais, a pesca a pé constitui uma actividade estratégica para a segurança alimentar, a coesão social e a resiliência económica das populações mais vulneráveis.

2.5.3. Produção total artesanal

Como os dados do inquérito realizado em 2020 não compreende as informações dos pescadores que não utilizam embarcações, o total da produção artesanal será dado pela soma entre as duas práticas (Quadro 2-4).

QUADRO 2-4: PRODUÇÃO ARTESANAL TOTAL, POR TIPO DE PESCA, EM GUINÉ-BISSAU, 2022 – EM TONELADAS.

| Tipo de pesca | Produção | Part. (%) |
|----------------------|------------------|-------------|
| Pesca com embarcação | 42.624,00 | 74% |
| Pesca sem embarcação | 14.780,07 | 26% |
| Total | 57.404,07 | 100% |

Fonte: Inquérito socioeconómico 2020. Draft0 IIº Relatório do inquérito pesca a pé na Guiné-Bissau. Elaboração própria.

2.5.4. Pesca Industrial e capturas em 2022

A pesca industrial constitui o principal segmento da produção pesqueira na Guiné-Bissau, distinguindo-se claramente da realidade dos países vizinhos como o Senegal e a Gâmbia, onde predominam as capturas realizadas por embarcações artesanais e semi-artesanais. Caracterizada por operações com navios com mais de 20 metros de comprimento, a pesca industrial na Guiné-Bissau está legalmente confinada à Zona Económica Exclusiva (ZEE) do país.

De acordo com o Anuário Estatístico da Pesca Industrial (INIPO, 2022), 128 embarcações industriais operaram nas águas guineenses durante o ano de 2022, sob quatro tipos de licenças principais: arrasto de camarão, arrasto de cefalópodes, arrasto de peixe demersal e arrasto de peixe pelágico. A análise da composição da frota revela um predomínio de navios de bandeira estrangeira, com destaque para a China (51% das embarcações), seguida pela Guiné-Bissau (15%), Espanha (14%), Senegal (11%) e Mauritânia (3%). O restante da frota distribui-se por países como Itália, Palau, Camarões, Marrocos e Turquia.

As capturas industriais totalizaram 110.350 toneladas em 2022, das quais mais de 44% corresponderam a pequenos pelágicos, nomeadamente sardinela e carapau (CIPA, 2022). No entanto, segundo o INIPO, apenas cerca de 6.000 toneladas foram destinadas ao mercado interno, o que evidencia a forte orientação exportadora da pesca industrial guineense. A maior parte do pescado é canalizada para o abastecimento de fábricas de congelação de pescado, com destaque para as duas principais unidades industriais localizadas em Bissau.

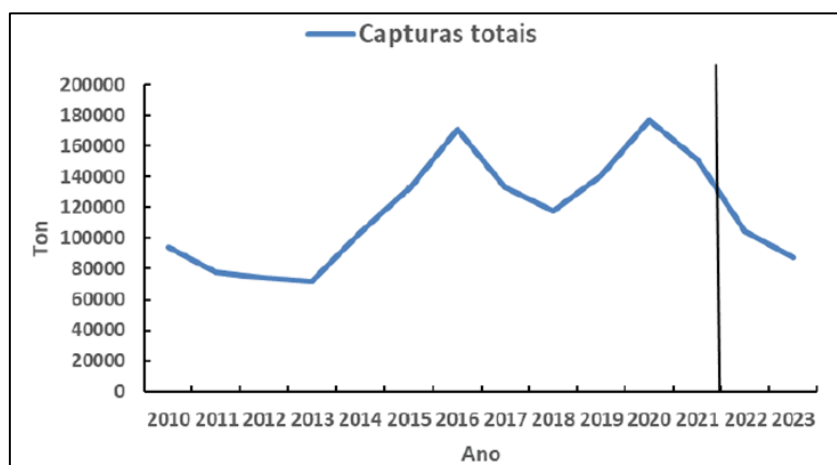


FIGURA 2-6: EVOLUÇÃO DO TOTAL DE DESEMBARQUES NO PERÍODO 2010 – 2023 (FONTE: SOBRINO ET AL, 2024)

As embarcações de bandeira chinesa foram responsáveis por 56% das capturas, seguidas pelas guineenses (32%), turcas (6%) e espanholas (4%). Entre as espécies mais capturadas destacam-se os pequenos pelágicos como carapau e sardinela, os peixes demersais como bagre, os cefalópodes (polvo e chocos) e os crustáceos (nomeadamente gamba e alistados).

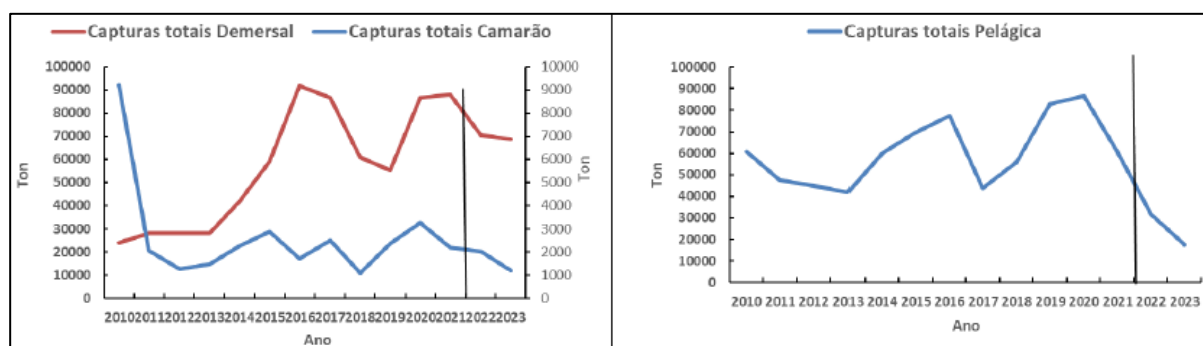


FIGURA 2-7: EVOLUÇÃO DOS DESEMBARQUES POR TIPO DE FROTA NO PERÍODO 2010 – 2023 (FONTE: SOBRINO ET AL, 2024)

Em termos de esforço de pesca por tipo de licença, o arrasto para peixe demersal representou a maior parte das capturas (51%, correspondendo a 56,8 mil toneladas), seguido pelo arrasto de peixe pelágico (29%, ou 31,8 mil toneladas), arrasto de cefalópodes (12,9 mil toneladas), cerco de pelágicos (6,2 mil toneladas) e, por fim, o arrasto de camarão (2,7 mil toneladas).

Segundo a análise de tendências realizada por Sobrino et al. (2024), com base em dados anuais entre 2010 e 2023, observa-se uma tendência de declínio nas capturas das frotas que operam nas pescarias pelágicas, de crustáceos e no total agregado. Este decréscimo persiste mesmo após a introdução de medidas de gestão, como o período de repouso biológico iniciado em 2022. No caso específico do arrasto pelágico, a redução das capturas é interpretada como resultado natural da exploração de recursos migratórios e partilhados, cuja abundância é sujeita a variações ecológicas e pressões multilateralizadas (ver Secção 6.4.3).

Esta estrutura de exploração e a predominância de navios estrangeiros com elevado poder de captura ilustram a dependência externa da economia pesqueira industrial da Guiné-Bissau, ao mesmo tempo que levantam questões sobre os benefícios económicos líquidos para o país e a sustentabilidade dos recursos marinhos explorados.

2.5.5. Importações

As importações de pescado pela Guiné-Bissau têm vindo a desempenhar um papel cada vez mais relevante no abastecimento do mercado interno, especialmente face às limitações estruturais da cadeia de distribuição da pesca local. Estas importações são maioritariamente organizadas por badeiras grossistas, que estabelecem redes informais e formais de aquisição de pescado, com destaque para o fornecimento proveniente de países vizinhos, em particular o Senegal.

Entre 2019 e 2022, verificou-se uma tendência crescente nas importações de pescado, embora com um ligeiro declínio registado em 2022, em comparação com o pico observado em 2021. Neste período, o volume total importado passou de 865 toneladas em 2019 para um máximo de 3.281 toneladas em 2021, recuando para 2.723 toneladas em 2022 (Quadro 2-5). Segundo dados da FAO FishStat, o Senegal manteve-se como o principal parceiro comercial, representando cerca de 50% das importações em 2022, seguido por Marrocos e Japão. Portugal, embora historicamente relevante, representa uma parcela relativamente modesta das importações actuais.

Por outro lado, segundo os dados do CEPII BACI (COLEAD, 2025), a Guiné-Bissau terá importado, em média, cerca de 2.500 toneladas por ano de peixe e produtos à base de pescado entre 2020 e 2022. Estima-se que 40% dessas importações correspondam a produtos congelados e outros 40% a pescado fresco ou refrigerado, sendo as espécies mais frequentemente importadas a sardinha, sardinela, carapau e cavala.

QUADRO 2-5: IMPORTAÇÕES DE PESCADO EM GUINÉ-BISSAU, 2019-2022 – EM TONELADAS.

| Parceiro comercial | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 |
|--------------------------|---------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| Gambia | 10,00 | - | 36,00 | - |
| India | 41,00 | 20,00 | - | 20,00 |
| Japan | 236,00 | - | 213,00 | 252,00 |
| Mauritania | - | - | 288,00 | 29,00 |
| Mexico | - | - | 54,00 | - |
| Morocco | 247,00 | 245,00 | 668,00 | 987,00 |
| Portugal | 21,00 | 28,00 | 29,00 | 62,00 |
| Republic of Korea | 91,00 | 31,00 | 40,00 | - |
| Senegal | 214,00 | 1.245,00 | 1.952,00 | 1.366,00 |
| Spain | 5,00 | 2,00 | 1,00 | 7,00 |
| Thailand | - | 17,00 | - | - |
| United States of America | - | 18,00 | - | - |
| Total Geral | 865,00 | 1.606,00 | 3.281,00 | 2.723,00 |

Fonte: FAO - Fishstat.

Considerando as importações de produtos da pesca³ (Figura 2.8), os dados mostram que a quantidade importada de pescado e produtos à base de pescado pela Guiné-Bissau atingiu as 730 toneladas em 2018, um aumento de 256% em relação a 2014. O pescado congelado (HS 0303) é o produto mais importado correspondendo a 85.7% do

³ De notar que os valores apresentados são baseados na COMTRADE, das Nações Unidas, e correspondem a dados espelho (“mirror data”) uma vez que não existem estatísticas de importações de produtos de pesca pela GNB.

total em 2022. As importações de produtos do mar com origem na Europa (dominadas por Portugal e Espanha) têm vindo a diminuir desde 2015, acentuando-se o papel de Senegal como principal fonte pescada, especialmente em 2018 quando forneceu 69.4% da quantidade total importada.

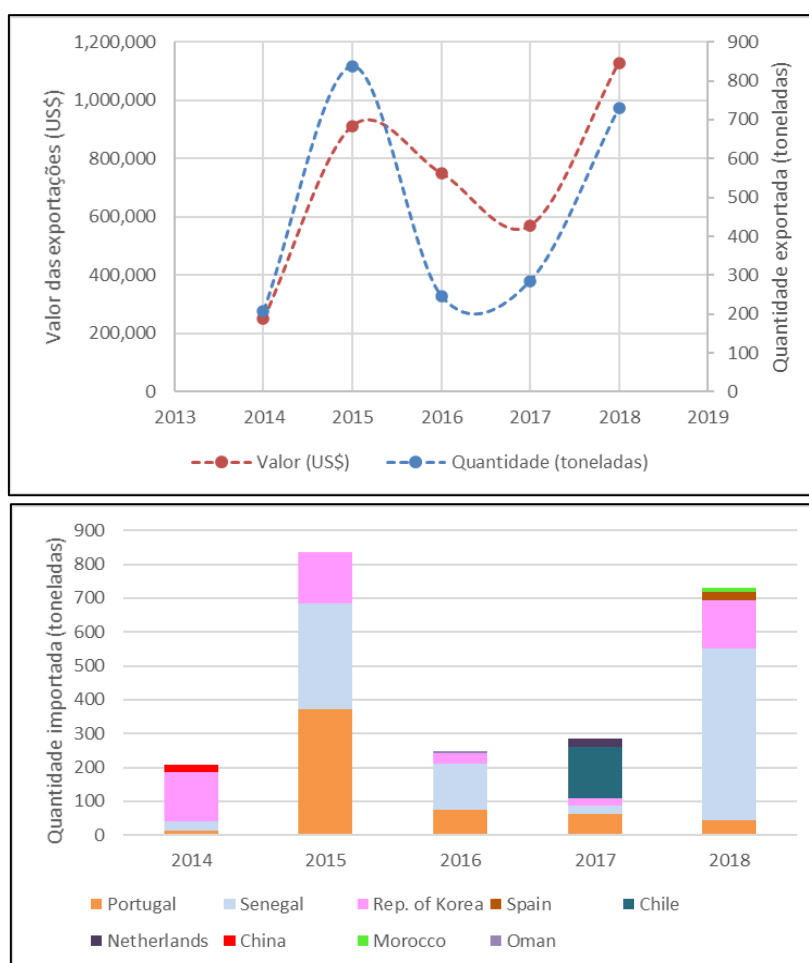


FIGURA 2-8: QUANTIDADE DE PRODUTOS DO MAR IMPORTADOS PELA GUINÉ-BISSAU ENTRE 2014 E 2018, VALORES GLOBAIS (INCLUINDO DESPESA EM US\$) E POR PAÍSES DE DESTINO (FONTE: COMTRADE, DADOS ESPELHO, DISPONÍVEIS EM MAIO 2025).

2.5.6. Exportações de Pescado da Guiné-Bissau: estatísticas não registadas oficialmente e perda de valor acrescentado

De acordo com dados da FAO FishStat, as exportações de pescado da Guiné-Bissau atingiram 21.782 toneladas em 2022, um volume considerável, sobretudo quando se considera que a produção artesanal está fortemente orientada para o consumo interno. O Quadro 2.6 apresenta a distribuição das exportações por país de destino, com destaque para o Togo, Costa do Marfim e Gana, que figuram como os principais mercados receptores.

QUADRO 2-6: EXPORTAÇÕES DE PESCADO EM GUINÉ-BISSAU, 2019-2022 – EM TONELADAS

| Parceiro comercial | 2022 |
|----------------------------------|----------|
| Chile | 199,00 |
| Côte d'Ivoire | 5.598,00 |
| Democratic Republic of the Congo | 320,00 |
| France | 1,00 |
| Ghana | 3.323,00 |

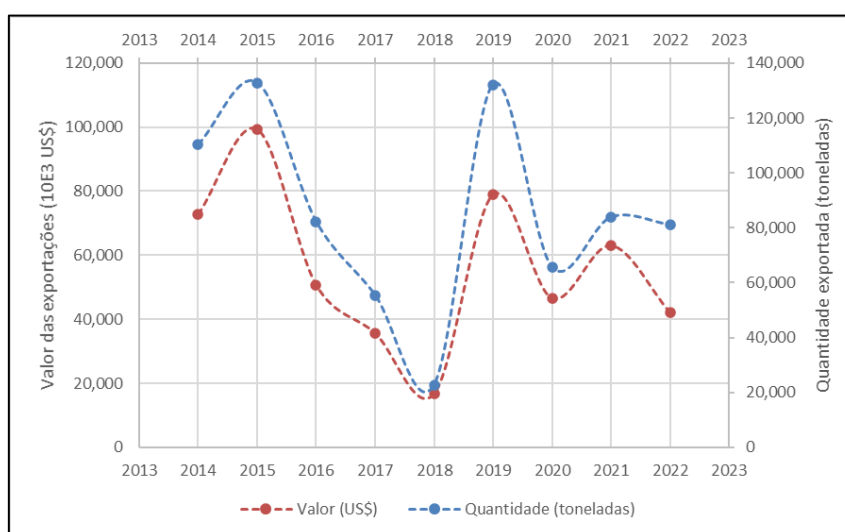
| | |
|--------------------|------------------|
| Morocco | 10,00 |
| Other NEI | 1.013,00 |
| Republic of Korea | 539,00 |
| Senegal | 165,00 |
| Togo | 10.614,00 |
| Total Geral | 21.782,00 |

Fonte: FAO - Fishstat.

Complementarmente, dados espelho do sistema COMTRADE indicam um volume ainda mais expressivo de 81.112 toneladas exportadas em 2022, embora este número represente uma redução de 38,6% em relação ao ano de 2019. A série histórica entre 2014 e 2022 mostra uma tendência negativa no volume global exportado pela Guiné-Bissau. Os principais destinos são países africanos da região, como Gana, Togo e Costa do Marfim. A República da Coreia, embora com volumes mais modestos, tem mantido importações regulares ao longo do período.

No entanto, nenhuma exportação oficial é registada para a União Europeia, dado o não cumprimento, por parte da Guiné-Bissau, das exigências de certificação sanitária e de rastreabilidade impostas pela Comunidade Europeia. Quase a totalidade dos produtos exportados corresponde a pescado congelado (HS 0303), oriundo da pesca industrial — com raríssimas exceções de origem semi-industrial.

Importa destacar que tanto os dados da FAO FishStat como os provenientes do COMTRADE não constam dos registos oficiais da balança comercial nacional. Esta desconexão estatística significa que o valor acrescentado associado às exportações de pescado não é contabilizado nas contas económicas formais da Guiné-Bissau, o que representa uma perda significativa de valor para o país. Além disso, esta lacuna compromete a possibilidade de realizar análises económicas fiáveis no âmbito do estudo VCA4D, dado que os fluxos comerciais reais não são refletidos nos instrumentos de medição económica nacional, limitando a robustez das estimativas de rendimento, contributo para o PIB e balanço comercial do sector.



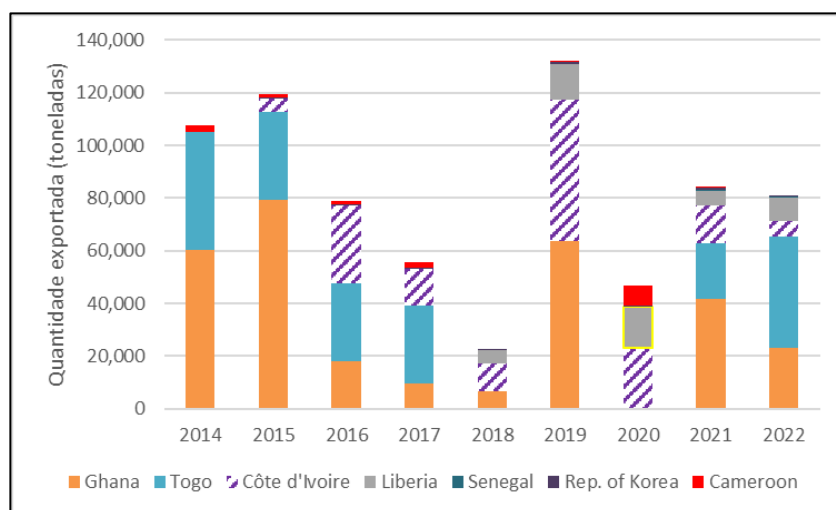


FIGURA 2-9: QUANTIDADE DE PRODUTOS DO MAR EXPORTADOS PELA GUINÉ-BISSAU ENTRE 2014 E 2022, VALORES GLOBAIS (INCLUINDO RECEITA EM US\$) E POR PAÍSES DE DESTINO (FONTE: COMTRADE, DADOS ESPELHO, DISPONÍVEIS EM MAIO 2025).

2.5.7. Volumes de captura não documentados

A Zona Econômica Exclusiva - ZEE da Guiné-Bissau é altamente produtiva e atrai diversas atividades pesqueiras. No entanto, a fraca capacidade de fiscalização e a infraestrutura limitada de monitorização criam condições propícias à pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN).

De acordo com COLEAD (2025), os volumes de capturas não declaradas na ZEE da Guiné-Bissau têm apresentado tendência de aumento nos últimos 10 anos. Segundo estimativas da Sea Around Us⁴, as capturas INN terão atingido um volume superior a 684 mil toneladas em 2019, o que corresponde a um aumento de 147% (mais de 1 milhão de toneladas) por comparação com 2010 (COLEAD, 2025). Embora esse aumento possa ser considerado moderado, a pesca INN traduz-se na prática em milhares de toneladas extras de captura por ano (COLEAD, 2025). De acordo com estimativas do Sea Around Us, entre 2010 e 2019, apenas 5% a 29% dos volumes de captura de peixes na Guiné-Bissau foram oficialmente reportados, o que significa que entre 71% e 95% da captura total não foi reportada⁵.

Em relação à pesca industrial, no âmbito do presente estudo foi possível verificar que, com base nos registros das horas de pesca de uma amostra de 75 navios operando na ZEE da Guiné-Bissau em 2022⁶, apenas 13% desse tempo correspondeu a viagens de pesca com início e término em portos nacionais; os 87% restantes das horas de pesca estavam vinculados a entradas em portos estrangeiros, principalmente Dakar, no Senegal. Existem várias razões subjacentes a esta prática⁷, e apesar da presença de observadores guineenses a bordo dos navios autorizados a pescar nas águas da GNB, poder-se-á sempre colocar a questão do rastreio eficaz dos volumes de captura obtidos face a uma infraestrutura de monitorização, fiscalização e penalização que ainda não é nem robusta nem contínua.

⁴ Sea Around Us é uma iniciativa de investigação científica sediada na Universidade da Colúmbia Britânica, que fornece dados abrangentes sobre a pesca global, incluindo números oficiais relatados e estimativas de capturas não declaradas provenientes de pesca industrial mas também de pesca artesanal.

⁵ Estes números incorporam produtos do mar destinados ao consumo humano direto, farinhas de peixe e óleos de peixe. É importante reconhecer que as metodologias empregues pelo Sea Around Us para estimar as capturas INN têm enfrentado críticas quanto aos pressupostos e aos métodos de extrapolação utilizados na reconstrução dos valores de capturas, sugerindo que dão origem a estimativas muito acima dos valores reais (cf. Zeller D, Pauly D (2018). The 'presentist bias' in time-series data: Implications for fisheries science and policy. Marine Policy, 90: 14-19. <https://doi.org/10.1016/j.marpol.2018.01.015>.)

⁶ Cálculos baseados na informação extraída da Global World Fishing, referente ao período de 01Jan2022 a 01Jan2023, e a navios de pesca operando na ZEE da GNB com uma cobertura do sistema automático de identificação (AIS) superior a 75%.

⁷ Referidas por vários entrevistados como associadas às deficientes condições portuárias e serviços de apoio e ao assoreamento da barra do porto de Bissau, aos preços mais favoráveis do combustível no porto de Dakar e aos melhores preços de venda do pescado no Senegal.

De acordo com COLEAD (2025), estes factos corroboram a indicação acima de que uma grande parte das atividades pesqueiras, tanto artesanais quanto industriais, parece permanece indocumentada ou apenas parcialmente documentada.

2.5.8. Produção de Produtos Transformados de Pescado

O processamento de pescado na Guiné-Bissau reveste-se de três formas principais e bem distintas: o consumo em estado fresco, a transformação em peixe fumado e a transformação em peixe seco e salgado.

O Quadro 2-7 sintetiza as contribuições relativas de cada uma destas modalidades de processamento, bem como as quantidades estimadas de pescado transformado por região. Por sua vez, o Quadro 2-8 apresenta os fatores de conversão utilizados para estimar o volume de peixe fresco necessário para obtenção de peixe fumado e de peixe salgado seco, além de um fator global de transformação aplicado à totalidade da produção processada.

QUADRO 2-7: VALORES RELATIVOS E ABSOLUTOS DE PEIXE PROCESSADO ARTESANALMENTE, POR REGIÃO

| Região | Peixe processado artesanalmente (%) | | |
|---------------|-------------------------------------|--------|--------------|
| | Fresco | Fumado | Salgado Seco |
| Norte | 10% | 84% | 6% |
| Bissau | 90% | 8% | 2% |
| Ilhas Bijagós | 5% | 89% | 6% |
| Sul | 24% | 70% | 6% |

QUADRO 2-8: FATORES DE CONVERSÃO ASSUMIDOS PARA OS PROCESSOS ARTESANAIS DE FUMAGEM, DE SALGA E SECAGEM E PARA UM PROCESSO GLOBAL DE TRANSFORMAÇÃO DE PESCADO.

| Processo | Proporção relativa | Factor de conversão | Conversão (%) | Ponderação | Factor Final de conversão |
|---------------|--------------------|---------------------|---------------|--------------|---------------------------|
| Fumagem | | 1.85 : 1 | 0.539 | | 0.539 |
| Salga | | 3.5 : 1 | 0.286 | | 0.286 |
| Transformação | Fumagem | 0.936 | 0.539 | 0.624 | 0.523 |
| | Salga | 0.064 | 0.286 | 0.018 | |

Uma análise mais aprofundada destas estimativas encontra-se desenvolvida na Secção 6.2 do presente relatório.

Admite-se, como hipótese de trabalho, que as perdas associadas ao processamento artesanal do pescado são muito reduzidas, situando-se abaixo de 1% do volume total manipulado, valor este compatível com os padrões observados em comunidades tradicionais com domínio técnico consolidado.

No que respeita à produção de produtos do mar congelados, cuja origem está fortemente vinculada à pesca industrial, foi adotado um fator de conversão de 1,2:1 (ou seja, 1,2 kg de pescado fresco para 1 kg de produto congelado), em alinhamento com os valores de referência publicados pelo Instituto Nacional de Estatística de Portugal.

2.5.9. Balanço da Oferta e da Procura de Produtos da Pesca na Guiné-Bissau: Cenários Comparados e Consumo Aparente

O Quadro 2-9 apresenta os principais elementos do balanço entre a oferta e a procura de pescado e produtos transformados na Guiné-Bissau, com base em três cenários alternativos de consumo anual per capita. Os cenários 1 e 2 assumem valores de consumo de 14,4 kg/habitante/ano e 15,0 kg/habitante/ano, respetivamente, estimativas

que se baseiam no Plano Estratégico de Desenvolvimento das Pescas da Guiné-Bissau 2015–2020, no qual se apontava inicialmente um consumo de 14,4 kg, revisto em 2016 para 14,7 kg por pessoa por ano.

Entretanto, diversos especialistas consultados no âmbito do presente estudo referem que os níveis de consumo atuais oscilam entre 14,8 kg e 15,0 kg per capita, o que reforça a pertinência das estimativas adotadas. Embora estes valores permaneçam abaixo da média global (estimada em 20,7 kg/hab./ano, segundo a FAO), são considerados relativamente elevados para os padrões africanos (COLEAD, 2025), atestando a centralidade do pescado na dieta alimentar guineense.

Com base numa população estimada em 2.148.239 habitantes (2022), a procura anual de pescado situa-se em 30.935 toneladas (cenário 1) e 32.224 toneladas (cenário 2). A oferta total de pescado disponível no país – resultante da pesca artesanal (22.241 t), pesca continental (1.865 t), pesca a pé (14.780 t), importações (1.816 t), aquisições diretas no exterior (2.450 t) e cedências obrigatórias por afretamento (6.000 t) – atinge um total de 49.152 toneladas nos dois cenários.

Esse volume gera um excedente positivo de 18.217 toneladas (cenário 1) e 16.928 toneladas (cenário 2) face à procura interna. Esta diferença é significativa e pode indicar diversos fatores, entre os quais se destacam:

- o consumo efetivo inferior ao estimado, especialmente em zonas urbanas ou não costeiras;
- perdas não documentadas ao longo da cadeia de valor (nomeadamente no transporte e na conservação);
- e, principalmente, a existência de fluxos informais e não contabilizados de pescado para países vizinhos, uma prática amplamente reconhecida por atores locais, mas invisível nas estatísticas oficiais.

Um outro elemento a destacar é o balanço praticamente nulo entre a oferta e a procura de produtos da pesca industrial – com apenas 847 toneladas de excedente em ambos os cenários. Tal equilíbrio, aparente à primeira vista, pode ocultar uma subestimação significativa das capturas industriais destinadas ao mercado interno, devido a falhas nos sistemas de registo e rastreamento.

QUADRO 2-9: ELEMENTOS DE OFERTA, DA PROCURA E DO BALANÇO ENTRE OFERTA E PROCURA DE PRODUTOS RESULTANTES DA PESCA NA GUINÉ BISSAU (ANO DE REFERÊNCIA: 2022).

| | Elemento | Cenário 1 | Cenário 2 | Cenário 3 |
|---------|---|---------------|---------------|---------------|
| Procura | Consumo per capita (kg/ano) | 14,4 | 15,0 | 18,3 |
| | População 2022 (OMS) | 2.148.239 | 2.148.239 | 2.148.239 |
| | Peixe consumido ns GNB (toneladas) | 30.935 | 32.224 | 39.230 |
| | Peixe exportado (toneladas) | 81.112 | 81.112 | 24.500 |
| Oferta | Produtos da Pesca Artesanal disponíveis no mercado ¹ (toneladas) | 22.241 | 22.241 | 38.362 |
| | Produtos da Pesca Continental (toneladas) | 1.865 | 1.865 | 1.865 |
| | Produtos da Pesca Pé (toneladas) | 14.780 | 14.780 | 14.780 |
| | Importações (toneladas) | 1.816 | 1.816 | 2.723 |
| | Aquisição direta no exterior (toneladas) | 2.450 | 2.450 | - |
| | Cedência obrigatória por afretamento (toneladas) | 6.000 | 6.000 | 6.000 |
| | Oferta Peixe (toneladas) | 49.152 | 49.152 | 63.730 |
| | Produtos da Pesca Industrial² (toneladas) | 86.959 | 86.959 | - |
| Balanço | Oferta-Procura para o consumidor guineense (toneladas) | 18.217 | 16.928 | 24.500 |
| | Oferta-Procura Pesca Industrial³ (toneladas) | 847 | 847 | - |
| | Consumo Aparente (toneladas): CA = P + M - X | | | 39.230 |

1 - inclui perdas ocorridas nos processos de transporte e comercialização até ao local final de venda

2 - valor correspondente ao total de capturas, excluindo a cedência obrigatória, corrigido pelo fator de conversão

3 - valor correspondente ao balanço entre a oferta de peixe congelado e a procura desse produto, tanto nacional como internacionalmente

Para aprofundar a análise do equilíbrio entre a oferta e a procura de produtos da pesca na Guiné-Bissau, considerou-se um terceiro cenário analítico, sustentado no cálculo do consumo aparente – uma metodologia internacionalmente reconhecida que permite estimar a quantidade de pescado efetivamente disponível para o mercado interno, considerando os fluxos formais de entrada e saída do país. O consumo aparente é obtido pela fórmula clássica: $CA = P + M - X$, onde CA = Produção; M = Importação e X = Exportação. Essa abordagem permite estimar, de forma objetiva, a quantidade de pescado que permanece no país para abastecimento da população, independentemente de eventuais perdas, redistribuições internas ou consumos não contabilizados.

Com base nos dados de 2022, a oferta total de pescado disponível no país, antes da subtração das exportações, resulta da combinação dos seguintes volumes:

- Produtos da pesca artesanal disponíveis no mercado: 38.362 toneladas (correspondentes a uma produção bruta de 42.624 toneladas, com 10% estimado de perdas)
- Produtos da pesca continental: 1.865 toneladas
- Produtos da pesca a pé: 14.780 toneladas
- Importações formais de pescado: 2.723 toneladas
- Cedência obrigatória por afretamento: 6.000 toneladas

Este conjunto perfaz uma oferta total de 63.730 toneladas de pescado e derivados disponíveis no território nacional. Subtraindo-se as exportações formais declaradas, estimadas em 24.500 toneladas (COLEAD, 2025), obtém-se um consumo aparente de 39.230 toneladas.

Dividido por uma população nacional estimada em 2.148.239 habitantes, esse volume equivale a um consumo médio per capita de 18,3 kg/habitante/ano, valor que se aproxima das médias globais de consumo de pescado (20,7 kg segundo a FAO) e supera a média do continente africano, revelando a importância estratégica do pescado na dieta guineense.

Importa destacar que o volume considerado não contempla eventuais perdas adicionais ao longo da cadeia de valor, nem o impacto de fluxos informais. Ainda assim, este cenário permite captar com maior fidelidade a real disponibilidade de pescado para a população guineense.

A análise comparativa entre os três cenários sugere que, em termos teóricos, a oferta de pescado na Guiné-Bissau é suficiente para cobrir a procura interna, com margens positivas relevantes. No entanto, o excedente aparente observado deve ser interpretado com prudência, devido à existência de:

- falhas nos sistemas de recolha e validação de dados estatísticos;
- perdas e desvios ao longo da cadeia de abastecimento;
- e fluxos comerciais informais transfronteiriços com países limítrofes, que escapam à contabilidade oficial.

A utilização do conceito de consumo aparente oferece, neste contexto, uma ferramenta metodológica sólida para identificar lacunas, orientar políticas públicas e calibrar programas de apoio à segurança alimentar.

Os resultados reforçam a necessidade urgente de:

- fortalecer os mecanismos nacionais de rastreabilidade e estatística pesqueira;

- consolidar os sistemas de monitorização de fluxos formais e informais;
- e promover uma gestão participativa e sustentável da cadeia de valor das pescas, assegurando a inclusão das comunidades artesanais e a proteção dos ecossistemas aquáticos.

A valorização do pescado enquanto bem estratégico nacional deverá ser um dos pilares do desenvolvimento da economia azul guineense, articulando segurança alimentar, geração de emprego e sustentabilidade ecológica.

2.5.10. Quantificação dos fluxos de massa e económicos

A pesca na Guiné-Bissau é fortemente dominada pelas atividades artesanais, representando cerca de 57.389 toneladas da produção anual (aproximadamente 34% do total), enquanto a pesca industrial contribui com 110.000 toneladas, das quais 104.000 toneladas são desembarcadas fora do país. Este volume elevado de exportações industriais reflete a forte presença de frotas estrangeiras, muitas vezes sob regime de afretamento ou acordos bilaterais.

No entanto, como parte desses acordos de afretamento, existe uma cedência obrigatória de 6.000 toneladas, que devem ser entregues a empresas nacionais de transformação e conservação. Esta quantidade contribui para a cadeia de valor nacional e representa uma tentativa de maximizar os benefícios locais da atividade industrial estrangeira.

As capturas artesanais, por outro lado, são maioritariamente compostas por pequenos pelágicos, demersais frescos, peixes de recife e polvos, capturados por pescadores com barcos motorizados, não motorizados e pescadores a pé (PAP). Uma parte significativa desta produção destina-se ao consumo nacional, com cerca de 29.405 toneladas a serem consumidas anualmente no país.

Destes produtos, uma fração importante é consumida em estado fresco ou após transformação artesanal (17.249 toneladas), principalmente distribuída por bideiras e retalhistas nos mercados locais. A distribuição primária atinge 7.528 toneladas, enquanto a distribuição secundária representa 7.960 toneladas, chegando aos consumidores por vias formais e informais.

Globalmente, estima-se que cerca de 29.405 toneladas de produtos da pesca sejam consumidos anualmente pelos guineenses, enquanto mais de 104.000 toneladas são exportadas ou desembarcadas no estrangeiro, além das 6.000 toneladas processadas localmente por obrigação contratual.

Este quadro revela um desequilíbrio entre produção e consumo interno, onde a maior parte do valor gerado pela pesca beneficia economias externas. A inclusão da quota de afretamento é um dos poucos mecanismos existentes para garantir algum nível de retorno local das operações industriais estrangeiras — embora ainda muito limitado face ao potencial produtivo do país.

Os dados e quantidades representados neste fluxo foram utilizados como base para a análise económica apresentada no capítulo seguinte, permitindo estimar o valor acrescentado, a distribuição da renda económica e os impactos socioeconómicos ao longo da cadeia de valor da pesca na Guiné-Bissau.

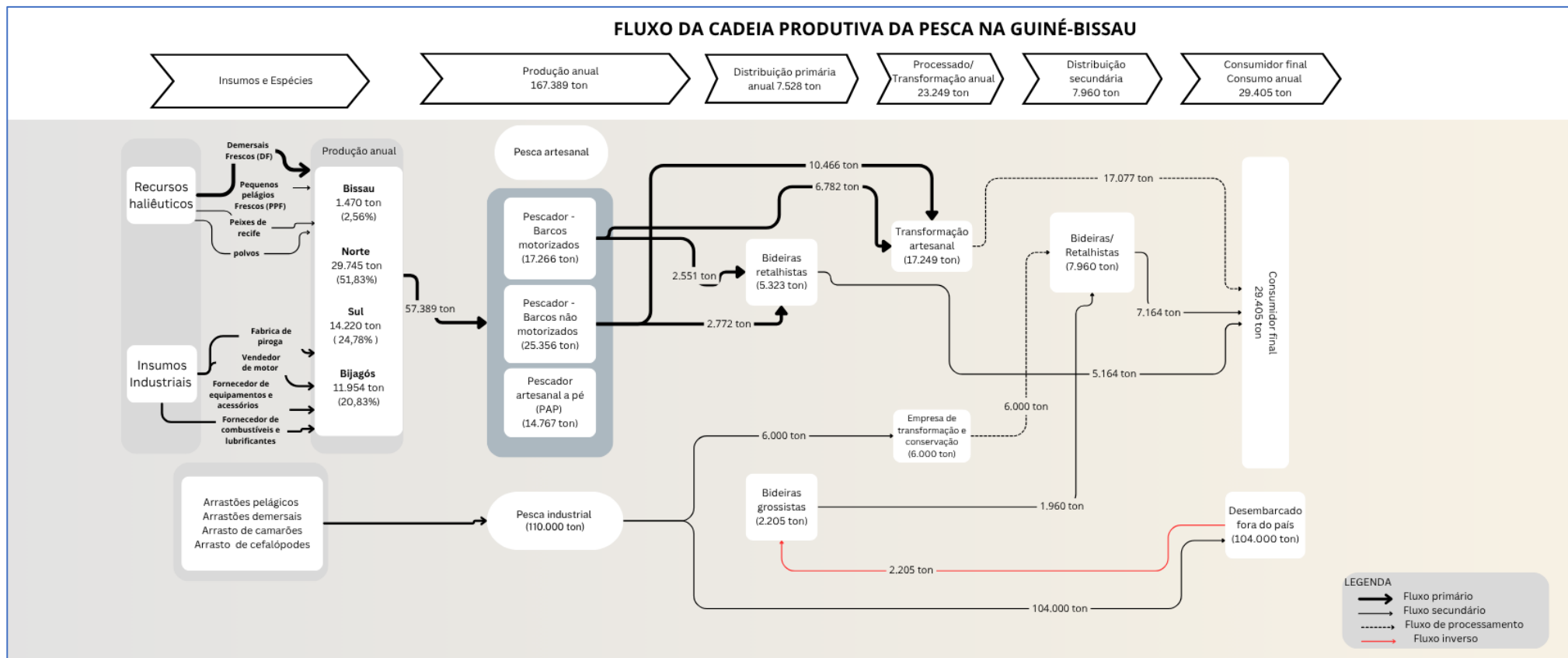


FIGURA 2-10: DIAGRAMA DE FLUXO DE MATERIAIS E ECONOMIA DA CADEIA DE VALOR DA PESCA DA GUINÉ-BISSAU (2022)

3. QUAL A CONTRIBUIÇÃO DA CADEIA DE VALOR PARA O CRESCIMENTO ECONÓMICO?

3.1 INTRODUÇÃO

A presente análise económica tem por objectivo responder a duas questões estruturantes:

- Qual é o contributo da cadeia de valor das pescas para o crescimento económico da Guiné-Bissau?
- Esse crescimento económico é inclusivo?

Tal como preconizado pela metodologia VCA4D, os dados reunidos na análise funcional (Capítulo 2) são aqui mobilizados - e voltarão a sê-lo nos capítulos seguintes - para medir e interpretar a rentabilidade, a sustentabilidade e a competitividade da cadeia de valor (CV) das pescas.

Importa salientar que as análises foram efectuadas não só ao nível dos agentes da CV, mas também ao nível regional, abrangendo as quatro zonas definidas para o estudo: Norte, Bissau, Ilhas Bijagós e Sul.

Seguiram-se quatro etapas principais:

1. **Análise financeira dos principais agentes** - aferiu-se se o nível dos resultados de exploração garante a sustentabilidade financeira de cada perfil de actor identificado.
2. **Avaliação dos efeitos agregados na economia nacional** - mediu-se a contribuição da CV para o crescimento económico em termos de valor acrescentado directo e indirecto.
3. **Verificação da competitividade e viabilidade internacional** - examinou-se em que medida as operações da CV se mantêm competitivas no mercado global.
4. **Estudo da inclusividade do crescimento** — analisou-se a criação e a repartição de emprego e rendimento (lucro empresarial, salários) entre regiões e actores, permitindo comparar o desempenho das sub-cadeias quanto a rentabilidade e eficiência.

3.2 ANÁLISE FINANCEIRA DOS PRINCIPAIS AGENTES

Esta etapa, no contexto da Guiné-Bissau, é geralmente designada «análise financeira» num sentido lato de avaliação das empresas individuais — neste estudo, as unidades de pesca, os transformadores e os comerciantes. A metodologia aplica-se a cada tipo de operador individual médio, conforme definido na tipologia comum na Análise Funcional.

Importa, porém, distinguir esta análise financeira da análise económica que será apresentada de seguida: enquanto a análise financeira se foca no desempenho e na rentabilidade de cada agente isoladamente, a análise económica consolida todos esses resultados individuais para construir um quadro agregado da cadeia de valor no seu conjunto.

Dados utilizados e pressupostos de trabalho

A avaliação financeira de cada actor médio ao longo da cadeia de valor — seja uma unidade de pesca, transformadora artesanal, comerciante grossista ou retalhista — baseia-se num conjunto integrado de fontes de dados e pressupostos metodológicos consistentes. Esta abordagem visou garantir representatividade, coerência e adaptabilidade às diferentes realidades regionais.

Foram mobilizadas diversas fontes secundárias, nomeadamente os inquéritos socioeconómicos da pesca artesanal de 2011 e 2020, bem como o Anuário Estatístico da Pesca Industrial do INIPO (2022). Estes dados foram complementados com entrevistas qualitativas conduzidas durante as missões de campo de Janeiro e Março de 2025, que permitiram aferir variáveis operacionais críticas, tais como consumo de combustível e de gelo, tempo útil dos motores, coeficientes de conversão de peso, margens de comercialização e padrões logísticos, nomeadamente no contexto da pesca a pé em zonas intertidais — em alinhamento com o Relatório Provisório do Inquérito de Pesca a Pé (INIPO/CIPA, 2024).

Para colmatar lacunas nos dados e harmonizar hipóteses de trabalho, foram adoptadas estimativas realistas construídas com base em discussão entre especialistas da equipa técnica, assim como em literatura de referência relevante (Belhabib & Pauly, 2015; Intchama et al., 2018; Belhabib et al., 2020; TEAG, 2005; González, 2015). Entre os pressupostos incluíram-se taxas de depreciação de activos, tempos médios de actividade, preços ao desembarque, rendimentos de transformação, estrutura de custos fixos e variáveis, entre outros.

Dada a heterogeneidade das operações e estratégias tecnológicas entre os diversos intervenientes, optou-se pela construção de arquétipos (contas-tipo) para cada categoria de actor, simplificando a diversidade observada no terreno sem comprometer a robustez analítica. Estes arquétipos alimentam os principais indicadores financeiros, incluindo margem bruta, lucro líquido e retorno sobre o capital próprio, permitindo analisar a distribuição de valor ao longo da cadeia.

Para garantir a representatividade territorial, as contas foram desagregadas segundo o zoneamento adoptado no estudo (Norte, Bissau, Ilhas Bijagós e Sul), refletindo diferenças logísticas, estruturais e económicas entre regiões. Os dados recolhidos nos principais portos de desembarque serviram de base para a construção das contas regionais dos pescadores artesanais, cujos detalhes estão sintetizados no Quadro 3-1. O cálculo de custos e receitas teve em consideração variáveis regionais como preços locais de combustível, disponibilidade de gelo, frequência das marés, e custos operacionais intermédios, incluindo manutenção e reparação de embarcações, aquisição de sal e embalagens, pagamento de licenças e taxas portuárias, contratação de mão-de-obra, entre outros.

As contas-tipo de todos os agentes da cadeia de valor — incluindo pescadores, badeiras grossistas, badeiras retalhistas, transformadoras artesanais e operadores de câmaras frigoríficas — encontram-se detalhadas no Anexo 8.1.

QUADRO 3-1: SÍNTESE DOS ATORES DA ANÁLISE FINANCEIRA

| Região | Codificação | Agentes Diretos | Tipo |
|--------|-------------|--|--------------|
| Bissau | PESCI | Pesca Industrial | Produção |
| | PBMOT | Piroga Motor | Produção |
| | CBIMP | Badeiras Grossistas Importadoras | Distribuição |
| | CBPFR | Badeiras Retalhistas Peixe Fresco | Distribuição |
| | CBPCO | Badeiras Retalhistas Peixe Congelado | Distribuição |
| | CBRIM | Badeiras Retalhistas (Grossistas Importadoras) | Distribuição |

| | | | |
|---------|-------|--|---------------|
| | TABIS | Transformação Artesanal | Processamento |
| | TIBIS | Indústria de Conservação e Transformação | Processamento |
| Norte | PNMBI | Piroga Motor Biombo | Produção |
| | PNRBI | Piroga Remo Biombo | Produção |
| | PNMCO | Piroga Motor Caió | Produção |
| | PNMCA | Piroga Motor Cacheu | Produção |
| | PNRCA | Piroga Remo Cacheu | Produção |
| | PNOPE | Pesca a Pé | Produção |
| | CNPFR | Bideiras Retalhistas Peixe Fresco | Distribuição |
| | TANOR | Transformação Artesanal | Processamento |
| Bijagós | PBMBU | Piroga Motor Bubaque | Produção |
| | PBRBU | Piroga Remo Bubaque | Produção |
| | PBMUR | Piroga Motor Uracane | Produção |
| | PBRUR | Piroga Remo Uracane | Produção |
| | PBIPE | Pesca a Pé | Produção |
| | CBIPF | Bideiras Retalhistas Peixe Fresco | Distribuição |
| | TABIJ | Transformação Artesanal | Processamento |
| Sul | PSMBU | Piroga Motor Buba | Produção |
| | PSRBU | Piroga Remo Buba | Produção |
| | PSMCA | Piroga Motor Cacine | Produção |
| | PSRCA | Piroga Remo Cacine | Produção |
| | PSUPE | Pesca a Pé | Produção |
| | CSPFR | Bideiras Retalhistas Peixe Fresco | Distribuição |
| | TASUL | Transformação Artesanal | Processamento |

Estas contas resultam da combinação entre:

- Dados primários colhidos nas entrevistas de campo realizadas nas quatro zonas geográficas principais;
- Registos de produção da pesca artesanal e industrial, extraídos dos inquéritos socioeconómicos e do Anuário Estatístico, bem como preços médios apurados directamente em contexto local;
- Hipóteses de trabalho consensualizadas pela equipa técnica, utilizadas nos casos em que a informação directa não estava disponível — como, por exemplo, os coeficientes de depreciação de casco e motor, vida útil dos equipamentos, coeficientes de consumo de gelo, e rácios de conversão entre peixe fresco e produto transformado.

Este enquadramento metodológico garante que a análise financeira capture, com granularidade regional, a realidade económica da cadeia de valor da pesca na Guiné-Bissau. Os dados consolidados permitem o cálculo rigoroso de rácios financeiros e oferecem uma base sólida para compreender como o valor é efectivamente criado, redistribuído e capturado em cada elo da cadeia.

3.2.1. Resultados das Análises Financeiras dos Agentes

3.2.1.1. Pesca artesanal comercial.

O segmento engloba pirogas motorizadas (15–60 cv), que efectuam geralmente marés de um a três dias, e pirogas não motorizadas, usadas em saídas diárias. As primeiras oferecem maior autonomia e permitem alcançar bancos de pesca mais distantes, ao passo que as pirogas a remo dependem fortemente do regime de chuvas. A frequência e a duração das saídas variam significativamente consoante a realidade operacional de cada núcleo de pesca. Para caracterizar este segmento, a equipa entrevistou pescadores em doze núcleos, elaborando para cada um deles uma conta individual específica:

- **Bissau** – Piroga Motor Bissau
- **Norte**
 - *Biombo* – Piroga Motor Biombo; Piroga Remo Biombo
 - *Caió* – Piroga Motor Caió
 - *Cacheu* – Piroga Motor Cacheu; Piroga Remo Cacheu
- **Ilhas Bijagós**
 - *Bubaque* – Piroga Motor Bubaque; Piroga Remo Bubaque
 - *Uracane* – Piroga Motor Uracane; Piroga Remo Uracane
- **Sul**
 - *Buba* – Piroga Motor Buba; Piroga Remo Buba
 - *Cacine* – Piroga Motor Cacine; Piroga Remo Cacine

Os dados recolhidos nestas localidades permitiram calcular custos, receitas e margens de cada arquétipo de embarcação, tendo em conta as condições logísticas e ambientais de cada local.

A análise da pesca artesanal comercial – construída a partir de doze contas individuais levantadas em Bissau, Norte (Biombo, Caió, Cacheu), Ilhas Bijagós (Bubaque, Uracane) e Sul (Buba, Cacine) – parte de uma mesma estrutura de custos: combustível, gelo, alimentação a bordo e kits de pesca compõem os consumos intermédios; sobre eles incidem as três taxas obrigatórias (licença de pesca, licença de navegação e taxa de saída). A alimentação baseia-se no tamanho da tripulação e no tempo gasto no mar. O combustível é a parte mais importante nos custos intermédios. A estimativa de custos incorpora ainda a **depreciação económica**, calculada a partir do valor de reposição das pirogas (casco e acessórios) e dos motores fora-de-bordo, usando a vida útil média observada em campo — dez anos para o casco em madeira local e cinco anos para motores entre 15 e 60 cv. O encargo anual assim obtido é imputado integralmente ao proprietário e integrado no valor acrescentado de cada conta individual, assegurando que a análise reflita não apenas os custos correntes de combustível, gelo, alimentação e kits de pesca, mas também a reposição de capital físico necessária para manter a frota operacional ao longo do tempo. O excedente líquido obtido depois desses consumos reparte-se em partes iguais: metade remunera a tripulação (marinheiros embarcados e ajudantes em terra) e metade fica com o proprietário, que suporta a depreciação e eventuais encargos financeiros. Se o armador não embarca, esse fluxo assume a forma de renda de capital; se ele pesca com a sua tripulação, trata-se de rendimento de exploração – em ambos os casos inteiramente dependente da abundância (ou escassez) das capturas. Quanto ao sistema mais comum de remuneração é a do excedente líquido (receita de venda menos consumos intermédios) repartido tipicamente em metades iguais: 50% para a tripulação (marinheiros

embarcados e ajudantes em terra) e 50% para o armador, que arca com a depreciação e eventuais encargos financeiros. Essa percentagem, porém, não é fixa – varia segundo o tipo de embarcação, a comunidade e o centro de desembarque. Motores mais potentes ou portos com gelo caro costumam levar a uma partilha mais favorável ao armador, ao passo que pirogas a remo, operadas em regime comunitário, podem reservar parcela maior ao grupo de pescadores. Em qualquer configuração, tanto armador quanto tripulação passam a partilhar o risco inerente às oscilações da captura: quanto melhor a maré, maior o rendimento de ambos.

Os resultados revelam forte disparidade. Em **Bissau**, a piroga a motor factura cerca de 30 milhões FCFA, mas converte apenas 8,6 % desse montante em valor acrescentado; o rácio benefício–custo (0,66) e o VA de 449 FCFA/kg denunciam o peso do combustível e das taxas, apesar dos preços de venda mais altos. No **Norte**, o quadro é heterogéneo: em Biombo, a pequena piroga a motor (9,4 M F CFA de VBP) gera um VA modesto (3,8 %) e RLE/CI de 0,51, enquanto a piroga a remo, sem custo de combustível, atinge o melhor desempenho do estudo – 88 % de VA, RLE/CI de 8,52 e 854 F CFA de VA por quilograma. Em Caió, as motorizadas beneficiam de bons preços (VBP 38,7 M FCFA) e retêm 27 % em valor acrescentado, com RLE/CI de 7,79 e VA/kg de 1 001 F CFA; já em Cacheu, a mesma categoria só alcança 13 % de VA e 2,93 de benefício–custo, penalizada por longos percursos até ao gelo.

Nas **Ilhas Bijagós**, a grande piroga a motor de Bubaque produz 61 M FCFA, converte 22% em VA e atinge RLE/CI de 9,43, confirmando a vantagem de preços insulares apesar dos custos de combustível; a congénere a remo mantém 51 % de margem e 603 F CFA de VA/kg. Em Uracane, os motores enfrentam custos logísticos mais altos e obtêm apenas 5 % de VA (RLE/CI 0,49), ao passo que as pirogas a remo, embora modestas em escala, retêm 24 % de VA e devolvem 20,4 francos por franco consumido.

Na **região Sul**, as pirogas motorizadas de Buba e Cacine enfrentam a escassez de gelo e um mercado pouco dinâmico: apenas 5–17 % do VBP se converte em Valor Acrescentado e a rentabilidade corrente é inferior a 0,45. Já as pirogas a remo sulistas registam margens percentuais razoáveis (cerca de 50 % em Cacine), mas o baixo volume de capturas mantém o VA por quilograma entre 484 e 602 F CFA.

Em síntese, as pirogas a remo, livres de combustíveis e com tripulações reduzidas, alcançam as maiores percentagens de valor acrescentado, embora o impacto absoluto dependa do volume capturado. Nas motorizadas, o custo do gelo e do gásóleo dita a rentabilidade: onde o gelo é escasso (Biombo) ou o combustível mais caro (Buba, Cacine), as margens colapsam; onde o preço de venda compensa – Caió e Bubaque – a actividade permanece lucrativa. Intervenções focadas em melhorar o acesso comunitário a gelo, reduzir custos de combustível (ou diversificar para motores mais eficientes) e facilitar crédito para manutenção poderiam aproximar os desempenhos mais fracos dos resultados observados nas unidades mais rentáveis do Norte e das Ilhas Bijagós.

3.2.1.2. Pesca a pé.

A pesca a pé permanece o segmento mais inclusivo da cadeia de valor das pescas guineense, exercido sobretudo por mulheres e jovens em baixios, seixos e mangais, onde recolhem bentana, tainha, ostras, nfélo e, esporadicamente, raia, caúdo ou bagre. O Inquérito INIPO-2024 quantifica a produção nacional em 14 700

t/ano, das quais 62 % provêm dos núcleos de Biombo, Bedanda, Empada, Orango, Tite e Bubaque. A distribuição espacial confirma o Sul como zona mais produtiva (43 % do total), seguida da faixa Centro/Norte (37 %). A actividade atinge o seu auge em Dezembro ($\approx 4\,818$ t), com picos secundários em Novembro, Janeiro e Junho.

Quase toda a captura permanece no país: 99,9 % é consumida internamente (93,9 % localmente, 5,8 % em Bissau e 0,3 % noutras localidades), com uma exportação residual inferior a 0,1 %, destinada sobretudo ao Senegal. Os preços variam entre 500 e 2 500 F CFA/kg, consoante a espécie e o núcleo: moluscos como lingron, ostras e gandi posicionam-se no escalão superior (1 500–2 500 F CFA), enquanto carmuça, combé e caranguejo têm menor valor comercial.

Do ponto de vista económico, os custos anuais de exploração (cestos, facões, rapas, transporte ocasional) foram divididos pelo volume de produção por núcleo, permitindo estimar custos por quilograma e calcular indicadores económicos regionais. Os resultados demonstram forte rentabilidade:

- **Norte:** valor acrescentado (VA) de 859 F CFA/kg (85,9 % do VBP), com um rácio benefício-custo de 6,10;
- **Ilhas Bijagós:** melhor desempenho relativo, com VA de ≈ 899 F CFA/kg, rácio benefício-custo de 8,87;
- **Sul:** rendimento máximo, com VA de ≈ 973 F CFA/kg (97,3 % do VBP) e rácio benefício-custo de 36,1.

Estes dados revelam elevada eficiência económica da pesca a pé, mesmo operando em contextos informais e com meios rudimentares. Trata-se de uma actividade de acesso livre, com requisitos mínimos — essencialmente um facão ou gancho, um balde e conhecimento das marés — o que permite que qualquer membro da comunidade participe, sem necessidade de capital inicial ou licenças formais.

Contudo, os constrangimentos persistem: forte sazonalidade dos rendimentos, perdas pós-captura pela falta de refrigeração, dificuldades logísticas no transporte e precariedade nas condições de trabalho (sem luvas, botas ou caixas isotérmicas). Muitas marisqueiras percorrem longas distâncias a pé para chegar aos bancos naturais, enfrentando dificuldades no escoamento e risco elevado de deterioração do produto.

Mesmo com margens percentuais elevadas, o valor acrescentado por quilograma oscila significativamente ao longo do ano. Políticas públicas focadas em facilitar o acesso a equipamento básico (por via de subsídio ou microcrédito), melhorar o transporte costeiro e as vias de acesso, e promover estratégias de valorização como rótulos de “ostras festivas” poderiam reduzir perdas, potenciar os picos de procura e suavizar os períodos de escassez, estabilizando a renda anual. Estas intervenções reforçariam a segurança alimentar e a resiliência das comunidades costeiras, ampliando a contribuição da pesca a pé para a economia regional e para os meios de vida locais.

3.2.1.3. Pesca Industrial.

Segundo o Anuário Estatístico da Pesca Industrial (2022), operaram nas águas da Guiné-Bissau 128 navios industriais, distribuídos por quatro categorias de licença: arrasto de camarão, cefalópodes, demersal e pelágico. A frota é predominantemente estrangeira: 51 % dos navios arvoravam bandeira chinesa, 15 %

guineense, 14 % espanhola, 11 % senegalesa e os restantes divididos entre Mauritânia, Itália, Palau, Camarões, Marrocos e Turquia. As embarcações incluem arrastões e atuneiros de grande porte.

Embora a maior parte do pescado industrial seja desembarcada no estrangeiro, os acordos em vigor obrigam cada armador estrangeiro a descarregar localmente uma parte da captura. Em 2022, esse volume totalizou cerca de 6 000 toneladas, segundo o INIPO.

Para avaliar o impacto económico dessa quota, foi utilizado um modelo simplificado, baseado em custos médios por embarcação. Considerou-se uma frota de 4 a 5 navios, com capacidade anual entre 1 200 e 1 500 toneladas e um esforço efectivo de 66 dias de pesca por embarcação (aproximadamente 5 a 6 dias de operação por mês).

Os consumos directos — incluindo combustível, artes, gelo, manutenção e alimentação da tripulação — ascendem, em média, a 419 milhões de FCFA por navio. A estrutura de capturas foi estimada em 60 % pelágicos, 30 % demersais e 10 % moluscos demersais, aos quais se aplicaram os preços médios respectivos (1 818, 2 496 e 4 220 F CFA/kg). Esta combinação gerou um valor bruto de produção (VBP) de cerca de 2 582 milhões de F CFA para o total das 6 000 toneladas desembarcadas.

Após contabilizar os custos com mão-de-obra local e estrangeira, licenças e depreciação, o valor acrescentado resultante foi de 2 163 milhões de F CFA. O excedente líquido da frota — cerca de 1 951 milhões de F CFA — representa 75,6 % do VBP, com um rácio benefício/custo corrente de 4,66 e uma rentabilidade anual de 9,8 % sobre um investimento estimado de 5 000 milhões de F CFA (cinco navios). Em termos unitários, o valor acrescentado foi de 1 803 F CFA por quilograma desembarcado, todo ele escoado no mercado nacional através de bideiras grossistas e retalhistas.

3.2.1.4. Transformação Artesanal.

A transformação artesanal — sobretudo através da defumagem, mas também da salga e secagem — continua a ser a principal forma de conservação em contextos onde o gelo é escasso ou inacessível. Os inquéritos de campo mostram que o rendimento físico varia por região: com 100 kg de peixe fresco, obtêm-se cerca de 52,2 kg de produto acabado no Norte e Sul, 51,9 kg nas Ilhas Bijagós e apenas 48,9 kg em Bissau, onde as perdas por humidade e manuseamento são mais elevadas.

Com base num lote-tipo de 100 kg de carapau a 1 000 F CFA/kg (total de 100 000 F CFA), e considerando os custos adicionais com sal, lenha/carvão e mão-de-obra, o consumo intermédio ascende a 112 500 F CFA. Com 5 % de perdas, o custo total atinge 118 125 F CFA. Aplicando os rácios de conversão regionais, os custos por kg situam-se entre 2 260 e 2 410 F CFA.

O **Norte** destaca-se pelo melhor desempenho absoluto: rendimento físico elevado e forte procura resultam num valor bruto de produção (VBP) superior a 29,3 milhões F CFA, com um valor acrescentado (VA) de 27,2 milhões (42,7 % do VBP), rácio benefício/custo (RLE/CI) de 0,79 e VA médio de 1 357 F CFA/kg.

Em **Bissau**, apesar do menor rendimento físico, os preços mais elevados compensam: o VA atinge 5,45 milhões F CFA (45,2 % do VBP), com o VA por kg mais elevado do país (1 369 F CFA/kg) e um rácio benefício/custo de 0,88.

Nas **Ilhas Bijagós**, a eficiência física é comparável à do Norte, mas os custos logísticos — transporte, combustível e tarifas portuárias — penalizam a margem: o VA desce para 18,7 milhões F CFA (32,3 % do VBP), com um rácio RLE/CI de 0,51 e VA por kg de 861 F CFA.

O **Sul** apresenta o cenário menos rentável. Apesar do bom rendimento físico, os elevados custos de transporte e a dispersão dos mercados reduzem o VA para 10,46 milhões F CFA (29,8 % do VBP), com um rácio de apenas 0,45 e VA de 755 F CFA/kg — o mais baixo do país.

No conjunto, a transformação artesanal gera valor em todas as regiões, mas o seu desempenho depende de três factores-chave: (i) a eficiência do processo (rácio peixe fresco/produto acabado), (ii) o acesso a mercados com maior capacidade de compra e (iii) os custos logísticos. A ausência de uma cadeia de frio funcional força o recurso à defumagem como solução de conservação. Políticas públicas que ampliem o acesso ao gelo e melhorem a mobilidade (através de produção de gelo comunitária, reabilitação de vias e transportes fluviais) poderiam aumentar significativamente a margem das transformadoras do Sul e das ilhas, aproximando-as dos níveis mais competitivos observados no Norte.

3.2.1.5. Indústria de Conservação e Transformação

A análise deste segmento baseia-se nos dados recolhidos durante a missão de campo ao complexo de frio de Alto Bandim, em Bissau, principal unidade de conservação do país. Com base nas entrevistas com a direcção e comerciantes, estimou-se um volume anual de 6 000 toneladas, correspondente à quota de desembarque local da frota industrial.

O custo de aquisição do pescado reflecte o preço médio pago à frota, enquanto o preço de venda foi determinado com base nos valores praticados pelas badeiras grossistas, que compram e redistribuem o peixe congelado nos mercados urbanos.

Os custos operacionais anuais da unidade somam cerca de 13,27 mil milhões F CFA, incluindo despesas com electricidade (60 M), combustível (40 M), manutenção (45 M), embalagem (100 M), logística e transporte (80 M) e administração (30 M). Aos custos de consumo intermédio acrescem 400 M F CFA em salários, 35 M em impostos e 245 M em depreciação de activos, totalizando um valor acrescentado de 6,10 mil M F CFA.

O resultado líquido de exploração (RLE) atinge 5,42 mil M F CFA, representando 28 % do valor bruto da produção (VBP), estimado em 19,37 mil M F CFA. Com um volume processado de 6 000 t, o preço implícito de venda situa-se em torno de 3 230 F CFA/kg.

Assim, o complexo de Alto Bandim desempenha um papel central na conservação da quota industrial, assegurando o abastecimento regular de peixe congelado, gerando emprego formal urbano e criando valor significativo para a economia nacional.

3.2.1.6. Comercialização

As entrevistas realizadas com badeiras grossistas e retalhistas em Bissau, no Norte, nas Ilhas Bijagós e no Sul revelam que o seu custo de funcionamento se organiza em dois grandes grupos. O primeiro, designado compra na cadeia, é simplesmente o valor pago pelo peixe: grossistas e retalhistas desembolsam a maior parte do seu capital para adquirir pelágicos e, em menor escala, demersais de maior preço. O segundo bloco, a compra fora da cadeia, agrega todos os insumos essenciais para fazer o produto chegar ao consumidor: aluguer de transporte, combustível, taxa de câmara-fria, embalagens, conservação, segurança privada ou escolta policial quando o trajecto é inseguro, taxas aduaneiras no aeroporto, tarifas aplicadas nos postos municipais do interior e a inevitável taxa de bancada cobrada diariamente nos mercados formais.

Nos resultados recolhidos na capital, uma grossista típica movimenta cerca de 8,6 milhões F CFA por ciclo e converte um terço desse montante em valor acrescentado; cada franco CFA investido nos consumos intermédios gera apenas meio franco de excedente líquido, e o rendimento médio obtém-se a um ritmo de 468 F CFA por quilograma. As retalhistas de peixe fresco, que compram parte desse volume, operam com margens muito mais estreitas (13 % do VBP e 307 F CFA/kg) e, quando trabalham com congelado, a necessidade de pagar câmara-fria faz cair a rentabilidade para 215 F CFA/kg. Um subconjunto de vendedoras que compra directamente às grossistas-importadoras consegue, todavia, reforçar a sua margem relativa para 18 % graças a menor intermediação.

Fora da capital, o quadro inverte-se: no Norte, as retalhistas de peixe fresco obtêm uma margem de 21 % e cerca de 590 F CFA/kg porque, em mercados rurais, o preço final sobe para compensar a escassez de proteína. Nas Ilhas Bijagós — onde o transporte e o gelo trazido de Bissau encarecem o percurso — a margem percentual é ainda mais alta (29 %), mas o valor acrescentado unitário recua para 409 F CFA/kg porque o custo logístico absorve boa parte do excedente. No Sul, onde o peixe muitas vezes atravessa estradas mal conservadas, o rácio de valor acrescentado permanece nos 21 %, mas o ganho líquido cai para apenas 285 F CFA/kg.

Esta heterogeneidade mostra que a comercialização continua firmemente nas mãos das mulheres e é vital para a segurança alimentar urbana, mas enfrenta três gargalos decisivos: o custo do transporte, a dificuldade de acesso e o preço do gelo e a proliferação de pequenas taxas locais. Segundo nossa simulação, cada aumento de 10 % no transporte subtrai até quatro pontos percentuais às margens das cadeias frescas, enquanto a câmara-fria pode consumir 6 % dos custos de uma vendedora de congelado. Medidas simples, tais como micro-crédito para renovar caixas isotérmicas, postos comunitários de gelo ao longo das rotas Norte-Sul, racionalização das cobranças municipais, teriam impacto directo no rendimento de milhares de badeiras, aproximando as margens do interior dos níveis observados em Bissau e, sobretudo, garantindo um abastecimento mais regular e acessível aos consumidores guineenses.

3.2.2. Síntese dos Resultados das Análises Financeiras por Arquétipo

As contas completas dos diferentes actores encontram-se no Anexo 5; abaixo sintetizam-se os resultados essenciais da análise financeira dos contas individuais (**Quadro 3-2**), com base nos dados consolidados para a Guiné-Bissau.

- **Unidades de produção com melhor desempenho.** À exceção da **pesca a pé (códigos (PNOPE / PBIPE / PSUPE)**, que praticamente não recorre a consumos intermédios, as **pirogas artesanais** destacam-se pela combinação de baixo custo por kg e elevada rentabilidade. As **pirogas de remo do Norte – código PNRBI (Biombo)** e das **Ilhas Bijagós (PBRUR - Uracane e PBRBU - Bubaque)** apresentam rendimentos sobre o VBP entre 51 % e 88 %, rácios benefício/custo (B/C) superiores a 2 e taxas de rentabilidade do investimento que atingem cerca de 20 %.
- **Diferenças regionais nas pirogas motorizadas.** As **pirogas a motor de Caió (Norte) (Código PNMCO)** registam o valor acrescentado mais elevado — cerca de **1 001 FCFA/kg** — e uma rentabilidade sobre o investimento próxima de 8 %, embora com custos unitários superiores aos das pirogas de remo. No Sul, as **pirogas motorizadas de Cacine (Código PSMCA)**, e em **Bissau (Código PBMOT)**, exibem rácios B/C entre 0,12 e 0,46 e rentabilidades modestas.
- **Pesca industrial em Bissau.** A conta da pesca industrial foi incluída porque cerca de 6 000 toneladas da produção anual desta frota são desembarcadas no país, armazenadas e congeladas nas **unidades de conservação (Código TIBIS)** e, posteriormente, comercializadas no mercado interno por intermédio das bideiras. Este segmento gera o maior valor acrescentado absoluto, atingindo **≈ 1 803 FCFA/kg**, com um rácio **B/C de 4,66** e uma rentabilidade do investimento de 1,95; contudo, implica graus de capitalização muito superiores aos restantes segmentos.
- **Pesca a pé.** Em todas as regiões, o rendimento sobre o VBP varia entre **86 % e 97 %** e o rácio B/C oscila entre 6 e 36, reflexo da quase inexistência de consumos intermédios. O retorno sobre o investimento é nulo, dado não se contabilizar capital fixo.
- A **indústria de conservação e transformação** de Bissau (**Código TIBIS**) regista rentabilidade do investimento de 1,11 e valor acrescentado em torno de 1 017 FCFA/kg, superando as unidades artesanais de todas as regiões.
- As **transformações artesanais** de Bissau e do Norte atingem valores acrescentados próximos de 1 360 FCFA/kg, mas sem retorno financeiro expressivo por ausência de amortização do capital próprio.
- **Comercialização.** Entre os comerciantes, as bideiras grossistas importadoras de Bissau (**Código CBIMP**) destacam-se com rentabilidade do investimento de 0,51 e valor acrescentado de **≈ 468 FCFA/kg**. As bideiras retalhistas **em Bissau (códigos CBPFR / CBPCO)**, na região Norte (**Código CNPFR**), em Bijagós (**Código CBIPF**) e no Sul (**Código CSPFR**) operam com margens estreitas e rentabilidades próximas de zero, suportando custos unitários relativamente elevados.

QUADRO 3-2: SÍNTESE DOS INDICADORES DE DESEMPENHO FINANCEIRO DOS ACTORES (MONTANTES FINANCEIROS EM MILHARES DE FCFA, EXCEPTO VALOR ACRESCENTADO EXPRESSO EM FCFA/KG)

| Região | Codificação | Agentes Diretos | Tipo | Valor Acrescentado | Resultado Líquido da Exploração | Rendimento sobre o VBP | Rentabilidade sobre o Investimento | Relação B/C Corrente | Valor Acrescentado/kg |
|---------|-------------|---------------------------------------|---------------|--------------------|---------------------------------|------------------------|------------------------------------|----------------------|-----------------------|
| Bissau | PESCI | Pesca Industrial | Produção | 2.163.101 | 1.951.110 | 75,56% | 1,95 | 4,66 | 1.802,58 |
| | PBMOT | Piroga Motor | Produção | 29.985 | 8.933 | 8,62% | 0,66 | 0,12 | 448,75 |
| | CBIMP | Bideiras Gross. Import. | Distribuição | 8.595 | 8.435 | 33,50% | 0,51 | 0,33 | 467,60 |
| | CBPFR | Bideiras Retalhistas Peixe Fresco | Distribuição | 1.366 | 1.289 | 13,36% | - | 0,16 | 306,67 |
| | CBPCO | Bideiras Retalhistas Peixe Congelado | Distribuição | 1.007 | 895 | 6,84% | - | 0,07 | 215,18 |
| | CBRIM | Bideiras Retalhistas (Gross. Import). | Distribuição | 1.760 | 1.689 | 17,86% | - | 0,22 | 376,00 |
| | TABIS | Transformação Artesanal | Processamento | 5.902 | 5.454 | 45,16% | - | 0,88 | 1.368,51 |
| | TIBIS | Indústria de Conserv. e Transf. | Processamento | 6.100.440 | 5.420.440 | 27,99% | 1,11 | 0,41 | 1.016,74 |
| Norte | PNMBI | Piroga Motor Biombo | Produção | 9.391 | 1.510 | 3,8% | 0,51 | 0,05 | 290,98 |
| | PNRBI | Piroga Remo Biombo | Produção | 27.980 | 25.020 | 88,1% | 8,52 | 61,87 | 854,20 |
| | PNMCO | Piroga Motor Caió | Produção | 38.706 | 25.693 | 27,0% | 7,79 | 0,46 | 1.000,98 |
| | PNMCA | Piroga Motor Cacheu | Produção | 21.932 | 8.597 | 13,0% | 2,93 | 0,19 | 423,47 |
| | PNRCA | Piroga Remo Cacheu | Produção | 2.680 | 1.636 | 41,4% | 0,56 | 1,28 | 527,08 |
| | PNOPE | Pesca a Pé | Produção | 2.124 | 2.124 | 85,91% | - | 6,10 | 859,12 |
| | CNPFR | Bideiras Retalhistas Peixe Fresco | Distribuição | 2.756 | 2.666 | 21,28% | - | 0,27 | 590,38 |
| | TANOR | Transformação Artesanal | Processamento | 29.277 | 27.177 | 42,66% | - | 0,79 | 1.357,43 |
| Bijagós | PBMBU | Piroga Motor Bubaque | Produção | 60.994 | 27.671 | 22,14% | 9,43 | 0,43 | 421,47 |
| | PBRBU | Piroga Remo Bubaque | Produção | 9.380 | 6.286 | 51,00% | 12,57 | 2,14 | 601,90 |
| | PBMUR | Piroga Motor Uracane | Produção | 20.085 | 1.435 | 5,13% | 0,49 | 0,18 | 620,15 |
| | PBRUR | Piroga Remo Uracane | Produção | 15.673 | 5.097 | 23,52% | 20,39 | 0,85 | 624,59 |
| | PBIPE | Pesca a Pé | Produção | 1.349 | 1.349 | 89,87% | - | 8,87 | 898,73 |
| | CBIPF | Bideiras Retalhistas Peixe Fresco | Distribuição | 2.224 | 2.175 | 28,76% | - | 0,41 | 409,14 |
| | TABIJ | Transformação Artesanal | Processamento | 21.064 | 18.668 | 32,30% | - | 0,51 | 861,34 |
| Sul | PSMBU | Piroga Motor Buba | Produção | 4.859 | 395 | 5,35% | 0,13 | 0,16 | 502,02 |
| | PSRBU | Piroga Remo Buba | Produção | 5.755 | 163 | 2,24% | 0,20 | 0,11 | 602,21 |
| | PSMCA | Piroga Motor Cachine | Produção | 3.719 | 1.220 | 17,02% | 0,42 | 0,35 | 389,17 |
| | PSRCA | Piroga Remo Cachine | Produção | 4.633 | 3.119 | 50,48% | 1,06 | 2,02 | 483,87 |
| | PSUPE | Pesca a Pé | Produção | 2.900 | 2.900 | 97,30% | - | 36,09 | 973,04 |
| | CSPFR | Bideiras Retalhistas Peixe Fresco | Distribuição | 869 | 840 | 21,28% | - | 0,27 | 284,51 |
| | TASUL | Transformação Artesanal | Processamento | 12.011 | 10.463 | 29,79% | - | 0,45 | 755,48 |

Em síntese, os resultados confirmam que as **pirogas artesanais — sobretudo as de remo (Códigos PNRBI, PBRUR, PBRBU)** — e a **frota industrial (Código PESCI)** (que abastece parcialmente o mercado nacional) são os segmentos que, nas respectivas escalas, geram maior valor económico por quilo de pescado, enquanto a **pescaria a pé** mantém elevada relação B/C corrente, graças à ausência de consumos intermédios, mas sem retorno de capital. A distribuição e grande parte da transformação artesanal permanecem actividades de margem estreita, sublinhando a necessidade de reduzir custos logísticos e reforçar o valor acrescentado local.

3.3 EFEITOS NA ECONOMIA NACIONAL

3.3.1. Consolidação das Contas da Cadeia de Valor (Cálculo do Valor Acrescentado Directo)

O Quadro 3-3 consolida os volumes físicos, em toneladas, empregues para medir o impacto da cadeia de valor sobre a economia como um todo e para cotejá-los com os fluxos representados na Figura 2-3 da análise funcional. Nela figuram: (i) a produção anual total (artesanal + industrial), (ii) a distribuição primária, (iii) o volume destinado a processamento/transformação e (iv) a distribuição secundária.

Para converter esses fluxos físicos em valores monetários e quantificar os efeitos da cadeia, adotou-se o sistema de preços praticado pelos diferentes atores, valorados a preços de 2022. As referências de preços foram verificadas in loco durante duas missões de campo realizadas em janeiro e março de 2025, nos principais portos de desembarque, com o apoio da equipa local. Os preços unitários encontram-se detalhados nas contas individuais dos agentes, disponíveis no Anexo 1.

Parte-se do pressuposto de que cada comprador paga o mesmo preço recebido pelo vendedor anterior; a margem, portanto, corresponde à diferença entre o preço de aquisição e o preço de revenda, variando conforme a espécie e as particularidades do circuito de comercialização, como se observa nas contas individuais supracitadas.

QUADRO 3-3: FLUXO FÍSICO DOS ATORES (EM TONELADAS)

(OBSERVAÇÃO: OS VOLUMES APRESENTADOS NOS SEGMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO E PROCESSAMENTO FORAM ESTIMADOS COM BASE NAS HIPÓTESES DE PERDA E RÁTIOS DE CONVERSÃO)

| Codificação | Região | Agentes Diretos | Tipo | Produção Anual (em ton) | Distribuição Primária (em ton) | Processado/ Transformação (em ton) | Distribuição Secundária (em ton) |
|-------------------------------|---------|---------------------------------------|---------------|-------------------------|--------------------------------|------------------------------------|----------------------------------|
| PESCI | Bissau | Pesca Industrial | Produção | 6.000 | - | - | - |
| PBMOT | | Piroga Motor | Produção | 1.470 | - | - | - |
| CBIMP | | Badeiras Gross. Importadoras | Distribuição | - | 2.206 | - | - |
| CBPFR | | Badeiras Retalhistas Peixe Fresco | Distribuição | - | 1.257 | - | - |
| CBPCO | | Badeiras Retalhistas Peixe Congelado | Distribuição | - | - | - | 6.000 |
| CBRIM | | Badeiras Retalhistas (Gross. Import.) | Distribuição | - | - | - | 1.961 |
| TABIS | | Transformação Artesanal | Processamento | - | - | 65 | - |
| TIBIS | | Indust. de Conserv. e Transf. | Processamento | - | - | 6.000 | - |
| BISSAU | | | | 7.470 | 3.462 | 6.065 | 7.961 |
| PNMBI | Norte | Piroga Motor Bimbo | Produção | 4.551 | - | - | - |
| PNRBI | | Piroga Remo Bimbo | Produção | 11.760 | - | - | - |
| PNMCO | | Piroga Motor Caió | Produção | 4.795 | - | - | - |
| PNMCA | | Piroga Motor Cacheu | Produção | 1.606 | - | - | - |
| PNRCA | | Piroga Remo Cacheu | Produção | 1.775 | - | - | - |
| PNOPE | | Pesca a Pé | Produção | 4.945 | - | - | - |
| CNPFR | | Badeiras Retalhistas Peixe Fresco | Distribuição | - | 2.204 | - | - |
| TANOR | | Transformação Artesanal | Processamento | - | - | 10.353 | - |
| NORTE | | | | 29.430 | 2.204 | 10.353 | - |
| PMBBU | Bijagós | Piroga Motor Bubaque | Produção | 3.763 | - | - | - |
| PBRBU | | Piroga Remo Bubaque | Produção | 3.491 | - | - | - |
| PBMUR | | Piroga Motor Uracane | Produção | 1.587 | - | - | - |
| PBRUR | | Piroga Remo Uracane | Produção | 1.079 | - | - | - |
| PBIPE | | Pesca a Pé | Produção | 2.415 | - | - | - |
| CBIPF | | Badeiras Retalhistas Peixe Fresco | Distribuição | - | 424 | - | - |
| TABIJ | | Transformação Artesanal | Processamento | - | - | 4.402 | - |
| BIJAGÓS | | | | 12.334 | 424 | 4.402 | - |
| PSMBU | Sul | Piroga Motor Buba | Produção | 165 | - | - | - |
| PSRBU | | Piroga Remo Buba | Produção | 1.978 | - | - | - |
| PSMCA | | Piroga Motor Cacine | Produção | 1.233 | - | - | - |
| PSRCA | | Piroga Remo Cacine | Produção | 3.438 | - | - | - |
| PSUPE | | Pesca a Pé | Produção | 7.409 | - | - | - |
| CSPFR | | Badeiras Retalhistas Peixe Fresco | Distribuição | - | 1.472 | - | - |
| TASUL | | Transformação Artesanal | Processamento | - | - | 2.433 | - |
| SUL | | | | 14.222 | 1.472 | 2.433 | - |
| VOLUME TOTAL DA CADEIA | | | | 63.456 | 7.562 | 23.252 | 7.961 |

Por fim, as Contas de Produção-Exploração (CPE) de cada tipo de ator da cadeia de valor das pescas da Guiné-Bissau foram consolidadas num único quadro, englobando todos os fluxos internos da atividade e as transferências para o resto da economia. Essa consolidação baseou-se no diagrama de da Figura 2-9 e nos fluxos de captura, circulação e transformação do pescado apresentados nas Tabelas 3-3 e nos preços médios. Estas hipóteses de trabalho permitiram estabelecer uma conta consolidada da cadeia de valor por região e outra conta consolidada por tipo de atores (Quadro 3-4).

QUADRO 3-4: CONTA CONSOLIDADA DA CADEIA DE VALOR DA PESCA DA GUINÉ-BISSAU (VALOR ACRESCENTADO DIRECTO)
(MONTANTES FINANCEIROS EM MILHARES DE FCFA, EXCEPTO VALOR ACRESCENTADO EXPRESSO EM FCFA/KG)

| Codificação | Região | Agentes Diretos | Valor da Produção (em 1.000 F CFA) | CI Total (em 1.000 F CFA) | Valor Acrescentado Total (em 1.000 F CFA) | | | | | | | Total (em \$) |
|---|---------|---------------------------------------|---------------------------------------|------------------------------|---|---------------------|-------------------------|------------------|-----------------|------------------|-------------------|-------------------|
| | | | | | Salários | Licença de pesca | Licença de navegação | Taxa de saída | Outras Taxas | Depreciação | RLE | |
| PESCI | Bissau | Pesca Industrial | 12.910.879.420 | 2.095.375.000 | 338.250 | 471.705 | - | - | - | 250.000 | 9.755.549 | 10.815.504 |
| PBMOT | | Piroga Motor | 2.278.500.000 | 1.618.837.500 | 395.798 | 8.626 | 13.077 | 2.450 | - | 43.194 | 196.518 | 659.663 |
| CBIMP | | Bideiras Gross. Import. | 3.021.713.100 | 385.000 | - | - | - | - | 19.101 | - | 1.012.259 | 1.031.360 |
| CBPFR | | Bideiras Retalhistas Peixe Fresco | 2.450.857.500 | 2.103.966.900 | - | - | - | - | 19.481 | - | 327.409 | 346.891 |
| CBPCO | | Bideiras Retalhistas Peixe Congelado | 15.105.728.921 | 13.943.749.773 | - | - | - | - | 129.109 | - | 1.032.870 | 1.161.979 |
| CBRIM | | Bideiras Retalhistas (Gross. Import.) | 3.564.298.080 | 2.900.844.576 | - | - | - | - | 26.860 | - | 636.594 | 663.454 |
| TABIS | | Transformação Artesanal | 181.145.160 | 92.610.000 | 3.969 | - | - | - | - | 2.756 | 81.810 | 88.535 |
| TIBIS | | Indust. de Conserv. e Transf. | 19.366.319.130 | 355.000.000 | 400.000 | - | - | - | 35.000 | 245.000 | 5.420.440 | 6.100.440 |
| BISSAU | | | 58.879.441.311 | 23.110.768.749 | 1.138.017 | 480.331 | 13.077 | 2.450 | 229.550 | 540.950 | 18.463.450 | 20.867.825 |
| PNMBI | Norte | Piroga Motor Bimbo | 5.650.378.506 | 4.326.290.445 | 495.981 | 63.578 | 96.382 | 135.432 | - | 319.769 | 212.946 | 1.324.088 |
| PNRBI | | Piroga Remo Bimbo | 10.190.157.578 | 145.179.619 | 1.029.565 | 2.300 | 23.247 | - | - | 7.561 | 8.982.304 | 10.044.978 |
| PNMCO | | Piroga Motor Caió | 11.794.774.683 | 6.995.192.763 | 1.424.078 | 22.509 | 34.124 | 6.393 | - | 126.531 | 3.185.946 | 4.799.582 |
| PNMCA | | Piroga Motor Cacheu | 2.051.880.428 | 1.371.990.436 | 313.526 | 12.562 | 19.043 | 5.352 | - | 62.902 | 266.505 | 679.890 |
| PNRCA | | Piroga Remo Cacheu | 1.380.597.650 | 445.278.189 | 291.813 | 3.471 | 35.080 | 9.859 | - | 23.962 | 571.135 | 935.319 |
| PNOPE | | Pesca a Pé | 4.945.263.000 | 696.695.800 | - | - | - | - | - | - | 4.248.567 | 4.248.567 |
| CNPFR | | Bideiras Retalhistas Peixe Fresco | 5.913.558.406 | 4.612.575.557 | - | - | - | - | 42.709 | - | 1.258.274 | 1.300.983 |
| TANOR | | Transformação Artesanal | 30.576.740.002 | 16.523.553.857 | 594.986 | - | - | - | - | 413.118 | 13.045.082 | 14.053.186 |
| NORTE | | | 72.503.350.252 | 35.116.756.666 | 4.149.950 | 104.420 | 207.876 | 157.035 | 42.709 | 953.844 | 31.770.759 | 37.386.594 |
| PBMBU | Bijagós | Piroga Motor Bubaque | 3.248.974.318 | 1.663.137.435 | 638.864 | 11.040 | 16.736 | 4.703 | - | 195.037 | 719.456 | 1.585.837 |
| PBRBU | | Piroga Remo Bubaque | 2.760.636.785 | 659.411.111 | 497.258 | 6.146 | 62.111 | 87.275 | - | 40.405 | 1.408.031 | 2.101.226 |
| PBMUR | | Piroga Motor Uracane | 1.370.348.352 | 386.170.000 | 881.182 | 3.104 | 4.706 | 1.763 | - | 23.091 | 70.332 | 984.178 |
| PBRUR | | Piroga Remo Uracane | 931.698.722 | 257.761.111 | 431.600 | 1.266 | 12.798 | 5.994 | - | 3.122 | 219.157 | 673.938 |
| PBIPE | | Pesca a Pé | 2.414.857.000 | 244.549.650 | - | - | - | - | - | - | 2.170.307 | 2.170.307 |
| CBIPF | | Bideiras Retalhistas Peixe Fresco | 589.783.241 | 416.280.499 | - | - | - | - | 3.854 | - | 169.648 | 173.503 |
| TABIJ | | Transformação Artesanal | 10.402.075.549 | 6.610.642.820 | 254.439 | - | - | - | - | 176.665 | 3.360.329 | 3.791.433 |
| BIJAGOS | | | 21.718.373.968 | 10.237.952.627 | 2.703.343 | 21.556 | 96.351 | 99.736 | 3.854 | 438.321 | 8.117.260 | 11.480.421 |
| PSMBU | Sul | Piroga Motor Buba | 125.306.413 | 42.709.246 | 71.316 | 579 | 878 | 247 | - | 2.871 | 6.707 | 82.597 |
| PSRBU | | Piroga Remo Buba | 1.506.664.720 | 315.316.329 | 1.141.271 | 1.045 | 10.559 | 3.957 | - | 773 | 33.744 | 1.191.348 |
| PSMCA | | Piroga Motor Caccine | 924.504.750 | 444.789.508 | 287.829 | 4.340 | 6.579 | 1.849 | - | 21.732 | 157.385 | 479.715 |
| PSRCA | | Piroga Remo Caccine | 2.218.081.758 | 554.776.242 | 495.002 | 1.815 | 18.348 | 24.063 | - | 4.476 | 1.119.602 | 1.663.306 |
| PSUPE | | Pesca a Pé | 7.408.502.000 | 199.762.718 | - | - | - | - | - | - | 7.208.739 | 7.208.739 |
| CSPFR | | Bideiras Retalhistas Peixe Fresco | 1.903.121.194 | 1.484.434.531 | - | - | - | - | 13.745 | - | 404.942 | 418.687 |
| TASUL | | Transformação Artesanal | 5.374.357.823 | 3.536.600.957 | 139.803 | - | - | - | - | 97.070 | 1.600.884 | 1.837.757 |
| SUL | | | 19.460.538.658 | 6.578.389.531 | 2.135.221 | 7.780 | 36.364 | 30.115 | 13.745 | 126.921 | 10.532.004 | 12.882.149 |
| VALOR ACRESCENTADO DIRECTO DA CADEIA | | | 172.561.704.189 | 75.043.867.573 | 10.126.529 | 614.086 | 353.668 | 289.336 | 289.859 | 2.060.037 | 68.883.473 | 82.616.989 |

O valor anual da produção gerado pela cadeia ascende a cerca de 173 000 milhões FCFA, distribuídos por Bissau (58,9 mil M), Norte (72,5 mil M), Bijagós (21,7 mil M) e Sul (19,5 mil M). Deste total resulta um Valor Acrescentado Directo (VAD) consolidado de aproximadamente 82 000 milhões FCFA. A decomposição do VAD mostra que o Resultado Líquido de Exploração (RLE) é, de longe, o principal contribuinte, com \approx 69 000 milhões FCFA (c. 83 %). Os restantes componentes repartem-se por salários (\approx 10 000 milhões, 12 %), depreciações (\approx 2,0 mil milhões, 3 %) e impostos e taxas (\approx 1,5 mil milhões, 2 %). A maior parte deste valor é gerada pelas pirogas artesanais de remo (PNRBI, PBRUR, PBRBU) e pela frota industrial (PESCI), que desembarca cerca de 6 000 t/ano em Bissau, posteriormente armazenadas nas unidades de conservação (TIBIS) e colocadas no mercado interno pelas bideiras. Apesar do peso do RLE, a contribuição fiscal permanece diminuta, indiciando margem para melhorar a arrecadação de receitas públicas sem comprometer a viabilidade dos operadores. Entretanto, a distribuição e a maior parte da transformação artesanal continuam a operar com margens muito estreitas, o que reforça a necessidade de políticas focalizadas na redução dos custos logísticos e na agregação de valor local ao longo de toda a cadeia.

Conforme evidencia a Figura 3-1, a criação de valor na cadeia das pescas apresenta fortes assimetrias regionais. Em 2022, o Valor Acrescentado Direto (VAD) atingiu aproximadamente 37 mil milhões de FCFA no Norte, sustentado sobretudo pela pesca de captura e, em menor escala, pelo processamento artesanal. Na área de Bissau, o VAD rondou 20 mil milhões de FCFA, impulsionado pelos serviços de frio e pela concentração das unidades de conservação e transformação. O Sul contribuiu com cerca de 13 mil milhões de FCFA, continuando a depender quase exclusivamente da produção primária devido à escassez de infra-estruturas de conservação. Já no arquipélago dos Bijagós o VAD foi estimado em 11 mil milhões de FCFA; aqui, a distância aos grandes centros de consumo confere ao processamento — nomeadamente a salga, a secagem e a defumagem — um peso proporcionalmente mais elevado. No conjunto, estes números revelam uma geração de valor nacional próxima dos 81 mil milhões de FCFA e sublinham a necessidade de estratégias diferenciadas por região para maximizar o impacto económico da pesca na Guiné-Bissau.

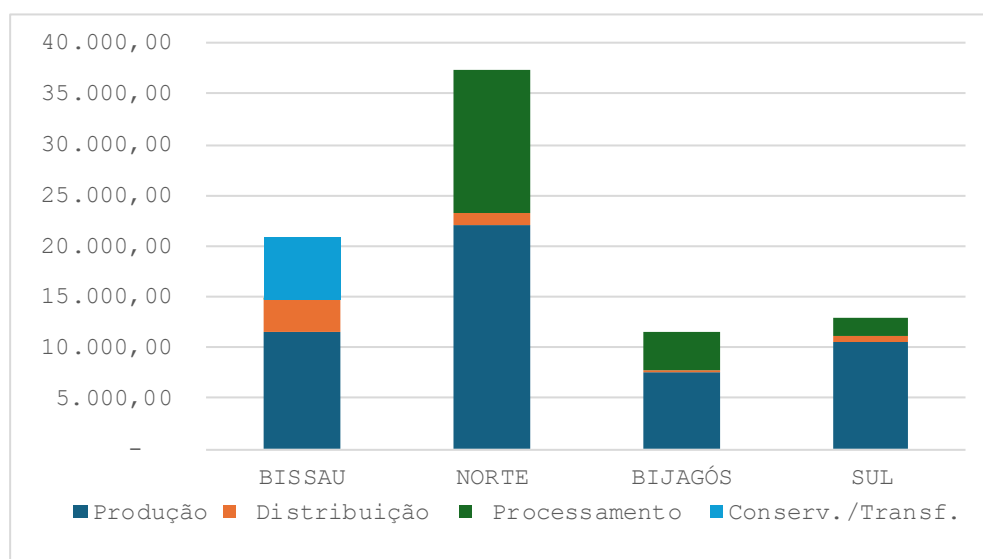


FIGURA 3-1: VALOR ACRESCENTADO DIRETO (EM MILHARES DE FCFA)

A leitura agregada do país, exposta na Figura 3-2, revela que a produção responde por 62,5 % do VAD direto, ao passo que o processamento já contribui com 23,9%. Distribuição e conservação/transformação artesanal completam o quadro com 6,2% e 7,4%, respetivamente, sinalizando a importância crescente das atividades pós-captura para a geração de riqueza.

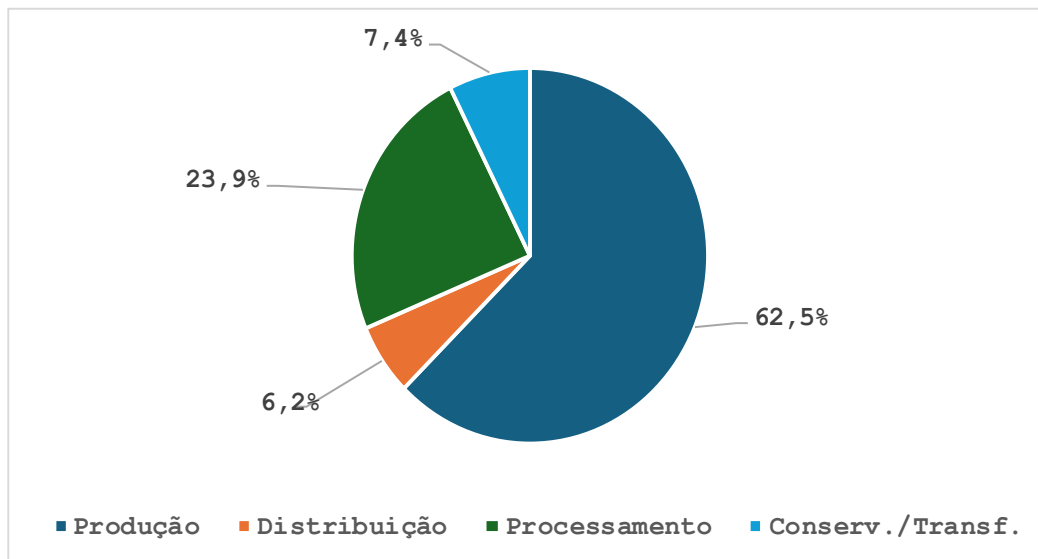


FIGURA 3-2: CONTRIBUIÇÃO AO VALOR ACRESCENTADO DIRETO POR SEGMENTO DA CADEIA (EM %)

A repartição regional desse mesmo VAD, ilustrada na Figura 3-3, confirma a liderança do Norte, que concentra 45,3% da riqueza total, seguido de Bissau com 25,3%; o Sul e os Bijagós partilham o restante, com 15,6% e 13,8%, respetivamente, o que evidencia a necessidade de políticas de desenvolvimento territorial que atenuem tais disparidades.

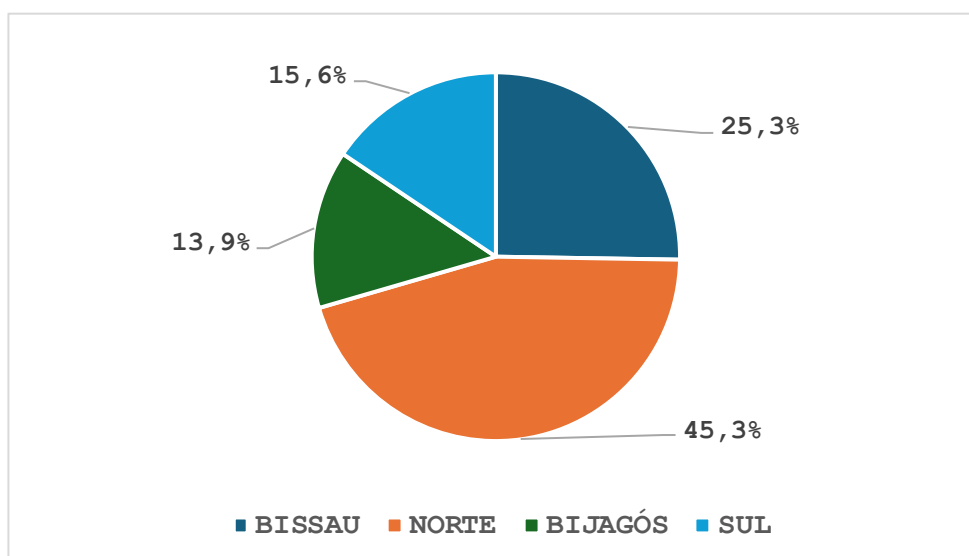


FIGURA 3-3: PARTICIPAÇÃO DO VALOR ACRESCENTADO DIRETO (EM %)

Por fim, a Figura 3-4 esclarece como se distribui internamente o VAD: o Resultado Líquido de Exploração absorve 83,4% do total, denotando margens operacionais elevadas e forte retenção de lucros pelos

operadores com maior capital; os salários representam 12,3 %, confirmando o papel do setor na geração de emprego; já a depreciação e as taxas correspondem a quotas diminutas, 2,5 % e 1,9 %, respetivamente, sugerindo tanto baixos níveis de reinvestimento em capital fixo quanto uma carga fiscal relativamente branda.

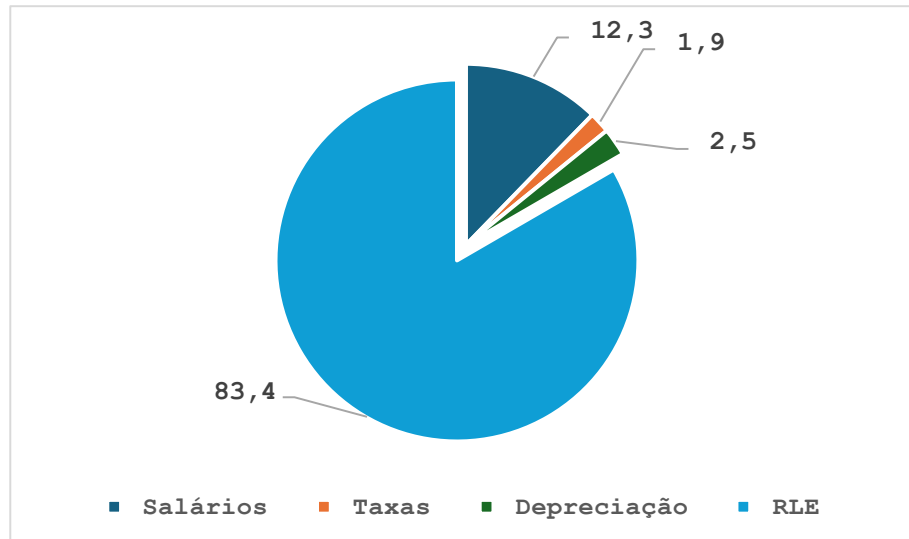


FIGURA 3-4: DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ACRESCENTADO DIRETO (EM %)

A leitura conjugada das Figuras 3-1 a 3-4 confirma a marcada heterogeneidade espacial e funcional da cadeia de valor das pescas na Guiné-Bissau, evidenciando, em termos teóricos, os efeitos da especialização produtiva, das economias de localização e das restrições logístico-institucionais sobre a geração de riqueza.

As assimetrias regionais são marcantes: em 2022 o Norte gerou 45,3 % do VAD nacional (c. 37 mil M FCFA), alavancado por abundância de recursos, custos de captura competitivos e uma rede densa de entrepostos que reduz perdas e permite algum processamento local. Bissau concentrou 25,3 %, beneficiando da sua centralidade logística e dos ganhos de aglomeração proporcionados pela elevada densidade de câmaras-frias e unidades de transformação. O Sul contribuiu com 15,6 %, permanecendo ancorado na produção primária devido a uma dependência estrutural típica de regiões periféricas que sofrem carência de infra-estruturas de conservação. Já os Bijagós, com 13,8 %, evidenciam uma evolução para actividades de maior valor na cadeia: perante a distância aos mercados finais, as comunidades locais intensificam a salga, secagem e defumagem para capturar maior parcela de valor antes do envio do produto.

Os resultados confirmam que estratégias regionais diferenciadas são essenciais: (i) no Norte, incentivos à inovação tecnológica podem consolidar a vantagem competitiva existente; (ii) em Bissau, políticas de clusterização logística e de acesso ao crédito para micro-empresendedores de transformação podem ampliar economias de escala; (iii) no Sul e nos Bijagós, investimentos públicos em cadeia de frio descentralizada, transporte costeiro e capacitação técnica têm maior potencial de elevar o VAD, reduzindo as assimetrias territoriais. Em síntese, embora a captura permaneça o motor central, a expansão das fases de processamento e logística já exerce um efeito multiplicador significativo, reforçando o papel das pescas como alicerce macroeconómico e vetor de desenvolvimento regional inclusivo.

3.3.2 Cálculo dos Efeitos Totais (Cálculo do Valor Acrescentado Directo + Indirecto)

Para estimar o impacto total da cadeia de valor das pescas na Guiné-Bissau, somaram-se aos efeitos directos gerados dentro da própria cadeia (captura, transformação e comercialização) os efeitos indirectos provenientes das actividades de abastecimento de bens e serviços intermédios – combustíveis, gelo, artes de pesca, electricidade, embalagens, manutenção de motores, entre outros. Estes efeitos foram calculados a partir dos inquéritos de campo que decompueram as contas dos fornecedores imediatos dos pescadores e transformadores (Quadro 3-5).

Em 2022, a cadeia de valor das pescas na Guiné-Bissau gerou 92 260,34 milhões de FCFA de valor acrescentado (VA) total (~140 milhões de EUR), dos quais 82 616,99 milhões de FCFA provêm de efeitos directos—isto é, da produção, transformação e comercialização dentro da própria cadeia—e 9 643,35 milhões resultam de efeitos indirectos, associados às compras de bens e serviços intermédios a fornecedores externos. As importações ligadas ao setor atingiram 17 897,18 milhões de FCFA, refletindo, sobretudo, combustíveis, motores e material de frio.

A repartição interna desse valor mostra que 12 863,86 milhões de FCFA remuneraram trabalho (salários), 3 107,92 milhões foram captados pelo Estado em taxas e licenças, e 2 061,24 milhões cobriram a depreciação dos ativos produtivos. O montante remanescente—74 227,33 milhões de FCFA—constituiu o Resultado Líquido de Exploração (RLE), evidenciando margens operacionais elevadas.

A distribuição da VA total reflete quase integralmente o padrão observado no VA directo. Cerca de 80 % da riqueza é gerada no segmento primário—os pescadores—, enquanto os elos a montante (fornecedores de insumos) e a jusante (comerciantes de pescado fresco ou processado) respondem, em conjunto, por aproximadamente 20 % do total. Este perfil confirma o protagonismo da captura na criação de valor, mas também evidencia o potencial para expandir o valor acrescentado nos elos anterior e posterior da cadeia por meio de políticas que reforcem a integração produtiva, estimulem o investimento em processamento e melhorem a logística.

QUADRO 3-5: DECOMPOSIÇÃO DO VALOR DOS BENS E SERVIÇOS EM IMPORTAÇÕES E VALOR ACRESCENTADO INDIRETO (MILHÕES FCFA)

| Consumo Intermédio | Valor (\$) | Import. pelos atores da CV | Import. pelos fornec. da CV | VA | Salários | Taxas | Encargos financeiros | Remuneração do Capital | Amortização | RLE |
|--------------------------|------------------|----------------------------|-----------------------------|------|----------|-------|----------------------|------------------------|-------------|------|
| Combustível | 10.352,76 | 0,00 | 0,90 | 0,10 | 0,20 | 0,25 | 0,05 | 0,00 | 0,00 | 0,50 |
| Gelo | 3.420,44 | 0,00 | 0,00 | 1,00 | 0,35 | 0,20 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,45 |
| Alimentação | 2.783,59 | 0,00 | 0,50 | 0,50 | 0,30 | 0,20 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,50 |
| Kit de Pesca | 5.492,23 | 0,00 | 0,90 | 0,10 | 0,10 | 0,20 | 0,05 | 0,00 | 0,00 | 0,65 |
| Segurança | 0,04 | 0,00 | 0,00 | 1,00 | 0,60 | 0,30 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,10 |
| Transporte | 1.133,85 | 0,00 | 0,40 | 0,60 | 0,25 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,75 |
| Conservação | 707,42 | 0,00 | 0,90 | 0,10 | 0,15 | 0,20 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,65 |
| Custos admin. e diversos | 501,52 | 0,00 | 0,30 | 0,70 | 0,25 | 0,10 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,65 |
| Sal | 800,80 | 0,00 | 0,90 | 0,10 | 0,30 | 0,20 | 0,05 | 0,00 | 0,00 | 0,45 |
| Manutenção/ Reparo | 195,00 | 0,00 | 0,90 | 0,10 | 0,35 | 0,15 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,50 |
| Energia | 60,00 | 0,00 | 0,90 | 0,10 | 0,15 | 0,20 | 0,05 | 0,10 | 0,10 | 0,40 |
| Logística | 80,00 | 0,00 | 0,80 | 0,20 | 0,25 | 0,20 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,55 |
| Lenha/Carvão | 993,20 | 0,00 | 0,00 | 1,00 | 0,20 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,80 |
| Água/limpeza e afins | 331,07 | 0,00 | 0,00 | 1,00 | 0,30 | 0,20 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,50 |
| Total | 26.851,90 | | | | | | | | | |

| Consumo Intermédio | Valor (\$) | Import. pelos atores da CV | Import. pelos fornec. da CV | VA | Salários | Taxas | Encargos financeiros | Remuneração do Capital | Amortização | RLE |
|--------------------------|------------------|----------------------------|-----------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|----------------------|------------------------|-------------|-----------------|
| Combustível | 10.352,76 | - | 9.317,48 | 1.035,28 | 207,06 | 258,82 | 51,76 | - | - | 517,64 |
| Gelo | 3.420,44 | - | - | 3.420,44 | 1.197,15 | 684,09 | - | - | - | 1.539,20 |
| Alimentação | 2.783,59 | - | 1.391,79 | 1.391,79 | 417,54 | 278,36 | - | - | - | 695,90 |
| Kit de Pesca | 5.492,23 | - | 4.943,00 | 549,22 | 54,92 | 109,84 | 27,46 | - | - | 356,99 |
| Segurança | 0,04 | - | - | 0,04 | 0,02 | 0,01 | - | - | - | 0,00 |
| Transporte | 1.133,85 | - | 453,54 | 680,31 | 170,08 | - | - | - | - | 510,23 |
| Conservação | 707,42 | - | 636,68 | 70,74 | 10,61 | 14,15 | - | - | - | 45,98 |
| Custos admin. e diversos | 501,52 | - | 150,45 | 351,06 | 87,77 | 35,11 | - | - | - | 228,19 |
| Sal | 800,80 | - | 720,72 | 80,08 | 24,02 | 16,02 | 4,00 | - | - | 36,04 |
| Manutenção/ Reparo | 195,00 | - | 175,50 | 993,20 | 347,62 | 148,98 | - | - | - | 496,60 |
| Energia | 60,00 | - | 54,00 | 6,00 | 0,90 | 1,20 | 0,30 | 0,60 | 0,60 | 2,40 |
| Logística | 80,00 | - | 54,00 | 12,00 | 3,00 | 2,40 | - | - | - | 6,60 |
| Lenha/Carvão | 993,20 | - | - | 993,20 | 198,64 | - | - | - | - | 794,56 |
| Água/limpeza e afins | 331,07 | - | - | 60,00 | 18,00 | 12,00 | - | - | - | 30,00 |
| Total | 26.851,90 | | 17.897,18 | 9.643,35 | 2.737,33 | 1.560,97 | 83,53 | 0,60 | 0,60 | 5.260,33 |

QUADRO 3-6: SÍNTESE DO VALOR ACRESCENTADO TOTAL (DIRECTO + INDIRECTO) (MILHÕES FCFA)

| Item | Efeitos Directos | Efeitos Indirectos | Efeitos Totais |
|--------------------|------------------|--------------------|------------------|
| Importações | - | 17.897,18 | 17.897,18 |
| Valor acrescentado | 82.616,99 | 9.643,35 | 92.260,34 |
| Salários | 10.126,53 | 2.737,33 | 12.863,86 |
| Taxas | 1.546,95 | 1.560,97 | 3.107,92 |
| Depreciação | 2.060,04 | 1,20 | 2.061,24 |
| RLE | 68.883,47 | 5.343,86 | 74.227,33 |

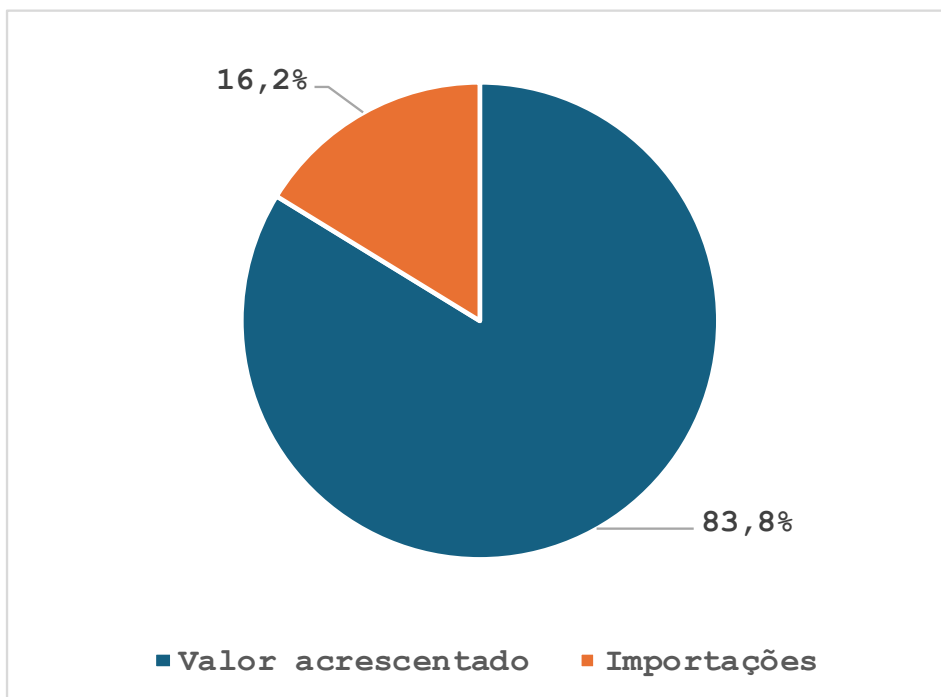


FIGURA 3-5: VALOR ACRESCENTADO TOTAL E IMPORTAÇÕES TOTAIS (EM %)

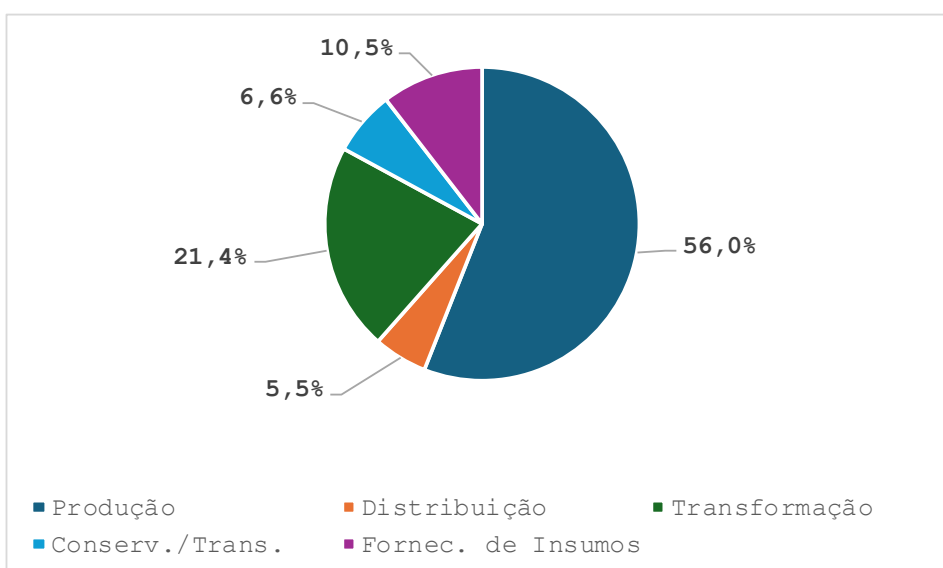


FIGURA 3-6: DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ACRESCENTADO TOTAL POR SEGMENTO DA CADEIA (EM %)

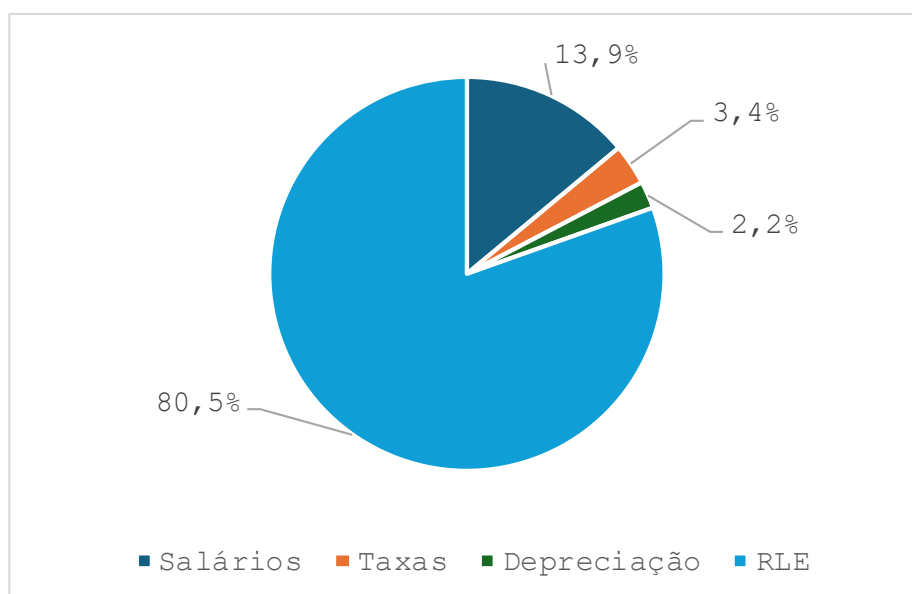


FIGURA 3-7: DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ACRESCENTADO TOTAL (EM %)

3.3.3. Contribuição da Cadeia de Valor ao PIB

Para contextualizar a discussão sobre a real importância económica das pescas, começamos por apresentar os dados oficiais das Contas Nacionais da Guiné-Bissau. Esses números, calculados segundo a ótica da produção e a preços correntes, refletem apenas a contribuição directa de cada actividade produtiva tal como classificada pelo sistema estatístico nacional; por conseguinte, eles não capturam o valor acrescentado gerado nas fases de processamento e comercialização do pescado. A tabela seguinte resume a evolução recente do PIB e dos principais componentes do sector primário — incluindo o subsector “Pesca & aquicultura” — no triénio 2020-2022.

QUADRO 3-7: CONTAS NACIONAIS – ÓPTICA DA PRODUÇÃO (MILHÕES FCFA, PREÇOS CORRENTES)

| | 2020 | 2021 | 2022 |
|----------------------------------|--------------|--------------|--------------|
| PIB total | 950 572 | 1 021 202 | 1 123 490 |
| Setor primário | 324 711 | 380 784 | 416 440 |
| • Agricultura de subsistência | 170 366 | 196 612 | 212 459 |
| • Castanha de caju | 60 300 | 86 573 | 92 660 |
| • Pecuária & caça | 76 614 | 80 424 | 90 848 |
| • Silvicultura | 12 211 | 12 805 | 15 790 |
| • Pesca & aquicultura | 5 221 | 4 370 | 4 684 |

Entre 2020 e 2022, o PIB da Guiné-Bissau cresceu 18 %, impulsionado sobretudo pelo sector primário, cujo valor acrescentado aumentou 28% graças à agricultura de subsistência e à castanha de caju. Já o subsector “Pesca & aquicultura” manteve-se praticamente estagnado, representando menos de 0,5 % do PIB e cerca de 1 % do valor acrescentado primário em cada ano – participação que não reflete a real importância económica das pescas.

Essa sub-avaliação decorre da metodologia oficial, que atribui ao sector das pescas apenas o valor gerado pelas actividades de captura (e alguma aquicultura), relegando o processamento (fumagem, salga, secagem, filetagem) para o sector secundário e a comercialização de pescado fresco ou transformado para o sector terciário. Como consequência, ficam excluídos do cálculo: os rendimentos e empregos do pós-colheita, os

impostos e licenças arrecadados nessas fases e os efeitos multiplicadores sobre logística, frio, transporte e comércio.

O presente estudo aplicou o Método dos Efeitos, componente central da metodologia VCA4D, para quantificar a contribuição económica da cadeia de valor das pescas à Guiné-Bissau. Consolidaram-se as Contas de Produção-Exploração (CPE) de todos os actores — pescadores artesanais e industriais, unidades de transformação, grossistas, retalhistas e exportadores — obtendo-se o valor acrescentado direto de cada segmento e, subseqüentemente, do setor como um todo. O procedimento abrangeu ainda os efeitos indiretos e induzidos gerados pelas compras intersetoriais de bens e serviços, oferecendo uma visão abrangente do impacto económico das pescas no país.

Quando se compara o VAD total da cadeia (92 260,34 milhões FCFA) com o PIB nacional de 2022 (1 123 490 milhões FCFA), conclui-se que o sector das pescas representa **7,35 % do produto interno bruto da Guiné-Bissau**. Trata-se de uma proporção cerca de quinze vezes superior àquela que aparece nas Contas Nacionais — onde as pescas surgem com apenas 0,5 % do PIB, por contemplarem praticamente só a fase de captura. Esta sub-avaliação ainda persiste, pois o cálculo não inclui o pescado industrial desembarcado em portos estrangeiros. Integrar todas as etapas da cadeia de valor é, portanto, indispensável para revelar a verdadeira importância económica das pescas, orientar as políticas públicas, atrair investimento e promover uma gestão sustentável dos recursos marinhos da Guiné-Bissau.

3.3.4. Efeitos de encadeamento na economia doméstica

O Valor Acrescentado Total (VAT) das pescas mede o rendimento gerado internamente pela cadeia e o seu grau de integração na economia nacional. Em 2022, o Índice de Integração (VAT/VBP) foi de 53,47 %, o que significa que pouco mais da metade do valor bruto da produção permaneceu no país, enquanto 46,53 % corresponderam a insumos importados – como combustível, gelo, materiais de pesca e embalagens.

Esta estrutura revela uma dependência significativa de importações, mas também um espaço promissor para substituição local, o que fortaleceria os efeitos multiplicadores internos.

Do total de VAT, 89,5 % provêm diretamente das actividades de captura, transformação e comercialização, e apenas 10,5 % resultam de encadeamentos com outros sectores. O rácio de efeito de arrastamento (VAI/VAD) situou-se em 11,6 %, indicando que cada FCFA gerado directamente mobiliza apenas 0,116 FCFA adicionais noutros ramos da economia – um nível ainda modesto.

Este cenário reforça a necessidade de políticas públicas que incentivem a produção nacional de insumos-chave, como gelo industrial, artes de pesca, embalagens e serviços técnicos, bem como alternativas energéticas locais. Tais medidas aumentariam o grau de integração e o impacto da pesca sobre o crescimento económico da Guiné-Bissau.

3.3.5 Contribuição da Cadeia de Valor à Balança Comercial

A balança comercial da pesca na Guiné-Bissau apresenta um paradoxo: elevada dependência de importações e sub-registo das exportações. Em 2022, as importações ligadas à cadeia (combustível, gelo, embalagens,

artes de pesca, etc.) atingiram 17 897,18 milhões FCFA, representando uma significativa saída líquida de divisas.

Por outro lado, as exportações oficialmente registadas somaram apenas 500 milhões FCFA (cerca de 364 toneladas), número que contrasta fortemente com os 32 000 toneladas declarados pelos países importadores segundo dados do COMTRADE. Esta discrepância aponta para falhas graves de reporte, uso de canais informais e limitações no sistema alfandegário.

Com base apenas nos dados nacionais, a balança da cadeia mostra um défice de 17 397,18 milhões FCFA. Contudo, se considerados os volumes externos reportados, o setor poderia ser um gerador líquido de divisas. O saldo negativo não decorre da falta de capacidade exportadora, mas de elevada dependência de insumos importados e deficiências nos mecanismos de rastreabilidade e registo oficial das exportações.

3.3.6 Contribuição da Cadeia de Valor às Finanças Públicas

Em 2022, a arrecadação fiscal diretamente ligada às operações internas da cadeia de valor (CV) das pescas — licenças de navegação, taxa de saída, licenças artesanais e demais cobranças municipais/parafiscais — somou 1 546,9 milhões FCFA. Quase metade desse montante (46,9 %) foi gerado em Bissau, seguida do Norte (33,1 %), Bijagós (14,3 %) e Sul (5,7 %). A forte concentração na capital resulta, sobretudo, da cobrança das licenças da pesca industrial, cujo pagamento é processado no porto de Bissau e foi estimado em 471 milhões FCFA, valor calculado proporcionalmente ao contingente de 6 000 t autorizado para a frota estrangeira.

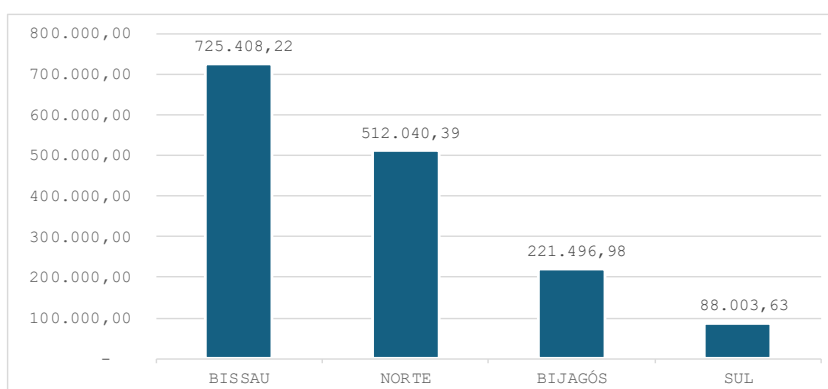


FIGURA 3-8: CONTRIBUIÇÃO FISCAL DA CADEIA DE VALOR (EM MILHARES DE FCFA)

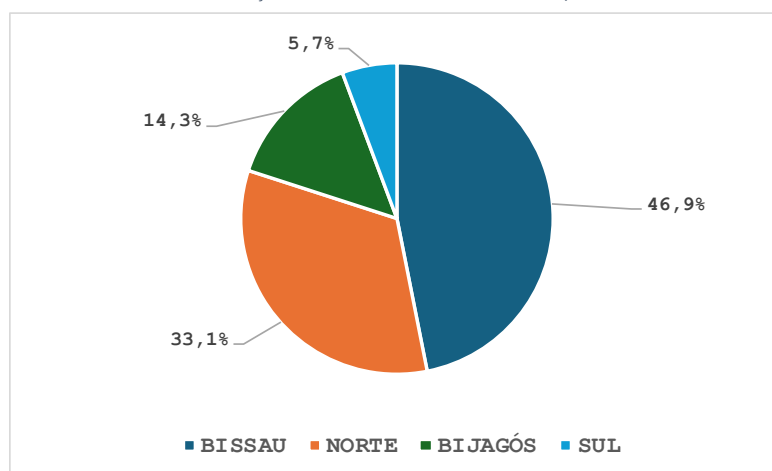


FIGURA 3-9: CONTRIBUIÇÃO FISCAL DA CADEIA DE VALOR (EM %)

Os dados do TOFE-2022 (Tabela das Operações Financeiras do Estado) permitem enquadrar essas cifras no agregado das finanças públicas pesqueiras. Os números indicam que o peso fiscal do setor é muito mais amplo quando se incluem receitas centralizadas no Tesouro. Segundo o Ministério da Economia, a rubrica “Pescas” gerou 14 595,1 milhões FCFA em receitas totais. Desse montante, 3 500,1 milhões FCFA correspondem às licenças da pesca industrial (sobretudo para frotas estrangeiras), 1 481,94 milhões FCFA do Fundo de Gestão dos Recursos Haleuticos e 8 921,01 milhões FCFA à compensação financeira/apoio setorial da União Europeia no quadro do Protocolo de Parceria em Matéria de Pescas. Subtraídas essas duas fontes, restam 692 milhões FCFA provenientes de taxas ligadas principalmente à frota artesanal e aos circuitos de comercialização interna — valor próximo, mas inferior, ao que estimámos para licenças de navegação, taxas de saída e outras cobranças (1 546,95 milhões FCFA). A discrepância decorre, provavelmente, de sublançamentos no TOFE e de diferenças de classificação contábil entre os níveis central e municipal.

O novo Protocolo UE–Guiné-Bissau (2023-2028) reforça esse quadro ao assegurar 92,7 milhões USD em cinco anos (≈ 11 mil milhões FCFA/ano), montante 3,2 vezes superior às receitas fiscais diretas com as licenças de pesca industrial e da pesca artesanal (Dados do TOFE, 2022). Metade dessa verba europeia destina-se a ações de gestão sustentável (monitorização, combate à pesca INN), constituindo o principal instrumento de financiamento público do setor.

Apesar disso, o **potencial fiscal permanece sub-explorado** por três razões centrais:

1. **Falta de dados oficiais sobre exportações.** Não há estatísticas fiáveis sobre volumes e valores exportados de pescado, embora o COMTRADE registre cerca de 36 000 t importadas pelos parceiros comerciais, sugerindo receita adicional não capturada pelos cofres públicos.
2. **Ausência de licenciamento estruturado para a frota artesanal** e simultânea **diversidade de taxas.** O quadro regulamentar (Despacho Conjunto n.º 03/2016, de 23 de março) define quatro categorias de licença de pesca artesanal – sem motor, até 15 CV, 16–40 CV e 41–60 CV – e ainda três tipos segundo a espécie-alvo (peixes, crustáceos, cefalópodes). Embora mais de 70 % das capturas ainda operam sem pagar direitos de acesso⁸, eles são onerados por várias cobranças: licenças artesanais, taxas de saída, licença de navegação, que elevam os custos operacionais sem conferir benefícios formais. Não se dispõe de estimativas formais sobre quanto adicionalmente poderia ser arrecadado com licenças artesanais escalonadas por potência de motor; contudo, alguns estudos⁹ sugerem que tarifas bem calibradas não comprometem a viabilidade dos armadores e podem ampliar significativamente a base tributária.
3. **Estrutura tributária confusa sobre insumos e isenções.** Após a revogação parcial das isenções previstas no Código de Investimentos de 2017, motores passaram a arcar com até 47 % de direitos

⁸ A informação de que mais de 70 % dos pescadores artesanais operam sem licença activa baseia-se nos dados oficiais não publicados do Governo da Guiné-Bissau (citado em Belhabib et al., 2018), que estimam 883 pirogas autorizadas para cerca de 5 600 pescadores artesanais. Isso implica que menos de 16 % das embarcações artesanais estão formalmente licenciadas, ou seja, mais de 84 % dos pescadores utilizam canoas sem licença activa

⁹ O relatório *The Sunken Billions: The Economic Justification for Fisheries Reform* (World Bank & FAO, 2008) mostra que a aplicação adequada de taxas de licença pode recuperar parte significativa da “renda económica” perdida por sobrepesca, ao mesmo tempo em que mantém níveis de rentabilidade compatíveis com a atividade.

de importação, enquanto redes e gelo são tributados a 14 %. A elevada informalidade na importação desses bens reduz ainda mais a base tributável.

Se o país formalizar exportações, introduzir o licenciamento artesanal e harmonizar a política fiscal sobre insumos, as receitas internas da CV poderiam ser bem mais expressivas, permitindo ao Estado financiar fiscalização, infraestruturas de frio e programas de apoio sem depender exclusivamente de doadores. Simultaneamente, a redução da dependência de importações estratégicas — por meio de produção local de gelo, adoção de energia solar em unidades de frio comunitárias e fabrico doméstico de artes de pesca — diminuiria a saída de divisas e ampliaria a base tributável.

Em síntese, a cadeia das pescas já contribui de forma relevante às finanças públicas (1,55 mil milhões FCFA de receitas diretas + 11 mil milhões FCFA/ano do Protocolo UE), mas pode triplicar essa contribuição com melhor registro de exportações, licenças eficazes para a frota artesanal e uma política tributária clara sobre insumos, garantindo recursos estáveis para a co-gestão sustentável do património pesqueiro nacional.

3.4 SUSTENTABILIDADE E VIABILIDADE DA CADEIA DE VALOR NA ECONOMIA GLOBAL

Para avaliar a competitividade da cadeia de valor no comércio internacional, foi escolhido o carapau (*Trachurus spp.*) por três razões: (1) é uma das espécies mais abundantes nas capturas industriais, representando entre 18 % e 25 % do volume total dos arrastões demersais, superando outros peixes de carne branca; (2) tem forte presença no mercado interno, sendo regularmente importado congelado de Dakar para consumo urbano devido ao preço acessível e à versatilidade; (3) o seu fluxo comercial permite analisar simultaneamente a capacidade de exportação e a resiliência face às importações.

Neste contexto, utilizam-se o Coeficiente de Proteção Nominal (CPN) e o Ratio de Custo em Recursos Internos (CRI) para medir, respetivamente, a proteção do mercado e a eficiência na utilização de recursos internos. O CPN compara o preço doméstico com o preço de paridade internacional, isto é:

$$CPN = \frac{P_{doméstico}}{P_{paridade}}$$

e reflete diretamente o “prémio” que o produtor nacional consegue obter em relação à cotação externa. Já o CRI mede a eficiência no uso dos fatores de produção locais não-negociáveis (mão-de-obra, insumos e serviços internos) ao relacionar o custo desses fatores com o valor líquido que a cadeia gera a preços de paridade internacional, segundo:

$$CRI = \frac{C_{\text{fatores não-negociáveis}}}{V_{\text{bruto a paridade}} - C_{\text{insumos comerciáveis}}}$$

Enquanto o CPN indica a capacidade de defender o mercado interno frente a importações, o CRI avalia se os recursos domésticos são utilizados de forma sustentável e competitiva no panorama global.

Para determinar o preço de paridade ($P_{paridade}$), parte-se da cotação nos **mercados de Dakar** (Senegal), onde o carapau (*Trachurus spp.*) se negocia em torno de **700 FCFA/kg**, e somam-se os custos logísticos e operacionais apurados pela equipa do estudo VCA4D: frete (1 800 000 FCFA por viagem de 30 t), taxas portuárias (450 000 FCFA), impostos senegaleses (40 000 FCFA), escolta policial (5 000 FCFA), despacho

aduaneiro em Bissau (1 377 000 FCFA), taxas regionais internas (165 000 FCFA), taxa de aeroporto (5 000 FCFA) e segurança privada (30 000 FCFA). Esses encargos somam 3 872 000 FCFA por viagem, equivalentes a 129,07 FCFA/kg, definindo, então, o preço de paridade:

$$P_{paridade} = 700 + 129,07 = 829,07 \text{ FCFA/kg}$$

Com produção anual de 18 674 883 kg, o valor a preços domésticos (2 000 FCFA/kg) atinge $37,35 \times 10^9$ FCFA, e o valor a preços de paridade chega a $15,48 \times 10^9$ FCFA. Assim:

$$CPN = \frac{37,07 \times 10^9}{15,48 \times 10^9} \cong 2,41 (> 1),$$

indicando que o preço interno está 141 % acima do nível internacional de paridade, conferindo à cadeia uma proteção moderada a elevada, mas baixa competitividade de preço em mercados externos.

Para o **CRI**, consideram-se custos de fatores domésticos não-negociáveis de $13,07 \times 10^9$ FCFA e custo dos insumos comerciáveis, trazidos a paridade, de $20,57 \times 10^9$ FCFA. O valor bruto de paridade ($15,48 \times 10^9$ FCFA) menos os insumos dá um valor líquido de $-5,08 \times 10^9$ FCFA, resultando em:

$$CRI = \frac{13,07 \times 10^9}{-5,08 \times 10^9} \cong -2,57,$$

Um CRI negativo – isto é, um valor absoluto inferior a zero – indica que o montante despendido em insumos comercializáveis (gelo, combustível, embalagens e equipamentos importados) excede a receita potencial que a cadeia de valor poderia auferir no mercado internacional a preços de paridade. Em termos analíticos, tal descompasso sinaliza que, sem a intervenção de políticas protecionistas (tarifas, subsídios etc.) ou acordos comerciais vantajosos, a atividade não se sustenta economicamente: o modelo artesanal, tal como estruturado, consome mais valor em custos variáveis do que consegue gerar em receitas externas.

É imprescindível reconhecer, porém, que boa parte do carapau “importado” de Dakar tem origem na própria frota industrial que opera em águas da nossa Zona Econômica Exclusiva e descarrega nos portos senegaleses. Dessa maneira, o preço de paridade utilizado – baseado nos mercados de Dakar – reflete eficiências de escala típicas de operações industriais, com custos unitários significativamente menores do que aqueles enfrentados pela pesca artesanal. Ao equiparar o pescado artesanal ao produto industrial industrializado e escoado pelo Senegal, comparamo-lo a um concorrente que, na prática, partilha a mesma origem territorial, mas dispõe de condições de produção e logística muito superiores.

Essa constatação tem três implicações estratégicas para a competitividade do carapau guineense:

1. O alto CPN (2,41) evidencia menos uma vantagem intrínseca de preço do que barreiras logístico-administrativas que elevam artificialmente o custo de paridade, protegendo o mercado interno.
2. O CRI negativo expõe a dependência crítica de insumos importados, cujo elevado custo distorce a sustentabilidade da modalidade artesanal quando comparada à pesca industrial.
3. Para aumentar sua competitividade global, é imperativo reduzir custos de insumos, fomentar insumos locais (gelo, embalagens, combustível), compartilhar infraestrutura de frio e refrigeração, simplificar trâmites logísticos e aduaneiros, promover a integração entre os setores artesanal e industrial, incentivar embarcações de maior porte para o setor artesanal e melhorar a eficiência

produtiva, de modo a tornar o CRI positivo e manter o CPN em níveis que equilibrem proteção e inserção competitiva no mercado internacional.

Somente combinando redução de custos de insumos, fortalecimento de fornecedores locais, otimização de cadeias logísticas e adoção de um modelo integrado de produção será possível inverter o sinal do CRI, manter o CPN num patamar que equilibre proteção e eficiência, e inserir com sustentabilidade a cadeia de valor da pesca da Guiné-Bissau no mercado global.

3.5 RESPOSTA À QUESTÃO ESTRUTURANTE 1

Apesar da sua estrutura maioritariamente artesanal, a cadeia de valor das pescas na Guiné-Bissau tem um impacto macroeconómico significativo. Em 2022, o Valor Acrescentado (VA) do setor atingiu 92 260,3 milhões FCFA, o que representa 7,35 % do PIB nacional e 19,84 % do PIB do setor primário. A taxa de integração económica (VA/VBP) foi de 53,5 %, refletindo forte ligação a outros setores produtivos.

Em termos de rentabilidade, os rendimentos médios sobre o VBP foram de 37,2 % na captura, 20,4 % na distribuição e 37,5 % no processamento. O Resultado Líquido de Exploração absorveu 80,5 % do VA, ficando o restante repartido entre salários (13,9 %), impostos (3,4 %) e depreciação (2,2 %).

A produção primária gerou 62,5 % do VA direto, mas as atividades pós-captura — processamento, conservação e distribuição — já representam mais de um terço do valor, evidenciando um processo de valorização funcional da cadeia.

No plano externo, a balança comercial é deficitária em 17 397,2 milhões FCFA, devido à forte dependência de importações. O Coeficiente de Proteção Nominal (2,41) indica proteção do mercado interno, mas o Ratio de Custo em Recursos Internos (-2,57) revela ineficiências na utilização de fatores domésticos.

Conclui-se que o setor das pescas é um pilar económico com potencial crescente nas fases pós-captura. A sua consolidação exige investimento em cadeia de frio, infraestruturas de transporte e formação técnica, para promover maior eficiência, inclusão territorial e dinamização de mercados.

| Questão estruturante 1: Qual é a contribuição da cadeia de valor para o crescimento econômico? | | INDICADORES | RESULTADOS | | |
|--|--|---|--|---|-------|
| CQ 1.1. | Quanto é o lucro e sustentabilidade atividades da CV para as entidades envolvidas? | 1.1.1. Contas de Produção-Exploração para cada tipo de ator | Veja contas de produção | | |
| | | 1.1.2. Resultado líquido de exploração (valor médio) | | | |
| | | | Produção | 1.810,4 | |
| | | | Distribuição | 4.494,9 | |
| | | | Processamento | 4.522,0 | |
| | | 1.1.3. Rendimento sobre o VBP (RLE/VBP) (%) | | | |
| | | | Produção | 37,2% | |
| | | | Distribuição | 20,4% | |
| | | | Processamento | 37,5% | |
| | | | 1.1.4. Comparação da renda líquida dos produtores agrícolas (com o salário mínimo, as necessidades de subsistência, outras possibilidades de emprego...) | O salário mínimo na Guiné-Bissau era de 19 030 FCFA/mês (~30,5 USD). Entrevistas em campo indicam que pescadores a pé e revendedores iniciais fora de Bissau ganham entre 12 000 e 18 000 FCFA, ao passo que revendedores em Bissau auferem cerca de 21 000 FCFA, ligeiramente acima. | |
| CQ 1.2. | Qual a contribuição da CV para o PIB? | 1.2.1. Valor da Produção da Cadeia de Valor | 172.561,70 | | |
| | | 1.2.2. VA Direto | 82.616,99 | | |
| | | 1.2.3. VA Total | 92.260,34 | | |
| | | 1.2.4. VA Total e a sua distribuição | 92.260,34 | 100,0% | |
| | | | Salários | 12.863,86 | 13,9% |
| | | | Taxas | 3.107,92 | 3,4% |
| | | | Depreciação | 2.061,24 | 2,2% |
| | | | RLE | 74.227,33 | 80,5% |
| | | 1.2.5. VA Direto por segmento da cadeia | 82.616,99 | 100,0% | |
| | | | Produção | 51.648,78 | 62,5% |
| | | | Distribuição | 5.096,86 | 6,2% |
| | | | Processamento | 19.770,91 | 23,9% |
| | | | Conserv./Transf. | 6.100,44 | 7,4% |
| | | 1.2.6. Contribuição do VA da cadeia para o PIB total | 7,35% | | |
| 1.2.7. Taxa de Integração na Economia (VA total/VBP) | 53,47% | | | | |
| CQ 1.3 | Qual a contribuição da CV para o PIB do sector agrícola? | 1.3.1. Participação do VA em relação ao PIB do setor primário | 19,84% | | |
| CQ 1.4 | Qual a contribuição da CV para as finanças públicas? | 1.4.1. Receitas para o orçamento do Estado | 1.546,95 | | |
| | | 1.4.2. Despesas para o orçamento do Estado | - | | |
| | | 1.4.3. Saldo para as finanças públicas | 1.546,95 | | |
| CQ 1.5 | Qual a contribuição da CV para a balança comercial? | 1.5.1. Exportações da CV | 500 | | |
| | | 1.5.2. Importações totais (bens e serviços da CV | 17.897,18 | | |
| | | 1.5.3. Saldo da balança comercial da CV | - 17.397,18 | | |
| CQ 1.6 | A CV é viável na economia internacional? | Coefficiente de proteção nominal (CPN) | 2,41 | | |
| | | Razão de custo em recursos internos (CRI) | -2,57 | | |

4. O CRESCIMENTO ECONÓMICO É INCLUSIVO? (QS2)

Esta parte do relatório traz uma perspectiva económica para responder à pergunta norteadora: "O crescimento económico gerado pela cadeia de valor da pesca na Guiné-Bissau é inclusivo?". Assim, neste capítulo analisa-se em que medida a cadeia de valor das pescas na Guiné-Bissau reparte de forma equilibrada os empregos e os rendimentos que gera, procurando perceber como a organização e a governação do sector integram — ou excluem — pescadores de subsistência, pequenos armadores, trabalhadoras do comércio e da transformação, jovens e comunidades marginalizadas.

4.1 DISTRIBUIÇÃO DA RENDA E IMPACTO NAS POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Em 2022, a cadeia de valor das pescas na Guiné-Bissau gerou cerca de 81 mil milhões FCFA de Valor Acrescentado Direto (VAD), concentrado sobretudo no Norte (45,3 %) e em Bissau (25,3 %). A produção primária representou 62,5 % do valor, mas as fases pós-captura — processamento, transformação artesanal e distribuição — já somam 37,5 %, refletindo crescente diversificação económica.

A maior parte do VAD (91,6 %) constituiu Resultado Líquido de Exploração, revelando forte concentração de lucros em operadores com maior capital. Os salários absorveram apenas 12,9 mil milhões FCFA, e os investimentos em capital fixo e contribuições fiscais foram baixos, indicando fraca redistribuição da riqueza.

A distribuição da renda é desigual. Pescadores artesanais, embora fundamentais na produção, enfrentam limitações de capital e infraestrutura. Mulheres dominam as atividades pós-captura, mas permanecem na informalidade e sem proteção social. Os jovens ocupam funções menos qualificadas, com pouco acesso a formação e mobilidade ascendente.

As comunidades costeiras mais isoladas — como nos Bijagós e no Sul — enfrentam barreiras logísticas severas, falta de acesso à energia e mercados, e exclusão dos processos decisórios. Esta vulnerabilidade estrutural reduz sua margem de lucro e expõe-nas a riscos climáticos e de mercado.

Sem políticas específicas para melhorar a logística, reforçar a organização local e garantir representatividade, os benefícios do crescimento do setor continuarão a concentrar-se nos operadores mais capitalizados, perpetuando desigualdades e fragilizando os grupos mais vulneráveis.

4.2 DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO

Nesta secção apresentam-se as estimativas de emprego para a pesca artesanal, a frota industrial e as atividades de distribuição e transformação, seguidas de uma consolidação que abrange toda a cadeia de valor das pescas na Guiné-Bissau. Para cada segmento, os cálculos - baseados em inquéritos de campo, registos oficiais e verificação cruzada com dados de produção - são expostos em detalhe; a síntese final permite quantificar o contributo global do sector para o mercado de trabalho.

Além dos números, identificam-se os principais constrangimentos que limitam a criação e a qualidade do emprego (acesso a combustível, formação técnica, rede de frio, financiamento) e assinalam-se políticas

públicas e intervenções prioritárias - como programas de cogestão artesanal, créditos dirigidos a “bideiras”, certificação de marítimos e investimento em infra-estruturas pós-captura - destinadas a reforçar a inclusão e a sustentabilidade do sector.

4.2.1 Emprego na Pesca Artesanal

O **Inquérito Socio-Económico da Pesca Artesanal (CIPA 2020)**, inicialmente registando 1 827 embarcações, foi recalibrado para 2022 com base no volume de capturas e no recenseamento de pirogas por núcleo de pesca, resultando em 2 078 unidades ativas em todo o território da Guiné-Bissau. A sua distribuição é a seguinte: 26 em Bissau, 786 no litoral Norte, 411 no arquipélago dos Bijagós e 855 na zona Sul. Mantendo-se o pressuposto validado em campo de que cada embarcação corresponde a um único proprietário-investidor ou patrão-pescador, identificam-se assim 2 078 actores que assumem diretamente o risco económico e operacional da actividade..

No universo da pesca artesanal, os empregos permanentes correspondem ao número de tripulantes que se mantêm a bordo, em média, pelo menos duzentos dias por ano. Os empregos permanentes na frota embarcada foram estimados a partir do **tamanho médio de tripulação** apurado nas entrevistas: 5 – 7 tripulantes para pirogas a motor (até 12 em Bissau) e 3 – 4 para pirogas de remo. Multiplicando-se cada segmento pelo respetivo efetivo, obtém-se **8 619 postos de trabalho equivalentes a tempo inteiro (ETI)**. A distribuição regional é heterogénea:

- **Bissau:** 312 ETI
- **Norte (núcleos de Biombo, Caió e Cacheu):** 3 648 ETI (42 %)
- **Sul (Buba e Cacine):** 2 915 ETI
- **Bijagós:** 1 744 ETI

Analisando por tipo de embarcação, destacam-se as **pirogas de remo de Biombo** (431 unidades), que geram sozinhas 1 724 ETI, enquanto as pirogas a motor do mesmo núcleo acrescentam 845 ETI. Nas ilhas, as **pirogas de remo de Bubaque** (269 unidades) asseguram 1 076 ETI, mas as unidades a motor de Bubaque e Uracane, embora menos numerosas, empregam tripulações mais extensas (5 – 7 homens), elevando o contingente regional.

O procedimento foi repetido para todos os 13 segmentos identificados (motores e remos, por área geográfica). A soma gera:

- Empregos permanentes: 8 619 pescadores
- “Homem-viagem” anual: ≈ 1 060 600

QUADRO 4-1: EMPREGOS PERMANENTES NA PESCA ARTESANAL

| Região | Empregos permanentes | "Homem-viagem"/ano ¹⁰ |
|--------------|----------------------|----------------------------------|
| Bissau | 312 | 7 488 |
| Norte | 3 648 | 425 760 |
| Bijagós | 1 744 | 252 480 |
| Sul | 2 915 | 374 880 |
| Total | 8 619 | 1 060 608 |

A estes números somam-se os postos gerados pela **pescas a pé** — colheita de moluscos, crustáceos e pequenos peixes sem uso de embarcação. O **IIº Relatório do Inquérito Pesca a Pé (INIPO, setembro 2024)** registou 2 759 praticantes, dos quais 2 260 mulheres e 499 homens, abrangendo pescadores de tempo integral e sazonais.

Em valor absoluto, os **11 378 ETI** agora contabilizados (embarcados + pesca a pé) representam a parcela mais significativa do **Valor Acrescentado Direto** da cadeia artesanal. Estes rendimentos funcionam como amortecedor da migração rural e reforçam a coesão social nas comunidades costeiras, confirmando a importância vital da pesca artesanal na economia guineense.

O Quadro 4-2, ao consolidar os empregos permanentes da pesca artesanal motorizada, a remo e a pé, oferece uma visão integrada que permite dimensionar com maior precisão o contributo laboral do setor para a segurança alimentar, a inclusão económica de mulheres e jovens e a estabilidade das comunidades costeiras da Guiné-Bissau.

QUADRO 4-2: EMPREGOS PERMANENTES TOTAIS NA PESCA ARTESANAL: FROTA MOTORIZADA, A REMO E PESCA A PÉ

| Segmento | Empregos permanentes (ETI) | "Homem-viagem"/ano* | Fonte principal |
|--|----------------------------|---------------------|------------------------------|
| Pesca artesanal embarcada (motor + remo) | 8 619 | ≈ 1 060 600 | CIPA 2020 (recalibrado 2022) |
| Pesca a pé | 2 759 (2 260 ♀ / 499 ♂) | - | INIPO 2024 |
| Total | 11 378 | - | - |

4.2.2 Emprego na Pesca Industrial

A frota industrial licenciada para operar na ZEE da Guiné-Bissau somava, em 2022, 142 navios: 128 arrastões (segmentados em camarão, cefalópodes, demersais, pelágicos e um cerco pelágico) e 14 atuneiros (13 cercadores estrangeiros e 1 atuneiro à vara de pavilhão nacional), de acordo com o Anuário Estatístico das Pescas. Para estimar o emprego nacional a bordo aplicou-se, navio a navio, o mínimo de tripulantes guineenses fixado pelo Despacho Conjunto n.º 2/2001, que varia consoante a arqueação bruta (TAB). O exercício resulta nos valores sintetizados no **Quadro 4-3**:

¹⁰ O indicador "homem-viagem" estima o volume anual de participações de pescadores em saídas ao mar. Ele combina quantidade de postos de trabalho permanentes com a frequência média de saídas da frota: homem-viagem/ano = empregos permanentes x saídas/mês x 12. O indicador expressa quantas participações em viagem são necessárias por ano e é útil para avaliar impactos de variações de esforço de pesca.

QUADRO 4-3: PESCA INDUSTRIAL: ESTIMATIVA DO PESSOAL NACIONAL A BORDO EM 2022

| Categoria de navio | Navios | Guineenses mínimos ² |
|-------------------------------------|------------|---------------------------------|
| Arrastão de camarão | 22 | 66 |
| Arrastão de cefalópodes | 28 | 126 |
| Arrastão de peixes demersais | 67 | 250 |
| Arrastão de peixes pelágicos | 10 | 46 |
| Cerco pelágico | 1 | 12 |
| Atuneiro cercador | 13 | 0 |
| Atuneiro à vara (pavilhão nacional) | 1 | 2 |
| Total | 142 | ≈ 502 |

As informações recolhidas nas entrevistas realizadas nas duas missões de campo revelam que, apesar da dimensão da frota industrial, a participação nacional mantém-se modesta, com pouco mais de quinhentos postos preenchidos por trabalhadores guineenses sob o regime do mínimo legal. Esta sub-representação deve-se, sobretudo, a dois fatores principais: (i) a maioria dos armadores é estrangeira e considera financeiramente mais vantajoso cumprir a contrapartida prevista em lei pagando a taxa correspondente em vez de recrutar pessoal local; (ii) os perfis técnicos exigidos a bordo — operador de máquina principal, responsável pelo frio e eletricista — são ainda escassos no mercado interno, o que implica necessidade de investimento adicional em formação especializada.

A **aplicação plena do Despacho 2/2001**, com a substituição sistemática da contrapartida pecuniária pela contratação efetiva de tripulantes nacionais, poderia elevar o contingente guineense para cerca de 600–620 profissionais, um incremento de 20 %. Além de injetar 300–350 milhões FCFA anuais¹¹ diretamente nas economias costeiras, a medida fortaleceria a transferência de competências estratégicas para o setor e aumentaria a parcela de valor adicionada que permanece no país. Em síntese, fazer cumprir o despacho é condição-chave para alinhar a pesca industrial aos objetivos de inclusão socioeconômica e geração de riqueza interna que sustentam a estratégia nacional de economia azul, ao mesmo tempo reduzindo a dependência de mão-de-obra estrangeira.

4.2.3 Emprego na Distribuição/ Transformação

A caracterização do emprego nos elos de distribuição e transformação da cadeia de valor do pescado é condição prévia para calibrar políticas de infraestrutura, crédito e capacitação voltadas às mulheres que sustentam o abastecimento interno de proteína aquática na Guiné-Bissau. A estimativa de emprego compila evidências primárias recolhidas nas missões de campo em janeiro e março de 2025 e consolidadas na **Figura 2-1 da Análise Funcional**, onde se discriminam os fluxos de distribuição primária (cais → entrepostos) e secundária (entrepostos → mercados regionais). Os quantitativos foram baseados em três conjuntos de informações obtidas em campo:

- a. Volumes anuais efetivamente comercializados como pescado de consumo interno (kg);
- b. Peso médio por bacia movimentada por cada badeira retalhista (≈ 15 kg) e dias úteis de mercado (≈ 250 /ano);

¹¹ O valor de 300 – 350 milhões FCFA resulta da multiplicação de 100 – 120 novos postos pelo salário anual médio de 2,5 – 3,0 milhões FCFA ($100 \times 2,5 \text{ M} = 250 \text{ M}$; $120 \times 3,0 \text{ M} = 360 \text{ M}$), tendo-se arredondado o intervalo para efeitos de estimativa.

- c. Número de badeiras grossistas industriais (levantado na reunião com a AMAE – Associação das Mulheres das Atividades Económicas, em Bissau).

Os volumes anuais comercializados foram cotejados com a capacidade de trabalho típica de uma badeira retalhista - aproximadamente 15 kg por bacia, em média uma bacia por dia útil - num horizonte de 250 dias/ano. Embora parte do pescado seja hoje deslocada por motoqueiros que agregam duas ou três bacias por viagem, manteve-se a hipótese de uma bacia/dia para uniformizar a comparação entre regiões; o parâmetro espelha o limite físico do transporte manual historicamente realizado pelas vendedoras nos mercados. O contingente de 120 badeiras grossistas industriais foi validado em reunião com a AMAE – Associação das Mulheres das Atividades Económicas, enquanto o quantitativo de 818 trabalhadoras da transformação (fumagem e salga) foi obtido a partir de inquéritos realizadas pela equipa nas duas missões de campo; e das hipóteses de estrutura de pessoal empregadas nos cálculos das contas individuais e na análise financeira dessas unidades (número de operárias por forno, turnos diários, revezamento de preparação de lenha, embalagem, etc.).

Para cada região aplicou-se a expressão para estimativa das badeiras retalhistas:

$$N^{\circ} \text{ de badeiras retalhistas} = \frac{\text{Volume anual (kg)}}{15 \text{ kg} \times 250 \text{ dias}}$$

Os resultados mostram que Bissau concentra 58 % dos empregos diretos (2 583 postos) devido à elevada densidade de mercados e à oferta diária de peixe fresco e congelado. Nas regiões Norte, Bijagós e Sul, o número absoluto de revendedoras é menor, mas cada uma movimentam cargas maiores, pois combina pescado fresco local com lotes congelados ou já fumados. As unidades de transformação — sobretudo no Norte — reduzem perdas pós-captura e estabilizam preços sazonais, desempenhando papel crucial na resiliência da cadeia.

QUADRO 4-4: ESTIMATIVA DE EMPREGOS PERMANENTES NA DISTRIBUIÇÃO/TRANSFORMAÇÃO

| Região | Grossistas industriais | Retalhistas ¹ | Transformação ² | Empregos totais ³ |
|--------------|------------------------|--------------------------|----------------------------|------------------------------|
| Bissau | 120 | 2 458 | 5 | 2 583 |
| Norte | - | 589 | 480 | 1 069 |
| Bijagós | - | 113 | 180 | 293 |
| Sul | - | 392 | 153 | 545 |
| Total | 120 | 3 551 | 818 | 4 489 |

¹ Estimativas derivadas de V/3750, onde V é o volume anual regional (kg).

² Postos calculados com base nos inquéritos de campo e nas hipóteses de pessoal constantes das contas individuais das unidades de processamento.

³ Somatório por função; parte das mulheres pode exercer mais de um papel.

Essa quantificação permite orientar políticas públicas e intervenções para o segmento de distribuição e transformação:

1. **Promoção de infraestrutura de qualidade** – Investimentos em câmaras-frias comunitárias, bancas em inox e fornos de alta eficiência térmica tendem a reduzir perdas pós-captura e elevar o valor agregado do produto.
2. **Acesso a microcrédito** – Linhas especializadas para capital de giro e aquisição de bacias, caixas isotérmicas e lenha certificada podem dinamizar o pequeno comércio feminino.

3. **Formação em boas práticas sanitárias** – Programas de capacitação em higiene, gestão de resíduos e segurança alimentar são essenciais para atender exigências dos mercados urbanos e reduzir riscos à saúde pública.
4. **Equidade de gênero e empoderamento econômico** – Dado que mais de 90 % da força de trabalho nesses elos é feminina, políticas de proteção social, seguros de saúde e previdência adaptados às bideiras podem multiplicar impactos sobre bem-estar familiar e segurança alimentar.

Com base nas hipóteses de trabalho estabelecidas e nas informações qualitativas e quantitativas recolhidas nas entrevistas conduzidas durante as missões de campo, estima-se que as atividades de distribuição e transformação do pescado gerem cerca de 4 500 postos de trabalho diretos na Guiné-Bissau. Destaca-se o protagonismo das bideiras, cuja atuação assegura o abastecimento urbano e periurbano de proteína de origem aquática, estabiliza preços sazonais e minimiza desperdícios. Políticas dirigidas a esse segmento devem reconhecer as diferenças regionais de escala e logística, bem como a sobreposição de funções entre varejo e processamento, a fim de promover desenvolvimento inclusivo e sustentável na cadeia de valor pesqueira.

4.2.4 Emprego permanente consolidado na cadeia de valor da pesca

A consolidação dos dados de emprego ao longo da cadeia de valor da pesca na Guiné-Bissau revela a dimensão do papel socioeconómico desempenhado pelo sector. A soma dos segmentos analisados nas subsecções anteriores (pesca artesanal embarcada, pesca a pé, pesca industrial, distribuição e transformação) permite estimar o contingente total de empregos permanentes equivalentes a tempo integral (ETI) sustentados pela pesca na Guiné-Bissau. Os valores abaixo expressam equivalentes a tempo pleno (ETP), de modo a tornar comparáveis jornadas e regimes de rotação distintos (artesanal, pesca a pé, industrial, distribuição e transformação).

QUADRO 4-5: CONSOLIDAÇÃO DO NÚMERO DE EMPREGOS PERMANENTES NA CADEIA DE VALOR DA PESCA EM 2022

| Segmento da cadeia | Empregos permanentes (ETI) | Fonte e parâmetros-chave |
|---|----------------------------|---|
| Pesca artesanal embarcada (motor + remo) | 8 619 | CIPA 2020 recalibrado/2022; 2 078 pirogas activas, tripulação média por tipo de embarcação |
| Pesca a pé (mariscagem) | 2 759 | IIº Inquérito de Pesca a Pé (INIPO, 2024) |
| Pesca industrial – tripulação guineense | 502 | Aplicação do Despacho Conjunto 2/2001 aos 142 navios licenciados (Anuário Estatístico 2022) |
| Distribuição e transformação ¹ | 4 489 | Análise Funcional; inquéritos de campo em 2025; 120 grossistas + 3 551 retalhistas + 818 operárias de fumagem/salga |
| Total cadeia | 16 369 | — |

¹ O quantitativo para a transformação resulta das hipóteses de estrutura de pessoal aplicadas nas contas individuais das unidades de processamento (número de operárias por forno, turnos diários, revezamento para lenha e embalagem) e não se sobrepõe às bideiras varejistas.

Aplicando os princípios da análise de filière e convertendo todas as modalidades de trabalho em emprego equivalente a tempo integral (ETI), estima-se que, em 2022, a pesca guineense manteve cerca de 16 369 ETI. Desse contingente, 8 619 ETI derivam da pesca artesanal embarcada (motores e remos); 2 078 pirogas activas registadas em 2022; 2 759 ETI provêm da pesca a pé e da mariscagem, de acordo com o II Inquérito de Pesca a Pé de 2024; a frota industrial licenciada — 142 navios sujeitos ao Despacho Conjunto 2/2001 — absorve apenas 502 ETI guineenses, evidenciando a reduzida participação nacional nos postos de maior qualificação

técnica; por fim, a distribuição e a transformação artesanal (120 grossistas, 3 551 retalhistas e 818 operárias de fornos de fumagem e salga, apuradas nos inquéritos de campo de 2025) respondem por 4 489 ETI, sem sobreposição com as “bideiras” que comercializam fresco.

Confrontando-se os 16 369 ETI com o volume médio anual de desembarques (Quadro 3-3) de 63 456 t (ver Figura 2-1 da Análise Funcional), obtém-se :

$$\frac{16\,369\ ETI}{63\,456} \approx 0,26 \text{ emprego ETI por tonelada de peixe capturada.}$$

Tal rácio confirma uma intensidade laboral elevada — duas a cinco vezes superior aos 0,05-0,10 ETI/t observados em frotas plenamente mecanizadas da África Ocidental¹² — e decorre, sobretudo, da preponderância da pesca artesanal, que concentra aproximadamente 66 % dos postos permanentes. Esse quadro valida a teoria dos meios de vida sustentáveis: a pesca artesanal serve de amortecedor contra choques socioeconômicos, contém a migração rural e fortalece a segurança alimentar das comunidades costeiras.

A dimensão de género é igualmente marcante: mais de 90 % do emprego na distribuição e na transformação é ocupado por mulheres, evidenciando o papel central das “bideiras” como agentes económicos e depositárias de capitais sociais nos agregados familiares costeiros. A literatura de economia de género indica que a introdução de políticas de microcrédito, de esquemas de proteção social focalizada e de formação em Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controlo (HACCP) pode reforçar a participação económica destas trabalhadoras e elevar os padrões de higiene e segurança alimentar do pescado.

No outro extremo, a presença reduzida de marítimos guineenses em navios industriais evidencia tanto lacunas no capital humano como obstáculos ao acesso a certificações técnicas fundamentais nos setores de mecânica de navios, sistemas de frio e eletrónica de bordo. Para ultrapassar essas barreiras, é imprescindível desenvolver programas de formação profissional alinhados com as exigências da Convenção STCW (Standards of Training, Certification and Watchkeeping for Seafarers) da Organização Marítima Internacional, que estabelece os requisitos mínimos de qualificação, certificação e serviço de vigia para tripulantes em todo o mundo. Trata-se de um dilema típico das cadeias em transição para a economia azul: como elevar a produtividade e o valor adicionado por trabalhador mantendo, simultaneamente, a inclusão laboral que caracteriza o sector.

Finalmente, as perdas pós-captura, estimadas em 20-30 % por falta de frio e fornos ineficientes, indicam que investimentos em câmaras-frias comunitárias, bancas higienizadas e fornos de maior rendimento poderiam elevar a renda familiar sem reduzir o emprego líquido, ao mesmo tempo que diminuem a pressão sobre os recursos florestais utilizados como lenha. Em síntese, a cadeia de valor da pesca na Guiné-Bissau sustenta mais de 16 000 empregos permanentes — algo que equivale, em média, a um quarto de posto de trabalho

¹² FAO (2021). Review of the techno-economic performance of the main global fishing fleets. FAO Fisheries and Aquaculture Technical Paper No. 654. Rome, FAO. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/cb4900en>.

por tonelada desembarcada — e continua a ser um pilar da economia costeira, exigindo políticas integradas que conciliem eficiência produtiva, equidade de género e sustentabilidade ambiental.

4.3 RESPOSTA A QUESTÃO ESTRUTURANTE 2

A análise da cadeia de valor das pescas na Guiné-Bissau revela um crescimento económico relativamente inclusivo: dos 82 617 milhões FCFA de valor acrescentado direto, 62,5 % cabem aos pescadores, 31,3 % ao processamento artesanal e 6,2 % à distribuição; o resultado líquido de exploração distribui-se em 58,8 % para os pescadores, 26,3 % para os processadores e 14,9 % para os distribuidores, evitando a captura excessiva de excedentes por poucos intermediários. Essa dinâmica sustenta 16 369 empregos equivalentes a tempo integral — 11 880 (72,6 %) são pescadores e 4 489 (27,4 %) trabalham na distribuição e transformação — dos quais 4 040 (25 %) são mulheres, enquanto muitos jovens encontram na pesca comunitária oportunidades de rendimento e empreendedorismo. O relatório VCA4D reforça esta avaliação a partir de seis dimensões sociais: as condições de trabalho mantêm-se precárias, com vínculos informais, atrasos salariais e falta de equipamento de segurança; os direitos de acesso às águas tradicionais são cerceados pela presença de frotas estrangeiras e por processos de consulta insuficientes; a igualdade de género é elevada, com mulheres presentes em todos os elos, embora lhes falte acesso a crédito, terra e serviços básicos; a segurança alimentar é moderada, pois o peixe continua fundamental na dieta costeira, mas a qualidade e variedade têm diminuído; o capital social é robusto, graças às cooperativas e aos esquemas informais de poupança e crédito que amortecem choques de rendimento; e as condições de vida dos agregados são modestas, refletindo carências de saúde, educação, transporte, insegurança fundiária e exposição a riscos ambientais. Para aprofundar a inclusão, torna-se urgente reforçar o acesso a crédito e formação técnica para mulheres e jovens, expandir a cadeia de frio e melhorar as infraestruturas de transporte, bem como fortalecer a governança local para assegurar transparência na repartição de quotas e taxas — medidas que permitirão distribuir com maior equidade os ganhos sociais e económicos gerados pela pesca e consolidar este setor como pilar do desenvolvimento costeiro.

| Questão estruturante 2: O crescimento económico da CV é inclusivo? | | INDICADORES | | RESULTADOS | |
|--|---|---|------------------|--------------|--------|
| CQ 2.1 | Como é a distribuição de rendimento ao longo da CV e entre os seus actores? | 2.1.1. Distribuição do VA | | (1.000 FCFA) | % |
| | | | Pescadores | 51.648.783 | 62,52 |
| | | | Distribuição | 5.096.855 | 6,17 |
| | | | Transformação | 25.871.351 | 31,31 |
| | | | Total | 82.616.989 | 100,00 |
| | | 2.1.2. Montante total dos salários | | (1.000 FCFA) | % |
| | Pescadores | 8.733.333 | 86,24 | | |
| | Distribuição | - | - | | |
| | Transformação | 1.393.196 | 13,76 | | |
| | Total | 10.126.529 | 100,00 | | |
| CQ 2.2 | Qual o impacte dos sistemas de governança na distribuição de rendimento ao longo da CV? | 2.2.1. Distribuição da receita entre os atores (em termos de RLE) | | (1.000 FCFA) | % |
| | | | Pescadores | 40.532.931 | 58,84 |
| | | | Distribuição | 10.262.436 | 14,90 |
| | | | Transformação | 18.088.106 | 26,26 |
| | Total | 68.883.473 | 100,00 | | |
| CQ 2.3 | Como é distribuído o emprego ao longo da CV? | 2.3.1. Número de empregos | | Quantidade | % |
| | | | Pescadores | 11.880 | 72,58 |
| | | | Distrib./Transf. | 4.489 | 27,42 |
| | | | Total | 16.369 | 100,00 |
| | 2.3.2. Emprego de mulheres | | 4.040 | | |

5. COMPONENTE SOCIAL DA CADEIA DE VALOR DAS PESCAS

5.1. OBJECTIVOS E METODOLOGIA GERAL

A análise social da cadeia de valor (CV) da pesca na Guiné-Bissau visa compreender a inclusividade dos benefícios económicos e avaliar a sustentabilidade social da CV através da análise de: (1) condições de trabalho dos intervenientes; (2) direitos à terra e à água relativos ao exercício da actividade ao longo da cadeia; (3) igualdade de género; (4) condições alimentares e nutricionais; (5) capital social e (6) condições de vida. Importa notar que a metodologia VCA4D considera um conjunto de questões que é respondida através da análise de determinados critérios, aos quais é atribuída uma classificação qualitativa simplificada assente numa valoração com as seguintes classificações: alto, substancial, moderado/baixo, nada e não aplicável.

Neste quadro, a análise social baseia-se no conhecimento prévio sobre os meios de subsistência das populações costeiras, incluindo o papel da pesca artesanal¹³ (PA), complementado com literatura existente, dados de inquéritos oficiais (escassos e desatualizados no país) e ainda entrevistas, conversas informais e discussões de grupo com diferentes atores formais e informais da cadeia de valor, conduzidas durante as missões de campo. Enquanto a pesquisa no quadro das missões para a realização deste estudo se centrou em entrevistas a homens e mulheres pescadores de peixe, camarão e ostras e processadores/vendedores (geralmente mulheres “bideiras” em Crioulo) nos principais portos da costa, trabalhos anteriores efectuados (ver nota de rodapé 1) foram conduzidos nas aldeias, facultando uma visão mais holística do panorama da pesca artesanal na região costeira do país (excluindo as regiões de Bafatá e Gabu, no Leste¹⁴).

5.2. AS CONDIÇÕES DE TRABALHO EM TODA A CADEIA DE VALOR SÃO SOCIALMENTE ACEITÁVEIS E SUSTENTÁVEIS?

Na Constituição da República da Guiné-Bissau está consagrado o direito ao trabalho estando, no entanto, omissa qualquer referência à proibição do trabalho infantil. Por sua vez, a Lei Geral de Trabalho (Lei n.º 2/86, de 5 de Abril de 1986) define o regime jurídico-laboral, aplicável às relações de trabalho no sector formal entre empregadores e trabalhadores. A legislação proíbe a contratação de menores de catorze anos com ou sem escolaridade e de todos os menores que não tenham frequentado o ensino formal. Após a sua adesão à Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Guiné-Bissau ratificou ao longo dos anos as oito convenções fundamentais. Encontra-se também ratificada a Convenção para a Compensação por Acidentes de Trabalho e a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação. Sobre o trabalho infantil, o país ratificou as Convenções da OIT sobre os Direitos da Criança, sobre a erradicação das piores formas de trabalho infantil e sobre a idade mínima de trabalho infantil. A Guiné-Bissau assinou ainda a Carta Africana

¹³ Nomeadamente, de janeiro de 2020 a abril de 2025, no quadro do projeto de R4D financiado pela UE Malmon-DeSIRA, Contrato de Subvenção FOOD/2019/412-700.

¹⁴ Onde toda a pesca é masculina em água doce, dado que a influência das marés já não se faz sentir por falta de dragagem dos rios Geba e Corubal e onde existem experiências de aquacultura que seria relevante estudar.

dos Direitos e Bem-Estar da Criança adotada em 1990 pela Organização da Unidade Africana que estabelece os direitos das crianças no continente africano.

5.2.1 Respeito pelos direitos do trabalho

Na Guiné-Bissau, a maioria das relações de trabalho na cadeia de valor (CV) da pesca são informais e caracterizadas por acordos costumeiros ou interpessoais. É assim que, por exemplo, o dono de uma canoa que vai à pesca com outros pescadores decide como dividir a captura entre eles, quer reservando uma fração maior para si ou dividindo todo o peixe em partes iguais (caso geral das canoas a remos), quer adotando a regra comum de vender todo o peixe no porto e, de seguida, descontar os gastos com combustível, alimentação e gelo e depois dividir o rendimento em partes iguais entre canoa, redes (podem ser agregados numa única parte), motor (quando existe) e o número de pescadores. Quando o dono (homem ou mulher) da canoa e equipamento não vai pescar e não tem um capitão de confiança, foram relatadas vendas de peixe a outros pescadores no mar ou a outras “bideiras”, deixando o dono do equipamento numa situação económica difícil que vai comprometer a sua substituição futura e, portanto, a continuidade da atividade e, nesse sentido, o seu sustento. Este é também o caso dos pescadores que têm o seu peixe e material confiscado por agentes da FISCAP e/ou Brigada Costeira, quando apanhados no mar sem as licenças pagas ou com uma rede proibida.

A relação dos pescadores com as mulheres que processam/vendem o peixe é também informal e muito variável, podendo elas por exemplo: a) fornecer os pescadores com gelo, combustível e alimentação, cujos gastos são descontados aquando da entrega/venda da captura a preço de mercado; b) ser donas de barcos e fornecer os pescadores com gelo, combustível e alimentação, adoptando os mesmos métodos de partilha que os homens donos de embarcações em cada porto; c) fornecer os pescadores com gelo nas aldeias, eles encarregarem-se da pesca e de levar ao mercado onde elas vendem e depois dividirem o lucro em partes iguais. Na maioria dos casos entrevistados, as vendedoras têm direito privilegiado de compra aos seus maridos — ao preço praticado no porto —, podendo comprar também a outros pescadores. No entanto, nem sempre as mulheres dos pescadores exercem a profissão de “bideira”.

Em algumas cidades/vilas portuárias, notou-se agravos dos pescadores artesanais em relação às “bideiras”, revelando uma certa crise de masculinidade, ao expressarem que o trabalho deles “é de grande risco”, “depende da sorte” (passam muitos dias no mar sem fazer quaisquer capturas) e envolve investimentos regulares, enquanto o delas é regular e lhes garante trabalho e rendimento permanentes. Como exemplo disso, referem que nas crises são obrigados a pedir-lhes dinheiro emprestado e que muitas delas obtêm rendimentos que lhes permitem comprar terrenos e casas, pagar a formação superior dos filhos e até mandá-los para a Europa.

No caso das “bideiras” grossistas, foi relatada no quadro de entrevistas que a cobrança ilegal de taxas “alfandegárias” (designadas despacho ou portagens em Crioulo) entre regiões do país (herança do período de economia centralizada pós-independência, em que o Estado detinha o monopólio de venda de muitos

produtos agrícolas) diminui drasticamente o rendimento, causando ainda perdas graves quando o peixe é fresco e as mulheres não possuem dinheiro para pagar de imediato as taxas exigidas.

Todos os pescadores artesanais guineenses reclamam contra a concessão de um número demasiado elevado de licenças de pesca a estrangeiros e a ausência de fiscalização eficaz da pesca ilegal, não regulada e não declarada (INN) que, ao induzir uma diminuição dos recursos haliêuticos (ver Intchama et al, 2018; Belhabib e Pauly, 2015), acarreta uma redução do seu direito ao trabalho e a uma alimentação digna. Por último, os pescadores artesanais são igualmente unânimes em afirmar que a falta de proteção e apoio estatal cria desigualdade em termos remunerativos entre estrangeiros e nacionais. Esta falta de apoio leva, no norte (região de Cacheu) e sul (região de Tombali) do país, donos de canoas a motor a aceitarem trabalhar com um “patrão” Senegalês ou da Guiné Conakry, respetivamente, que lhes fornece os inputs e por vezes o motor e a própria canoa a crédito, que vão pagando aos poucos. Os contratos entre os “patrões” nacionais e os dos países vizinhos são informais e variáveis, mas em nenhuma das entrevistas foram revelados os seus termos, como exemplo.

Na pesca industrial (PI) e empresas de processamento do peixe para congelação, as mulheres só trabalham na administração (onde são dominantes no caso da Afripeche e Henrimar) e na triagem do peixe, não tendo sido relatadas diferenças de salário. De referir que não foi possível visitar a empresa chinesa de fabrico de farinha de peixe, inaugurada recentemente com forte aparato militar.

Só os salários dos marinheiros contratados por embarcações da pesca industrial estão regulamentados (365 000 FCFA/mês, com o trabalho aos domingos pago a duplicar). No entanto, o pagamento só é feito no final do contrato e não mensal, a contratação é angariada por um grande número agências (algumas fictícias) que cobram antecipadamente uma parte considerável (cerca de 1/5) do salário correspondente a 6 meses no mar como taxa de inscrição nas listas e que, frequentemente, não pagam a totalidade dos salários no final do contrato ou o fazem aos poucos e com grandes atrasos. Todos os relatos ouvidos sobre as condições de trabalho nas embarcações chinesas (e em alguns barcos europeus) são consistentes na afirmação de que os marinheiros são obrigados a trabalhar sem pausas para comer e/ou dormir, enquanto há peixe para retirar das redes e embalar, não existindo horário de trabalho por turnos.

Trata-se, assim, de uma condição de servitude que viola em certa medida as convenções 3 e 4 da OIT, mas que, no entanto, os trabalhadores aceitam por falta de outras oportunidades de emprego assalariado no país. Em clara violação da convenção 8 da OIT, os marinheiros guineenses sentem-se discriminados, declarando que “os chineses não os tratam como pessoas”. Referem ainda a ausência de condições aceitáveis de habitabilidade nos navios, sendo obrigados a lavar-se e a lavar a sua roupa com água salgada. Os relatos apontam para o facto de não ser cumprida a lei quanto ao pagamento diferenciado por trabalho aos domingos nas embarcações chinesas. Diversos dirigentes de serviços do Estado, ao serem inquiridos sobre esta questão, reportaram conhecer as ilegalidades, mas terem sido incapazes de controlar a situação por haver demasiada procura de emprego por jovens guineenses, que ao não serem qualificados acabam por aceitar as condições impostas e não denunciar as infrações cometidas pelas agências.

A tentativa estatal (referida em reunião no Instituto Marítimo Portuário) de imposição da contratação de marinheiros qualificados e de uma percentagem de 25% de marinheiros estagiários, com a intenção de acabar com a corrupção ao reduzir a oferta de pessoal não qualificado, não foi aceite pelas agências de contratação que trabalham para os navios de PI. Apesar de o país ter ratificado as convenções 1 e 2 da OIT, os trabalhadores guineenses da PI recorrem pouco ao seu direito de liberdade de associação e de organização e negociação coletiva.

Por seu turno, os “Observadores” dos navios da PI não pertencem aos quadros do Ministério das Pescas, sendo pagos pelos fundos provenientes das contrapartidas dos acordos de pesca, conforme referido em entrevista. A sua situação laboral instável pode ser o/um dos fator(es) que desencadeia as irregularidades reportadas pelos marinheiros e o seu mau desempenho profissional na elaboração dos relatórios.

Por último, o processo de contratação para a Guarda Costeira começa com a seleção dos jovens no 12º ano do liceu e ocorre na prática ao final de muitos anos de trabalho de cobrança de “licenças de saída” e fiscalização, primeiro como “colaborador” (sem qualquer remuneração e sujeito a pequenas ofertas) e depois como “auxiliar” (recebe uma parte das multas passadas durante as missões de fiscalização no mar, mas sem percentagem definida). O número de anos nestas duas categorias é muito variável (e.g., 9 e 20 anos relatados) consoante a rede clientelar a que pertence e o contrato só ocorre após um período de treino no quartel de Cuméré, sem o visado ter conhecimento prévio dos termos do contrato.

5.2.2. Trabalho infantil

Tal como referido no Inquérito aos Indicadores Múltiplos (MEF e INE, 2016), a maioria das crianças e jovens guineenses estão envolvidos em maior ou menor grau em atividades económicas. O trabalho das crianças é visto como uma forma de preparação para a sua vida futura quando adultos e, nas aldeias, frequentemente são as próprias crianças a iniciarem a aprendizagem com outras mais velhas como uma forma de afirmação. Atualmente, a educação formal e o trabalho andam a par e passo e as crianças sentem orgulho quando conseguem desenvolver atividades com fins lucrativos e comprar a sua própria roupa de dias festivos ou mesmo pagar as propinas da escola.

No caso dos rapazes, a pesca é muitas vezes uma atividade desenvolvida por grupos de idade e as capturas, quando pequenas, são autoconsumidas de imediato pelo grupo ou levadas para consumo familiar. Quando o peixe tem valor comercial e existe “bideira” ou pescador que compra também a outros para revenda em grosso, as crianças vendem diretamente e guardam o dinheiro para os seus gastos. Nas cidades portuárias, os pais tentam que as crianças se concentrem na educação formal, mas algumas raparigas e até rapazes ajudam a vender nos mercados, sobretudo no caso das famílias monoparentais chefiadas por mulheres que vivem no limiar da pobreza e são obrigadas a dividir o seu tempo entre atividades lucrativas (por vezes diversas) e domésticas. A entrada dos rapazes na pesca com orientação exclusivamente comercial ocorre, no geral, após os dezasseis anos e frequentemente está orientada para o pagamento da sua própria educação quando os pais não têm posses ou o jovem deseja exibir as suas capacidades (“ronca força” em Crioulo).

No porto de Bissau há jovens a partir dos 16 anos a trabalhar como estivadores na descarga do peixe, com o objetivo de pagar os seus estudos. Não foi reportado, nem observado qualquer caso de contratação de crianças por empresas da pesca industrial ou de processamento de peixe. Mães e pais lamentam a entrada precoce dos filhos na vida laboral, mas respondem que “o mundo está cada vez mais difícil e hoje as crianças já conhecem o dinheiro”, subentendendo que têm aspirações de compra de bens de consumo e quando sabem que os pais não os podem comprar, eles próprios se encarregam de conseguir fontes de rendimento próprias. De salientar, que alguns dos jovens entrevistados mais bem-sucedidos em termos de formação média/superior ou no desenvolvimento de atividade comercial trabalharam para se autofinanciar desde crianças, tendo a ética do trabalho sido aplicada em todas as esferas de atividade. No entanto, de acordo com entrevistas realizadas a bideiras, a subida dos preços dos bens de primeira necessidade, dos serviços de educação, saúde e transportes, associada a uma redução dos recursos haliêuticos criam um risco elevado de aumento da pobreza e, como tal, de envolvimento compulsivo das crianças no trabalho com fins lucrativos.

5.2.3 Segurança no trabalho

Na pesca artesanal há grandes riscos de naufrágios que não são socorridos pelas capitánias, apesar da licença de saída dos portos ser paga diariamente. A maioria dos pescadores a remos não possui qualquer equipamento de salvamento e georreferenciação (e.g., boias, coletas salva-vidas, GPS) por falta de condições económicas. Os telemóveis, quando existem, não estão protegidos contra eventuais quedas na água e frequentemente não há conexão nas zonas onde pescam. Os pescadores artesanais são frequentemente atacados com violência física por pescadores senegaleses, que tentam impedir que as suas redes boiantes sejam destruídas pelas “armadilhas” (corda com anzóis em suspensão) dos pescadores nacionais.

Na Pesca Industrial há relatos de ausência de tratamento e/ou evacuação de doentes e de mortes por doença durante os períodos no mar (os corpos alegadamente são mantidos nas câmaras frigoríficas). Nos casos de doença grave, foi relatado que quando não morrem no mar acabam por morrer logo após a chegada por não terem sido tratados a tempo. Os marinheiros da PI não têm seguro de trabalho, nem fazem descontos para a segurança social. No entanto, mesmo os trabalhadores guineenses que descontam para a segurança social queixam-se que não têm quaisquer benefícios, por exemplo, quando adoecem. Pelo contrário, os pescadores artesanais que trabalham para “patrões” têm as suas despesas com saúde asseguradas por estes.

Em todos os portos foram feitos relatos de fiscalização abusiva por agentes da FISCAP, que quando encontram pescadores sem licenças pagas ou com redes proibidas confiscam todo o peixe, as redes e os motores; como resultado, os pescadores ficam à deriva longe da costa e sem capacidade futura de trabalho para realizar rendimentos que lhes permitam pagar as multas e os documentos em falta. Há ainda relatos de que, no caso dos pescadores estrangeiros, os seus maiores rendimentos lhes permitem subornar os fiscais.

As “bideiras” de peixe fresco e as processadoras não relataram ocorrência de acidentes ou problemas a nível de segurança no trabalho. No entanto, na entrevista com as bideiras grossistas importadoras, foi relatado roubo de cargas no trajeto de Dakar – Bissau, o que ocasionou aumento nos custos de transporte com a inclusão de segurança privada.

5.2.4 Atratividade

A pesca é considerada a principal ocupação de rendimento para quem não tem estudos superiores e muitos jovens usam-na para financiar a educação ou melhorar o nível de vida. Os contratos como marinheiros na Pesca Industrial (PI) são muito atrativos porque permitem poupar durante 6 meses num contexto sem acesso a bens de consumo não essenciais e longe de familiares e amigos que os pressionam com pedidos de empréstimos e dídivas. O salário de vários meses recebido numa única prestação vai permitir fazer grandes investimentos, como a construção de uma casa, pagamento de propinas de um curso superior, compra de uma motorizada, criação de uma loja para venda de produtos correntes, emigrar. Repare-se que o salário mensal de um marinheiro foi estipulado em 365 000 CFA, enquanto o salário mínimo é de 50 000 CFA e, em Bissau, a maioria dos jovens que conseguem emprego como guardas noturnos não tem contrato de trabalho e recebe abaixo do salário mínimo.

A ausência de formação é considerada um obstáculo, dado que permite a exploração dos marinheiros, como referido anteriormente. Na pesca artesanal a formação é vista como forma de aumentar a competitividade em relação aos estrangeiros, embora, neste caso, a falta de apoio estatal em termos de subsídios na compra de combustível e equipamento (redes, motores e canoas), os comparativamente elevados preços das licenças em relação aos praticados pelo Senegal e Guiné Conakry e a ausência de crédito sejam considerados os maiores constrangimentos que reduzem a atratividade potencial da pesca.

A cadeia de valor é igualmente atrativa tanto para as “bideiras” jovens (que frequentemente financiam os seus estudos), quanto para as seniores que quando bem-sucedidas investem na compra de casas, pontas e, por vezes, até canoas, motores, redes. Em alguns portos mais importantes, como o de Bissau, há muitos jovens a trabalhar como estivadores (no porto do Alto do Bandim foi mencionada uma rapariga que financiou um curso superior e a ida para a Europa) para pagar os seus estudos e gastos correntes. No porto do Alto do Bandim foram entrevistados jovens (frequentemente estudantes) que trabalham como “bideiros” grossistas para “patrões” que lhes fornecem crédito. Em Farim existem “bideiros” que trabalham diretamente para os pescadores e “bideiras” que vendem peixe congelado comprado em Bissau.

No entanto, em conversas informais com jovens e adultos de toda a zona costeira, foi recorrentemente afirmado que a atratividade da pesca tem vindo a diminuir devido à maior dificuldade de captura de peixe “de primeira” provocada pela pressão crescente sobre os recursos haliêuticos. No caso das “bideiras”, a ausência de acesso ou a interrupção no aprovisionamento de gelo por avaria de uma anterior fábrica, o elevado preço do gelo quando tem de ser trazido de longe e o pagamento de taxas de “despacho” nas fronteiras entre regiões do país (“portagens”) são igualmente apontados como causas de diminuição dos rendimentos e, portanto, menor atratividade.

QUADRO 5-1: CONDIÇÕES DE TRABALHO

| Condições de trabalho | | |
|--------------------------------|---|----------------------------|
| Critério | Resultados Preliminares | Pontuação |
| Respeito pelos direitos | Só existem relações formais de trabalho na PI e Empresas de processamento. Na PI parece haver frequentes violações de direitos. A maioria dos trabalhadores não parece beneficiar de segurança social. Na PA as relações de trabalho são informais sujeitas a acordos variáveis interpessoais. A sobrepesca por estrangeiros causou sobre-exploração dos recursos e ameaça o direito ao trabalho dos pescadores artesanais. | Moderado/ Baixo |
| Trabalho infantil | Nas aldeias as crianças participam na pesca e na venda como parte da aprendizagem e socialização e os rendimentos pertencem-lhes. Nos portos, os pais tentam que as crianças se concentrem na educação formal, mas algumas crianças ajudam na venda nos mercados, sobretudo nas famílias monoparentais chefiadas por mulheres (situação de precaridade). Não foi reportado, nem observado qualquer caso de contratação de crianças por empresas de PI ou de processamento de peixe. A redução das capturas associada a um aumento dos custos com educação, saúde, alimentação pode aumentar carga de trabalho das crianças. | Substancial |
| Segurança no trabalho | Na pesca artesanal há graves riscos de naufrágios que não são socorridos pelas capitânicas, apesar da licença de saída ser paga diariamente. Na pesca industrial há relatos de ausência de tratamento e/ou evacuação de doentes. As “bideiras” não relatam problemas a este nível, com exceção das grossistas que vendem o peixe após fumagem. | Moderado/ Baixo |
| Atratividade | A pesca (PA e PI) é considerada a principal ocupação de rendimento para quem não tem estudos superiores e muitos jovens usam-na para financiar os seus estudos ou melhorar o nível de vida. A ausência de formação é considerada um obstáculo, sobretudo para marinheiros de pesca industrial; na pesca artesanal a formação é vista como forma de aumentar a competitividade em relação a estrangeiros. Há “bideiras” jovens a financiar os seus estudos, bem como seniores que possuem casas, “pontas”, canoas, motor, redes. | Substancial |

5.3 OS DIREITOS À TERRA E À ÁGUA SÃO SOCIALMENTE ACEITÁVEIS E SUSTENTÁVEIS?

Após a independência a Lei da Terra de 1975 mantém muitos traços da lei colonial, sendo por um lado reconhecido o direito costumeiro e, por outro, as concessões de terra existentes, desde que tivesse ocorrido uma valorização efetiva da propriedade (Temudo, 1998 e 2012; World Bank, 2006). Até 1981 não foram atribuídas mais concessões, mas a partir do início da liberalização económica, a abertura de linha de crédito para o desenvolvimento da agricultura e a expansão do cultivo do caju gerou uma corrida à terra e a atribuição de muitas concessões (Temudo e Abrantes, 2014).

O processo de ajustamento estrutural trouxe também uma preocupação dos doadores com a revisão da Lei da Terra, que é finalmente aprovada em 1998 (República da Guiné-Bissau, 1998), mas cuja regulamentação só é aprovada em 2004 (World Bank, 2006). O direito consuetudinário de acesso à terra e à água prevalece a nível das aldeias e regulados, sendo condicionado pelas autoridades tradicionais (“donos de chão”, chefes de tabanca e régulos), mas a manutenção dos direitos de uso e transmissão fica dependente do investimento

em trabalho e da utilização económica. A expansão do cultivo do caju traz consigo a criação de um mercado da terra e a explosão de conflitos fundiários (e.g., Temudo e Bivar, 2016; Temudo e Cabral, 2021).

O registo oficial da terra adquirida por herança, oferta ou compra é, contudo, um processo complicado devido às fragilidades instituições estatais (World Bank, 2006) e dispendioso e são poucos os pequenos agricultores a recorrer a ele. São geralmente feitos registos simples na administração local sede do setor, nos casos de compra de grandes áreas de terra para criação de pomares (designadas “pontas” em Crioulo) fora da sua área de nascimento (Temudo e Bivar, 2016).

De acordo com a lei (Lei 5/98, Artigo 6, Paragrafo 4), “As Comunidades Locais exercem poderes de gestão de acordo com os respetivos usos e costumes, em toda a área situada nos limites históricos e territoriais, incluindo as zonas habitadas, as cultivadas e em pousio, as áreas de uso comum, as pastagens, os recursos hídricos e marítimos, as matas sagradas ou destinadas a outros fins sociais, culturais e económicos.”

Em 2012, a Guiné-Bissau subscreveu e ratificou as Diretivas Voluntárias para a regulação governamental do direito à terra, pesca e florestas no contexto da segurança alimentar (*Voluntary Guidelines on the Responsible Governance of Tenure of Land, Fisheries and Forests in the Context of National Food Security*, VGGT, FAO, 2012). O país subscreveu também as Diretivas Voluntárias da Pesca Artesanal visando garantir a durabilidade da pesca artesanal no contexto da segurança alimentar e da erradicação da pobreza.

5.3.1. Adesão às Diretivas Voluntárias (VGGT)

Aparentemente, o Estado não tem divulgado devidamente as Diretivas Voluntárias para a regulação governamental do direito à terra, pesca e florestas no contexto da segurança alimentar (VGGT). Em 2018 uma avaliação conduzida pelo Banco Mundial chamou a atenção para o facto do quadro regulamentar das pescas estar desatualizado e não prever a cogestão, nem garantir os direitos dos utilizadores (Chuku et al. 2020: 34).

Os pescadores artesanais guineenses sentem-se lesados pelos estrangeiros nos seus direitos ao território marinho tradicional, devido aquilo que consideram um número demasiado elevado de embarcações licenciadas e à falta de controle efectivo da pesca ilegal, não declarada e não regulada (INN). Há ainda frequentes relatos de embarcações da pesca industrial que invadem as suas águas, sem que sejam detetadas e controladas pelos agentes de fiscalização do Estado. Os marinheiros reportam que as embarcações de PI em que trabalharam usavam redes de malha muito inferior ao legal, apanhando peixe de espécies para as quais não tinham licença e muito peixe pequeno que depois deitam morto ao mar. Em relação ao suposto controle exercido pelos “observadores”, respondem que eles “têm a consciência comprada” pelos empresários donos dos barcos e que, portanto, não reportam as ilegalidades Belhabib e Pauly (2015: 4) referem também que “a presença de observadores a bordo revelou-se ineficaz” no controle dos locais das descargas e registo dos seus montantes.

A este respeito, confrontado com esta informação, um dirigente estatal entrevistado respondeu que o país sofre períodos frequentes de grande instabilidade política, a maioria dos observadores não tem formação suficiente e os registos não são feitos de forma correta frequentemente, mas o Estado só pode atuar com base nos seus relatórios. Um outro entrevistado relatou ser comum os observadores trabalharem no

processamento das capturas para aumentar o seu vencimento, em prejuízo dos registos obrigatórios para elaboração do relatório.

A relação das populações com os parques e áreas marítimas protegidas (AMP) e a sua perceção sobre as vantagens e desvantagens destes em relação à pesca é muito variável de contexto para contexto e, por vezes, segundo o entrevistado e até o assunto em debate. No entanto, os habitantes dos parques que são pescadores estão geralmente contentes com a imposição de um repouso biológico, anotando uma recuperação dos recursos haliêuticos.

No caso de Bolama, Bubaque e Uracane os pescadores estavam muito revoltados por se sentirem excluídos de pescar em ilhas Bijagós consideradas AMP, enquanto os habitantes destas têm o direito de vir pescar nas suas águas territoriais. Reclamam ainda que nunca são chamados para ser ouvidos nos conselhos de gestão das AMP vizinhas, pois gostariam de ser incluídos e poder beneficiar dos mesmos direitos. Em Bolama e Bubaque a revolta era grande porque os jovens das AMP frequentam os seus liceus, pescam nos seus portos e cortam frutos de palmeira e até cibes (palmeiras de leque usadas como traves das casas) para poderem custear os seus estudos, mas eles não têm os mesmos direitos e são multados quando apanhados com redes dentro das canoas nas águas territoriais das AMP, mesmo que não estejam a pescar.

As reclamações e exigências dos habitantes de zonas limítrofes das AMP estão em sintonia com a abordagem ecossistémica e participativa na gestão da zona costeira defendida por Campredon e Cuq (2001). Em zonas muito isoladas como o ilhéu de Melo a expulsão dos acampamentos estrangeiros em 2014 e 2025 não foi vista com bons olhos, pois alegam que o parque e, em geral, o Estado não os considera cidadãos de direito, excluindo-os do direito à saúde, educação e água potável. Pelo contrário, os estrangeiros prestavam apoio na evacuação de doentes, no transporte de pessoas e bens e comercialização de bens de primeira necessidade.

No caso de povoações com portos onde existem grandes acampamentos estrangeiros, como Uracane e Bolama, os pescadores reclamam contra a destruição descontrolada dos seus recursos haliêuticos e florestais, alegando que o Estado [os seus agentes] “só pensam em cobrar muitas licenças para encher os seus bolsos”, não se importando com a população e o futuro dos seus filhos. Alguns alegam ainda que o financiamento da EU nunca é investido diretamente na PA e que, em parte, fica nas “mãos dos governantes”. Cross (2016) relata um conflito entre os habitantes Bijagós de Uno e pescadores estrangeiros, instalados num grande acampamento, resultante da competição que se estabeleceu em relação aos recursos haliêuticos e florestais e espaço de habitação. Após a expulsão dos pescadores pelos jovens da aldeia, a administração estatal impôs o retorno considerando o seu interesse na cobrança das licenças pagas pelos estrangeiros.

Não foram reportados conflitos devido a atribuição de terra a investidores na área do turismo ou aquacultura, mas existe um conflito aberto em Cacheu devido à exploração de areias pesadas por uma empresa chinesa (ver, e.g., Intumbo, 2025), que corre o risco de poder afetar a pesca nos portos de Varela e aldeias próximas. A prospeção de petróleo por empresa chinesa, que se tinha iniciado na aldeia de Oio de Ntxale e que estava a criar revolta na aldeia vizinha de Malafu por ir afetar os campos de arroz e mangais, foi aparentemente abandonada. Todas as compensações prometidas pelos chineses não foram concretizadas, o caminho de

terra que une a estrada principal à aldeia ficou muito danificado pelas máquinas pesadas (dificultando ainda mais o transporte de pessoas e mercadorias, entre as quais o peixe) e até o equipamento de um poço artesiano aberto como compensação foi retirado quando a empresa partiu.

5.3.2. Transparência, Participação e Consulta

A falta de transparência na gestão do sector da pesca na Guiné-Bissau é mencionada por Jumpe e Gomes (2016) e González (2015: 8; 2017: 1) e mais recentemente por Embalo (2021: 58, 59, 68, 76 e 77), numa análise profunda da sua sustentabilidade política. Neste trabalho o autor menciona existir falta de transparência em áreas que vão da negociação dos acordos de pesca, às operações de fiscalização, à falta de comunicação entre departamentos do mesmo ministério em termos de atribuição de licenças e fornecimento dos dados recolhidos pelos observadores marítimos, e ainda à predominância de interesses político-partidários e económicos nas decisões políticas. Conclui que “Algumas espécies já se encontram plenamente sobre-exploradas, em termos da biomassa e em termos da mortalidade por pesca, e sem um plano de recuperação” (Embalo, 2021: 77).

Os pescadores entrevistados consideram não haver consulta sobre o número de licenças atribuídas a estrangeiros na pesca industrial e artesanal, de modo a evitar a pilhagem dos recursos nos seus territórios tradicionais e no país em geral. No caso das empresas coreanas de Cacine e de Cacheu, os pescadores relatam que não foram devidamente consultados nem informados sobre as licenças concedidas e não concordam com as condições de trabalho nos barcos. Além disso, embora ambas as empresas tenham alegadamente a obrigação de empregar e formar marinheiros guineenses, trouxeram pescadores da Guiné Conacri para operar em Cacine. Cumpre notar que a empresa coreana em Cacheu encontra-se atualmente desativada. Em Cacine, um dos responsáveis guineenses da empresa exercia ao mesmo tempo funções de Delegado das Pescas, em claro conflito de interesses. No caso da empresa coreana localizada em Buba, o próprio Diretor do Parque das Lagoas da Cufada bem como um dos funcionários mais antigos desconheciam a sua existência, visto que segundo alguns entrevistados “eles [Coreanos] tentam trabalhar em segredo e nem os pescadores aceitam falar sobre isso”. Não foi possível, assim, recolher informações sobre se há compra de peixe dentro do parque.

A maioria dos pescadores artesanais gostaria de ser incluída num sistema de fiscalização participativa, à semelhança dos existentes nas AMP (ver Campredon e Cuq, 2001; Embalo, 2021: 49) para aumentar a eficácia e evitar corrupção dos agentes do Estado (ver também González, 2015). Confrontado com esta proposta dos pescadores artesanais, um dirigente estatal entrevistado respondeu que é preciso que a população não tome armas na mão, porque os próprios fiscais são atacados e às vezes mortos e têm de estar bem protegidos pela Marinha de Guerra. A respeito da gestão inclusiva nas áreas marítimas protegidas (AMP), Campredon e Cuq (2001: 91) recomendam a concessão de direitos especiais aos pescadores residentes para assim garantir o seu interesse na protecção dos recursos por um lado e, por outro, que as AMP “não devem ser consideradas unidades isoladas, mas sim partes vitais de um sistema abrangente para melhorar a gestão da zona costeira”.

A licença de atribuição de exploração de areias pesadas em Cacheu (à semelhança de anteriores licenças de exploração de minérios a Russos e Angolanos) constitui um exemplo paradigmático da ausência generalizada de transparência, participação e consulta pública (ver, e.g., Intumbo, 2025). Visto que, só na aldeia fronteiriça de Nhinquim (ao lado do importante porto piscatório de Varela) os estudos geológicos realizados indicam existir cerca de 80 000 toneladas de areias pesadas (ver, <https://www.odemocratagb.com/?p=50677>, último acesso a 25/02/2025), será de supor que o impacto negativo sobre a vida das populações locais e a pesca artesanal seja extremamente negativo. De notar ainda, que em 2012 um engenheiro francês que trabalhou na extração de areias pesadas em Casamança e que, antes do golpe, se preparava para vir trabalhar na Guiné-Bissau com a mesma empresa, referiu no contexto de conversa informal que em toda a costa de Varela até São Domingos existem areias pesadas. A revolta da população de São Domingos tem sido abafada e poucos são os meios de comunicação social que deram cobertura e continuidade à questão (e.g., recente manifestação de centenas de mulheres). A 9 de abril do corrente ano, o Secretário de Estado do Ambiente e a Governadora da região de Cacheu deslocaram-se à aldeia com forte efetivo militar, que permaneceu no local da mina e a população da aldeia em causa foi avisada que, com ou sem a sua aprovação, a exploração iria continuar. De salientar que ativistas sociais e dois régulos foram ameaçados e encarcerados por agentes do Estado, após a ocorrência de um incêndio que afetou a maquinaria utilizada na mina.

5.3.3. Igualdade, Compensação e Justiça

O acesso à justiça formal da população guineense, em geral, é muito difícil, moroso e dispendioso (ver Guerreiro et al. 2011; Sangreman, Turé e Cavaco, 2019; Pires e Silva, 2022), sendo frequentes alegações de corrupção contra agentes do Estado (ver também Cross, 2015: 697-8). Todos os pescadores artesanais e badeiras inquiridos sentem limitações graves no acesso à justiça formal e reclamam sobre impossibilidade de aplicar certas formas de justiça tradicional, como apreensão de equipamento de pescadores ilegais ou que violam leis nacionais e normas locais de proteção dos recursos haliêuticos (e.g., colocação de certas armadilhas e redes de talha rio em braços de rio onde os peixes se reproduzem).

Os pescadores artesanais entrevistados sentem-se lesados por terem as suas “águas territoriais tradicionais” invadidas por pescadores estrangeiros (sobretudo Senegal) que recebem grandes apoios estatais nos seus países (licenças de baixo valor e materiais de pesca e combustível subsidiados) e reclamam que o Estado deveria isentá-los de pagamento de “licenças de saída” como compensação por terem o seu acesso aos recursos diminuído. Um outro factor que coloca os estrangeiros em situação de competição desleal é o facto de terem boa formação e equipamento que lhes faculta maior eficiência na pesca e, em consequência, rendimentos elevados que alegadamente lhes permitem subornar os fiscais.

Face à ausência de apoios estatais à pesca artesanal (e.g., subsídios para compra de inputs), à diminuição drástica das capturas cujos baixos rendimentos não lhes permitem garantir a segurança alimentar e pagamento dos gastos com saúde e educação, muitos acabam usando técnicas de pesca consideradas ilegais (redes monofilamento por homens e mulheres e redes mosquiteiras de talha rio no caso das mulheres). A apreensão pelos fiscais das redes monofilamento (“txasse” em Crioulo) e a correspondente aplicação de pesadas multas é avaliada como mais uma injustiça perpetrada pelo Estado (que já cobra licenças de

navegação, pesca e saída diária sem dar qualquer apoio aos pescadores como contrapartida), pois é o Estado que permite e beneficia com a sua importação (cobrando taxas aduaneiras) e a sua venda (cobrando taxas de comercialização).

Como referido, os pescadores das zonas limítrofes de áreas marinhas protegidas (AMP) sentem-se discriminados porque os habitantes dessas áreas podem vir pescar nas suas águas, enquanto eles estão interditados de pescar nas AMP e, se forem encontrados lá com as suas redes dentro do barco mesmo que não estejam nem tenham tido intenção de pescar, são alvo de pesadas multas e de apreensão do equipamento de pesca.

Todos os inquiridos sentem limitações graves no acesso à justiça formal e reclamam sobre impossibilidade de aplicar certas formas de justiça tradicional, como apreensão de equipamento de pesca de pescadores ilegais ou que violam leis nacionais e normas locais de proteção dos recursos haliêuticos (e.g., colocação de certas armadilhas e redes de talha rio em braços de rio onde os peixes se reproduzem). Sobre as dificuldades de acesso à justiça formal da população em geral, ver Guerreiro et al. (2011), Sangreman, Turé e Cavaco (2019) e ainda Pires, C. e Silva, H. (2022).

QUADRO 5-2: DIREITOS À TERRA E ÁGUA

| DIREITOS À TERRA E ÁGUA | | |
|---|---|----------------------------|
| Critério | Resultados preliminares | Pontuação |
| Adesão a VGGT | Não foram reportados conflitos devido a atribuição de terra a investidores na área da expansão urbana, turismo ou aquacultura, mas existe um conflito aberto em Cacheu devido à exploração de areias pesadas por uma empresa chinesa. Os PA sentem-se lesados nos seus direitos ao trabalho, alimentação, "território marinho tradicional" pela PA estrangeira (há ainda relatos de embarcações de PI que invadem as suas águas), cujo nº de embarcações licenciadas consideram demasiado elevado. Relação com e perceção sobre parques é variável. | Moderado/ Baixo |
| Transparência, Participação e Consulta | Os pescadores entrevistados consideram não haver consulta sobre acordos de pesca e nº de licenças atribuídas a estrangeiros de forma a evitar a pilhagem dos recursos pesqueiros nacionais. Os PA gostariam de ser incluídos num sistema de fiscalização participativa para aumentar a eficácia e evitar corrupção. A licença de atribuição de exploração de areias pesadas em Cacheu (à semelhança de anteriores licenças de exploração de minérios) foi concedida sem consulta prévia informada da população residente e a mineração está a ser imposta atualmente com forte aparato militar. | Moderado/ Baixo |
| Igualdade, Compensação e Justiça | Os PA sentem-se lesados por terem as suas "águas territoriais tradicionais" invadidas por pescadores estrangeiros que recebem grandes apoios estatais nos seus países e reclamam que o Estado deveria subsidiar a pesca artesanal como compensação por terem o seu acesso aos recursos diminuído. Todos sentem limitações graves no acesso à justiça formal e reclamam sobre impossibilidade de aplicar justiça tradicional. | Nada |

5.4. A IGUALDADE DE GÉNERO EM TODA A CADEIA DE VALOR É RECONHECIDA, ACEITE E MELHORADA?

A Guiné-Bissau ratificou em 1979 a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres (Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women, CEDAW) aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Ao longo dos anos, o Estado guineense tem sido signatário de inúmeros instrumentos legais internacionais que promovem a igualdade e equidade de género (Barros, Baldé, e Silva, 2017; INE, 2022: 33). O país aprovou a 6 de Julho de 2011 a Lei nº 14/2011 para o combate à mutilação genital feminina e a 18 de Julho de 2013 a Lei nº 06/2013, contra a violência doméstica.

Uma Política Nacional para Igualdade e Equidade de Género (IMC, 2012) tem vindo a ser progressivamente implementada nos últimos quinze anos, assente nos preceitos estabelecidos no segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, DENARP (Barros, Baldé e Silva, 2017). No entanto, os sucessivos Inquéritos por Amostragem aos Indicadores Múltiplos (MICS), realizados pelo Instituto Nacional de Estatística e Centro de Controle e Prevenção de Doenças (MEF e INE 2010, 2015, 2020) anotam que, apesar de um aumento crescente da escolarização das raparigas, persiste uma elevada taxa de analfabetismo e de abandono escolar, sendo as mulheres consideradas um dos grupos mais vulneráveis da sociedade da Guiné-Bissau (Guerreiro et al., 2011). De notar, que num estudo realizado em 2016 uma grande parte das mulheres guineenses declarou ser aceitável o marido bater na sua mulher (Casa dos Direitos, 2016; ver também, Temudo, 2019). Acresce que, tanto o casamento forçado, como a mutilação genital feminina têm persistido, apesar de proibidos, sobretudo no Leste do país (INE, 2022: 37-39).

Segundo o Direito Consuetudinário da quase totalidade das etnias, as mulheres não têm direito à propriedade da terra, à herança e, em caso de divórcio, perdem não só os bens que adquiriram conjuntamente com o marido, mas também a tutela dos filhos (Temudo e Bivar, 2016; World Bank, 2006; Barros, Baldé e Silva, 2017; Temudo, 2019). O mesmo acontece em caso de viuvez, quando a mulher não aceita casar um irmão biológico ou classificatório do marido e não possui um filho adolescente. Ao revés, e como relatado em entrevistas com “bideiras”, cada vez mais ocorrem casos de abandono das mulheres e desresponsabilização dos pais em relação às despesas com alimentação, saúde, educação e vestuário dos filhos e quer as leis estatais quer as costumeiras não protegem as mulheres e os filhos. De salientar que, de acordo com os dados do MICS (MEF e INE 2020), o número de famílias chefiadas por mulheres é já considerável sobretudo nas zonas urbanas.

5.4.1. Actividades económicas

Desde tempos remotos, as mulheres guineenses desempenham papéis importantes em vários setores de atividade económica e tiveram um papel determinante no comércio e até como proprietárias de plantações de amendoim (e.g., Havik, 2004 e 2015). Atualmente, um número crescente de mulheres desenvolve atividades económicas diversificadas (ver Temudo, 1998 e 2019; Keleman, Sá e Temudo, 2024), que no caso da cadeia de valor, vão desde a pesca a pé e de canoa a remos (raro e exclusivo das Felupes e Baiotes e das Balantas do ilhéu de Melo), processamento, comércio grossista e retalhista (bideiras), fornecedoras de crédito

e/ou fornecedoras de materiais de pesca (e.g., redes, gásóleo, gelo) e de alimentação a pescadores, sendo ainda algumas “patroas” de barcos.

Algumas “bideiras” diversificam as suas atividades comerciais (combinando com venda de vegetais e outros produtos agrícolas, comida confeccionada, panos que trazem do Senegal ou Gâmbia) para fazer face aos reduzidos rendimentos devido a escassez de peixe ou de gelo e/ou para aumentar os seus rendimentos com vista a realizar um grande investimento (como compra de casa ou terreno). De notar ainda a sua participação central como líderes de grupos informais de poupança e crédito (“abota” em Crioulo), onde os homens preferem entregar a gestão a mulheres por, nas palavras de um entrevistado, “terem mais paciência e tempo para gerir o dinheiro”.

5.4.2 Acesso a recursos e serviços

Como outros autores salientaram (e.g., Berry, 1993), os direitos das mulheres à terra em África são culturalmente definidos e contextualmente específicos, mas também dependem do poder negocial de cada mulher. No caso da Guiné-Bissau, Havik (2004 e 2015) foi pioneiro a demonstrar como as mulheres conseguiam navegar numa sociedade patriarcal e gerontocrática atingindo posições de poder e controle económico.

Entre os habitantes da Guiné-Bissau, é reconhecido que as mulheres geralmente não herdaram parcelas de terra, pois o casamento é virilocal. Têm, contudo, direitos de usufruto sobre parcelas dadas pelos seus maridos, familiares ou amigos e os pais podem deixar-lhes de herança alguns pés de fruteiras e até pomares (Temudo e Bivar 2016). No caso dos recursos haliêuticos, as mulheres podem pescar em todas as áreas que são de acesso comum (braços de rio, mangais), mas o seu acesso às parcelas de arroz de mangal está restrito às que pertencem ao seu marido.

Na cadeia de valor da pesca (CVP) tanto mulheres como homens reclamam ausência de acesso a crédito e outros serviços. Porém, como referido, participam em grupos de poupança e crédito rotativo que lhes permite investir e/ou fazer face a gastos imprevistos, como doença e falecimento de familiares. De igual forma, homens e mulheres protestam sobre as dificuldades de acesso a materiais de pesca no país e, sobretudo, de armazéns onde se possam abastecer nas suas regiões. O mau estado das estradas e o preço e escassez de transportes tornam ainda o seu acesso a materiais de pesca mais difícil e dispendioso.

A pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN), o grande número de licenças a pescadores artesanais estrangeiros (que se concentram em acampamentos e realizam um atividade intensiva), a embarcações de pesca industrial (acusadas de cometer inúmeras ilegalidades) e a falta de controle da pesca ilegal são fatores apontados como grande constrangimento no acesso aos recursos haliêuticos que se encontram sob grande pressão (ver BM, 2014: 25; Embalo, 2021: 41). De notar ainda que como referido, a ausência de crédito e subsídios para a compra de equipamento leva muitos guineenses a aceitar trabalhar para “patrões” estrangeiros, apesar das licenças estarem registadas em seu nome.

O acesso de homens e mulheres a serviços de saúde e educação é também deficiente. A frequência escolar das raparigas é bastante inferior à dos rapazes, enquanto a sua taxa de abandono é superior (INE 2022: 20-23). Porém, entre as “bideiras” dos portos verificou-se uma elevada taxa de escolaridade para a qual os

rendimentos da atividade contribuem, enquanto a formação escolar apoia no melhor desenvolvimento do comércio.

No caso dos homens pescadores vivendo em localidades portuárias, verificou-se pelo contrário que um número elevado tinha sido obrigado a desistir de estudar muito cedo por motivos familiares. O fator determinante de abandono escolar das raparigas é a gravidez precoce. Entre as mulheres “bideiras”, é de salientar que o uso de contraceptivo de tipo implante é muito desejado, mas não só não existe acesso nas zonas rurais, como o seu custo é extremamente elevado e variável de região para região. Repare-se que são obrigadas a pagar para a sua colocação (com exceção dos períodos em que há “campanhas” organizadas por doadores) e para a extração no final do período de validade, cujo valor é acrescido do preço da colocação de um novo implante.

5.4.3 Poder de decisão e controle do rendimento

O Art.º 1674 do código civil da Guiné-Bissau tem disposições contraditórias com o princípio da igualdade expresso na Constituição e consignado nas convenções internacionais ratificadas pelo país, dado que atribui apenas ao homem o estatuto de chefe da família (Barros, Baldé e Silva, 2017). Se até há poucas décadas era raro encontrar mulheres chefes de família, atualmente o seu número é já elevado segundo o relatório MICS (MEF e INE 2020). Com efeito, a imposição à mulher de um novo casamento pela família, após separação ou falecimento do cônjuge, tem vindo a ser cada vez mais contestada pelas mulheres urbanas (caso das “bideiras” nos portos) e até por algumas rurais, mesmo quando ainda estão em idade fértil.

De facto, as mulheres guineenses têm progressivamente adquirido maior poder de decisão e de controle dos seus rendimentos. Tradicionalmente nas aldeias, a produção de cereais das mulheres muçulmanas (principalmente Fula, Mandinga, Beafada e Nalu) pertence à família e uma grande parte das suas culturas comerciais (principalmente amendoins e legumes) e do rendimento também está orientada para o consumo familiar. Em caso de escassez de alimentos, a maior parte dos rendimentos das mulheres destas etnias obtidos através da produção/transformação e do comércio é gasto na alimentação, vestuário, saúde e educação dos membros da família. Pelo contrário, entre os Balanta, os homens são tradicionalmente os únicos responsáveis pelo fornecimento de alimentos à família; as mulheres trabalham nos campos coletivos e no lar, mas quando têm dinheiro ou cereais e a família passa fome, emprestavam-nos ao marido, sendo reembolsadas posteriormente. Até há poucos anos, as idosas Balanta constituíam a exceção, pois frequentemente contribuía com alimentação para o fogão, mas a quase extinção do “casamento forçado” tem vindo a obrigar as mulheres jovens a assumir uma participação económica crescente na subsistência dos agregados (Temudo, 2019). Entre Felupes e Baiotes, a contribuição económica de homens e mulheres é tradicionalmente equilibrada.

Quando as mulheres são “patroas de barcos” e/ou fornecem fatores de produção e alimentação, diversos homens referiram que o seu volume de trabalho e risco da profissão não são devidamente valorizados pelas mulheres, apesar de o contrato de fornecimento de peixe praticado pelas mulheres ser o mesmo que o

praticado por homens “patrões de barcos”. A este respeito, Jumpe e Gomes (2016: 15) levantam também como hipótese que os rendimentos dos pescadores na CVP são inferiores aos das mulheres “bideiras”.

No caso dos portos, os pescadores têm de comprar novo material de pesca (e.g., redes, barco e remos, motor, anzois, âncora), fazer face a despesas correntes inerentes à atividade (e.g., combustível, gelo, manutenção do equipamento, alimentação) e às suas necessidades individuais (e.g., cigarros, bebidas, roupa) e prover ao sustento da família (construção de casa ou pagamento da renda, compra de alimentação, pagamento de gastos com saúde e habitação). No entanto, muitas “bideiras” afirmaram ajudar os maridos “em caso de necessidade”, quando há uma boa relação. Pelo contrário, quando os maridos são alcoólicos ou têm outras mulheres “no esquema”, a participação das mulheres nos gastos correntes (alimentação da família, saúde e educação dos filhos) pode ser grande ou exclusiva. Esse é também um dos motivos que as leva a ter orçamentos separados para poderem fazer investimentos (e.g., compra de terreno para agricultura ou construção de casa) em seu proveito e dos seus filhos e ajudar a sua família materna ou paterna. Existem ainda situações raras (embora comuns entre Felupes e Baiotes) de casais com uma boa relação que optam por ter um orçamento comum para fazer face a todas as despesas e investimentos.

5.4.4 Liderança e empoderamento

As mulheres guineenses estão cada vez mais vocais na expressão dos seus direitos, opiniões e objetivos. As “bideiras” estão, no geral, afiliadas a agrupamentos e associações (a diferença entre as duas formas de organização reside na legalização, cujo custo monetário é um grande impedimento) onde detêm as posições de liderança, mas tal não acontece com as pescadoras rurais ou “patroas” de canoas nos portos que não estão organizadas coletivamente. O empoderamento das mulheres pode observar-se em diversos aspetos da vida social, económica e familiar, mas não político-partidária visto que desempenham ainda poucos cargos públicos (cf. Barros e Semedo, 2013; Barros, Baldé, e Silva, 2017). Como referido, muitas raparigas, bem como mulheres separadas ou viúvas, contestam o casamento organizado pela família (e.g., Temudo, 2019) e é cada vez maior o número de raparigas e mulheres a adoptar/desejar usar métodos contraceptivos. De notar, contudo, que foram observados casos de maridos que querem fazer planeamento familiar e as mulheres mais velhas das famílias das esposas as proíbem contra a sua própria vontade.

5.4.5 Dureza e divisão do trabalho

Nas aldeias, homens e mulheres pescam a pé e/ou em canoa, mas as mulheres realizam também tarefas domésticas (e agrícolas conjuntamente com os homens). Todas as que vendem o peixe depois de fazerem a sua fumagem mencionam as dificuldades com a colheita e transporte de lenha e o calor e fumo durante o processamento. Dores no corpo e falta de horas de sono (a fumagem ou parte dela ocorrem muitas vezes de noite) são igualmente mencionadas com frequência. Quer nas aldeias, quer nos portos, as “bideiras” consideram a pesca uma tarefa muito dura e arriscada e nenhuma “bideira” que fornece os pescadores com gelo, combustível e comida ou “patroa de barco” arrisca embarcar para controlar as capturas. No entanto, frequentemente relataram que os pescadores as enganam vendendo o peixe a outros pescadores no mar ou a outras “bideiras” que, por falta de solidariedade feminina ou pobreza extrema, aceitam comprar (ou aliciam os pescadores a vender-lhes) mesmo sabendo que estão a prejudicar outras colegas. Pelo contrário, muitos

pescadores reclamam que o seu trabalho é mais duro, de risco e depende da sorte, enquanto que as mulheres conseguem ter rendimento superior e constante com menor esforço.

QUADRO 5-3: IGUALDADE DE GÊNERO

| Igualdade de Género | | |
|---|--|--------------------|
| Critério | Resultados preliminares | Pontuação |
| Actividades económicas | As Mulheres (M) têm acesso a todas as actividades económicas da cadeia de valor, desde a pesca até à gestão de embarcações, passando pelo processamento, comércio grossista e retalhista, bem como pelo financiamento (crédito, fornecimento de material de pesca, entre outros). | Elevado |
| Acesso a recursos e serviços | Na CVP tanto mulheres como homens reclamam ausência de acesso a crédito e outros serviços. Tanto Homens (H) como M participam em grupos de poupança e crédito rotativo que lhes permite investir e/ou fazer face a imprevistos M e H reclamam falta de acesso a materiais de pesca no país e suas regiões. | Substancial |
| Poder de decisão e controle do rendimento | As M guineenses têm cada vez maior poder de decisão e controlam os seus rendimentos. | Elevado |
| Liderança e empoderamento | As M guineenses estão cada vez mais vocais na expressão dos seus direitos, opiniões e objetivos. As "bideiras" estão, no geral, afiliadas a associações onde detêm as posições de liderança, mas tal não acontece com as pescadoras ou donas de canoas. | Substancial |
| Dureza e divisão do trabalho | Nas tabancas, H e M pescam em canoa e a pé, mas as mulheres realizam também tarefas domésticas. Nos portos, as "bideiras" consideram a pesca uma tarefa muito dura e arriscada e nenhuma dona de barco arrisca embarcar para controlar as capturas. As 'bideiras' que fumam o peixe referem a dureza do trabalho (desde a recolha da lenha, ao calor intenso, trabalho noturno e falta de sono). | Substancial |

5.5. AS CONDIÇÕES ALIMENTARES E NUTRICIONAIS SÃO ACEITÁVEIS E SEGURAS?

5.5.1. Disponibilidade

O mercado está sempre abastecido com arroz importado, mas a disponibilidade de alimentos protéicos é reduzida com excepção das zonas costeiras. No entanto, mesmo em Bissau, ocorre por vezes escassez no fornecimento de peixe fresco, visto que a maioria do peixe é descarregado diretamente em portos dos países vizinhos, nomeadamente Senegal.

A carne do mato era outrora consumida regularmente, mas, com a expansão do cultivo do caju e o desaparecimento das manchas florestais, os animais selvagens são hoje raros e a única fonte de proteína regular nas zonas costeiras é o peixe. Nas áreas protegidas e parques, o número de animais selvagens tem vindo a aumentar consideravelmente (causando perdas agrícolas consideráveis em muitos casos e ameaçando a vida humana em outros), mas a sua caça está interdita. Os agricultores e pescadores das zonas rurais criam animais domésticos, mas o seu consumo é reduzido e restrito a cerimónias e festas. O consumo de carne é muito baixo e insuficiente (ver também, Cardoso, Barros et al, 2018: 26). O leite de vaca fazia parte da alimentação, sobretudo entre Fulas e Mandingas, mas também em menor escala em outras etnias criadoras de gado bovino como Balantas e Manjacos. Hoje é raramente consumido devido a uma redução do

número de cabeças, ao impacte negativo das mudanças climáticas na produção de leite e ao abandono da prática de mugir as vacas pelas mulheres mais jovens de algumas etnias.

Outrora a produção e consumo de alimentos proteicos, como feijão e amendoim, era maior, mas hoje a quase totalidade do que é produzido é para venda. O consumo de proteícolos de folha (e.g., batata-doce, mandioca, moringa, amaranto) é também muito reduzido, mesmo quando disponível e abundante (caso da moringa). Os frutos (e.g., cabaceira, farroba, veludo, miséria) e folhas silvestres (e.g., cabaceira), outrora parte da dieta alimentar das famílias rurais (e.g., Temudo, 1998; Temudo e Schiefer, 2003), são também consumidos raramente e em muito baixa quantidade, sendo orientados para a venda no mercado urbano. Pelo contrário, a grande disponibilidade em todas as zonas rurais e urbanas de açúcar, rebuçados, chá verde, bebidas energéticas (do tipo Red Bull), caldos tipo Maggi, óleo alimentar importado e bebidas alcoólicas tem induzido um consumo crescente (em paralelo com uma maior orientação do rendimento monetário dos membros das famílias para a compra destes produtos).

Problemas de anemia, diabetes, cáries dentárias, obesidade, tensão alta e acidentes vasculares cerebrais são hoje frequentes (ver também, Cardoso, Barros et al, 2018: 26), no geral, não sendo detetados e tratados por falta de serviços de saúde e profissionais competentes nas zonas rurais.

5.5.2 Acessibilidade

O preço dos bens alimentares tem vindo a subir acentuadamente, enquanto o poder de compra da população se reduziu. O relatório sobre a pobreza, prosperidade e equidade elaborado pelo Banco Mundial indica um crescimento das desigualdades sociais e do índice da severidade da pobreza (World Bank, 2020: 3, 4, 11).

A produção local de arroz é insuficiente e sujeita a grandes flutuações interanuais e os rendimentos obtidos com o caju têm vindo a diminuir devido a inúmeros fatores. De acordo com o mesmo relatório, a economia da Guiné-Bissau continua estruturalmente vulnerável a mudanças bruscas nos termos de troca do mercado mundial e às mudanças climáticas (World Bank, 2020: 3). Mesmo no caso dos pescadores e “bideiras”, o acesso a “peixe de primeira” qualidade deixou de ser possível devido às necessidades de vender para fazer face a despesas com educação, saúde, compra de arroz, óleo alimentar e condimentos.

O consumo regular de peixe é comparativamente “elevado” entre os atores da cadeia de valor, mas muito baixo no resto da população. No entanto, mesmo para estes, o acesso a peixe está restrito às espécies menos valorizadas pelo mercado (e.g., taíinha, bentaninha, djafal) e a quantidade consumida por pessoa a cada refeição é muito baixa. A situação de acesso a alimentos pode ser grave no caso das “bideiras” chefes de família por divórcio, viuvez ou doença do marido. Nas zonas urbanas, embora a maioria da população seja pobre e o seu consumo de peixe seja muito reduzido, há uma crescente oferta de alimentos proteicos confeccionados na rua (e.g., asas de galinha, espetadinhas de cabra, sandwiches de feijão ou de peixe estufado, peixe frito) para consumo individual. Este consumo individual está também a aumentar no campo.

Por último, todos os entrevistados são unânimes em afirmar que tem havido uma crescente redução das capturas por pescadores artesanais nacionais, ao que corresponde um menor abastecimento em peixe do

mercado local (ver também Embalo, 2021: 55, 57). Segundo os entrevistados, a vontade do Estado de aumentar a acessibilidade da população em geral aos produtos do mar, através da redução do seu preço de mercado, tem sido feita em prejuízo de pescadores e “bideiras” cujos rendimentos têm vindo a diminuir.

5.5.3 Utilização e adequação nutricional

A qualidade e quantidade dos produtos alimentares tem vindo a reduzir-se e o consumo de alimentos locais cultivados (feijão, amendoim, abóbora, inhame e falso inhame, mandioca, gergelim), semi-espontâneos ou “do mato” (e.g., moringa, farroba, cabaceira, veludo e diversas folhas de plantas comestíveis) de alto valor nutritivo tem sido substituído por produtos importados nocivos à saúde (caldos tipo Maggi ou glutamato de sódio, açúcar refinado, refrigerantes engarrafados ou em pó). Excepção feita para muçulmanos e evangélicos, o consumo de bebidas alcoólicas subiu exponencialmente, sobretudo entre as mulheres e os jovens. Houve relatos em tabancas Balantas de as próprias crianças, quando trabalham em grupo, exigirem o fornecimento de bebidas alegando “os direitos das crianças”. Confrontados com tantas campanhas promovidas pelo Estado, ONGs e doadores sobre os Direitos das Mulheres e das Crianças, os adultos acabam por ceder.

Como referido, o consumo de carne nas zonas rurais está limitado a ocasiões festivas e a cerimónias e rituais e o consumo regular de peixe é muito baixo, mesmo entre as populações costeiras em que mulheres e/ou homens se dedicam à pesca como atividade complementar para autoconsumo ou também para venda. As crianças que pescam em grupo de amigos consomem uma parte do peixe ou a totalidade, assado ou fervido. Este consumo infantil em grupo também se aplica a pequenos roedores do campo e a aves que caçam com técnicas diversas. No caso das populações costeiras, o consumo diário está praticamente restrito às pequeninas tilápias em fresco ou após fumagem (tamanho raramente superior a 10 cm, mas normalmente à volta de 5 cm) e a caranguejos violinistas estufados com óleo, caldo tipo Maggi e água. Desta forma, o peixe funciona mais como um condimento de um molho do que um complemento proteico. No Leste do país, o consumo de peixe é ainda mais reduzido e normalmente limitado a pequenas bolinhas (tipo almondegas, designado “untu” em Crioulo) de peixe sem espinhas, pilado com sal, amendoim, cebola/alho e outros ingredientes que possam estar disponíveis (e.g., cenoura e pimento) e depois fervido num molho. Algumas mulheres dedicam-se à sua confeção quando têm acesso a peixe e depois vendem em mercados ou de forma ambulante, circulando a pé entre aldeias e vendendo à unidade.

A cresce que o valor nutricional do arroz, base da alimentação, tem vindo a diminuir drasticamente devido ao consumo crescente de arroz importado e de arroz local completamente polido. De salientar ainda que o arroz das variedades locais possui um teor mais elevado em proteínas, minerais e vitaminas que o arroz importado e que as variedades de tegumento vermelho possuem ainda elevado potencial medicinal¹⁵. Esse valor nutricional é, contudo, destruído pelo descasque mecânico de elevada intensidade. A diminuição da produção de arroz (devido a uma longa sequência de políticas agrícolas e de mercado desajustadas e às recentes mudanças socioambientais), a subida do seu preço de mercado, mas também o facto de as mulheres estarem

¹⁵ No âmbito do projeto Malmon-DeSIRA foram realizadas análises que em breve serão publicadas.

cada vez mais engajadas na produção de vegetais para venda durante a estação seca, tem vindo a contribuir para que nas zonas rurais, à semelhança do que já era praticado nas cidades, seja também só cozinhada uma refeição por dia (“um tiro” em Crioulo). As crianças ficam frequentemente sem comer até meio da tarde e a fome dos mais pequeninos é acalmada com produtos à base de açúcar (rebuçados e filhoses fritas de farinha de trigo polvilhados com açúcar, pão molhado em água com açúcar). Um estudo realizado em 2020 (Chuku et al. 2020: 34) aponta para uma prevalência de 43,8% de anemia entre as mulheres em idade reprodutiva. O mesmo estudo indica que a Guiné-Bissau é o segundo país da sub-região com uma percentagem de subnutrição mais elevada (28% na população em geral). Estima-se ainda que aproximadamente 27,1% da população tenha deficiência de zinco (Chuku et al. 2020: 34).

Existem riscos para saúde humana no consumo de peixe salgado (conhecidos pelo nome de “escalada” e “kesseké”) e fumado (bagre), quando comprado em grandes mercados e proveniente de processadoras de venda a grosso, considerando que são usados inseticidas não certificados desconhecidos e em quantidade não regulamentada. Os pescadores e processadoras/“bideiras” não sabem o seu nome comercial, dado que é vendido avulso sem identificação e/ou regras de utilização. Na região de Cacine/Tombali foi detetado o uso de um inseticida em spray (nome comercial Spritex da Denka International, cujo composto ativo é um organofosforado) em peixe salgado (Kesseké) para ser vendido na Guiné Conakry.

5.5.4 Estabilidade

O Índice Global da Fome (Global Hunger Index, GHI) para a Guiné-Bissau situa-se em 29,1, valor classificado como moderado-elevado no contexto da África Ocidental, mas que continua a representar um nível preocupante de insegurança alimentar (Chuku et al., 2020:34).

No final da estação chuvosa, verifica-se um aumento significativo da insegurança alimentar em virtude de três fatores interrelacionados:

1. **Redução das atividades não agrícolas de rendimento** – muitos agregados passam a depender unicamente da pesca e da agricultura de pequena escala, cujas operações ficam restringidas pela sazonalidade pluviométrica;
2. **Pressão inflacionária sobre os bens alimentares** – o aumento dos preços de cereais, leguminosas e produtos processados reduz o poder de compra das famílias costeiras;
3. **Custos elevados da contratação de mão de obra agrícola** – os agricultores necessitam de recrutar trabalhadores, remunerá-los em numerário e prover cestas básicas (incluindo leite em conserva, açúcar, chá e pão), elevando substancialmente os seus custos de produção.

Durante o período das chuvas, a atividade de pesca torna-se de elevado risco devido às fortes precipitações, ventos intensos, variações bruscas de maré e ocorrência frequente de trovoadas com descargas elétricas, que aumentam a mortalidade de pessoas e animais. Essas adversidades meteorológicas e oceanográficas reduzem drasticamente o esforço de pesca, sobretudo entre os pescadores que utilizam embarcações de remo e aqueles que dividem o tempo entre a pesca e a agricultura. A consequente queda nos rendimentos

monetários agrava a dificuldade de acesso aos alimentos, sobretudo para pescadores sem fontes alternativas de rendimento.

De modo análogo, durante o período de repouso biológico (fecho sazonal), não existem mecanismos formais de assistência por parte do Estado ou de organizações não governamentais ambientais, deixando os pescadores costeiros desprotegidos e em situação de vulnerabilidade socioeconómica.

Em síntese, as comunidades pesqueiras litorâneas enfrentam uma crescente dependência da compra de alimentos no mercado, o que intensifica sua exposição à volatilidade dos preços e às flutuações sazonais, reforçando a necessidade de integrar políticas de proteção social e de mitigação dos riscos associados à sazonalidade e às condições laborais no setor pesqueiro.

QUADRO 5-4: SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

| Segurança Alimentar e Nutricional | | |
|--|--|------------------------|
| Critério | Resultados preliminares | Pontuação |
| Disponibilidade | O mercado está sempre abastecido com arroz importado, mas a disponibilidade de alimentos proteicos é reduzida em muitas zonas do interior. | Substancial |
| Acessibilidade | O preço dos bens alimentares tem vindo a subir acentuadamente, enquanto o poder de compra da população se reduziu. A produção local de arroz é insuficiente e sujeita a grandes flutuações interanuais. Mesmo no caso dos pescadores e “bideiras”, o acesso a peixe de “primeira” deixou de ser possível devido às necessidades de vender para fazer face a despesas com educação, saúde, compra de arroz e óleo. O consumo regular de peixe é comparativamente elevado entre os atores da cadeia de valor, mas muito baixo no resto da população. A situação de acesso a alimentos pode ser grave no caso das “bideiras” chefes de família por divórcio, viuvez ou doença do marido. | Nada |
| Utilização e adequação nutricional | A qualidade e quantidade dos produtos alimentares tem vindo a reduzir-se e o consumo de alimentos locais cultivados ou “do mato” de alto valor nutritivo tem sido substituído por produtos importados nocivos à saúde. No peixe salgado e fumado, para venda a grosso, são usados inseticidas não certificados com risco para saúde humana. | Nada |
| Estabilidade | Durante a época das chuvas, a maioria da população sofre escassez de alimentos devido à diminuição das atividades de rendimento, à subida de preço dos produtos alimentares e, no caso dos agricultores, à necessidade de contratar grupos de trabalho. Ademais, nesta época, a pesca torna-se uma atividade de elevado risco. Grande vulnerabilidade dos que dependem principalmente da pesca durante os períodos de repouso biológico. | Moderado/ Baixo |

5.6. O CAPITAL SOCIAL É MELHORADO E DISTRIBUÍDO EQUITATIVAMENTE POR TODA A CADEIA DE VALOR?

5.6.1 Força das organizações dos produtores

A maioria das organizações guineenses, de todas as atividades ligadas ou não à cadeia de valor da pesca (CVP), são criadas como resposta a estímulo externo, não tendo um funcionamento orgânico de médio-longo prazo (e.g., Quene, 2019: 30). Cada membro das diversas associações e agrupamentos existentes no país desenvolve a sua atividade de forma individual, embora como referido, alguns ou muitos dos membros possam estar envolvidos em grupos de poupança e crédito. “Falta de confiança” na gestão dos dirigentes (que frequentemente desviam os fundos e vendem equipamentos coletivos e/ou realizam uma má gestão) e de “união” (espírito individualista em que cada um luta “pelos seus interesses”) são os dois maiores constrangimentos ao desenvolvimento de atividades coletivas, segundo os entrevistados. A capacidade de negociação com o governo e outros atores da cadeia é, assim, muito limitada (e.g., Quene, 2019: 30). No entanto, foram entrevistados pescadores e “bideiras” que se organizaram para lutar contra ações consideradas ilegais ou injustas de agentes do Estado, seja: a) recusa de pagamento de licenças de saída diária pelos pescadores de certos portos; b) recusa de pagamento das taxas de “alfandega” pelas “bideiras” nas fronteiras entre regiões do país; c) luta contra a apropriação ilegal no mar por funcionários da Fiscalização e Controlo da Atividade de Pesca (FISCAP) de motores, redes e peixe quando os pescadores são encontrados sem as licenças pagas ou com redes proibidas.

Em todos os portos visitados existiam associações/agrupamentos de pescadores e de processadoras/“bideiras”. Com sede em Bissau, são de salientar as diversas plataformas de atores de pesca artesanal, demonstrando uma falta de coesão, conforme foi referido em entrevista de grupo com alguns representantes. Os sindicatos de marinheiros, de pescadores artesanais e de “bideiras” são inexistentes.

5.6.2. Informação e confiança

Um estudo elaborado por Pires e Silva (2022) conclui que, na Guiné-Bissau o exercício da participação e do controlo social na definição de políticas públicas é muito reduzido, nomeadamente em relação ao direito de: a) ser informado sobre os atos do Estado e a gestão dos assuntos públicos; b) ter direito de acesso a arquivos e registos administrativos; c) ter direito a audiência prévia, antes da adoção de uma decisão administrativa; d) poder exigir que a administração pública fundamente as suas decisões.

Este estudo demonstra, assim, que o exercício do poder público no país viola o Artigo 3º da Constituição, em que se afirma que o Estado democrático está “(...) fundado na unidade nacional e na efetiva participação popular no desempenho, controlo e direção das atividades públicas (...)”. Entre organizações de pescadores e de “bideiras” há uma perceção generalizada de baixo acesso a informação sobre decisões políticas e administrativas relativas à cadeia de valor da pesca, bem como uma total falta de confiança no Estado, representado pelos seus agentes que “só se preocupam com o seu bolso”. As expressões “Vê como estão todos gordos”, “O nosso Estado só existe para nos explorar” ou ainda “Nós não temos Estado” são frequentemente ouvidas. A constante instabilidade política e a associada circulação de dirigentes político-

administrativos acarreta consigo uma mudança constante de procedimentos, interrupções no fornecimentos dos serviços, atrasos nos salários e procedimentos desviantes associados a diferentes graus de corrupção.

5.6.3. Envolvimento Social

Como referido no ponto anterior, o envolvimento social em decisões públicas é nulo ou quase. No caso do setor das pescas, Pires e Silva (2022: 35) afirmam que “as organizações que atuam neste setor são basicamente socioprofissionais (de armadores e de pescadores, entre outras) com baixa capacidade técnica e dificuldade em dialogar com o Governo em termos de propostas proativas, acabando por desempenhar um papel meramente figurativo nas decisões do setor.”

Em termos da gestão das Áreas Protegidas (AP) as comunidades são engajadas na gestão da cadeia de valor da pesca, mas fora dessas áreas pescadores e “bideiras” não se sentem envolvidos em decisões que afetam os seus modos de vida, tais como proteção dos seus territórios tradicionais, instalação de empresas estrangeiras, acordos de pesca, nº de licenças atribuídas a estrangeiros.

QUADRO 5-5: CAPITAL SOCIAL

| CAPITAL SOCIAL | | |
|--|--|----------------------------|
| Critério | Resultados preliminares | Pontuação |
| Força das organizações dos produtores | A maioria das organizações são criadas como resposta a estímulo externo, não tendo um funcionamento orgânico de médio-longo prazo. Cada um desenvolve a sua atividade de forma individual. A capacidade de negociação com o governo e outros atores da cadeia é muito limitada. | Moderado/ Baixo |
| Informação e confiança | Há uma percepção generalizada de baixo acesso a informação sobre a CV entre organizações de pescadores e “bideiras” Os pescadores e “bideiras” associados desenvolvem as suas atividades individualmente, em parte, por falta de confiança e “união”. | Moderado/ Baixo |
| Envolvimento Social | As comunidades são envolvidas na gestão das AP, mas fora dessas áreas pescadores e “bideiras” não se sentem envolvidos em decisões que afetam os seus modos de vida, tais como proteção dos seus territórios tradicionais, instalação de empresas estrangeiras, acordos de pesca, nº de licenças atribuídas. | Moderado/ Baixo |

5.7 ATÉ QUE PONTO AS PRINCIPAIS INFRAESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS SÃO ACEITÁVEIS? AS OPERAÇÕES DE CADEIA DE VALOR DA PESCA CONTRIBUEM PARA A SUA MELHORIA?

5.7.1 Serviços de saúde

Com exceção da vacinação das crianças (feita durante campanhas regulares), o acesso a serviços de saúde pela população é muito reduzido, de qualidade baixa e dispendioso. A esperança média de vida no país é de 58,3 anos, o que se encontra na faixa mais baixa da sub-região (Mancali et al., 2021: 3). O Índice de Desenvolvimento Humano do país (178 em 189) está na cauda dos países do mundo (Chuku et al, 2020: 32).

Em muitas zonas isoladas por falta de transportes, foram relatados (e observados ao longo dos muitos anos de pesquisa no país) casos de falecimento de mãe e filhos durante evacuações de parturientes, o que está de acordo com a elevada taxa de mortalidade reportada em estatísticas e estimativas (e.g., MEF e INE, 2020).

Diabetes e tensão alta, patologias cada vez mais frequentes, não são detetadas nos centros de saúde rurais e os acidentes vasculares cerebrais e trombooses são cada vez mais comuns. Muitas feridas infetam de forma grave devido a falta de desinfetantes nas aldeias e postos de Saúde de Base, que só estão abertos quando financiados pela ajuda externa. A nível rural, os hospitais só possuem enfermeiros com uma formação muito deficiente, que frequentemente se ausentam do trabalho deixando as instalações fechadas. O medo de não conseguirem substituto leva os habitantes das zonas rurais a não reportarem estes casos às Delegações Regionais de Saúde. Foram mencionados muitos casos de médicos de hospitais centrais que, quando não conseguem fazer um bom diagnóstico e curar os doentes, lhes dizem que se trata de doenças tradicionais (“doença de terra” em Crioulo) e que devem ir/voltar às aldeias e consultar um curandeiro/adivinho. No entanto, temos também a assinalar casos de enfermeiros rurais comprometidos que aliam a medicina convencional à tradicional com sucesso (e.g., em caso de queimaduras, fraturas).

5.7.2 Habitação

A qualidade das habitações tem vindo a melhorar desde o início da expansão do caju e nas aldeias costeiras a pesca também tem contribuído. A maioria das casas é hoje coberta com folhas de zinco e algumas começam a ter quartos ou varandas cimentadas. Contrariamente ao observado em outros países mais ricos, como Angola e Moçambique, agricultores e pescadores da Guiné-Bissau possuem casas grandes, com inúmeros quartos e de paredes altas. O abandono da cobertura em palha trouxe consigo um abandono da confeção de tetos (designado “entulho” em Crioulo), que se no caso da palha protegia os bens contra os fogos, no caso dos telhados de zinco protegeria contra o calor intenso durante a estação seca e o frio noturno nos meses de Dezembro a Fevereiro. Os pescadores e “bideiras” que vivem em vilas e cidades e são nativos da região possuem casa própria, no geral, mas o arrendamento é muito frequente no caso dos Pepeis, Mandingas e Felupes/Baiotes que migram para outras regiões. Um número crescente de “bideiras” urbanas investe os seus lucros na compra de uma casa para arrendar em benefício próprio e dos filhos ou para habitar em caso de separação.

A quase totalidade das famílias cozinha a lenha e não possui eletricidade, embora haja um número crescente a recorrer à compra de painéis solares e de lanternas e até rádios que funcionam com energia solar. No entanto, as baterias estragam-se facilmente e, frequentemente, os donos têm dificuldade em comprar nova ficando meses ou anos sem electricidade.

O saneamento ainda é problema grave e grande parte das casas não possui latrinas. Nas zonas rurais a maioria das famílias não tem acesso a água potável de poço com bomba e bebe água de fontes a céu aberto e, por vezes, até de charcos que vão sendo aprofundados ao longo da estação das chuvas (e.g., caso do ilhéu de Melo, no parque de Cantanhez). A escassez de água ocorre cada vez mais cedo na época seca, não só devido às mudanças climáticas, mas também ao uso crescente de água de rega na hortaliça produzida para o mercado.

5.7.3 Educação e Formação

A educação é hoje um fim em si para a maioria dos pais, sem diferença de género. “Filho é filho, não importa se é rapaz ou rapariga!”, comentou a este respeito um pescador Bijagó em Uracane. O baixíssimo

investimento do Estado na educação leva a que muitos pais construam escolas nas aldeias (com ou sem apoios externos de ONGs ou doadores), mas sobretudo a que paguem aos professores os seus salários ou complementos de salários para evitar greves. Em Quinhamel, pescadores e “bideiras” referiram a proliferação de escolas e liceus privados, à semelhança do que se passa em Bissau.

Grande parte dos jovens vão estudar para meios urbanos ficando isentos de tarefas domésticas e agrícolas, com excepção dos que regressam durante as férias. Quando vivem com os pais, nas horas vagas e fins de semana muitos dedicam-se à pesca e/ou venda de peixe e os rendimentos são frequentemente usados para pagar a formação e a sua roupa.

A gravidez precoce é um problema frequente de abandono escolar nas raparigas e o acesso a contraceptivo seguro (implante hormonal) é difícil e excepcionalmente caro, mesmo para mulheres adultas que cada vez mais querem controlar a natalidade. “Bideiras” jovens de diferentes portos faziam curso de formação de professor, facto que é raro nas zonas rurais onde o abandono escolar por gravidez é grande e as aspirações das raparigas são mais baixas do que as dos rapazes.

A falta de uma boa rede escolar, a escassez de professores e as frequentes greves devido a atrasos no pagamento de salários pelo Estado, leva muitas crianças a começar o ensino tarde e a terminar o ensino secundário já muito depois dos vinte anos. Os “acidentes” (gravidezes não planeadas) são frequentes motivos de casamento precoce (ou união de facto, nomeadamente no caso de Balantas) e entrada na vida adulta. No entanto, observa-se um desejo de continuar a estudar e alguns homens casados fazem formação de professores ao mesmo tempo que desenvolvem agricultura e pesca. De notar ainda, que algumas mulheres casadas continuam os seus estudos e, em vários casos relatados, contam com o apoio e financiamento dos maridos.

Como referido anteriormente, a formação para professor, mas também em pesca, mecânica, electricidade, carpintaria e informática é muito desejada por jovens.

5.7.4 Mobilidade

A maioria dos pescadores tende a instalar-se em portos cerca da sua zona de origem, embora os Pepeis sejam conhecidos pela sua grande mobilidade e surjam em todos os portos do país. A mobilidade geográfica é grande no caso das vendedoras de peixe, embora os transportes sejam escassos, caros e morosos devido ao estado degradado das estradas e viaturas. De quase todas as localidades portuárias o peixe é levado por “bideiras” para os mercados de Bissau, onde se concentra grande parte da população, e do Leste (Gabu e Bafatá) onde o acesso a peixe é muito baixo. Distâncias inferiores a 300 km são realizadas num tempo raramente menor que 10-12 horas, podendo obrigar a mudanças de transporte entre localidades. As paragens constantes pela polícia e a frequente falta de documentos quer das viaturas, quer do próprio motorista dão origem a grandes perdas de tempo e, por vezes, à confiscação da viatura, levando os passageiros e a carga a ter de procurar outro transporte. A grande extensão da costa, o seu recorte acentuado e a existência de alguns rios e braços de mar que penetram por quilómetros o interior do país, se por um lado podem ser vistos como um constrangimento à mobilidade por terra, constituem um enorme potencial

para o desenvolvimento do transporte marítimo e fluvial de pessoas e mercadorias. A dragagem dos rios e da linha da costa e a aquisição de uma frota de embarcações é, assim, urgente para se poder tirar partido deste enorme potencial, que iria reduzir quer o preço do transporte, quer o tempo das deslocações entre os principais centros urbanos do país, quer ainda o preço e a qualidade dos produtos alimentares perecíveis. No caso do peixe fresco, o equipamento destas embarcações com câmaras frigoríficas iria permitir uma distribuição mais ampla e uma redução das perdas. As dificuldades de transporte de peixe fresco associada à interrupção do acesso a gelo induziu a migração para Bissau de algumas “bideiras” grossistas de Bolama e Bubaque e a diversificação de atividades das que permaneceram.

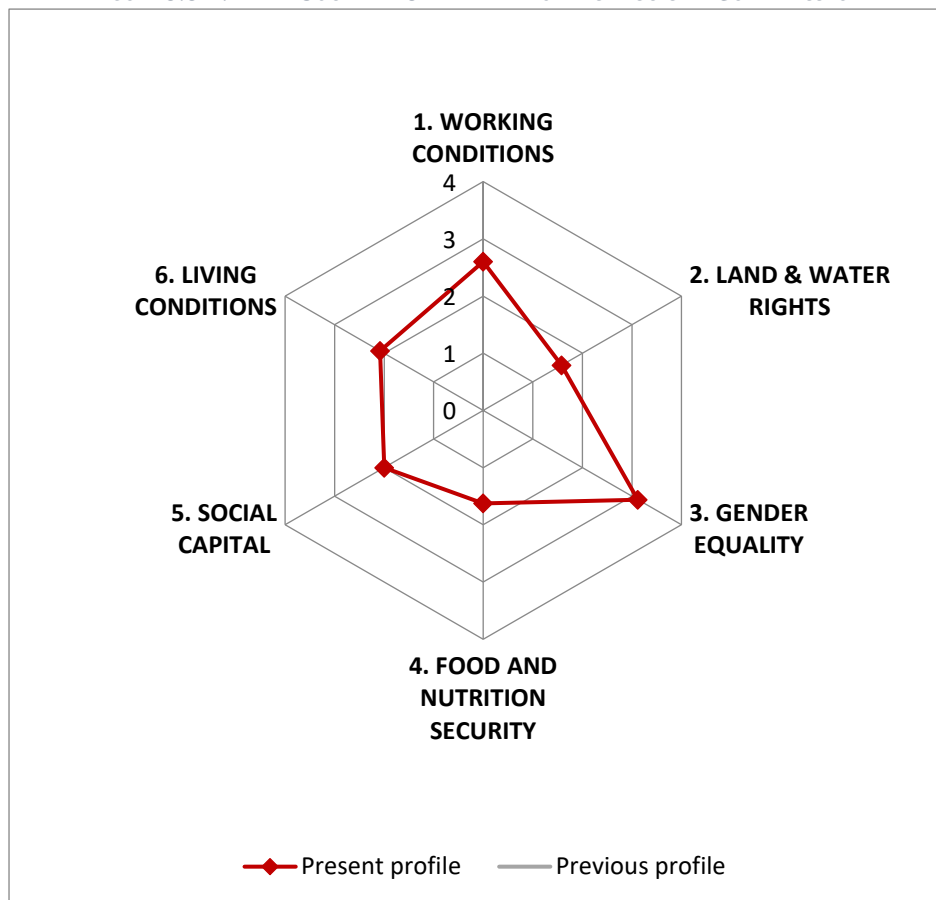
A mobilidade socioeconómica só é possível graças ao investimento na educação e na diversificação das atividades de rendimento, mas algumas “bideiras” grossistas conseguiram acumular capital suficiente para subir na pirâmide da cadeia de valor da pesca até à posição de “patroas” de barcos. O seu número total no país e a sustentabilidade da sua posição (considerando as dificuldades atrás apontadas) foram difíceis de determinar.

QUADRO 5-6: CONDIÇÕES DE VIDA

| CONDIÇÕES DE VIDA | | |
|---------------------|---|----------------|
| Critério | Resultados preliminares | Pontuação |
| Serviços de saúde | Com exceção da vacinação das crianças, o acesso a serviços de saúde pela população é muito reduzido e a qualidade é baixa. Foram relatados casos de falecimento durante evacuações de parturientes. Muitas feridas infetam devido a falta de desinfetantes e antibióticos. Diabetes e tensão alta, patologias cada vez mais frequentes, não são detetadas nos centros de saúde rurais. | Moderado/Baixo |
| Habitação | A qualidade das habitações tem vindo a melhorar desde o início da expansão do caju e nas aldeias costeiras a contribuição da pesca é relevante. O saneamento ainda é problema, e o acesso a água potável é quase inexistente. Os pescadores e “bideiras” que vivem em vilas e cidades e são nativos da região possuem casa própria, mas o arrendamento é muito frequente no caso dos que migram para outras regiões. Um número crescente de “bideiras” urbanas investe os seus lucros na compra de uma casa para arrendar em benefício próprio e dos filhos ou habitar em caso de separação. | Moderado/Baixo |
| Educação e Formação | A educação é hoje um fim em si para a maioria dos pais, sem diferença de género. Frequentemente, os jovens vão para meios urbanos ficando isentos de tarefas domésticas e agrícolas. Quando vivem com os pais, nas horas vagas e fins de semana muitos dedicam-se à pesca e/ou venda e os rendimentos são frequentemente usados para pagar a formação. A gravidez precoce é um problema frequente de abandono escolar nas raparigas e o acesso a contraceptivo seguro (implante hormonal) é de difícil acesso e excecionalmente caro, mesmo para mulheres adultas que cada vez mais querem controlar a natalidade. | Moderado/Baixo |
| Mobilidade | A mobilidade geográfica é grande, embora os transportes sejam escassos, perigosos, caros e morosos devido ao estado das estradas e viaturas. Mobilidade social limitada, dependente de relações sociais (familiares, amigos, políticos) ou de investimento em educação e rendimentos diversificados. | Substancial |

5.8 CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO

FIGURA 5.5-1: PERFIL SOCIAL DA CADEIA DE VALOR DAS PESCAS NA GUINÉ-BISSAU



Considerando a importância estratégica da pesca para a economia e para a segurança e soberania alimentar da população guineense, o bem-estar das famílias que dependem da pesca e o futuro dos jovens guineenses que querem permanecer nas zonas rurais dedicando-se à agricultura e pesca, existe uma necessidade urgente de criar escolas profissionais em diferentes pontos da costa guineense, reforçar a fiscalização da pesca ilegal, não declarada e não regulada, bem como de subsidiar a pesca artesanal através de: a) criação de uma rede de distribuição e venda de equipamento (canoas, redes, anzóis, motores, caixas de refrigeração, boias, coletes salva-vidas), combustível, gelo a preço subsidiado; b) isenção da licença de saída para pescadores nacionais de canoas monóxilo e redução drástica das restantes licenças para todos os pescadores artesanais; c) acesso a microcrédito para compra de equipamento; d) abolição da cobrança ilegal às “bideiras” de taxas “alfandegárias” (“despacho”) entre regiões do país; e) fiscalização das empresas de angariação e contratação de marinheiros da pesca industrial e do cumprimento das condições contratuais.

Apesar de alguns atores estatais reconhecerem que “só os pescadores estrangeiros realizam uma pesca verdadeiramente comercial”, no quadro das entrevistas realizadas a chefias de várias instituições, o setor artesanal é frequentemente responsabilizado pela degradação dos recursos haliêuticos por pescarem nas áreas de nidificação de espécies importantes. O maior número de licenças concedidas a pescadores nacionais

é sobrevalorizado em relação ao seu fraco esforço de pesca e reduzida eficiência. Pelo contrário, os pescadores nacionais alegam que aproveitam todo o peixe que é vendido no mercado nacional e que não matam o peixe pequeno como é feito na pesca industrial, chamando ainda a atenção para o fraco controle da pesca ilegal, não declarada e não regulamentada praticada por estrangeiros tanto na pesca industrial como artesanal. Assim, a redução dos recursos pesqueiros não advém do número de licenças, mas da eficiência e intensidade da pesca industrial e artesanal estrangeira e do seu incumprimento da lei associado a uma fraca fiscalização pelo Estado (ver Belhabib e Pauly, 2015).

Num claro alinhamento com as Diretrizes Voluntárias da Pesca ratificadas pelo governo, os pescadores solicitam a sua inclusão nas equipas da FISCAP à semelhança do que é praticado nas áreas marinhas protegidas (onde guardas dos parques colaboram com equipas de fiscalização do IBAP), bem como um maior acesso a informação e participação na tomada de decisões em questões que lhes dizem respeito. Tal como anotado por Chuku et al. (2020: 34), considera-se ser urgente a divulgação das Diretivas Voluntárias para a regulação governamental do direito à terra, pesca e florestas no contexto da segurança alimentar (VGGT) permitindo aos cidadãos exigir os seus direitos.

A capacidade de exigir direitos e exercer soberania depende, no entanto, do capital social que favorece ou constrange a capacidade de mobilização coletiva para fins comuns e de projetar o futuro. A falta de confiança e de mobilização coletiva, bem como a má gestão de bens comuns oferecidos pela ajuda ao desenvolvimento e a atitude assistencialista prevalecente em todos os atores da cadeia de valor são fatores que reduzem o impacte de qualquer intervenção externa.

Por último, é urgente a implementação de programas de Educação Ambiental nas zonas rurais, onde a poluição por plásticos é cada vez maior, bem como um controle apertado das dejeções de lixo, fatores que a curto prazo terão um impacte muito negativo nos recursos haliêuticos e nos próprios mangais onde algumas espécies nidificam.

QUADRO 5-7: QUADRO SÍNTESE DA ANÁLISE SOCIAL

| QUADRO SÍNTESE | | |
|--------------------------------|---|--|
| Critério | Principais questões identificadas na VC | Medidas de mitigação |
| Condições de trabalho | Direitos laborais dos marinheiros não respeitados em embarcações industriais; O direito ao trabalho na PA é ameaçado pela sobrepesca; A PA não dispõe de equipamento de segurança e as capitánias não efetuam resgate; A pobreza pode aumentar a carga de trabalho das crianças; A redução das capturas está a diminuir a atratividade. | Melhor controlo da pesca INN; fornecimento de formação e de insumos subsidiados para os pescadores; aumentar a sensibilização para os direitos das pessoas; subsidiar equipamentos de segurança para PA e reforço de capacidade das capitánias; criação e empoderamento de sindicatos. |
| Direitos à terra e água | Queixas contra o estado sobre o nível reduzido de transparência, participação e | Reduzir licenças de pesca para PA estrangeira e PI; Reforçar fiscalização |

| | | |
|---|--|--|
| | <p>consulta e a queda das capturas causadas pela sobrepesca estrangeira e pela pesca INN; a falta de conhecimento e a falta de aplicação do VGGT podem levar ao aumento da pobreza, desencadeando o uso de práticas insustentáveis pelos pescadores.</p> | <p>contra pesca INN; Melhor divulgação das VGGT e dos direitos dos atores vulneráveis e pobres da CVP; Governança participativa e sistema de fiscalização coletivo/cidadão da CVP.</p> |
| <p>Igualdade de género</p> | <p>Igualdade de género em progressão, nomeadamente em termos de poder de decisão e controlo do rendimento; Mulheres (M) tem acesso a todas as atividades da CVP; Todos os cidadãos comuns, em geral, têm pouca capacidade para influenciar os serviços, o poder territorial ou a tomada de decisões políticas; sobrecarga das M nas tabancas com tarefas domésticas e produtivas; Fumagem do peixe é uma atividade particularmente penosa.</p> | <p>Reconhecimento legal de famílias chefiadas por M; melhorar os direitos legais das M aos bens adquiridos durante o casamento e a tutela dos filhos após o divórcio ou a morte do marido</p> |
| <p>Segurança alimentar e nutricional</p> | <p>Existem poucas oportunidades de rendimento monetário e a produção de alimentos e a colheita de alimentos selvagens estão a diminuir, enquanto as despesas monetárias com educação, saúde, vestuário e cerimónias têm vindo a aumentar, reduzindo assim o rendimento disponível para alocar à alimentação; uso inadequado de inseticidas na conservação do peixe.</p> | <p>Apoio a medidas de adaptação às alterações climáticas na agricultura para estabilizar a produção alimentar; apoio na diversificação de atividades, sobretudo na época das chuvas e de reprodução dos peixe; Apoio aos PA com formação, instalações de refrigeração e insumos subsidiados; Reforçar a traçabilidade dos insecticidas, a capacitação no uso e a sensibilização para os riscos para a saúde.</p> |
| <p>Capital Social</p> | <p>Os mecanismos de reciprocidade estão a ser substituídos pelo crescente individualismo e pela monetarização das relações sociais; baixa confiança e capacidade de organização coletiva; falta de coesão entre “bideiras” e pescadores na CVP; fraca capacidade de negociação dos atores mais vulneráveis com o Estado e outros intervenientes; com exceção das comunidades das AP, há pouco envolvimento dos pescadores e bideiras nas decisões estatais que afetam os seus modos de vida (ex.: licenças atribuídas a PA</p> | <p>Apoio à legalização de pequenas associações/empresas de pescadores e “bideiras” baseadas na confiança; maior proteção e envolvimento dos atores locais nas decisões do Estado; reforçar o poder de negociação dos grupos mais vulneráveis da CVP; mudanças nas estratégias de financiamento externo (obrigando a uma coordenação dos doadores) para redução da mentalidade de dependência em todos os atores da cadeia.</p> |

| | | |
|--------------------------|--|---|
| | estrangeiros e PI); mentalidade de dependência da ajuda externa generalizada. | |
| Condições de vida | O rendimento dos pequenos produtores de CVP está a diminuir; os serviços de saúde estão mal distribuídos e equipados, as evacuações são difíceis nas regiões remotas e os preços dos medicamentos e desinfetantes, muitas vezes escassos, são elevados; apesar dos progressos na qualidade das habitações, o acesso a água potável e saneamento é deficiente; As gravidezes precoces e o fraco acesso a contraceptivos explicam o abandono escolar precoce das raparigas; a mobilidade geográfica e social é limitada. | Melhor controlo das cobranças ilegais por serviços e medicamentos gratuitos/de baixo custo nos centros de saúde; fornecimento gratuito de contraceptivos para mulheres e raparigas; aprovar legislação que permita às mulheres divorciadas/viúvas manter os filhos e obrigue os pais a contribuírem para seu sustento; melhor oferta de instalações e serviços rurais de educação e formação profissional estatais; criação de associações e sindicatos profissionais |

As principais conclusões respeitantes à sustentabilidade social da cadeia de valor da pesca na Guiné-Bissau estão apresentadas, em baixo, no gráfico radar e num quadro síntese, revelando que a abundância de recursos pesqueiros do país não se traduz numa maximização dos potenciais benefícios sociais e a sustentabilidade social da cadeia de valor enfrenta várias limitações, tal como foi anotado para o caso da Gâmbia (Avadí, Dème, Mbaye e Ndenn, 2020).

O gráfico radar ilustra uma grave situação em termos de segurança alimentar e nutricional apesar de, no geral, o mercado não apresentar rupturas de abastecimento. No entanto, a população sofre períodos frequentes de insegurança alimentar e um desequilíbrio nutricional da sua dieta diária por défices em proteínas, vitaminas e minerais, embora menos graves no caso de pescadores e vendedoras de peixe. Esta situação deve-se, em grande parte, a uma diminuição da fauna selvagem (associada à desmatagem para o caju) e mais recente diminuição dos recursos haliêuticos, à mudança nos hábitos alimentares e crescente dependência da compra de alimentos importados cujo preço tem vindo a subir.

A crescente diminuição dos recursos haliêuticos (anotada também por pescadores e badeiras) associada à falta de controle não só da pesca INN, mas também da licenciada (e.g., Belhabib e Pauly, 2015) e a recente inauguração de uma fábrica Chinesa de fabrico de farinha de peixe colocam ainda mais em perigo os direitos da população costeira guineense consagrados nas Diretivas Voluntárias da Pesca Artesanal, em particular e das VGGT em geral.

Como se pode observar na Figura 5-1, os direitos à terra e à água apresentam uma pontuação igualmente baixa. As comunidades locais sentem-se incapazes de exercer poderes de gestão sobre as suas águas marítimas e recursos aquáticos de acordo com os seus usos e costumes tradicionais, muito embora esses direitos estejam consignados na Lei 5/98, artigo 6.º, n.º 4. Há falta de conhecimento e a fraca fiscalização

sobre o cumprimento das Diretivas Voluntárias (VGGT) e pouca informação está amplamente disponível para os intervenientes menos privilegiados da cadeia de valor.

O acesso à justiça formal é limitado, dificultando a resolução de questões como multas abusivas ou conflitos com pescadores artesanais estrangeiros. As condições de trabalho apresentam uma pontuação ligeiramente superior, mas ainda muito baixa, nomeadamente devido às alegadas violações dos direitos dos marinheiros na pesca industrial, à sobrepesca por estrangeiros na pesca artesanal e industrial que ameaça o direito ao trabalho dos pescadores artesanais guineenses e bideiras e ainda à falta de segurança no trabalho. A quase totalidade dos trabalhadores não beneficia de contratos permanentes e segurança social. O trabalho infantil na CVP ainda não constitui um problema.

No extremo oposto da pontuação no perfil social da CVP temos a questão da igualdade de género que tem sofrido melhorias substanciais nas últimas décadas, embora as mulheres guineenses em geral continuem sub-representadas na tomada de decisões públicas e na vida política. Na CVP elas sentem que são decisoras autónomas em relação ao seu trabalho e declaram ter o controlo total sobre o seu rendimento, fazendo investimentos em nome individual na construção de casas, compra de terra e até de canoas, motor e redes. Apoio legal às mulheres continua, no entanto, a ser necessário em certas áreas. Numa situação intermédia, mas com pontuação baixa encontram-se o capital social e as condições de vida. Existe uma perceção generalizada de falta de transparência e baixos níveis de confiança no Estado. A maioria das organizações de pescadores e bideiras foi criada e formalizada com apoio externo, tendem a desempenhar um papel simbólico, possuindo um poder negocial muito limitado com o Estado e outros atores com mais poder da CV. Foi frequentemente referido que os dirigentes eleitos das associações se apropriaram de fundos colectivos, levando à falta de confiança entre os membros e à paralisação do funcionamento da organização. O acesso de pescadores e bideiras a informação sobre a cadeia de valor e a sua participação na formulação de políticas públicas são muito limitados.

Em relação às condições de vida, os rendimentos da pesca e transformação/venda têm apoiado os atores da CV a melhorar a qualidade das suas habitações e o acesso a serviços de educação e saúde. No entanto, as infraestruturas de saneamento básico e água potável são quase inexistentes, os serviços de saúde estão mal distribuídos, inadequadamente providos de pessoal e equipamento e o preço dos medicamentos é elevado. A rede escolar e o número de professores com formação são muito reduzidos e os professores entram frequentemente em greve por falta de pagamento dos salários. Estes factos obrigam os pais a enviar os filhos para centros urbanos ou a pagar integralmente ou um complemento dos salários dos professores e a solicitarem apoio para construir escolas a doadores e ONGs.

6. A CADEIA DE VALOR É SUSTENTÁVEL DO PONTO DE VISTA AMBIENTAL ? (QS4)

6.1. ANÁLISE AMBIENTAL DA PESCA NA GUINE BISSAU: OBJECTIVO

Esta secção apresenta uma avaliação ambientais da cadeia de valor da pesca na República da Guiné-Bissau (GNB), principalmente através uma análise dos ecossistemas; dos riscos para a biodiversidade decorrentes das atividades da CV da pesca; e do estado dos stocks. Também foi realizada uma análise do ciclo de vida, abordando os potenciais impactos ambientais da pesca na saúde humana, na qualidade dos ecossistemas e no depleção dos recursos naturais e nas alterações climáticas.

A ACV tem por objetivo esclarecer a identificação de medidas de atenuação e os resultados apoiarão recomendações específicas para melhorar a eficiência da utilização dos recursos e/ou reduzir as emissões. Neste contexto, o público-alvo do presente estudo é, em primeiro lugar, a Direção-Geral das Parcerias Internacionais da Comissão Europeia (DG INTPA) e os responsáveis pela representação da União Europeia na República da Guiné Bissau. Numa segunda linha, todas as entidades governamentais e partes interessadas envolvidas na governação da cadeia de valor da pesca são potenciais destinatários deste trabalho.

6.2 ECOSSISTEMAS E BIODIVERSIDADE

Embora a linha de costa da Guiné-Bissau seja de apenas 274 km, o sistema marinho é caracterizado por uma das maiores plataformas continentais na região, com cerca de 40.186 km², constituída por extensas áreas de baixa profundidade que formam um complexo de zonas de pesca com diversos tipos de fundo e de sedimentos (Eichelsheim, 2016; Sá, 2017).

Os principais ecossistemas da GNB, que suportam e que são afetados pela pesca e pelas outras atividades da cadeia de valor, são os costeiros e os estuarinos com elevada salinidade¹⁶. As zonas estuarinas e costeiras estão cobertas por florestas de mangal (o mangal alto, dominado por *Rhizophora*, e o mangal baixo¹⁷, de *Avicennia*) e desempenham um papel fundamental nos ciclos de reprodução e na alimentação das várias espécies marinhas exploradas. A contribuição económica destas áreas é extremamente relevante por via do conjunto de serviços dos ecossistemas prestados (cf. Sanon set al., 2024). Outro ecossistema afetado pela pesca na GNB é o bioma da floresta tropical, fonte dominante de madeira para a construção de pirogas de pequeno a grande porte.

¹⁶ Os sistemas estuarinos têm uma área de influência de pode estender até mais de 100 km para montante durante a estação seca; os ecossistemas fluviais propriamente ditos (a montante, com baixa salinidade) não são considerados neste estudo, como anteriormente explicado.

¹⁷ a *Rhizophora* atinge mais de 10 metros de altura e é explorada para a construção de pirogas; o mangal baixo é frequentemente desmatado e o solo utilizado para o cultivo do arroz, na designada “bolanha salgada”.

Em termos de fauna marinha, a Guiné-Bissau pode ser considerado um “hotspot” regional de biodiversidade, estando confirmadas 582 espécies nativas, 48% das quais com interesse comercial (Palomares & Pauly, 2025). No entanto, 70 destas espécies estão internacionalmente classificadas como “em perigo”, 17 das quais “em risco de extinção”¹⁸ (IUCN, 2025).

6.2.1 Panorama das políticas, instrumentos e intervenções nacionais para a conservação do ambiente costeiro e marinho implementadas na GNB

A legislação da República da Guiné-Bissau inclui a Lei Quadro das Áreas Protegidas (Decreto-Lei n.º 5A/2011) e a Revisão da Lei Geral das Pescas (Decreto-Lei 10/2011), a qual consagra a possibilidade de o governo limitar ou proibir a pesca em certas zonas. Até ao momento, o país ratificou quatro convenções¹⁹s relacionadas com a proteção dos recursos, habitats e espécies marinhos.

Em 2004 foi criado o Instituto de Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP) que tem a responsabilidade de proteger e gerir a Biodiversidade da Guiné-Bissau, através do Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNAP). A Guiné-Bissau tem designadas 6 AMPs²⁰, correspondentes a um total de 559.035 ha, que integram a Reserva da Biosfera do Arquipélago de Bijagós (Merceron et al., 2024; CCLME, 2016). Este arquipélago está classificado, desde 2014, como uma Zona Húmida de Importância Internacional ao abrigo da Convenção de Ramsar²¹. O nível efetivo de proteção das AMPs é limitado ou desconhecido mas, legalmente, a pesca é interdita no Parque Nacional Marinho João Vieira e Poilão, no extremo sudeste do arquipélago de Bijagós (Borges & Amorim, 2021).

Existe uma sobreposição dos instrumentos de gestão e de conservação (Parques, Reserva da Biosfera, RAMSAR, etc.). Todas as AMPs, à exceção do Rio Grande de Buba²², todas as outras AMPs parecem dispôr de um plano de gestão, embora este possa não estar atualizado.

Criação de um Período de defeso

Em 2022, o Governo da República da Guiné Bissau estabeleceu o **Período de Repouso Biológico**, aplicado nas águas sob a soberania e jurisdição do país, e, abrangendo igualmente, em toda a extensão, a denominada zona de exploração comum entre a Guiné-Bissau e o Senegal (Decreto n.º2/2022). Este período é aplicável a todas as atividades de pesca industrial, mas também abarca a pesca artesanal²³ no que se refere à captura de um conjunto de 10 espécies²⁴.

A instituição do período de repouso biológico, que tem ocorrido durante o mês de Janeiro, foi justificada pela necessidade de reconstituir os stocks degradados e/ou ameaçados, assegurando deste modo a sua

¹⁸ espécies de raias e de tubarões, várias exploradas comercialmente. De notar que, em 2007, foi elaborado um Plano Nacional de Acção para Conservação das Raias e Tubarões na Guiné-Bissau, embora se ignore se chegou a ser implementado.

¹⁹ são elas: a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS); a Convenção de RAMSAR; a Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e da Flora Selvagem Ameaçadas de Extinção (CITES); a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CBD) e; a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (UNFCCC)

²⁰ Área Marinha Protegida

²¹ o Parque Natural dos Tarrafes do Rio Cacheu e o Parque Natural das Lagoas de Cufada são igualmente sítios RAMSAR

²² Existiu um Plano de Gestão de Pesca Artesanal para o Rio Buba, no período de 2015 a 2020

²³ Salvo determinação em contrário, por Despacho do membro do Governo responsável pela área das pescas.

²⁴ As espécies são referidas são: gamba, alistado, polvo, chocos, carapau, barbinho, sardinha, salmonete, merluza e bagre.

capacidade de regeneração e um aproveitamento, exploração e utilização sustentáveis. O seu cumprimento é reforçado através das ações de fiscalização e controlo das atividades de pescas, mormente o combate a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (pesca INN).

6.2.2 Ameaças aos ecossistemas e à biodiversidade

As ameaças à biodiversidade associadas à atividade da pesca e setores associados na GNB resultam, da atividade humana e da ação de fatores induzidos pelo homem. O corte de mangal e a exploração não sustentável de madeira, a destruição ou degradação das zonas de desova e de reprodução dos peixes e das suas zonas de alimentação e a utilização de artes de pesca ilegais são alguns dos desafios desde há muito identificados (cf. Estratégia e Plano Nacional da Diversidade Biológica 2015-2020). Outros fatores incluem os efeitos das alterações climáticas e suas consequências tanto a nível da distribuição e abundância das espécies marinhas exploradas comercialmente, como em termos sociais e económicos das populações e atividades ligadas ao setor da pesca (cf. World Bank, 2024)

Exploração dos recursos florestais para lenha e madeira

As florestas de mangais, que constituem 9% da área terrestre da Guiné-Bissau, são parte integrante do quadro ecológico do país e cruciais para a resiliência costeira. Os mangais são importantes para a atenuação das alterações climáticas, com uma capacidade de armazenamento de mais de 300 milhões de toneladas de CO₂ equivalente, e para a adaptação às alterações climáticas pois protegem contra a erosão costeira e são essenciais para a sustentabilidade das pescas. No entanto, a desflorestação nas últimas décadas alterou esta dinâmica, com uma **perda de quase 18%** deste coberto florestal desde 2000²⁵ (World Bank, 2024).

Em 2021, referia-se que estimativa de **perda da área florestal** na GNB era de **21 mil hectares por ano**²⁶, ainda mais intensa no período de 2011 a 2018. O abate ilegal de árvores, a produção de carvão vegetal e a expansão de terrenos agrícolas, são apontados como os principais motores da desflorestação na GNB, calculando-se que tenha resultado na emissão de mais de 74,8 milhões de toneladas de CO₂ desde 2001 (World Bank, 2024).

Não existem estudos publicados sobre a sustentabilidade da exploração das áreas de floresta e de mangal guineenses para obtenção de madeira e de lenha, insumos críticos para a CV das pescas na GNB - construção de embarcações de pesca e transformação de peixe por fumagem. No entanto, está documentado que a procura de árvores de grande porte, de espécies de crescimento lento²⁷, para a construção de canoas de pesca pode conduzir a uma situação de sobre-exploração dos recursos florestais e consequente degradação

²⁵ O Plano de Acção Nacional para a Biodiversidade de 1998 já referia que entre 1978 e 1993, a área de mangal havia reduzido 12.6%, passando de 287000 ha para 250761,1 ha. A destruição do mangal está relacionada com a conquista de novos espaços para a orizicultura, construção de estradas que recortam as áreas de mangal e a diminuição de chuvas sobretudo no norte do país, que levam ao aumento da salinidade (Bunting, 2023: MDRARNA, 1998), e põe em causa o desempenho das importantes funções de ecossistema que são reconhecidas aos mangais e que são cruciais nas atividades relacionadas com a pesca.

²⁶ "GOVERNO ADMITE QUE A FLORESTA DA GUINÉ-BISSAU ESTÁ EM DEGRADAÇÃO E AMEAÇADA". "O Democrata" 29/07/2021. <https://www.odemocratagb.com/?p=31714> [acedido a 2 Maio 2025]

²⁷ estas espécies dão madeira de melhor qualidade / durabilidade

das florestas, condicionando a construção de embarcações artesanais e a própria atividade da pesca (Gulbrandsen, 1991; Sheves, 1991).

Com base nos dados recolhidos, estima-se que a quantidade de madeira necessária para o fabrico de pirogas na GNB seja cerca de **1000 m³/ano** (ou **504 árvores de grande porte, com diâmetro superior a 80 cm²⁸**) e que a quantidade de lenha requerida para fumagem de peixe ultrapasse **26600 toneladas/ano**.

Efeitos das alterações climáticas na sustentabilidade do sector das pescas

A GNB regista já uma mudança dos padrões de temperatura e precipitação anuais, tal como os outros países da África Ocidental. Este aumento irá continuar até ao final do século, em todos os cenários de emissões, enquanto que as tendências de precipitação são menos claras²⁹ (Croitoru et al., 2024). Os impactos diretos e indiretos destas alterações na distribuição dos organismos marinhos e nos ecossistemas produtivos que suportam a pesca têm sido amplamente descritos e analisados (GPRAMACC, 2021; IPCC, 2019; FAO, 2018; IPCC, 2018).

As figuras seguintes traduzem a situação dos recursos pesqueiros, pelágicos e demersais, da GNB em termos da sua vulnerabilidade climática³⁰ (Figura 6.1), bem como à sua resiliência³¹ (Figura 6.2).

Embora seja evidente a falta de informação sobre a maioria das espécies marinhas capturadas na GNB, verifica-se que em relação às espécies pelágicas, uma parte importante do volume de capturas corresponde a espécies com **vulnerabilidade elevada**, em especial o carapau do Cunene, o djafal, o peixe-espada e a cachurreta. Já em termos da vulnerabilidade climática dos peixes demersais capturados, o barbo, a corvina, o côr-côr e a garoupa apresentam uma **vulnerabilidade muito elevada**; por sua vez, com **vulnerabilidade elevada a muito elevada** estão o djoto, o salmonete, o dentão, o barbinho e a pescada negra.

De entre as espécies pelágicas com **muito baixa ou baixa resiliência**, destacam-se a bicuda e tubarões. Do lado dos peixes demersais, o côr-côr e a sinapa têm **muito baixa resiliência**; e com **baixa resiliência** surgem a pescada-negra, o bagre, a corvina, as raias, a garoupa, o dentão, o linguado e o tamboril, entre vários outros.

²⁸ diâmetro à altura do peito (DAP)

²⁹ No cenário climático de curto prazo (2016-45), prevê-se que as temperaturas aumentem 1,2°C a 1,3°C na zona costeira, e entre 1,4°C e 1,5°C no interior (cenários RCP4.5 e RCP8.5). Espera-se que a precipitação média diária se mantenha (RCP8.5) ou aumente ligeiramente em 3 por cento (RCP4.5), exceto no Sudoeste e no Arquipélago dos Bijagós, onde os aumentos podem ser de 5-10 por cento (RCP4.5) ou 2-5 por cento (RCP8.5).

³⁰ a vulnerabilidade de uma espécie às alterações climáticas depende da interação entre as suas características biológicas ou ecológicas intrínsecas (sensibilidade e capacidade de adaptação) e as ameaças ou estímulos extrínsecos (exposição e perigo); a definição das regras utilizadas para classificar em diferentes categorias e para calcular um índice global de exposição ao risco climático, bem como os níveis de atributos utilizados para definir categorias de sensibilidade e capacidade de adaptação encontram-se em Jones et al. (2017)

³¹ A resiliência de uma espécie refere-se à sua capacidade de resistir e recuperar de perturbações, mantendo a dimensão da sua população e a diversidade genética; a resiliência é crucial para a capacidade de uma espécie persistir face às alterações ambientais. A metodologia utilizada para calcular a resiliência das espécies pescadas na GNB é explicada em Froese et al. (2017).

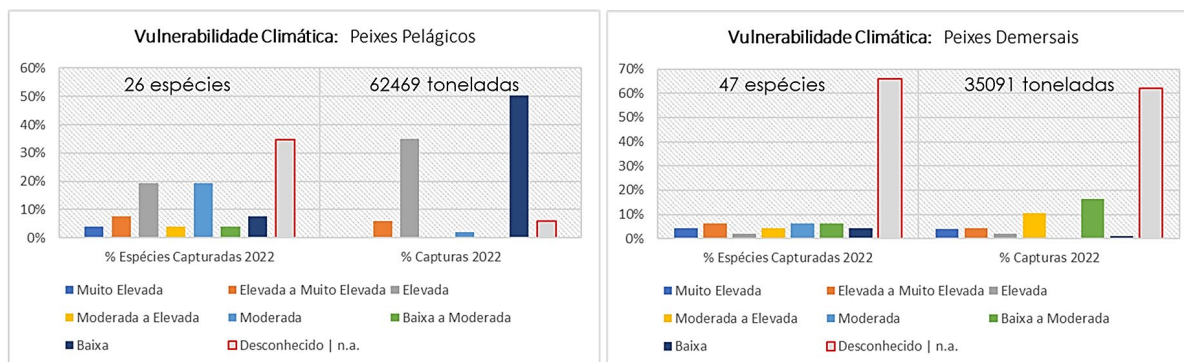


FIGURA 6-1 – VULNERABILIDADE CLIMÁTICA DOS RECURSOS ENDÊMICOS PESQUEIROS DA GNB CAPTURADOS PELA FROTA INDUSTRIAL NA ZEE DO PAÍS EM 2022. (FONTES: AEPI, 2022; SEALIFEBASE.ORG, VERSION 04/2025)

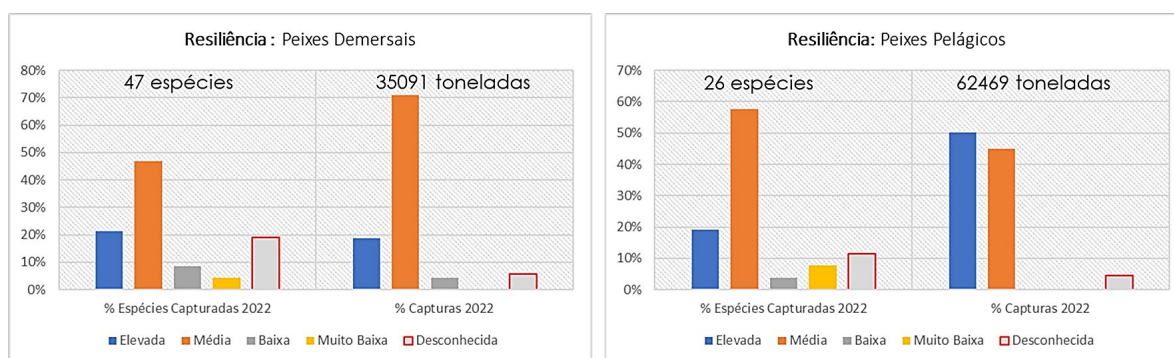


FIGURA 6-2: RESILIÊNCIA ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICA DOS RECURSOS ENDÊMICOS PESQUEIROS DA GNB CAPTURADOS PELA FROTA INDUSTRIAL NA ZEE DO PAÍS EM 2022. (FONTES: AEPI, 2022; SEALIFEBASE.ORG, VERSION 04/2025)

O IPCC, o seu relatório especial sobre os cenários de emissões, afirma que a produtividade de peixe marinho em África diminuiu significativamente e que esta situação irá agravar-se até 2050, resultando na perda de mais de 50% dos postos de trabalho ao longo da cadeia de valor da pesca e numa perda de receitas anuais estimada em 3,11×108 USD (IPCC, 2019; Lam et al. 2012).

Com metade das unidades populacionais de peixes ao largo da costa da África Ocidental já sobre-exploradas e com as projeções a sugerirem uma **diminuição do potencial máximo de captura de 14-21% até 2050** devido ao aumento da temperatura do mar, o Banco Mundial considera que, a médio prazo, **a sustentabilidade deste sector pode estar em causa** (World Bank, 2024).

As previsões indicam que, até 2040, **o nível do mar poderá subir 0,2 metros** num cenário conservador, com um aumento de até 0,3 metros até ao final do século³². É provável que estas alterações resultem em danos económicos muito significativos, incluindo a perda de serviços dos ecossistemas³³ (Croitoru et al., 2019; Intchama et al. 2018).

³² <https://climateknowledgeportal.worldbank.org/country/guinea-bissau/impacts-sea-level-rise>

³³ para além de colocarem desafios à segurança alimentar³³ e à saúde pública derivados do facto de cerca de 80% da população da Guiné-Bissau viver em zonas costeiras baixas, fortemente suscetíveis aos impactos da subida do nível do mar.

O IPCC prevê que a subida do nível do mar e a erosão costeira irão ampliar o declínio dos stocks de recursos pesqueiros, exercendo assim uma maior pressão sobre os ecossistemas marinhos e costeiros da África Ocidental (IPCC, 2019). Este facto irá afetar a vida das pessoas que dependem do sector das pescas na GNB, agravando potenciais situações de insegurança alimentar (Wongnaa et al., 2024; GPRAMACC, 2021; Croitoru et al., 2019). Tendo em conta as estimativas de crescimento populacional, a diminuição do volume de stocks de peixe disponíveis para consumo e a exposição excessiva do sector das pescas aos riscos das alterações climáticas, o Banco Mundial estimou que a **taxa de crescimento anual do sector das pescas na GNB** deverá **diminuir** ainda mais, **entre 1,0% a 5,6%** (World Bank, 2024).

6.2.3 Estado dos stocks marinhos e certificação de pescas e produtos do mar

A GNB é um dos estados que integram a Ecorregião Marinha da África Ocidental³⁴ (WAMER), administrada pela Comissão Sub-Regional das Pescas da África Ocidental (CSRP). A FAO dedica um subcomité (CECAF) e grupos de trabalho ao estudo das unidades populacionais da África Ocidental, para informar as autoridades nacionais de gestão das pescas. Os relatórios produzidos são disponibilizados on-line e a informação introduzida no repositório FIRMS (<http://firms.fao.org/firms/en>).

O CECAF produziu, até ao momento, duas avaliações dos stocks dos principais recursos haliêuticos da região onde se inclui a GNB – um referente a 2016³⁵ e outro a 2020³⁶. Estas apreciações e recomendações são realizadas a nível de sub-região e zonamento dos stocks³⁷, oferecendo uma visão de conjunto para a gestão de recursos que são partilhados por grupos de países.

Para a GNB, existe um outro conjunto de avaliações dos stocks marinhos, realizadas em 2022 e em 2024, pelo Comité Científico Conjunto sobre o Acordo de Parceria para Pesca Sustentável entre a República da Guiné-Bissau e a União Europeia (CC-GNB/EU) e publicadas como relatório³⁸. Estas avaliações e recomendações são específicas para os recursos presentes na ZEE da GNB, nomeadamente para as espécies consideradas de maior valor comercial³⁹. No último relatório, de 2024, não foram incluídas recomendações.

O Quadro 6.1 resume as avaliações do estado dos recursos pesqueiros realizadas pela FAO e pela CC-GNB/EU. A inclusão de dois pontos no tempo (último ano incluído na análise) permite, no âmbito de cada conjunto, uma apreciação da evolução da situação dos stocks e das recomendações realizadas. Por outro lado, uma observação conjunta das avaliações, as realizadas pela FAO e as feitas pela CC-GNB/EU, permite identificar os recursos cuja situação é de sobre-exploração a escalas espaciais diferentes, i.e. ao nível regional e/ou da GNB.

³⁴ Esta região é composta por sete Estados membros - Cabo Verde, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Mauritânia, Senegal e Serra Leoa – cujas ZEE em conjunto totalizam 1.547.282 km². Estes países partilham uma zona marítima do Atlântico Sudeste que, devido às grandes correntes das Canárias e do Golfo da Guiné, é uma das regiões marinhas do mundo mais ricas em recursos haliêuticos.

³⁵ cf. FAO CECAF (2018a,b)

³⁶ cf. FAO CECAF (2022a,b)

³⁷ A GNB está integrada na sub-região Sul, zona Norte conjuntamente com a Guiné-Conakry, Serra Leoa e Libéria.

³⁸ o 8º Relatório (citado como Sobrinho et al., 2022) e o 10º Relatório (citado como Sobrinho et al., 2024), respetivamente

³⁹ No relatório de 2022 foram feitas recomendações em relação ao stock de cinco espécies, para além das doze avaliadas.

Refira-se que nenhuma das avaliações apresentadas inclui valores sobre a pesca artesanal devida à indisponibilidade de dados fiáveis sobre estas capturas (Barri et al., 2020). Em 2024, o INIPO terá iniciado trabalhos sobre o seguimento de embarque da Pesca Artesanal com vista a definir os níveis de estratificação e estratégia de amostragem, de modo a conseguir estimar a captura total do referido sector⁴⁰.

| Grupo | Nome comum | Nome científico | FAO CEEAF (2018) [último ano : 2016] | FAO CEEAF (2022) [último ano : 2021] | 8ª reunião CC-GNB/EU (2022) [último ano : 2020] | 10ª reunião CC-GNB/EU (2024) [último ano: 2023] |
|---------------------|-------------------|------------------------------------|--|---|--|--|
| pequenos pelágicos | carapau do Cunene | <i>Trachurus trecae</i> | limitar as capturas a 13000 toneladas | | | limitar capturas a 17015 toneladas (TAC = MSY) |
| | cavala | <i>Scomber colias</i> | | | | limitar as capturas a 3089 toneladas (TAC = MSY) |
| | cavalinha | <i>Decapterus spp.</i> | limitas as capturas a 6000 toneladas | | | |
| | sardinela | <i>Sardinella spp.</i> | não ultrapassar o limite de 60000 toneladas | não ultrapassar o limite estipulado das 60000 toneladas | | limitar as capturas a 42137 toneladas (TAC >> MSY) |
| peixe demersal | bagre | <i>Arius spp.</i> | não aumentar as capturas | reduzir fortemente as capturas a menos de 25000 toneladas | | limitar as capturas a 3399 toneladas (TAC < MSY) |
| | barbinho | <i>Galeoides decadactylus</i> | reforçar a monitorização e reduzir as capturas | limitar as capturas a 15000 toneladas | | limitar as capturas a 3328 toneladas (TAC = MSY) |
| | cor-cor | <i>Pomadasys spp.</i> | reduzir o esforço de pesca e limitar as capturas a 1300 toneladas (PI) | limitar as capturas a 1300 toneladas (contra as 11000 toneladas atuais) | | limitar as capturas a 1666 toneladas (TAC = MSY) |
| | corvina | <i>Pseudotolithus sp.</i> | | limitar as capturas a 13800 toneladas | | limitar as capturas a 1994 toneladas (TAC < MSY) |
| | corvina (djoto) | <i>Pseudotolithus elongates</i> | não aumentar o esforço de pesca | Reduzir o esforço de pesca | | |
| | dentão | <i>Dentex spp</i> | sem recomendações (informação insuficiente) | | | limitar as capturas a 338 toneladas (TAC < MSY) |
| | dourada | <i>Sparidae</i> | | não aumentar o esforço de pesca e limitar as capturas a 17000 toneladas | | |
| | escama-rijo | <i>Brachydeuterus auritus</i> | | reduzir as capturas | | |
| | peixe-machado | <i>Drepane africana</i> | | | | limitar as capturas a 885 toneladas (TAC < MSY) |
| | pescada negra | <i>Merluccius spp.</i> | | | | limitar as capturas a 569 toneladas (TAC < MSY) |
| | salmontete | <i>Pseudopenaeus prayensis</i> | | | | limitar as capturas a 646 toneladas (TAC < MSY) |
| | sinapa | <i>Pagellus bellottii bellotti</i> | | | | limitar as capturas a 1300 toneladas (TAC < MSY) |
| | camarões | alistado | <i>Aristeus varidens</i> | | limitar as capturas a 160 toneladas | |
| camarão-rosa do sul | | <i>Penaeus notalis</i> | limitar as capturas a 500 toneladas | limitar as capturas a 400 toneladas por dados incompletos (PI) ou ausentes (PA) | | limitar as capturas a 811 toneladas (TAC < MSY) |
| gamba | | <i>Parapeneus longirostris</i> | reduzir as capturas abaixo de 1200 toneladas | limitar as capturas a 1300 toneladas | | limitar as capturas a 1063 toneladas (TAC = MSY) |
| cefalópodes | choco | <i>Sepia sp.</i> | sem recomendações (informação insuficiente) | reduzir o esforço de pesca | | limitar as capturas a 2347 toneladas (TAC = MSY) |
| | polvo | <i>Octopus vulgaris</i> | sem recomendações (informação insuficiente) | limitar as capturas a 1620 toneladas | | limitar as capturas a 2716 toneladas (TAC = MSY) |

| Código de cor | FAO CEEAF | 8ª reunião CC-GNB/EU (2022) | 10ª reunião CC-GNB/EU (2024) |
|-----------------|---|---|---|
| Verde | Sub-explorado | | |
| Amarelo | Plena exploração | Plenamente explorado | Exploração sustentável ao nível da biomassa e da mortalidade de pesca |
| Laranja | Plena exploração em biomassa mas mortalidade de pesca elevada | Plenamente explorado a nível de biomassa mas com elevada mortalidade de pesca | |
| Vermelho | | | Sobre explorado ao nível da biomassa mas com mortalidade de pesca adequada de 3 ou inferior |
| Vermelho escuro | Sobre-explorado ao nível da biomassa | Sobre explorado | Sobre explorado ao nível da biomassa e/ou em sobre-pesca |
| Cinza | Informação insuficiente ou não disponível | | |

⁴⁰ há mais de 30 anos que não tem havido um seguimento efetivo das atividades da Pesca Artesanal, facto atribuído a uma conjugação de circunstâncias (Sobrinho et al., 2024)

A sustentabilidade das pescas e o controlo sanitário dos produtos do mar são aspetos objeto de processos de certificação. Para os produtos da pesca provenientes de capturas selvagens, a contaminação do ambiente é o principal risco para a segurança alimentar. Assim, as importações de produtos da pesca para a UE estão sujeitas a regulamentos sanitários e ao Regulamento relativo à pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (Regulamento INN). Estão também sujeitas à certificação oficial, que se baseia no reconhecimento da autoridade competente do país terceiro pela Comissão Europeia. O atraso no processo de certificação do laboratório de análises (CIPA) constitui a principal barreira à exportação de produtos da pesca da Guiné-Bissau para a UE⁴¹.

Requisitos específicos para os controlos oficiais dos produtos da pesca podem ser encontrados no Regulamento (UE) 2019/627 (artigo 70.º). A Comissão Europeia atualizou as suas orientações sobre os planos de controlo em Fevereiro de 2023.

Para além destes requisitos obrigatórios de acesso ao mercado da UE, os compradores podem solicitar certificações adicionais como: o British Retail Consortium ou o International Featured Standards para a segurança alimentar; as normas SA8000 da Social Accountability International e a Social Accountability International SA8000 e a Business Social Compliance Initiative para a conformidade social; e MSC, ASC ou GLOBALG.A.P para sustentabilidade.

O Marine Stewardship Council (MSC) é a norma de pesca utilizada para avaliar se uma pesca é bem gerida e sustentável. Com base no código de conduta da FAO para a pesca responsável pesca responsável, a certificação MSC confirma que a pescaria é bem gerida e sustentável e cumpre as referências em matéria de sustentabilidade.

Em 2021 foi realizada uma pré-avaliação à pesca artesanal do djafal com redes de emalhar na GNB⁴², utilizando o Padrão de Pesca 2.01 do MSC, tendo o estudo concluído que a pescaria falhava em 15 dos 26 indicadores. As fraquezas identificadas estariam relacionadas com o mau estado do stock alvo, com a falta de informação sobre capturas e capturas acessórias (o que não permitiu avaliar o impacto desta pesca), com a não existência de regras de controlo de captura; e com a falta de monitorização, controlo e vigilância da pescaria.

6.3 ANÁLISE DO CICLO DE VIDA: LIMITES DO SISTEMA DO ESTUDO ACV

⁴¹ As autoridades competentes do país de exportação devem demonstrar que dispõem de controlos oficiais suficientes que lhes permitam monitorizar e assegurar o cumprimento das regras da UE em matéria de segurança dos alimentos.

⁴² O estudo foi realizado no âmbito do projeto PPAMP – Sustainable Exploitation of small pelagic in MPAs and other protected areas in West Africa, financiado pela Fundação MAVA, sob coordenação da RAMPAO – Rede Regional de Áreas Marinhas Protegidas na África Ocidental (cf. Borges & Amorim, 2021)

As fronteiras do sistema do estudo ACV do presente informe incluem a captura de espécies haliêuticas, o seu processamento e/ou transformação e a sua comercialização e inclui três subsistemas, conforme representado na Figura 6.1:

- A. a pesca artesanal na GNB, que inclui toda a produção de peixe fresco capturado artesanalmente nas águas nacionais. Inclui os subsectores do peixe fresco e do peixe transformado (fumado ou salgado) bem como os circuitos de comercialização nas zonas limítrofes das zonas de pesca nos mercados rurais e urbanos distantes dessas zonas.
- B. a pesca industrial, que inclui toda a produção de peixe fresco capturado pelas frotas de pesca industrial operando na ZEE da GNB⁴³. Inclui os subsectores do processamento industrial (congelamento) bem como os circuitos de comercialização nos mercados rurais e urbanos, dentro e fora de Bissau, e o circuito de exportação via porto de Bissau.
- C. o peixe congelado adquirido diretamente no Senegal por badeiras grossistas e que entra nos circuitos de comercialização de peixe congelado nos mercados urbanos e rurais, dentro e fora de Bissau.

Excluídos da ACV estão a produção e/ou captura de peixe de água doce por não fazer parte dos termos de referência. A pesca do atum não é incluída dada a falta de informação estatística guineense sobre a frota dedicada e as quantidades capturadas⁴⁴. A pesca a pé, maioritariamente de subsistência, também foi excluída já que se considerou que os impactes ambientais gerados não eram significativos no quadro do sistema global da ACV⁴⁵. O comércio informal de peixe, fresco ou transformado, que ocorre entre a GNB e os países vizinhos - Senegal e Guiné-Conakry-, não foi modelado na análise ambiental, dada a carência de informação e de estudos sobre esta temática. Pelos mesmos motivos, não foi considerada a pesca artesanal e semi-industrial praticada por pescadores estrangeiros nas zonas costeiras da GNB, nem tão pouco os circuitos associados de transformação (fumagem) e escoamento dos produtos para fora da GNB.

⁴³ a pesca que têm lugar nas águas da GNB, por navios de pesca industrial, mas que é desembarcado no exterior, nomeadamente no porto de Dakar, é incluída nesta análise.

⁴⁴ cf. Sobrino I., Barri I., Lino P.G., 2024. Relatório da 10.ª reunião do Comité Científico Conjunto sobre o Acordo de Parceria para Pesca Sustentável entre a República da Guiné-Bissau e a União Europeia. Bissau.

⁴⁵ A pesca a pé é feita com uma grande variedade de pequenas artes de pesca e com equipamentos básicos (cf. CIPA-INIPO (2020). Draft do IIº Relatório do Inquérito Pesca a Pé na Guiné-Bissau. Ministério das Pescas. República da Guiné-Bissau). No entanto, dado o potencial impacte ambiental alguns tipos de artes e malhagem utilizados, esta questão será abordada na Secção 6.5

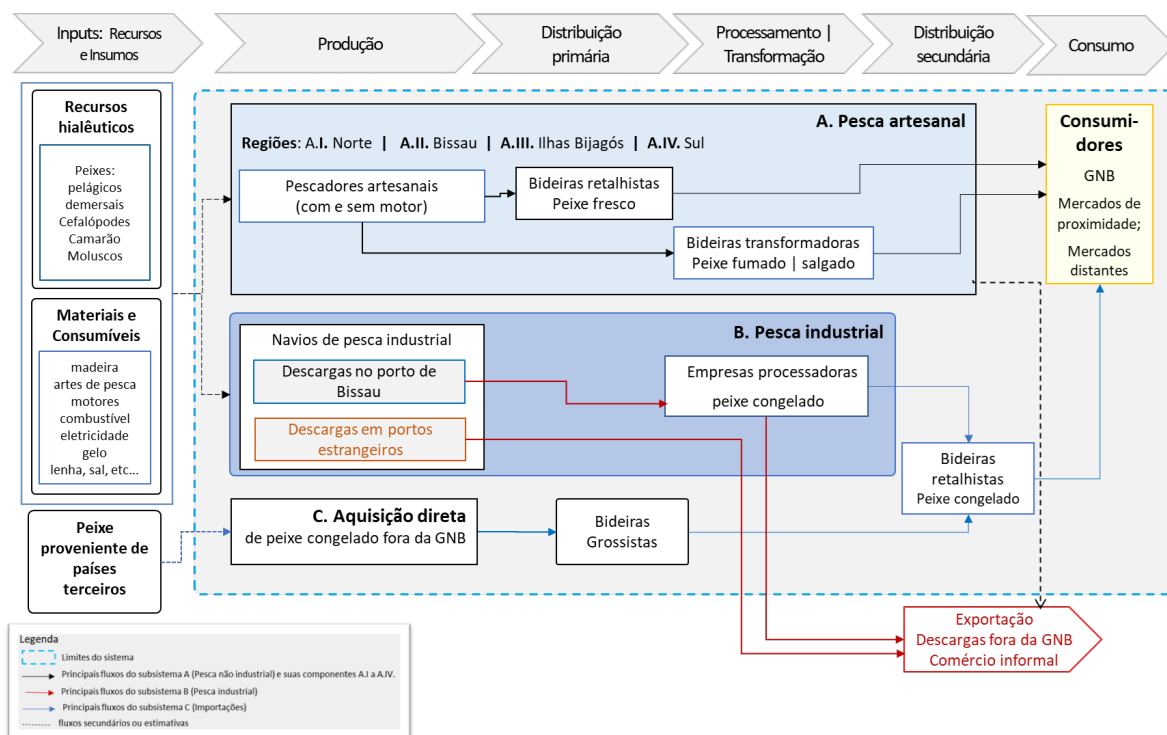


FIGURA 6.3: DELIMITAÇÃO DO SISTEMA DA CADEIA DE VALOR DAS PESCAS NA GNB PARA A ACV
 FONTE: ELABORAÇÃO DOS AUTORES

O âmbito geral da análise do ciclo de vida da pesca na GNB, incluindo a identificação dos sistemas de produtos específicos a avaliar, a função do produto, a unidade funcional utilizada na ACV e os fluxos de referência, os procedimentos de afetação e os critérios de exclusão do estudo são apresentados no anexo 8.4.

6.4 INVENTÁRIO DO CICLO DE VIDA (ICV)

Esta secção resume a compilação e quantificação dos insumos e produtos gerados para as unidades funcionais descritas no anexo 8.4. Os inventários baseiam-se em dados primários recolhidos no terreno pelos membros da equipa e em dados compilados da bibliografia consultada, e correspondendo aos principais intervenientes identificados na análise funcional:

- Produtores (pesca artesanal e pesca industrial)
- Processadores de peixe fresco e transformadores artesanais (fumagem, salga/secagem) e unidades industriais de processamento e congelação de pescado;
- Vendedores de peixe fresco nos mercados locais ou distantes (incorpora a atividade de transporte de peixe do ponto de aquisição ao ponto de venda);
- Vendedores de peixe transformado artesanalmente nos mercados locais ou distantes (incorpora a atividade de transporte de peixe do ponto de aquisição ao ponto de venda);
- Vendedores de peixe congelado (inclui transporte dos produtos dos mercados exteriores até aos mercados regionais ou até ao ponto de exportação).

O Quadro 6-2 contém o principal fluxo de inventário para o estágio de produção da pesca para as quatro regiões geográficas consideradas. Informação complementar sobre as principais artes utilizadas na pesca artesanal é apresentada no Anexo 8.6.

| Frota | Pesca artesanal | | | | | | | | | | | |
|--|--|---------|---------------|----------|--|--------------|---------------|--------------|--------------------------------------|---|----------------------------|--|
| | Piroga sem motor | | | | Piroga com motor | | | | Pesca Industrial | | | |
| | Norte | Bissau | Ilhas Bijagós | Sul | Norte | Bissau | Ilhas Bijagós | Sul | Camarão | Demersais | Pqnos Pelágicos | |
| N. Udp | 865 | 0 | 92 | 273 | 250 | 22 | 98 | 37 | 22 | 85 | 11 | |
| Taxa de motorização (%) | - | - | - | - | 38.5% | 100% | 52.2% | 21.1% | 100% | 100% | 100% | |
| Capturas (t/ano) | 15255.418 | n.a. | 4563.273 | 5373.874 | 9544.717 | 1470.337 | 4977.427 | 1438.799 | 2,691 | 69,675 | 37,984 | |
| Espécies com maior interesse comercial | Bicuda, Bagre, Sinapa, Corvina, Barbinho, Otoperca, Djafal, Tainha | | | | Bicuda, Bagre, Sinapa, Corvina, Barbinho, Otoperca, Djafal, Tainha | | | | Gamba, Alistado, camarão, caranguejo | Polvo, Choco, Bagre, Barbinho, Salmonete, Pescada negra | Sardinela, Carapau, Sareia | |
| Operação da Udp | | | | | | | | | | | | |
| Captura por Udp (t/ano) | 17.64 | n.a. | 49.60 | 19.68 | 38.18 | 66.83 | 50.79 | 38.89 | 122.3 | 819.7 | 3453.1 | |
| Descarte (t/ano) | 2317.00 | n.a. | 740.20 | 896.91 | 1449.66 | 240.68 | 807.38 | 240.14 | 104.035 | 331.556 | 790.282 | |
| Descarte (%)* | 15.2% | n.a. | 16.2% | 16.7% | 15.2% | 16.4% | 16.2% | 16.7% | 54.9% | 30.9% | 19.2% | |
| Gelo (t/ano) | 9153.25 | n.a. | 2737.96 | 3224.32 | 5726.83 | 1470.34 | 2986.46 | 863.28 | n.a. | n.a. | n.a. | |
| Isco (t/ano) | 2975.60 | n.a. | 207.79 | 248.18 | 2258.93 | 138.69 | 581.40 | 88.35 | n.a. | n.a. | n.a. | |
| Fuel (l/ano) | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | 10800 | 10800 | 10800 | 10800 | 464880 | 1885327 | 4834290 | |
| Óleo lubrificante (kg/ano) | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | 5.37 | 6.45 | 8.06 | |
| Líquido refrigerante R22 (kg/ano) | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | 0.98 | 0.92 | 0.92 | |
| FUI (l/t) | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | 282.88 | 161.60 | 212.64 | 277.73 | 3800 | 2300 | 1400 | |
| Elementos da Udp | | | | | | | | | | | | |
| Material principal | Madeira | Madeira | Madeira | Madeira | Madeira | Madeira | Madeira | Madeira | Aço | Aço | Aço | |
| Comprimento (m) | 5 | 5 | 5 | 5 | 8 | 8 | 8 | 8 | | | | |
| Madeira (m3) | 2.93 | 2.93 | 2.93 | 2.93 | 3.45 | 3.45 | 3.45 | 3.45 | | | | |
| TAB | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | 199 | 357 | 380 | |
| Motor (CV)** | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | 8 CV - 16 CV | 8 CV - 16 CV | 8 CV - 16 CV | 8 CV - 16 CV | 600 | 600 | 800 | |
| Artes de pesca*** | RB, RD RT, LJ AR | | | | RB, RD RT, LJ AR | | | | OTB | OTB | OTM | |

Udp - unidades de pesca

* valor referente à região (n.de pirogas motorizadas/n.total de pirogas)

** valor estimado com base em Pérez Roda et al. (2019)

*** valores indicativos baseados em entrevistas e fichas de caracterização de navios operando na ZEE da GNB em 2022, obtidas de diversas fontes online (ex., www.balticshipping.com; www.marinetraffic.com; webgate.ec.europa.eu/fleet-europa/

**** RB - Rede de bicuda | rede de emalhar de deriva, RD | RT - Rede de djafal e rede de tainha | Rede de emalhar, LJ | AR - Linha de mão e Palangre

***** OTM - Rede de arrasto pelágico com portas, OTB - Redes de arrasto pelo fundo

QUADRO 6-1: DOMÍNIOS DE PROTEÇÃO, PARÂMETROS E UNIDADES UTILIZADOS NO RECIPE 2016 v.01.10

A classificação das pirogas usadas na pesca artesanal foi feita em função do modo de propulsão (a pá ou a motor). Verificou-se que mais de 83% das pirogas são monóxila⁴⁶, e que uma grande parte dos pescadores artesanais são pescadores-agricultores, não especializados, que utilizam diferentes estratégias de pesca ao longo do ano. A taxa de motorização é baixa, inferior a 30%, mas variável entre as regiões. A maioria dos motores fora de borda têm uma potência igual ou inferior a 16 CV, utilizando diesel ou gasolina. O consumo de combustível foi estimado com base em num máximo de 4 saídas diárias por semana, durante 9 meses de atividade. Não foi facultada informação sobre capturas por grupo de espécies⁴⁷ por porto de desembarque. A disponibilidade de gelo é feita a partir de unidades, do estado ou privadas, mas tem limitações pelo que se considerou que apenas 60% dos pescadores artesanais têm acesso regular a este insumo e que a razão peixe:gelo é de 1:1.

⁴⁶ A madeira utilizada no fabrico destas embarcações tem características e durabilidade diferentes, tendo-se assumido que as mais pequenas são escavadas de troncos de tarrafe (*Rhizophora mangle*) e as maiores obtidas de troncos de bissilão⁴⁶ (*Khaya senegalensis*) ou de poilão (*Ceiba pentandra*). A informação sobre as características das pirogas e das artes de pesca artesanais foram obtidas diretamente dos pescadores e complementadas com dados do Senegal (Bouso, 1994) e do Gana (Gulbrandsen, 1991).

⁴⁷ grupos FAOSTAT: Animais aquáticos ni, Cefalópodes, Crustáceos, Peixes demersais, Peixes marinhos ni, Moluscos exceto cefalópodes, Peixes pelágicos; (excluindo o grupo FAOSTAT: Peixes de água doce e peixes diádromos)

Os navios de pesca industrial, operando na ZEE da GNB, foram classificados de acordo com a licença de pesca obtida (pelágicos, demersais, cefalópodes ou camarão) e da TAB⁴⁸. A sua caracterização foi feita a partir de dados publicados⁴⁹, na impossibilidade em obter a informação necessária por via direta.

O processo de transformação de peixe por fumagem dominante na Guiné-Bissau é fumado fresco⁵⁰ em forno tipo *fante* melhorado⁵¹, pelo que se assumiu um valor de conversão de 1.85 (Quadro 6-3). Em relação ao processo de salga com secagem ao sol, o fator de conversão considerado foi de 3.5.

| | | Peixe capturado artesanalmente | | | | | | | | | | | | Unidade industrial de transformação * (congelação) |
|-------------------------------------|------------|--------------------------------|-----------|---------------|-----------|--------------|-------------|---------------|-------------|--------------------|-------------|---------------|-------------|--|
| | | Peixe fresco | | | | Peixe Fumado | | | | Peixe salgado seco | | | | |
| Insumos | Unit | Norte | Bissau | Ilhas Bijagós | Sul | Norte | Bissau | Ilhas Bijagós | Sul | Norte | Bissau | Ilhas Bijagós | Sul | |
| Capacidade de armazenamento em frio | toneladas | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | 400 |
| Produto | t/ano | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | 10,113.044 | 57.103 | 4,122.103 | 2,315.070 | 382.631 | 7.562 | 147.199 | 105.110 | 87112 |
| Peixe processado | t/ano | 2,232.012 | 1,190.973 | 429.331 | 1,471.538 | 18,748.901 | 105.864 | 7,642.101 | 4,291.985 | 1,339.207 | 26.466 | 515.198 | 367.884 | 104534 |
| Taxa de conversão | | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | 1.85 | 1.85 | 1.85 | 1.85 | 3.50 | 3.50 | 3.50 | 3.50 | 1.2 |
| Água | m3/ano | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | 2569804 |
| Gelo | t/ano | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | 82756 |
| Combustível (Fuel) | litros/ano | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | 40515 |
| Sal | t/ano | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | 396.802 | 7.842 | 152.651 | 109.003 | n.a. |
| Lenha | t/ano | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | 12,900.333 | 72.841 | 5,258.209 | 2,953.135 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Produtos limpeza | litros/ano | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | 130668 |
| Gás de refrigeração (R-22) | kg/ano | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | 2178 |
| Embalagem: cartão | kg/ano | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | 522672 |
| Embalagem: plástico | kg/ano | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | 87112 |
| Águas residuais | m3/ano | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | 2569804 |
| Resíduos sólidos | t/ano | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | 17422 |

* valores estimados baseados em Liu et al. (2020) e em Stephen et al., (2024)

QUADRO 6-2: INVENTÁRIO RESUMIDO DO CICLO DE VIDA DO PROCESSAMENTO ARTESANAL DE PEIXE FRESCO, DE PEIXE FUMADO E DE PEIXE SECO SALGADO E AINDA DO PROCESSAMENTO INDUSTRIAL DE PEIXE CONGELADO NA GUINÉ-BISSAU (ANO DE REFERÊNCIA: 2022)

6.5 RESULTADOS: AVALIAÇÃO DO IMPACTE DO CICLO DE VIDA

Devido ao nível de incerteza em várias componentes do ICV⁵², característico dos sistemas que envolvem pesca de espécies selvagens (Ruiz-Salmón et al., 2021), os resultados devem ser utilizados principalmente para identificar as atividades importantes do ponto de vista ambiental, os resultados obtidos devem ser utilizados principalmente para identificar atividades importantes do ponto de vista ambiental e opções de melhoria, em lugar de comparar o nível absoluto de cada valor, especialmente com outros sistemas de produção.

O Anexo 8.7 contem os resultados detalhados referentes às três áreas de proteção (método: ReCiPe2016 v.01.04 Endpoint World H/A) e às categorias de impacto (método: EF v3.1 adaptado a Simapro).

⁴⁸ Tonelagem de arqueação bruta (TAB) - a soma dos volumes internos de todos os espaços fechados e cobertos que estejam abaixo ou acima do convés, convertidos em toneladas Moorson, iguais a 2,832 m³ ou 100 pés cúbicos

⁴⁹ Dados sobre as características das artes de pesca utilizadas na pesca industrial foram compiladas de Popescu and Breuer (2024)

⁵⁰ O peixe fumado que perdeu entre 25 e 45% do seu teor de humidade é considerado fumado fresco e a que perdeu entre 62 e 84% é considerado fumado duro. A duração da fumagem depende do tipo de produto final e do tipo de madeira utilizada. O peixe fumado fresco conserva-se, no máximo, durante uma semana, enquanto que o peixe fumado duro pode conservar-se até seis meses (FAO, 1994)

⁵¹ Os fornos *fanta* melhorados consomem menos lenha do que os fornos tradicionais de banda aberta e têm uma muito boa capacidade de processamento. No entanto, as grandes aberturas para alimentação da madeira usada como combustível, reduzem bastante o seu rendimento. (FAO, 1994), aumentando os seus impactes ambientais.

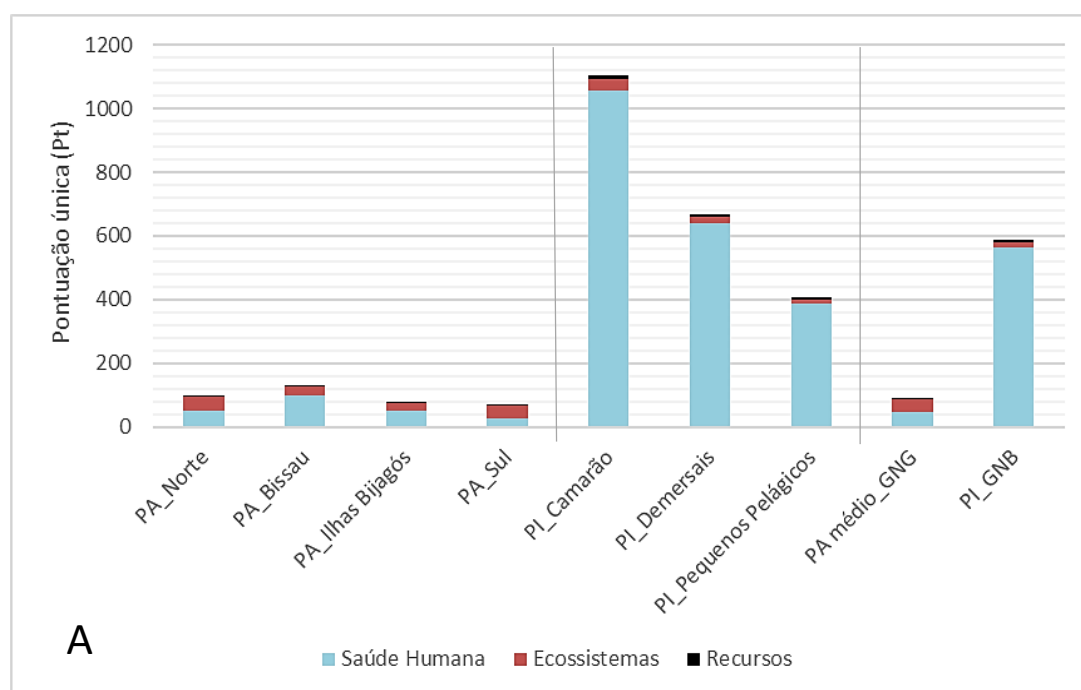
⁵² Ver Secção 6.3.3 para uma análise mais detalhada

6.5.1 Análise dos impactes

Os impactos ambientais relativos da pesca na GNB são variáveis entre os tipos de unidades de produção, com as que não consomem combustível (pirogas a pá) a terem os impactos mais baixos (Figura 6-4A). O sistema da pesca artesanal, dominado pelas canoas monóxila (mais de 80%), tem associado um relativamente elevado impacte ambiental na AdP Ecosistemas, em especial se comparado com outros estudos sobre cadeias de valor da pesca na África Ocidental (cf. Avadí and Acosta-Alba, 2021) onde predominam embarcações artesanais feitas a partir de tábuas de madeira. As diferenças observadas entre regiões resultam da combinação de dois fatores - a taxa de motorização e a intensidade de uso de combustível (FUI); isto é particularmente claro na região de Bissau, com uma taxa de motorização de 100%, que tem associado o maior nível de impacte.

Os impactos das atividades de pesca de arrasto de pequenos pelágicos são consideravelmente menos elevados do que os do arrasto de camarão ou de espécies demersais, o que está em consonância com conclusões anteriores na literatura, principalmente devido à intensidade de utilização de combustível associada (Avadí and Acosta-Alba, 2021; Parker et al., 2018).

Os impactos da transformação do peixe são menos elevados na transformação artesanal (Figura 6-4B). Apesar das importantes perdas de peso (devidas à evaporação da água) associadas à transformação artesanal, esta processa apenas peixe de pescarias artesanais de menor impacto; por seu lado, a congelação industrial, embora beneficie de economia de escala, apenas processa peixe capturado industrialmente, associado a impactes relativos muito mais elevados. A diferença entre taxas de conversão para salga/secagem e fumagem é o fator que explica o maior impacte da produção de 1 tonelada de peixe seco em relação à produção de 1 tonelada de peixe fumado. A posição relativa entre regiões, explicada anteriormente, não sofre alterações.



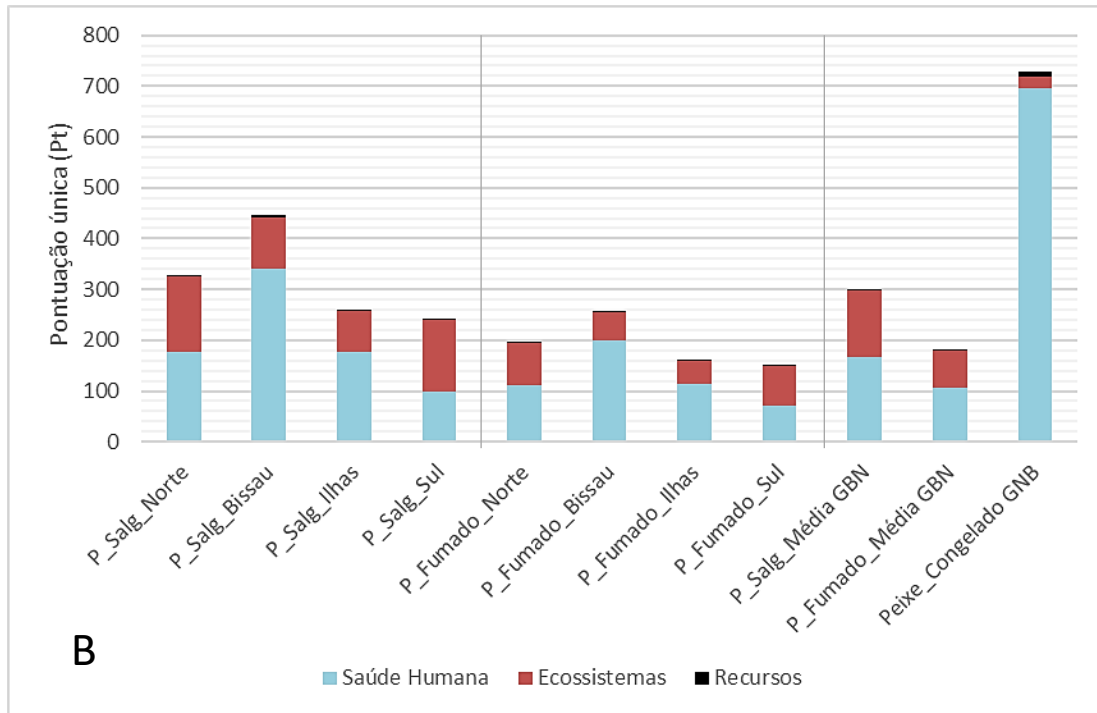


FIGURA 6.4: IMPACTES AMBIENTAIS DE A) PEIXE FRESCO NA REGIÃO DE DESEMBARQUE (PA – PESCA ARTESANAL; PI- PESCA INDUSTRIAL) E B) PRODUTOS DE PEIXE TRANSFORMADOS (P_SALG – PEIXE SALGADO SECO; P_FUMADO – PEIXE FUMADO), POR TONELADA DE PRODUTO E POR ÁREA DE PROTEÇÃO (MÉTODO: RECIPE2016 V.01.04 ENDPOINT WORLD H/A)

Uma análise da contribuição mostra uma distinção clara entre os impactos ambientais relativos à frota artesanal e os relativos à frota industrial (Figura 6-5A). Enquanto que para a pesca artesanal, a construção da piroga contribui até 60% dos impactes, para a pesca industrial, o consumo de combustível contribui para >98% dos impactes. Os impactes da transformação do peixe (Figura 6-5B) são determinados principalmente pelos impactes das pescarias que o abastecem, sendo que no processamento artesanal, os impactes da queima de lenha correspondem a 9-12% dos danos ambientais totais.

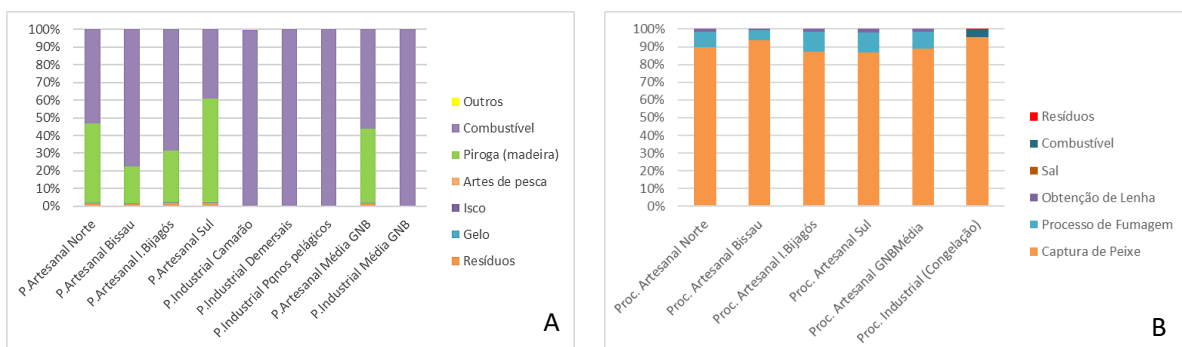


FIGURE 6-5: ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DE A) PRODUTOS DE PESCADO FRESCO E B) PRODUTOS DE PESCADO TRANSFORMADOS, POR TONELADA DE PRODUTO, CONSIDERANDO OS IMPACTOS FINAIS (PONTUAÇÃO ÚNICA PT) (MÉTODO: RECIPE2016 V.01.04 ENDPOINT WORLD H/A)

Quando os impactos são desagregados por categoria de impacto, é notório que para a fileira da pesca artesanal (Figura 6-6A) a categoria associada ao fornecimento de madeira para as pirogas monóxila (uso do solo) é a categoria mais importante nas regiões Norte e Sul, onde predominam as pirogas sem motor. Nas restantes regiões e na fileira da pesca industrial (Figura 6-6B) dominam as categorias associadas à produção e queima de combustível fóssil (emissão de partículas, acidificação, emissão de gases com efeito de estufa, formação fotoquímica de ozono, eutrofização terrestre e esgotamento dos recursos fósseis). Os impactos da transformação do pescado (Figura 6-6C) são dominados pelos impactes resultantes da pesca, mas também pela toxicidade humana associada à combustão de biomassa e de combustíveis, bem como pela ecotoxicidade da água doce e marinha associada à ausência de gestão dos resíduos e das águas residuais (consultar Anexo 6.3, para maior detalhe).

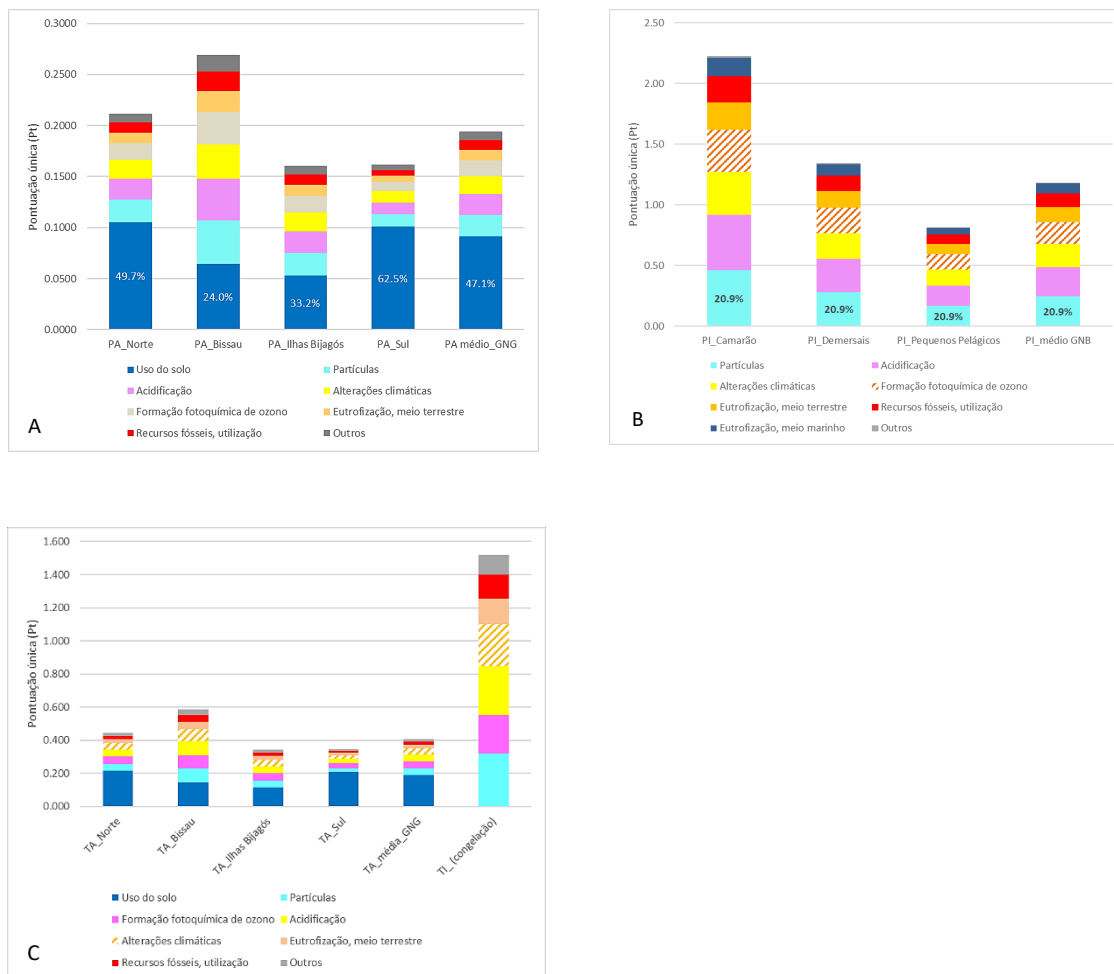


FIGURE 6-6: ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DOS IMPACTOS DE A) PESCA ARTESANAL B) PESCA INDUSTRIAL E C) PRODUTOS TRANSFORMADOS, POR TONELADA DE PRODUTO E DESAGREGADOS POR CATEGORIA DE IMPACTO (PT) (MÉTODO: EF V3.1 ADAPTADO A SIMAPRO)

O transporte de produtos de pescado é uma atividade associada à comercialização e venda em mercado destes produtos. A sua contribuição para os impactos globais é relativamente menor (Gráfico 6-7, AdP: Recursos), mesmo incluindo as perdas ocorridas durante o transporte (cf. Secção 6.7) já que o peixe fresco é

maioritariamente vendido localmente (CIPA, 2020) e a maioria das comerciantes utiliza transporte em grupo⁵³ para se deslocar aos pontos de venda. Igualmente, a produção de gelo não é relevante em termos de impactes - o peixe fresco que não é vendido pelas retalhistas é normalmente transformado pelas mesmas, o que reduz significativamente as perdas que de outra forma ocorreriam. A diferença verificada entre os impactes do comércio de peixe congelado e os restantes decorre maioritariamente dos danos ambientais da pesca industrial que é a que suporta esta fileira. Uma ressalva para o facto de a estimativa dos impactes associados ao transporte ser provavelmente superior, já que foi constatado e documentado o deficiente estado do parque de veículos em circulação e falta de manutenção da maioria das estradas.

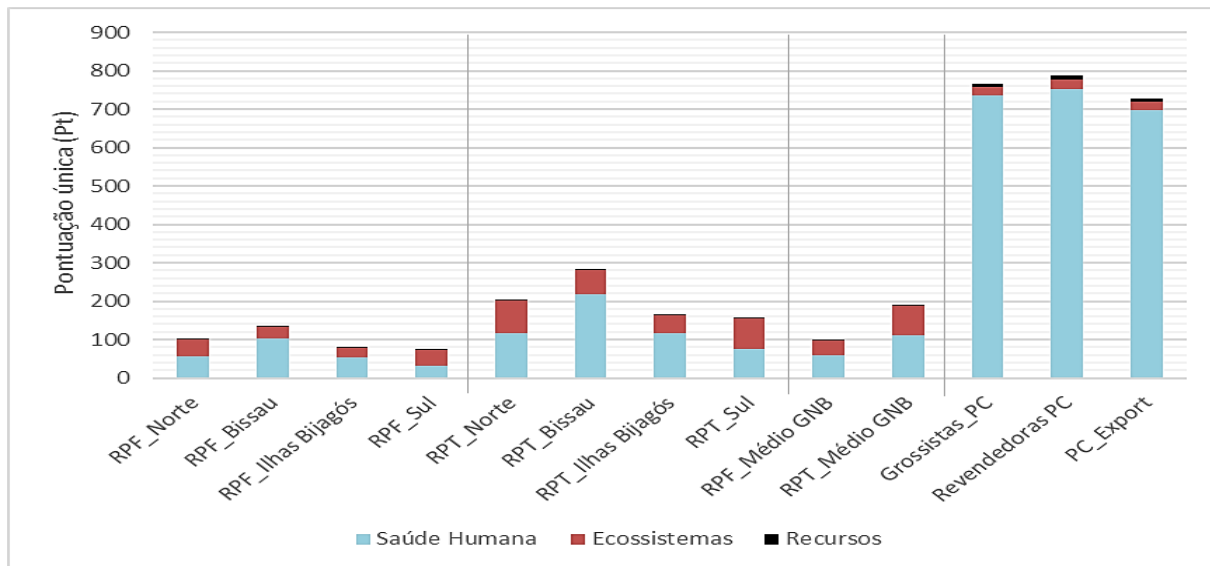


FIGURE 6-6: IMPACTES AMBIENTAIS DO COMÉRCIO E VENDA DE PEIXE (RPF – REVENDEDORAS DE PEIXE FRESCO; RPT - REVENDEDORAS DE PEIXE TRANSFORMADO; PC – PEIXE CONGELADO), POR TONELADA DE PRODUTO E POR ÁREA DE PROTEÇÃO (MÉTODO: RECIPE2016 v.01.04 ENDPOINT WORLD H/A)

6.5.2 Alterações climáticas: potencial de aquecimento global

As emissões de gases com efeito de estufa (GEE) que ocorrem em diferentes fases da cadeia de valor das pescas na GNB foram convertidas em unidades equivalentes de CO₂, utilizando o método IPCC 2021 com um horizonte temporal de 100 anos. O Quadro 6-4 resume os resultados obtidos, por unidade funcional (UF), para a componente da cadeia de valor da pesca artesanal, enquanto o Quadro 6-5 traduz a componente da cadeia de valor da pesca industrial. O Quadro 6-6 apresenta uma estimativa dos valores absolutos das emissões, baseados no total de produtos colocados à venda no mercado guineense ou exportados pelo porto de Bissau.

| Categoria de Impacte | Unidade | Pesca Artesanal Produção média anual (UF = 1 t) | Peixe salgado seco Produção média anual (UF = 1 t) | Peixe fumado Produção média anual (UF = 1 t) | Revenda de Peixe fresco média anual (UF = 1 t) | Revenda de Peixe transformado artesanalmente média anual (UF = 1 t) |
|----------------------|------------------------|---|--|--|--|--|
| GWP100 | kg CO ₂ -eq | 578.8 | 1978.5 | 1096.2 | 758.0 | 1177.6 |

⁵³ transporte formal e informal.

QUADRO 6-3: EMISSÕES DE CO2 EQUIVALENTE RELATIVAS À COMPONENTE DA CADEIA DE VALOR DA PESCA ARTESANAL

| Categoria de Impacte | Unidade | Pesca Industrial Produção média anual (UF = 1 t) | Peixe congelado Produção média anual (UF = 1 t) | Venda a retalho de P.congelado média anual (UF = 1 t) | Exportação de P.congelado (UF = 1 t) |
|----------------------|-----------|--|---|---|--------------------------------------|
| GWP100 | kg CO2-eq | 6756.8 | 9104.9 | 10032.6 | 9107.8 |

QUADRO 6-4: EMISSÕES DE CO2 EQUIVALENTE RELATIVAS À COMPONENTE DA CADEIA DE VALOR DA PESCA INDUSTRIAL

| Categoria de Impacte | Unidade | Revenda de Peixe fresco média anual | Revenda de Peixe transformado artesanalmente média anual | Venda a retalho de P.congelado média anual | Exportação de P.congelado | Total da Cadeia de valor das pescas na GNB |
|----------------------|-----------|-------------------------------------|--|--|---------------------------|--|
| GWP100 | kg CO2-eq | 3,914,534 | 20,111,083 | 84,775,277 | 738,751,205 | 847,552,098 |

QUADRO 6-5: EMISSÕES DE CO2 EQUIVALENTE DA CADEIA DE VALOR NA GNB (ANO DE REFERÊNCIA: 2022)

Será de realçar o facto de as emissões de CO2-eq da produção de 1 tonelada de peixe resultante da pesca industrial é **11.7 vezes superior** à da pesca artesanal. A transformação artesanal do peixe por fumagem é **1.9 vezes superior** à emissão de GCEE derivada da pesca artesanal. Igualmente se confirma a contribuição marginal do transporte de peixe para a emissão de GCEE, associada à logística da comercialização dos produtos com destino aos mercados finais, no geral, **inferior a 7%**.

A **quantidade total de CO2-eq. emitida pela cadeia de valor das pescas** valores é estimada em **847.6 mil toneladas CO2.eq**, ou seja **7.0%** das emissões de gases com efeito de estufa da Guiné-Bissau para 2022, cifradas em 12.6 Mt⁵⁴

6.5.3. Qualidade dos dados

As fontes de incerteza associadas a ACV de pescas são numerosas e estão identificadas (cf. Codotto et al., 2023; Ruiz-Salmón et al., 2021; Vázquez-Rowe et al., 2012). Na pesca artesanal, o número de saídas para pescar e o consumo de combustível associado são grandes fatores de incerteza que afetam a determinação do FUI. A disponibilidade de madeira para a construção das pirogas monóxila, expressa em número de árvores por hectare, é também um fator de incerteza importante. Na transformação artesanal, as quantidades transformadas, os rendimentos obtidos e o consumo de biomassa como fonte de energia são elementos de incerteza, uma vez que os atores não mantêm registos e existe grande variabilidade nos dados obtidos por entrevista. No que diz respeito à pesca industrial e à correspondente transformação do pescado, embora existam dados históricos, o seu grau de pormenor, completude e complementaridade nem sempre foram os mais adequados; a obtenção de informação junto de armadores e de empresas de congelação de pescado foi muito reduzida, pelo que houve necessidade de recorrer a dados secundários, referentes a unidades de dimensão e tecnologia semelhantes.

Uma última referência ao facto de a captura de pescado ser caracterizada por uma grande variabilidade espaço-temporal no desempenho, em consequência das dinâmicas locais, sazonais e interanuais das

⁵⁴ Republic of Guinea Bissau (2021). Updated Nationally Determined Contribution in the Framework of the Paris Climate Agreement. UNDP. (pg.14)

espécies com interesse comercial. Estes aspetos também se refletem nas atividades de transformação, artesanais e industrial, que são abastecidas pelo pescado obtido nas águas da GNB.

6.6 CONCLUSÕES: RESPOSTA À PERGUNTA: É A CADEIA DE VALOR SUSTENTÁVEL DO PONTO DE VISTA AMBIENTAL?

O setor da **pesca industrial**⁵⁵ é o **grande determinante dos impactes ambientais** da cadeia de valor das pescas na GNB nas três AdP, mas particularmente na Saúde Humana. Os impactos da pesca industrial são muito mais elevados do que os dos desembarques artesanais por tonelada de peixe, devido à menor eficiência de uso de combustível por tonelada de pescado. Este facto, que parece um contrassenso, já foi observado em outro estudo de CV das pescas⁵⁶. Para além dos possíveis fatores explicativos apontados por Avadi e colegas⁵⁷ (2021), é muito provável que a grande produtividade das águas costeiras guineenses (Barry, 2008), que beneficia da existência de uma extensa área de mangal, seja um elemento determinante nesta inversão de eficiências de pesca.

Os principais impactes do setor da **pesca artesanal** estão associados ao **uso do solo**, uma vez que mais de 89% das pirogas são monóxilas, i.e. escavadas de um tronco de árvore⁵⁸. Esta é uma particularidade do setor das pescas guineense, muito diferente da dos países vizinhos⁵⁹. Não tendo sido possível obter informação sobre a existência de planos de gestão das áreas florestais na GNB, considera-se que o **provimento de madeira para as pirogas monóxila é um fator de insustentabilidade ambiental**. Sugere-se um reforço do enfoque na exploração de alternativas tecnicamente equivalentes, mas económica e ambientalmente viáveis, que se sabe já estar a ter lugar no Centro Técnico de Bolama.

A pesca a pé, é a atividade que aparenta ter menor impacte ambiental, nomeadamente a colheita de ostras se devidamente executada⁶⁰, embora amplamente reconhecida utilização de redes e artes proibidas coloque em causa a sua sustentabilidade e afete potencialmente a pesca comercial.

A aferição dos impactes ambientais da **transformação de peixe** de forma artesanal, nomeadamente por fumagem, é bastante escassa⁶¹ embora existam numerosos estudos sobre o impacto desta atividade na saúde dos processadores. A eficiência do processo de fumagem é relativamente baixa devido ao tipo de forno utilizado (ver Secção 6.2). A adoção de melhores tecnologias de fumagem, superiores em tanto em termos

⁵⁵ Na realidade, esta fileira domina o panorama das pescas no país, aspeto que distingue a GNB dos países limítrofes (Senegal, Gâmbia e Guiné-Conakry, onde a pesca artesanal e semi-industrial são o elemento mais importante.

⁵⁶ Estudo CVA4D sobre a cadeia de valor das pescas da Gâmbia (Avadi et al., 2021)

⁵⁷ os fatores apontados foram: o estado dos stocks alvo que limita as economias de escala; a utilização de dados de outras regiões africanas para modelar a pesca industrial; o “efeito do capitão” que limita o desempenho dos navios industriais; a forma invulgar da costa e da ZEE da Gâmbia.

⁵⁸ Este é um processo de construção que utiliza apenas 9% do volume do tronco, transformando o restante em aparas de madeira. As árvores utilizadas são necessariamente de grande porte, de espécies de crescimento lento.

⁵⁹ Em particular o Senegal e a Gâmbia, onde também predominam embarcações de madeira mas construídas a partir de tábuas.

⁶⁰ Foram reportadas situações de sobreexploração deste recurso.

⁶¹ cf. Kwarteng E (2016). Testing of Low PAH Improve Fish Smoking Stove (Ahotor oven). Institute for Industrial Research- CSIR, Ghana Standard Authority and The USAID/Ghana Sustainable Fisheries Management Project (SFMP), Narragansett, RI: Coastal Resources Center, Graduate School of Oceanography, University of Rhode Island. GH2014_ACT067_SNV.

ambientais como de saúde pública⁶², tem encontrado resistência por parte dos transformadores, pelo que seria **importante documentar e compreender as razões desta falha de aderência** por forma a superar esta deficiência.

A **importação direta de peixe congelado** do Senegal, realizada por comerciantes grossista por lhes ser vedada a compra de peixe congelado nas unidades industriais de transformação em Bissau, é **ambientalmente ineficiente**. A componente da cadeia de valor associada à distribuição de peixe congelado beneficiaria fortemente de uma revisão da situação vigente por parte do Ministério das Pescas e outras autoridades competentes.

O **estado geral dos stocks** com maior interesse comercial, aliado à **vulnerabilidade e baixa resiliência às alterações climáticas** de várias espécies importantes no panorama internacional e/ou alimentar da GNB, sugere a **aplicação do “princípio da precaução”** à gestão destes stocks, tanto em termos da **pesca industrial como também da pesca artesanal**. A implementação de medidas efetivas a **curto e médio prazo** passará certamente por: um **reforço da cogestão** dos recursos haliêuticos, em especial nas áreas protegidas e; pela **formação profissional** de pescadores (de pesca artesanal e de pesca industrial).

As fragilidades económica e de governança do país, colocam desafios a políticas continuadas de recuperação dos stocks, não só através da redução das frotas industriais que operam na ZEE e das frotas semi-industriais que operam no mar territorial, como através do aumento da eficácia dissuasora das ações de monitorização e controlo, nomeadamente com o **envolvimento ativo da Marinha** da República da Guiné-Bissau no patrulhamento das águas da ZEE. Ao nível internacional, a gestão de stocks comuns aos países vizinhos⁶³ é uma medida que contraria a visão dominante e fragmentada dos estados dos stocks e que pode contar o suporte de instituições supranacionais como a Comissão Sub-Regional das Pescas (CSRP).

Ponderando os vários aspetos focados, considera-se que **cadeia de valor das pescas na GNB é, em geral, ineficiente**, pelo que se pode dizer que **apresenta trajetórias de insustentabilidade do ponto de vista ambiental**, especialmente se a falta de uma gestão adequada dos stocks, bem como um sistema de monitorização, controlo e vigilância (MCV) deficiente, forem tidos em conta na avaliação.

⁶² a queima de madeira liberta poluentes que afetam a saúde respiratória de todos os que trabalham e/ou vivem na proximidade dos fornos; o peixe fumado pode conter teores elevados de hidrocarbonetos policíclicos aromáticos (PAHs), muitos deles com efeito cancerígeno (cf. Stołyhwo A, Sikorski ZE (2005). Polycyclic aromatic hydrocarbons in smoked fish – a critical review. Food Chemistry,91(2): 303-311. <https://doi.org/10.1016/j.foodchem.2004.06.012>).

⁶³ Dá-se o exemplo do djafal (*E.fimbriata*), cujo stock norte é considerado ao nível das ZEEs da Guiné-Bissau, Guiné-Conakry, Libéria e Serra Leoa, em que uma Conferência de Ministros acordou a elaboração de instrumentos jurídicos em matéria de acesso e controlo das atividades pesqueiras, mas que na prática se concretizaram em medidas de cogestão dos stocks entre este grupo de países. (Borges e Amorim, 2021)

7. SÍNTESE E RECOMENDAÇÕES

7.1. RESPOSTAS ÀS QUESTÕES ESTRUTURANTES

7.1.1. Qual é a contribuição da cadeia de valor para o crescimento económico?

A cadeia de valor das pescas na Guiné-Bissau, embora predominantemente artesanal e segmentada, assume um peso macroeconómico muito superior ao retratado pelas estatísticas oficiais que consideram apenas a captura. Em 2022, o Valor Acrescentado Directo (VAD) gerado pela cadeia de valor das pescas atingiu 82 616,99 milhões de FCFA, equivalentes a 7,35 % do Produto Interno Bruto (PIB) nacional (1 123 490 milhões de FCFA). Esta percentagem contrasta fortemente com a participação de apenas 0,5 % atribuída ao subsector “Pesca & Aquicultura” nas Contas Nacionais, pois essas contabilizam unicamente a fase de captura e excluem os valores gerados nos elos de processamento e comercialização.

Em termos absolutos, o valor anual da produção da cadeia ascende a cerca de 172 561,70 milhões de FCFA, distribuídos regionalmente da seguinte forma: Bissau (58 879,44 milhões), Norte (72 503,35 milhões), Bijagós (21 718,37 milhões) e Sul (19 460,54 milhões). Deste total, o VAD directo consolidado atinge 82 616,99 milhões de FCFA, dos quais aproximadamente 74 227,33 milhões resultam do Resultado Líquido de Exploração (RLE) — ou seja, cerca de 83 % do VAD. Os restantes 17 % repartem-se por salários (12 863,86 milhões, 12 %), depreciação (2 061,24 milhões, 3 %) e impostos e taxas (1 546,95 milhões, 2 %). Este padrão evidencia que a maior parte da criação de valor está concentrada na actividade de captura, mas revela também o potencial de crescimento nos elos de processamento e comercialização.

A distribuição regional do VAD directo é marcadamente heterogénea: o Norte concentra 45,3 % do total (cerca de 37 mil milhões de FCFA), impulsionado sobretudo pela pesca de captura e, em menor grau, pelo processamento artesanal; Bissau responde por 25,3 % (≈ 20 mil milhões), beneficiando da centralidade logística e da presença das câmaras-frias e unidades de transformação; o Sul contribui com 15,6 % (≈ 13 mil milhões), dependendo quase exclusivamente da produção primária devido à carência de infra-estruturas de conservação; e os Bijagós geram 13,8 % (≈ 11 mil milhões), onde a distância aos mercados finais confere ao processamento artesanal (salga, secagem, defumagem) uma relevância proporcionalmente maior. Em conjunto, estes números sublinham a necessidade de estratégias regionais diferenciadas para maximizar o impacto económico das pescas.

Do ponto de vista do segmento da cadeia, a fase de produção (captura) continua a dominar: responde por 62,5 % do VAD directo (51 648,78 milhões), seguida do processamento com 23,9 % (19 770,91 milhões), da conservação e transformação com 7,4 % (6 100,44 milhões) e da distribuição com 6,2 % (5 096,86 milhões). Esta composição reforça a centralidade dos pescadores na criação de valor, mas ao mesmo tempo revela que quase 38 % do VAD é gerado nas fases pós-captura, indicando espaço para políticas que fomentem a agregação de valor local.

Do ponto de vista da integração na economia nacional, o Valor Acrescentado Total (VAT) — que inclui efeitos directos e indirectos — atingiu 92 260,34 milhões de FCFA, correspondendo a 53,47 % do Valor Bruto da Produção (VBP) da cadeia (172 561,70 milhões). Em outras palavras, para cada 100 FCFA de VBP, 53,47 FCFA convertem-se em rendimento interno para os agentes da cadeia, enquanto 46,53 FCFA correspondem a importações de bens e serviços intermédios (combustíveis, artes de pesca, gelo, entre outros). Este elevado índice de integração (VAT/VBP) evidencia uma dependência externa significativa dos insumos, mas também aponta para um potencial de substituição que, se explorado, amplificaria os efeitos multiplicadores internos.

Relativamente à balança comercial da cadeia, foram registadas importações totais de bens e serviços de 17 897,18 milhões de FCFA, face a apenas 500 milhões de FCFA em exportações (dados oficiais), resultando num défice comercial de 17 397,18 milhões de FCFA. Este saldo negativo não deriva da falta de capacidade exportadora, mas sim da dependência de insumos importados que elevam os custos de produção, bem como de lacunas nas estatísticas sobre exportações de pescado (o COMTRADE, por exemplo, regista 36 000 t exportadas pelos parceiros comerciais, valor que não se reflete no registo oficial). Se as exportações oficiais forem formalmente captadas, a cadeia poderá converter-se num gerador líquido de divisas.

Face ao quadro fiscal, as receitas directas da cadeia de valor em 2022 somaram 1 546,95 milhões de FCFA, distribuídas por Bissau (46,9 %), Norte (33,1 %), Bijagós (14,3 %) e Sul (5,7 %). A cobrança concentra-se sobretudo em Bissau, devido à licença de pesca industrial (471 milhões), processada no porto da capital, e a fluxos relacionados com a frota artesanal e circuitos de comercialização interna. Acresce que o novo Protocolo UE–Guiné-Bissau (2023-2028) prevê 92,7 milhões USD em cinco anos (\approx 11 000 milhões FCFA/ano) para ações de gestão sustentável, valor 3,2 vezes superior às receitas directas atuais de licenças de pesca, destacando o potencial subexplorado de autofinanciamento. Em resumo, a cadeia de valor das pescas na Guiné-Bissau:

- Representa 7,35 % do PIB nacional (2022), comparativamente aos 0,5 % oficiais.
- Gera 82 616,99 milhões de FCFA de VAD directo, dos quais cerca de 83 % provêm do RLE
- Tem um Índice de Integração (VAT/VBP) de 53,47 %, evidenciando fortes necessidades de insumos importados, mas também oportunidades de retenção de valor.
- Registra um défice comercial de 17 397,18 milhões de FCFA, resultante da diferença entre importações de insumos e exportações de pescado formalmente registadas.
- Contribui com apenas 1 546,95 milhões de FCFA em receitas fiscais directas, indicando margem para melhorar a arrecadação sem comprometer a viabilidade dos operadores.
- Apresenta fortes assimetrias regionais (45,3 % do VAD no Norte; 25,3 % em Bissau; 15,6 % no Sul; 13,8 % nos Bijagós).
- Mostra que a fase de captura responde por 62,5 % do VAD directo, enquanto o pós-captura (processamento e comercialização) gera quase 38 % do valor, sinalizando oportunidades de políticas que estimulem o investimento nos elos intermédios.

Estas estimativas corrigem as subavaliações oficiais e demonstram a importância macroeconómica das pescas, orientando a necessidade de políticas públicas para reforçar a cadeia de frio, melhorar infra-estruturas de transporte, simplificar a tributação de insumos e formalizar as exportações. Só assim será

possível captar plenamente o potencial da pesca como pilar do desenvolvimento costeiro e motor de crescimento económico inclusivo na Guiné-Bissau.

7.1.2. Este crescimento económico é inclusivo ?

A análise da cadeia de valor das pescas na Guiné-Bissau demonstra que o crescimento económico que daí resulta é relativamente inclusivo, tal como se observa pelos seguintes pontos-chave:

- **Distribuição do valor acrescentado**

Em 2022, o Valor Acrescentado Direto (VAD) total da cadeia de valor atingiu 82 616,99 milhões de FCFA. Desse montante, 62,5 % cabem aos pescadores (51 648,78 milhões FCFA), 31,3 % ao processamento artesanal (25 847,54 milhões FCFA) e 6,2 % à distribuição (5 120,67 milhões FCFA). No que respeita ao Resultado Líquido de Exploração (RLE), 58,8 % desse rendimento reverte para os pescadores, 26,3 % para os processadores e 14,9 % para os distribuidores, evitando que poucos intermediários capturem a maior parte dos excedentes.

- **Empregos gerados**

A cadeia de valor das pescas sustenta, em 2022, um total de 16 369 Empregos Equivalentes a Tempo Integral (ETI). Destes, 11 880 ETI (72,6 %) derivam diretamente da pesca (tanto embarcada como pesca a pé) e 4 489 ETI (27,4 %) correspondem a actividades de distribuição e transformação (grossistas, retalhistas e operárias de fumagem/salga) . Desses 16 369 ETI, cerca de 4 040 ETI (25 %) são ocupados por mulheres, sobretudo nas fases de comércio e transformação, enquanto muitos jovens encontram na pesca comunitária fontes de rendimento e oportunidades de empreendedorismo.

- **Geografia e género na inclusão**

A distribuição geográfica dos postos de trabalho reflete um certo grau de descentralização: embora a pesca se concentre nas zonas costeiras, os rendimentos beneficiam comunidades em diferentes regiões (Bissau, Norte, Sul e Bijagós). As «badeiras» (vendedoras de peixe) e as operárias de transformação, maioritariamente mulheres, exercem funções fundamentais no abastecimento urbano e na redução de perdas pós-captura. Por outro lado, a pesca a pé emprega 2 759 ETI (2 260 mulheres e 499 homens), reforçando a inclusão de populações vulneráveis e de pequenos produtores.

- **Remunerações e proteção social**

As remunerações mantêm-se acima do salário mínimo oficial (19 030 FCFA/mês), sobretudo para pescadores em Bissau e para as principais «badeiras». No entanto, grande parte dos vínculos laborais permanece informal, sem proteções sociais adequadas (seguros de saúde ou previdência) para operárias e vendedores informais. Algumas «vedetas» (embarcações motorizadas) e grossistas conseguem rendimentos mais elevados em função dos investimentos e riscos assumidos, mas não há actores dominantes capazes de excluir pequenos intervenientes .

- **Jovens e perspectivas de futuro**

Os jovens participam activamente sobretudo nas tarefas de desembarque, manutenção de motores e comercialização inicial, mas carecem de formação técnica que lhes permita ascender a postos melhor remunerados. O reforço de programas de capacitação técnica e financeira direccionados aos jovens poderia consolidar ainda mais a caracterização inclusiva do crescimento no sector pesqueiro.

Em suma, a geração de 16 369 ETI ao longo de toda a cadeia, aliada a uma distribuição de rendimentos que favorece não só os pescadores mas também os pequenos operadores de comércio e processamento (incluindo mulheres e jovens), demonstra que o crescimento económico das pescas na Guiné-Bissau é, de facto, inclusivo. Contudo, subsistem desafios no sentido de formalizar laços laborais, ampliar a protecção social e reforçar a formação técnica de modos a promover maior equidade e sustentabilidade a médio prazo.

7.1.3. A cadeia de valor é sustentável do ponto de vista social?

A sustentabilidade social da cadeia de valor da pesca enfrenta desafios profundos que se manifestam nas condições de trabalho, no acesso a recursos, na igualdade de género, na segurança alimentar, na coesão social e nas infraestruturas básicas. A informalidade predomina nas relações laborais ao longo de toda a cadeia, onde a aplicação das leis trabalhistas é ténue e os contratos com proprietários de embarcações e processadores de pescado são regidos por normas locais sem garantias formais. Essa fragilidade atinge especialmente os marinheiros da pesca industrial, sujeitos a condições de risco elevado e sem protecção efetiva, enquanto os pescadores artesanais operam em um contexto de escassa segurança no trabalho e mínima capacitação técnica. A liberdade de associação existe apenas no papel, pois poucos trabalhadores se sindicalizam, deixando-os sem voz e com baixa capacidade de reivindicar direitos e benefícios.

O direito à terra e à água, fundamentos essenciais para a subsistência das comunidades pesqueiras, esbarra em uma governança deficiente. A aplicação das Diretrizes Voluntárias para Governança da Terra, Pesca e Recursos Naturais (VGGT) é limitada e pouco divulgada, e a transparência nos processos de licenciamento, negociação de acordos e fiscalização de atividades ilegais é insuficiente. Pescadores artesanais denunciam o excesso de licenças concedidas a operadores estrangeiros e a ausência de fiscalização rigorosa da pesca ilegal, ameaçando o sustento local e infringindo direitos reconhecidos pela Lei 5/98. A falta de acesso à justiça formal agrava conflitos, tornando quase impossível contestar multas abusivas ou atos predatórios contra os recursos marinhos.

A igualdade de género na cadeia de valor da pesca revela avanços pontuais, mas carrega desigualdades históricas. Embora as mulheres guineenses participem de todas as etapas — desde a pesca a pé e de canoa até o comércio de peixe — e ocupem funções de fornecedoras de crédito e materiais, elas continuam sub-representadas nas decisões públicas e políticas. Gravidezes precoces frequentemente interrompem a escolarização das jovens, limitando seu futuro; campanhas regulares de distribuição de contraceptivos são urgentes para conter essa prática. Ainda que pescadoras e vendedoras controlem autonomamente sua renda, suas decisões concentram-se nos bens individuais, e a influência geral de mulheres e homens sobre serviços e políticas públicas permanece reduzida.

A segurança alimentar e nutricional das famílias ligadas à pesca e ao processamento de pescado encontra-se em risco crescente. A diversificação de fontes de subsistência com agricultura e criação de animais não compensa o aumento acelerado dos preços de produtos básicos como arroz e óleo vegetal. A baixa produção local e a diminuição no consumo de peixe prejudicam a qualidade da dieta, intensificando problemas de subnutrição, hipertensão e diabetes. Durante o período de chuvas, a insegurança alimentar se agrava, pois os pescadores agrícolas enfrentam paralelamente custos elevados com educação e saúde e perigos acentuados na pesca a remos. Nos períodos de defeso, a queda de renda não é compensada por políticas de subsídio, aprofundando vulnerabilidades.

O capital social, elemento-chave para a coesão e a resiliência comunitária, é fragilizado pela inoperância das organizações coletivas. Embora associações de pescadores e “bideiras” tenham sido formalmente estabelecidas com apoio externo, sua capacidade de ação e permanência a médio prazo é baixa, minando a articulação contra práticas abusivas do Estado e de operadores estrangeiros. A confiança mútua prevalece entre atores locais, porém não se estende a instituições públicas e a pescadores estrangeiros, em um contexto de baixa transparência e participação limitada em processos decisórios que afetam diretamente os meios de subsistência.

Por fim, as condições de vida refletem a tensão entre o potencial de geração de renda e a precariedade das infraestruturas sociais. Os ganhos provenientes da pesca e do cultivo de caju impulsionam melhorias em habitação, educação e saúde, mas a ausência de saneamento básico, água potável, eletricidade e serviços adequados expõe as comunidades a riscos sanitários e limita oportunidades de desenvolvimento. Escolas e unidades de saúde operam com recursos escassos, enfrentam greves e elevam custos para as famílias, que dependem de doações e apoio de ONGs. A falta de formação profissional em pesca, mecânica e contabilidade impede que pescadores acessem contratos estáveis em embarcações estrangeiras, gerando ciclos de migração frustrada e retorno sem capital. Esses fatores interconectados exigem uma abordagem integrada, com políticas públicas robustas e participação efetiva dos atores locais, para que a cadeia de valor da pesca se torne verdadeiramente socialmente sustentável.

7.1.4. A cadeia de valor é sustentável do ponto de vista ambiental?

O setor das pescas da Guiné-Bissau apresenta duas características que o distinguem de outros países da região: a dominância da pesca industrial em termos de volume de pescado (66% do total) e; uma frota artesanal baseada em pirogas monóxila (89%). Estes aspetos, aliados a uma baixa taxa de motorização das embarcações artesanais (cerca de 27%) definem a natureza e o nível de impactes ambientais associados à cadeia de valor das pescas na GNB.

O consumo de combustível é o fator determinante dos impactes ambientais da atividade da pesca na GNB, tanto na fileira da pesca industrial como no setor motorizado da fileira da pesca artesanal. Esta é uma característica comum aos ACVs de sistemas pesqueiros. A pesca industrial na GNB não parece beneficiar de uma economia de escala e os seus impactos são muito mais elevados do que os dos desembarques

artesanais por tonelada de pescado devido à menor eficiência do uso de combustível por tonelada de capturas. A Saúde Humana é a AdP mais afetada pela queima de combustível.

Os principais impactes do setor da pesca artesanal estão associados ao uso do solo, uma vez que quase 90% das pirogas usadas são monóxilas, ou seja, escavadas de um tronco de árvore. Os Ecossistemas é a AdP mais afetada pela utilização deste tipo de pirogas. Dada a extensão do parque de pirogas e face à inexistência de planos de gestão das áreas florestais na GNB, considera-se que o provimento de madeira para as pirogas monóxila não é sustentável do ponto de vista ambiental.

A pesca a pé é uma atividade que pela sua natureza, tem normalmente associada impactes ambientais reduzidos, nomeadamente a colheita de ostras se devidamente executada. No entanto, a reconhecida utilização de redes e artes proibidas, por pescadores a pé na GNB, coloca em causa a sua sustentabilidade e afeta potencialmente a pesca comercial.

A transformação de peixe de forma artesanal, por fumagem ou por salga e secagem ao sol, implica uma redução substancial do peso do produto transformado por evaporação da água contida nos tecidos. Esta conversão amplifica os impactes gerados a montante, i.e. na etapa da pesca, pelo que a pesca é o elemento que mais contribui para os impactes ambientais dos processos de transformação de pescado. No entanto, no caso da fumagem, a demanda e a queima de lenha – estimadas em mais de 26.6 mil toneladas por ano – são também fatores importantes já que a eficiência do processo de fumagem é relativamente baixa devido ao tipo de fornos utilizados. A Saúde Humana e os Ecossistemas são as AdP mais afetadas pela transformação de pescado.

Não totalmente captado pelo ACV, o efeito da fumagem na saúde dos trabalhadores ou das famílias residentes na proximidade dos fornos tem sido objeto de preocupação e análise. A adoção de melhores tecnologias de fumagem, superiores em tanto em termos ambientais como de saúde pública, tem encontrado resistência por parte dos transformadores, pelo que seria importante documentar e compreender as razões desta falha de aderência.

O processamento industrial de peixe na GNB restringe-se ao congelamento. A pesca industrial é o elemento que mais contribui para os impactes ambientais associados ao processo de congelação de pescado. Por esta razão, a área da Saúde Humana é a mais prejudicada por este tipo de processamento.

O comércio de produtos de pescado envolve o transporte desde o local de origem desses produtos até primeiro ponto de comercialização, final ou intermédio, e transportes subsequentes relativos a vendas intermédias até ao consumidor final. A importância do transporte no cômputo dos impactes ambientais derivados desta atividade comercial é relativamente baixa, já que os impactes derivados da pesca são preponderantes.

A importação direta de peixe congelado do Senegal, realizada por comerciantes grossista, é ambientalmente ineficiente, acrescentando desnecessariamente os impactes associados à venda de peixe congelado ao consumidor final. A componente da cadeia de valor associada à distribuição de peixe congelado beneficiaria fortemente da remoção dos entraves que estão na origem desta situação.

A quantidade total de CO₂-eq. emitida pela cadeia de valor das pescas é estimada em 847.6 mil toneladas CO₂.eq, ou seja 7.0% das emissões de gases com efeito de estufa da Guiné-Bissau para 2022, cifradas em 12.6 Mt. É muito provável que a pegada de carbono da CV das pescas na GNB seja muito superior ao valor calculado, já que foram identificados vários factos que indicam a existência de pesca INN, nomeadamente ao nível da pesca industrial, bem como outros factos que suportam a importância da venda informal de pescado e produtos de pescado a países terceiros.

O estado geral dos stocks com maior interesse comercial é preocupante, com várias espécies em sobre-exploração. Este facto, aliado à vulnerabilidade e baixa resiliência às alterações climáticas de várias espécies importantes no panorama internacional e/ou alimentar da GNB, sugere uma efetiva aplicação do “princípio da precaução” à gestão destes stocks, tanto em termos da pesca industrial como da pesca artesanal. Isto é tão mais importante, quanto existem fortes indícios de que os valores de capturas são bastante superiores aos que constam dos dados oficiais.

As fragilidades económica e de governança do país, colocam desafios a políticas continuadas de recuperação dos stocks, não só através da redução das frotas industriais que operam na ZEE e das frotas semi-industriais que operam no mar territorial, como através do aumento da eficácia dissuasora das ações de monitorização e controlo. O apoio de instituições supranacionais, como a Comissão Sub-Regional das Pescas (CSRP), permitiria uma gestão eficaz dos stocks partilhados com outros países africanos.

Ponderando os vários aspetos focados, considera-se que cadeia de valor das pescas na GNB é, em geral, ineficiente, pelo que se pode dizer que não é sustentável do ponto de vista ambiental, especialmente se a falta de uma gestão adequada dos stocks, e a ausência de um sistema de monitorização, controlo e vigilância (MCV) eficaz, forem tidos em conta na avaliação.

7.2. Resumo das vantagens e dos impactos negativos

De forma sintética, podem-se destacar os seguintes aspetos:

Vantagens principais

- Quase todos os intervenientes na cadeia de valor (CV) obtêm rendimentos de exploração acima do salário mínimo oficial (19 030 FCFA/mês), incluindo pescadores artesanais de barco, processadores e “bideiras” grossistas. Apenas a pesca a pé (pesca de praia) e alguns pequenos comerciantes informais ficam abaixo desse patamar salarial, mas mesmo nesses casos parte da produção é consumida diretamente em família, reduzindo a vulnerabilidade alimentar.
- A CV gera efeitos positivos indiretos nas finanças públicas através da cobrança de licenças de pesca (industrial e artesanal) e taxas de transporte de pescado entre regiões. Embora o nível de receitas arrecadado pelo Estado seja limitado pelas fragilidades institucionais, essas fontes contribuem para financiar a fiscalização e programas modestos de apoio ao setor.
- A atividade pesqueira constitui a base de subsistência das zonas costeiras, reforçando os laços sociais e o capital social nas comunidades pesqueiras. As associações informais de pescadores e as

redes de “abota” (grupos de poupança rotativa liderados sobretudo por mulheres) são exemplos desse capital social relevante, que facilita a cooperação na partilha de recursos e na gestão de pequenos investimentos coletivos (e.g., compra de gelo ou de motores).

- A CV contribui para a segurança alimentar e nutricional ao garantir o fornecimento regular de peixe fresco e produtos transformados (salga e fumagem) em diversas localidades. Embora o consumo per capita de pescado já tenha diminuído nas últimas décadas, a maioria das famílias costeiras ainda depende do peixe como sua principal fonte de proteína.
- Há uma participação expressiva de jovens e de mulheres em toda a cadeia. Os jovens desenvolvem funções desde estivadores no porto, manutenção de motores, até venda ambulante de pescado, usando esses rendimentos para financiar os estudos.
- As mulheres predominam nas etapas de processamento (fumagem e salga) e venda no mercado local (“bideiras”), acumulando ganhos que lhes permitem investir em habitação, educação dos filhos e pequenos negócios alternativos (e.g., venda de hortícolas). Em muitas aldeias, as “bideiras” lideram associações informais e de crédito, revelando elevado grau de empoderamento e capacidade de organização coletiva.

Impactos negativos

- A dependência de insumos importados (combustíveis, óleo diesel, redes, GPS, peças de motor, gelo) com preços em alta comprime as margens de todos os elos da CV. Os pequenos operadores (pescadores artesanais e “bideiras”) sofrem com o aumento dos custos de produção e transporte, muitas vezes repassados ao consumidor ou absorvidos pelos próprios agentes, reduzindo a lucratividade.
- As organizações coletivas (associações e cooperativas) têm funcionamento precário, fortemente dependentes de apoios pontuais de ONGs ou projetos externos, sem capacidade de negociação efetiva junto de fornecedores de insumos ou de agentes oficiais. Isso agrava a assimetria de poder face a “patrões” estrangeiros que financiam embarcações e determinam preços no momento da compra de pescado.
- As condições de trabalho em alto-mar e em terra são frequentemente perigosas:
 - Na pesca artesanal, a maioria das pequenas embarcações não possui coletes salva-vidas, equipamentos de georreferenciação (GPS) ou meios de comunicação confiáveis. Há relatos de naufrágios sem socorro das capitânicas, sobretudo em épocas de chuva ou mar agitado. Os pescadores enfrentam ainda ataques violentos de pescadores estrangeiros (Senegal e Guiné-Conacri) que disputam espaço e destroem redes locais.
 - Na pesca industrial, marinheiros guineenses denunciam jornadas exaustivas sem pausas para alimentação ou descanso, falta de seguro de trabalho e atraso no pagamento de salários (recebidos apenas ao fim de contrato, após dedução de taxas de inscrição cobradas por agências de recrutamento, por vezes fictícias). Há relato de falta de tratamento médico

para doentes a bordo e de violação de convenções da OIT (trabalho infantil é proibido, mas a busca por rendimentos leva crianças de 16 anos a atuar como estivadores).

- Há incidência de trabalho infantil e ocupação precoce de jovens:
 - Em aldeias costeiras, crianças participam na pesca e na venda de capturas como parte do aprendizado, o que contribui para aquisição de competências, mas expõe menores a riscos no mar e limita o foco na escolarização. Embora entrevistas não tenham identificado contratação formal de menores em empresas de pesca industrial ou de processamento, a pressão econômica leva algumas raparigas e rapazes a ajudarem nas bancas de venda do mercado antes dos 16 anos, sobretudo em famílias monoparentais.
- Existem práticas ilegais que penalizam o pescador artesanal:
 - Cobrança de “portagens” ou taxas alfandegárias ilegais por fiscais regionais, que obrigam “bideiras” – especialmente grossistas – a pagar importâncias elevadas no transporte de peixe entre regiões, provocando perdas de mercadoria quando não há caixa para quitar as taxas.
 - Pescadores artesanais reclamam do elevado número de licenças concedidas a embarcações estrangeiras e da falta de fiscalização eficaz contra a pesca INN (ilegal, não declarada e não regulamentada), que reduz estoques e compromete o direito ao trabalho.
- A sustentabilidade social é limitada pela fragilidade dos direitos trabalhistas e do acesso à justiça:
 - A maior parte das relações de trabalho na CV é informal e baseada em acordos de partilha de captura ou contratos verbais, sem garantias de remuneração mínima, férias, proteção social ou aposentadoria. Pescadores e “bideiras” não têm cotização regular em seguridade social e, quando adoecem, dependem de empréstimos ou apoio familiar.
 - A ausência de acesso efetivo à justiça formal e a dificuldade em impor sanções a agentes que aplicam multas abusivas ou confiscam equipamentos sem base legal alimenta um sentimento de injustiça. Conflitos em áreas limítrofes a Áreas Marinhas Protegidas (AMP) – onde comunidades residentes não são ouvidas e ficam proibidas de pescar, enquanto habitantes das AMP podem penetrar seus territórios – reforçam a percepção de discriminação.
- A sobreposição entre as convenções internacionais ratificadas e a realidade cotidiana provoca lacunas de proteção:
 - Embora a Guiné-Bissau tenha ratificado convenções da OIT (direitos da criança, compensação por acidentes de trabalho, eliminação de discriminação), na prática o cumprimento desses instrumentos é irregular.
 - Observadores da pesca industrial (pago pelos acordos de contrapartida) não pertencem ao quadro do Ministério das Pescas e relatam-se frequentes conflitos de interesses, baixa formação técnica e realizações de atividades de processamento em detrimento da fiscalização, reduzindo a eficácia do controlo.
- A atratividade da CV tende a diminuir devido à pressão sobre os recursos e às restrições de acesso aos insumos:

- Jovens e mulheres “bideiras” que antes financiavam estudos e investiam em bens (casa, motorizada) encontram hoje rendimentos mais incertos em função da menor captura de “peixe de primeira”, do aumento do custo do gelo (quando não se produz localmente) e das taxas de “despacho” inter-regional.
- A pesca industrial, apesar de remunerar melhor a curto prazo, está associada a riscos elevados de exploração laboral e deslocamento por longos períodos, o que desincentiva sua procura pelos jovens mais cautelosos.
- Existe um declínio do volume e da qualidade do pescado, que afeta toda a CV:
 - A elevada e constante pressão sobre os recursos haliêuticos tem resultado no agravamento da condição dos stocks de vários peixes comercialmente relevantes, em especial os de espécies vulneráveis e/ou menos resilientes às alterações climáticas, muitas delas importantes no contexto alimentar guineense.
 - A relevância da pesca INN no esgotamento dos recursos marinhos e costeiros é conhecida e documentada, afetando tanto a pesca industrial como a semi-industrial e mesmo a artesanal,
 - São anualmente reportadas situações de escalada dos preços de venda de produtos de pescado nos mercados guineenses, e consequente dificuldade de acesso a esses produtos por parte da população.
- Apenas uma pequena parte dos produtos do pescado nas águas guineenses chega aos mercados locais
 - A pesca industrial domina a CV em termos de volumes capturados anualmente, sendo que praticamente a totalidade das capturas associadas a este setor se destinam ao mercado internacional.
 - Os produtos resultantes da pesca artesanal abastecem os mercados guineenses, mas uma parte importante das capturas e dos produtos processados são transacionados de forma informal com os países vizinhos.
- A CV das pescas contribui para a degradação dos recursos florestais
 - A predominância de pirogas monóxila coloca uma pressão insustentável sobre as áreas de floresta natural guineenses, incluindo as áreas de mangal.
 - A utilização de fornos de baixa eficiência implica um consumo elevado de lenha para o processo de fumação, a maior parte dela proveniente de mangal.

Em suma, a CV das pescas na Guiné-Bissau apresenta vantagens significativas em termos de geração de renda acima do salário mínimo, empoderamento feminino, criação de capital social e mitigação de insegurança alimentar nas zonas costeiras. Contudo, enfrenta impactos negativos relevantes, como precariedade laboral, práticas ilícitas (taxas alfandegárias ilegais, pesca INN), vulnerabilidade de menores, baixa proteção social e débil governança – fatores que comprometem a inclusão plena e a sustentabilidade social do setor.

7.3. RECOMENDAÇÕES

Cada recomendação a seguir inclui uma breve justificativa e ações concretas para implementação, organizadas em curto (até 3 anos) e longo prazo (3–6 anos). O objetivo é fortalecer a governança, infraestrutura, sistemas de informação e inclusão socioeconômica no setor pesqueiro e aquícola da Guiné-Bissau.

7.3.1 Fortalecer a Direção-Geral de Formação e Apoio ao Desenvolvimento das Pescas (DGFAD) em Recursos Humanos e Financeiros

Justificação:

A DGFAD é responsável pelo ensino profissional em todas as carreiras da pesca e pela promoção de polos de desenvolvimento e infraestruturas portuárias. Embora o setor pesqueiro represente cerca de 7,35 % do PIB (2022), a DGFAD dispõe de recursos humanos e orçamentais insuficientes para executar plenamente a sua missão: capacitação técnica, certificação de profissionais e criação de polos aquícolas e portuários. Esta fragilidade compromete a qualidade do ensino, a atualização de infraestruturas e, conseqüentemente, a competitividade do setor.

Ações concretas:

1. Diagnóstico de Recursos Humanos e Financeiros

- Levantar o quadro atual de formadores, técnicos e gestores, identificando competências faltantes para áreas-chave (pesca marinha, piscicultura interior, infraestrutura portuária).
- Propor realocação ou reforço orçamental que permita à DGFAD contratar formadores técnicos, extensionistas aquícolas e engenheiros de infraestruturas, de acordo com as carências identificadas.
- Rever o orçamento da DGFAD, sugerindo o aumento proporcional em rubricas que assegurem o funcionamento regular de cursos e a manutenção dos polos.

2. Atualização de Currículos e Materiais Didáticos

- Reformular os currículos de todos os níveis de formação (Cursos Técnicos de Pesca, Aquacultura e Operador de Embarcações), incluindo módulos transversais em:
 - Segurança no mar (utilização de equipamentos de protecção individual, comunicação).
 - Técnicas básicas de aquacultura de viveiro e gestão de qualidade de água.
 - Gestão cooperativa e marketing digital aplicado ao mercado de pescado.
- Produzir manuais operacionais bilíngues (português/crioulo) para formadores, contemplando: gestão de redes e navegação, construção e manutenção de viveiros de água doce, boas práticas de higiene e qualidade no processamento de pescado.

3. Criação e Fortalecimento de Polos de Desenvolvimento e Viveiros-Piloto

- Identificar áreas prioritárias para implantação de polos aquícolas (zonas do interior com potencial de aquacultura) e de centros de apoio costeiros (equipados para processamento e formação).

- Em cada polo, estabelecer infraestruturas básicas para cursos práticos: viveiros de água doce experimentais, centro logístico simplificado (armazém modular, laboratório de campo, sala de aula multiuso), garantindo também computação básica e acesso à internet.
- Definir, com as comunidades locais, conselho gestor participativo para cada polo (DGFAD + cooperativas + associações de mulheres), formalizando responsabilidades e espaços de decisão até o final do período de curto prazo.

4. Consolidação de Parcerias e Mecanismos de Financiamento

- Firmar protocolos com agências de cooperação técnica e financeira (FAO, AFD, UE) para apoio à aquisição de equipamentos básicos de laboratório móvel e recursos para capacitação contínua.
- Instaurar linha de apoio interno para pequenos projetos de pesquisa-aplicada em pesca e piscicultura, permitindo financiamento de iniciativas de extensão e produção de conteúdos digitais de capacitação.
- Incentivar a participação de ONGs e universidades nacionais (UAC, INRAPE) em chamadas de propostas para desenvolvimento de materiais didáticos, pesquisas de campo e projetos de cooperação técnica.

7.3.2 Aperfeiçoar o Licenciamento e a Regulação da Pesca Artesanal (DGPA)

Justificação

A DGPA gere o licenciamento de embarcações artesanais com base em regulamentos que não têm sido plenamente aproveitados: há distinção de licenças por potência de motor e espécie-alvo, mas somente a licença “peixes” é efetivamente demandada. Isso compromete a arrecadação e impede a DGPA de conhecer adequadamente a diversidade de artes e segmentos de pesca utilizados.

Ações concretas

1. Revisão das Categorias de Licença

- Avaliar o impacto das faixas de potência de motor e simplificar as categorias para reduzir burocracia.
- Unificar licenças de crustáceos e cefalópodes numa categoria única de pescado demersal, incentivando a declaração formal de capturas variadas.
- Publicar o novo regulamento até o fim do curto prazo, com tabelas tarifárias claras e explicações em português e crioulo, destacando benefícios de licenciamento (acesso a serviços extensionistas, linhas de crédito e seguros).

2. Digitalização e Campanha de Sensibilização

- Desenvolver módulo de licenciamento online no portal da DGPA, permitindo registo de embarcações, envio da documentação e pagamento de taxas via meios electrónicos.
- Realizar campanha nacional de divulgação (rádio comunitárias, folhetos, postagens em mercados) que ensine os pescadores a utilizar a plataforma digital e informe sobre os benefícios do licenciamento.

- Formar técnicos locais para apoiar pescadores nessas rotinas digitais, criando postos móveis de licenciamento em eventos de pesca e feiras semanais.

3. Integração com Dados de Mercado e Estatísticas

- Desenvolver um sistema estatístico na DGPA/INIPO para cruzar informações de licenciamento com volumes de desembarque declarados, identificando discrepâncias e estimando quantos pescadores estão ativos em cada zona costeira.
- Introduzir indicadores de licenciamento no **Boletim Estatístico de Pesca (BEP)**, publicando periodicamente a evolução de embarcações registradas por núcleo de pesca e tipo de licença.

4. Fortalecer a Fiscalização de Licenças (médio prazo)

- Em conjunto com o INFISCAP, planejar patrulhas móveis em áreas costeiras mais vulneráveis (litoral sul e regiões menos acessíveis), verificando documentação de embarcações e validade das licenças artesanais.
- Implementar selo ou carimbo digital de licenciamento (por exemplo, QR Code), de forma a que cada embarcação exiba documentação actualizada, facilitando inspeções rápidas em campo.
- Programar operações de fiscalização coordenadas semestralmente (INFISCAP + Marinha), confrontando dados de licenças, registos de motor e relatórios de captura (caderno ou aplicativo) nas embarcações vistoriadas.

7.3.3 Fortalecer o Licenciamento e Controlo da Pesca Industrial (DGPI)

Justificação

A DGPI é responsável por licenciar embarcações industriais e assegurar que estejam registadas no Ministério e no IMP. No entanto, subsistem lacunas na coordenação de processos, permitindo operações sem registo ou com documentação incompleta.

Ações concretas

1. Revisão e Integração dos Procedimentos de Licenciamento

- Rever o fluxo de emissão de licenças para embarcações industriais, integrando as fases de registo no departamento e no IMP numa única plataforma, de modo a agilizar prazos e reduzir duplicação de documentos.
- Simplificar exigências para os pescadores nacionais de pequena escala, distinguindo requisitos conforme o tipo de embarcação e permitindo um acesso mais célere ao licenciamento.

2. Estabelecer Contrapartidas Industriais

- Definir normativas que obriguem as empresas industriais a alocar parte das receitas anuais de licenciamento a projectos comunitários de aquacultura no interior e à requalificação de infraestruturas artesanais de desembarque.
- Estipular prazos e formatos de prestação de contas, com publicação periódica de relatórios de aplicação desses recursos no portal do Ministério das Pescas.

3. Monitorização Electrónica de Embarcações (médio prazo)

- Implementar sistema de VMS para monitorizar embarcações industriais acima de um determinado porte, permitindo rastreamento em tempo real e detecção de infracções (operações fora de área ou em períodos de defeso).
- Capacitar a equipa da DGPI para interpretar dados de rastreamento (VMS) e cruzá-los com informações de licenciamento, identificando desvios de rota ou pesca irregular, desencadeando acções de fiscalização mais céleres.

4. Integração de Dados para Avaliação de Impactos

- Colaborar com o INIPO para cruzar dados de licenças industriais com estatísticas de captura, permitindo avaliar o esforço de pesca por licença e monitorizar as condições dos estoques demersais.
- Publicar, de forma bienal, o relatório “Estado da Pesca Industrial e Sustentabilidade de Estoques” para fundamentar decisões políticas quanto ao ajustamento de quotas e à renovação de licenças.

7.3.4 Incrementar a Investigação e Produção de Dados Estatísticos (INIPO)

Justificação

O INIPO coordena estudos sobre recursos pesqueiros, produz estatísticas e assegura o controlo de qualidade do pescado, mas carece de equipas e infraestruturas para a recolha contínua de dados sobre estoques demersais, bentónicos e de água doce.

Ações concretas

1. Fortalecimento da Capacidade de Investigação

- Reforçar as equipas de investigação com profissionais especializados em avaliação de estoques marinhos e pesca interior, bem como estatísticos para análise de séries temporais de desembarques.
- Equipar as unidades de campo com embarcações adequadas para levantamentos demersais costeiros e embarcações ligeiras para amostragem em rios, além de kits portáteis para análises básicas de qualidade da água.

2. Produção e Divulgação de Relatórios Estatísticos Semestrais

- A partir do médio prazo, publicar boletins semestrais contendo: série histórica de desembarques por espécie/região, avaliação de estoques demersais e cefalópodes, indicadores socioeconómicos (rendimento dos pescadores, emprego criado) e dados de qualidade do pescado para consumo interno e exportação.
- Disponibilizar versões resumidas em rádios comunitárias e murais regionais, garantindo o acesso à informação essencial às comunidades costeiras e do interior.

3. Desenvolvimento e Empoderamento de Modelo Económico Baseado na Metodologia VCA4D

- Organizar um workshop inicial de 5 dias para capacitar técnicos do INIPO nos principais conceitos de análise de cadeia de valor (VCA4D), enfatizando a identificação de atores, fluxos de valor e principais indicadores económicos.

- Fornecer manuais e exercícios práticos de VCA4D, adaptados ao contexto local—incluindo práticas de coleta de dados, mapeamento de custos e receitas ao longo da cadeia, e avaliação de margens de valor agregado. Realizar sessões de treinamento em softwares de análise econômica (por exemplo, Excel avançado com planilhas pré-configuradas de VCA) para consolidação dos dados estatísticos nas planilhas do modelo. Construção do Protótipo de Modelo Econômico.

7.3.5 Reforçar a Fiscalização e Controlo das Atividades de Pesca (INFISCAP)

Justificação

O INFISCAP é encarregado de monitorizar, controlar e fiscalizar a pesca em águas sob jurisdição nacional, mas enfrenta limitações de recursos (veículos, embarcações, pessoal), o que fragiliza a capacidade de combate à pesca ilegal, Não Declarada e Não Regulamentada (INN).

Ações concretas

1. Atualização de Equipamentos e Infraestrutura de Fiscalização

- Renovar a frota de veículos costeiros e adquirir embarcações ligeiras de patrulha, alargando a cobertura em zonas críticas (litoral sul e região dos Bijagós).
- Equipar as equipas de fiscalização com dispositivos móveis (tablets, rádios VHF) para leitura rápida de documentos digitais, registo de ocorrências e comunicação em tempo real.

2. Capacitação de Inspetores e Parcerias de Supervisão

- Promover cursos de formação para inspetores em legislação pesqueira, procedimentos de fiscalização, abordagens seguras a embarcações e apreensão de artes proibidas.
- Estabelecer protocolos de patrulhas conjuntas com a Marinha Nacional em zonas sensíveis, garantindo presença naval em alto mar e apoio logístico.

3. Sistema Electrónico de Registo de Ocorrências

- Implementar uma plataforma electrónica para o registo de infrações (data, local, tipo de violação, documentos apreendidos), integrando-a com dashboards de monitorização para identificar pontos críticos de pesca INN e elaborar relatórios semestrais.

4. Monitorização Integrada

- Em cooperação com os Centros Regionais de Monitorização, configurar alertas automáticos por satélite (AIS/SIPS) para informar de imediato o INFISCAP e a Marinha sobre embarcações não registadas ou em situação irregular, possibilitando respostas rápidas em campo.
- Implementar programas de vigilância costeira comunitária, capacitando líderes locais a reportar actividades suspeitas através de rádios comunitárias e aplicações móveis, alargando a cobertura em zonas remotas.

7.3.6 Melhorar a Infraestrutura de Pós-Captura e Beneficiamento (DGFAD, DGPA, INFISCAP)

Justificação

As perdas pós-captura, estimadas em 20 %–30 %, resultam da falta de cadeias de frio adequadas e de centros de beneficiamento cooperativos. Apesar da transformação gerar emprego, a escassez de instalações próprias limita a agregação de valor e os rendimentos dos intervenientes.

Ações concretas

1. Rede de Câmaras Frias Modulares e Móveis

- Instalar câmaras frias modulares em pontos estratégicos (Bissau, Cacheu, Cacine, Bubaque e no interior de Gabú), geridas em regime cooperativo ou através de parcerias público-privadas, com fontes de energia híbridas (solar + diesel) para garantir funcionamento contínuo.
- Disponibilizar veículos refrigerados (camiões ou carrinhas frigoríficas) para recolha rápida do pescado em áreas insulares e transporte para centros de processamento, diminuindo as perdas por deterioração.

2. Unidades-Piloto de Beneficiamento de Pescado

- Implementar centros cooperativos de beneficiamento em regiões costeiras (Bijagós, Bissau, Cacheu) com infraestruturas mínimas para:
 - Triagem e recepção: área coberta para desembarque e pesagem.
 - Sala de formação contínua em Boas Práticas de Higiene e Qualidade.
 - Laboratório básico para testes de qualidade (histamina, coliformes).
 - Equipamento de embalagem (mesa de inox, seladora a vácuo), além de câmaras frias comunitárias consolidadas.
- Propor um modelo de gestão cooperativa que envolva pescadores, comerciantes e associações de mulheres, assegurando manutenção participativa e utilização colectiva.

3. Reabilitação de Infraestruturas Subutilizadas

- Avaliar tecnicamente instalações subutilizadas (Centro de Pesca em Cacine, unidades de fumação em Bolama) e promover intervenções básicas: reparação de coberturas, manutenção de fornos, adequação de áreas de drenagem e saneamento.
- Constituir comités locais (cooperativas e grupos comunitários) para gerir essas infraestruturas, definindo planos de manutenção periódica e horários de funcionamento, incentivando a participação feminina e juvenil nos conselhos gestores.

4. Linhas de Microcrédito e Inclusão Produtiva

- Estruturar um fundo rotativo para pequenos investimentos: aquisição de equipamentos básicos (caixas isotérmicas, sistemas de refrigeração solar) e obras de sanitação em pontos de venda.
- Oferecer condições facilitadas de crédito (juros reduzidos, prazos adequados) a pescadores, processadores e aquicultores, fomentando a melhoria das suas actividades produtivas.

- Desenvolver uma plataforma de formação à distância (português/crioulo) em gestão cooperativa, marketing digital, finanças básicas, com ênfase na inclusão de mulheres e jovens na cadeia produtiva.

7.3.7 Reforçar a Aquacultura Comunitária na Zona Leste (DGFAD, INIPO)

Justificação

As áreas ribeirinhas de Gabú e Bafatá dispõem de recursos naturais favoráveis (águas doces abundantes, solos argilosos), mas a aquacultura ainda se encontra incipiente. Incentivar a criação de viveiros comunitários diversifica as fontes de rendimento, reforça a segurança alimentar no interior e alivia a pressão sobre os estoques costeiros.

Ações concretas

1. Mapeamento de Áreas Potenciais e Modelos de Viveiros

- Em colaboração entre DGFAD, INIPO e autoridades locais, mapear terrenos adequados (solo, declive, acesso à água) e classificar áreas como “Zonas Aquícolas Prioritárias”.
- Definir modelos de viveiro adaptados às condições locais: escavados com revestimento impermeável, elevados em solo compactado ou sistemas de policultura arroz-peixe em campos irrigados.

2. Programa Piloto de Aquacultura Comunitária

- Selecionar comunidades-piloto nas regiões identificadas e apoiar a implantação de viveiros: fornecer orientação técnica para construção, manejo e alimentação de peixes.
- Assegurar assistência técnica permanente (monitorização de parâmetros da água, sanidade) e orientação sobre diversificação de espécies (tilápia do Nilo, bagre guineense).
- Facilitar o acesso a linhas de crédito ou mecanismos de autofinanciamento comunitário para aquisição de materiais de construção, rações e equipamentos de monitorização básica (termómetros, oxímetros).

3. Integração com Programas Locais de Alimentação e Mercados Regionais

- Estabelecer protocolos de fornecimento regular de pescado de viveiro ao programa de merenda escolar em municípios do interior, contribuindo para a segurança nutricional nas escolas.
- Identificar e envolver compradores locais (restaurantes, hotéis e mercados regionais) em contratos-piloto de fornecimento, fortalecendo a cadeia de comercialização de pescado de viveiro.
- Promover feiras periódicas de pescado de viveiro nas sedes municipais, com apoio de laboratórios móveis para garantir a qualidade e a certificação mínima do produto.

4. Testes Tecnológicos e Fontes Alternativas de Energia

- Avaliar, em viveiros-piloto, o desempenho de bombas solares para recirculação de água, sistemas de biomonitorização (sensores de pH e oxigénio, ligados por redes sem fios) e biodigestores de biomassa que produzem biogás para aquecimento.

- Monitorizar indicadores-chave (consumo energético, qualidade da água, taxa de sobrevivência dos peixes) para orientar a selecção de tecnologia mais adequada a cada contexto local.

5. Investigação sobre Espécies Nativas para Aquacultura Sustentável

- Realizar estudos comparativos de desempenho entre tilápia do Nilo e bagre guineense em viveiros experimentais, avaliando crescimento, eficiência alimentar e resistência a doenças.
- Avaliar riscos ambientais decorrentes de fugas de espécies exóticas, propondo estratégias de gestão genética para preservar as populações nativas.
- Desenvolver propostas de melhoramento genético local para espécies nativas, visando aumentar a produtividade sem comprometer a biodiversidade.

7.3.8 Reabilitar e Modernizar o Centro de Formação Profissional de Pesca – Bolama (DGFAD)

Justificação

O Centro de Formação Profissional de Pesca em Bolama encontra-se subutilizado e carece de equipamentos modernos. A sua revitalização permitirá alargar a oferta de cursos técnicos em pesca, aquacultura e ecoturismo, satisfazendo as necessidades regionais de capacitação.

Ações concretas

1. Reabilitação Física e Equipamentos

- Promover as intervenções estruturais necessárias (reparação de coberturas, sistemas eléctricos e hidráulicos) e reactivar o laboratório com equipamentos básicos (microscópio, refratómetro, kits de análises).
- Recuperar hangares navais junto ao cais de Bolama para aulas práticas de manutenção de motores e de navegação costeira.
- Assegurar o fornecimento de água tratada e ligação à Internet de banda larga, dotando as salas de aula com computadores e projetores multimédia.

2. Actualização do Currículo de Formação

- Rever os programas para incorporar:
 - Tecnologias de informação aplicadas à recolha de dados e sistemas de informação pesqueira;
 - Empreendedorismo social e gestão cooperativa, incentivando a criação de microempresas de pesca e indústria naval;
 - Segurança no mar e primeiros socorros, com certificação reconhecida pelo Ministério da Saúde;
 - Noções introdutórias de aquacultura para técnicos do interior.
- Firmar protocolos com instituições académicas nacionais (UAC) e com institutos técnicos de países vizinhos (Senegal, Cabo Verde) para intercâmbio de docentes, materiais didáticos e oportunidades de estágio para os formandos.

7.3.9 Instituir e Fortalecer Conselhos Locais de Cogestão Pesqueira e de Recursos Halieuticos (DGFAD, DGPA, INIPO)

Justificação

O envolvimento direto das comunidades na gestão dos recursos halieuticos ainda é limitado, comprometendo a transparência e a sustentabilidade. Estruturar Conselhos Locais em todas as regiões costeiras e zonas interiores com atividade extractiva promoverá governação participativa e coesão social.

Ações concretas

1. Criação dos Conselhos Locais de Cogestão (CLCP)

- Instituir nos principais núcleos costeiros e em áreas interiores relevantes (onde exista pesca fluvial ou artesanal), um CLCP composto por um representante da DGFAD (ou DGPA), delegados de cooperativas de pescadores, um elemento de associações de mulheres processadoras, um representante do INIPO/INRAPE e um delegado local (capitania dos portos ou governo regional).
- Cada CLCP definirá um regimento interno que determine a periodicidade mínima das reuniões (bimestrais), o processo de decisão por consenso e a atribuição de 5 % das receitas locais de licenciamento a projetos comunitários de infraestruturas básicas (ex.: cais de desembarque, coletes de salvação).

2. Capacitação e Apoio Técnico

- Organizar, em parceria com INIPO e INRAPE, ações de formação para os membros dos CLCP em matérias de cogestão de recursos, domanialidade, subsidiariedade e técnicas de mediação de conflitos.
- Disponibilizar, através da DGFAD, sessões de orientação sobre elaboração de relatórios e prestação de contas públicas, de modo a assegurar a transparência e a participação contínua das comunidades nas decisões.

3. Monitorização Participativa e Prestação de Contas

- Implementar um sistema simplificado de registo local (folhas de campo ou aplicação móvel) para recolher dados de desembarques, dimensões de capturas e eventuais infrações, com informação partilhada com INIPO e DGPA para análise conjunta dos dados.
- Publicar trimestralmente um boletim de informação (impresso e digital) com as decisões dos CLCP, a execução do orçamento participativo e indicadores básicos de sustentabilidade dos recursos, garantindo acesso à população local.

7.3.10 Construir Entreposto Logístico Nacional de Exportação Refrigerado (DGFAD, em colaboração com DGPI e DGPA)

Justificação

Para valorizar a produção pesqueira e aceder a mercados externos, é imprescindível dispor de um entreposto central em Bissau com capacidade adequada de armazenagem refrigerada, certificação sanitária e logística integrada de transporte.

Ações concretas

1. Planeamento e Construção

- Identificar e reservar um terreno próximo do Porto de Bissau para implantação do entreposto.
- Projectar instalações que incluam:
 - Armazém refrigerado com câmaras modulares para diferentes volumes;
 - Câmaras IQF (congelamento rápido) para pescado de maior valor;
 - Laboratório fixo e laboratórios móveis para análises microbiológicas e químicas;
 - Sala de triagem e pesagem com equipamentos adequados para controlo de qualidade;
 - Centro administrativo dotado de infraestruturas informáticas e salas de conferência;
 - Fonte de energia híbrida (solar + diesel) para assegurar funcionamento contínuo.
- Procurar financiamento junto de agências multilaterais e mediante parcerias público-privadas, com execução prevista até ao final do médio prazo.

2. Operação, Gestão e Política Tarifária

- Conceder a gestão a um operador privado, sob supervisão de um conselho consultivo envolvendo DGFAD, DGPA, cooperativas e associações de mulheres.
- Definir uma política tarifária que inclua:
 - Condições especiais (descontos) para pequenos produtores, incentivando a formalização;
 - Destinação de parte das receitas para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Pesqueiro e Aquícola (FNDPA), reforçando investigação, capacitação e manutenção de infraestruturas.
- Capacitar a equipa do entreposto em gestão de câmaras frias, operação de IQF, procedimentos laboratoriais de análise do pescado e logística de transporte refrigerado.

3. Integração com Modos de Transporte

- Construir ou melhorar uma via pavimentada até ao Aeroporto de Bissau para facilitar o envio urgente de cargas por via aérea.
- Garantir uma ligação pavimentada até à via principal (EN1), optimizando o escoamento de contentores refrigerados por via terrestre.

7.3.11 Desenvolver Fundo Nacional de Desenvolvimento Pesqueiro e Aquícola (FNDPA)

Justificação

Para garantir a implementação das recomendações, é necessário criar um mecanismo de financiamento autónomo e transparente. O FNDPA reunirá receitas de licenciamento, multas e fontes externas para financiar investigação, capacitação, infraestruturas e projectos locais.

Ações concretas

1. Estruturação e Gestão do FNDPA

- Elaborar regulamento interno definindo fontes de receita (percentagem das receitas de licenciamento e multas, doações internacionais, parcerias público-privadas) e critérios de atribuição de fundos.
- Constituir um conselho gestor tripartido (representantes do Governo, do sector privado e da sociedade civil) para deliberar sobre a utilização dos recursos, assegurando transparência e submetendo relatórios financeiros regulares a auditorias independentes.

2. Mecanismos de Receita Autónomos

- Instituir uma taxa sobre o valor bruto das exportações de pescado (oficial e informal) para alimentar o fundo, destinado exclusivamente a investigação, capacitação e manutenção de infraestruturas.
- Definir tarifas de armazenagem e de serviços no entreposto e nas unidades de beneficiamento, canalizando uma parte para o FNDPA, com condições especiais para pequenos produtores.
- Destinar uma percentagem dos recursos do FNDPA ao financiamento de bolsas de estudo para pós-graduação (mestrado e doutoramento) em universidades nacionais e regionais, incentivando a produção de conhecimento técnico-científico local.

7.4 TEMAS/ASSUNTOS QUE MERECEM APROFUNDAMENTO

Os tópicos abaixo representam lacunas críticas de conhecimento que devem ser objecto de estudos aprofundados para fundamentar políticas, investimentos e intervenções sustentáveis. Cada tema especifica o objectivo de investigação e os principais indicadores a avaliar.

1. Consumo de Pescado e Segurança Alimentar

Objectivo: Identificar padrões de consumo per capita em núcleos costeiros e regiões do interior, distinguindo por tipo de origem (pesca artesanal, industrial, viveiro) e estrato socioeconómico.

2. Sistema de Dados Pesqueiros e Aquícolas (Dashboard Modelo Económico)

Objectivo: Avaliar a viabilidade e os impactos de um projecto-piloto de recolha digital de dados (tablets/formulários) em núcleos estratégicos para registo de desembarques, preços, rastreabilidade e exportações.

3. Entreposto Logístico de Exportação Refrigerado

Objectivo: Analisar a viabilidade técnico-financeira do entreposto em Bissau, considerando capacidade de armazenagem, certificação sanitária e integração logística.

4. Transparência Fiscal e Governação de Receitas

Objectivo: Conceber, implementar e avaliar uma plataforma digital open-source de arrecadação, auditoria e dashboards públicos, promovendo o controlo social sobre licenças e receitas do setor.

5. Infraestrutura Prioritária e Logística Terrestre

Objectivo: Analisar o impacto da requalificação de pontos de desembarque (dragagem, câmaras frias, espaço de triagem e leilão) e da recuperação de vias vicinais na redução das perdas pós-captura.

6. Centros de Processamento e Cadeia de Frio

Objectivo: Estudar a viabilidade económica e social das unidades-piloto de beneficiamento (com sala de capacitação e laboratório) instituídas em diversas regiões.

7. Reabilitação de Infraestruturas Subutilizadas

Objectivo: Quantificar os ganhos em termos de volume de produção, governança local e sustentabilidade financeira após a requalificação de centros de pesca e unidades de fumaça pouco utilizadas.

8. Linhas de Microcrédito e Inclusão Produtiva

Objectivo: Avaliar os efeitos do fundo rotativo de apoio a pescadores, processadores e aquacultores na melhoria de rendimento e na aquisição de bens de capital.

9. Aquacultura Comunitária na Zona Leste

Objectivo: Avaliar a viabilidade técnico-económica dos modelos de viveiro propostos (escavados, elevados, sistemas arroz-peixe) em áreas previamente identificadas como prioritárias.

10. Turismo de Base Comunitária Associado à Pesca e Aquacultura

Objectivo: Identificar atracções culturais (festas tradicionais, práticas de lançamento de redes) e ambientais (percursos costeiros, viveiros) para desenvolver roteiros turísticos sustentáveis.

11. Formação Técnica Profissional Regional

Objectivo: Avaliar a procura e os resultados dos polos técnicos em pesca, aquacultura, ecoturismo e manutenção naval, mensurando a integração no mercado de trabalho dos formandos.

12. Suporte a um Plano Nacional de Gestão Florestal

Objectivo: Quantificar e avaliar a demanda de biomassa usada como combustível pelos agregados familiares e atividades artesanais e industriais, por forma a gerar informação que suporte a elaboração e implementação eficaz e eficiente de um Plano Nacional de Gestão Florestal e Planos Regionais associados.

Nota Final:

Todos os temas acima demandam estudos de campo, levantamentos estatísticos, parcerias académicas (INIPO, UAC) e apoio técnico-financeiro de agências de cooperação (FAO, UE, AFD, Banco Mundial). Estes aprofundamentos fornecerão subsídios fundamentais para políticas eficazes, investimentos adequados e acções sustentáveis, promovendo o desenvolvimento económico, a inclusão social e a conservação ambiental em todo o território nacional.

7.5 CONCLUSÃO

O estudo desenvolvido no âmbito do programa VCA4D evidencia o papel central da cadeia de valor das pescas (CVP) na Guiné-Bissau, não só como motor económico, mas também como pilar fundamental da segurança alimentar, da coesão social e da conservação dos ecossistemas marinhos. Em 2022, a cadeia gerou um valor acrescentado estimado em 92 mil milhões de FCFA, representando 7,35 % do PIB nacional e quase 20 % do PIB do sector primário. A pesca artesanal é responsável por mais de 50 % desta riqueza, sustentando milhares de famílias, sobretudo mulheres e jovens.

Contudo, esta importância contrasta com vulnerabilidades estruturais persistentes: informalidade generalizada, sobre-exploração de recursos, infraestruturas deficitárias, fraca integração da pesca industrial na economia nacional, ausência de infraestruturas básicas (gelo, frio, transporte), e exclusão social de grande parte dos seus protagonistas. Acrescem ainda riscos ambientais significativos, com destaque para o elevado consumo de combustível, uso intensivo de madeira no fumeiro artesanal, e degradação dos mangais e zonas costeiras.

Para transformar este sector num verdadeiro motor de desenvolvimento económico sustentável, resiliente e inclusivo, propõem-se dois cenários estratégicos complementares, ambos baseados em evidência técnica e alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Estes cenários não são exclusivos, mas devem ser combinados e adaptados territorialmente para garantir impactos positivos a nível económico, social e ambiental.

Cenário 1 – Expansão Sustentável da Capacidade de Captura e Abastecimento Nacional

Objetivo: Aumentar o volume de pescado disponível no mercado nacional e regional, promovendo a modernização técnica da pesca artesanal, com base na eficiência energética, cogestão dos recursos e melhor articulação logística.

Linhas de Intervenção Prioritária:

- Melhoria da frota artesanal (pirogas motorizadas e técnicas mistas);
- Disponibilização de infraestruturas de apoio (gelo, combustíveis, cais e armazenagem);
- Reforço dos sistemas de cogestão e vigilância participativa;
- Integração de parte das capturas industriais na cadeia nacional (acordos com contrapartidas reais).
- Apoio à certificação básica e integração em programas públicos de compras alimentares;

Impactos esperados:

- Maior oferta de pescado nos centros urbanos e mercados regionais;
- Melhoria do rendimento dos pescadores e estabilização do preço local;
- Redução da dependência de importações alimentares.
- Redução da pressão sobre os recursos importados;
- Criação de emprego directo no segmento produtivo e logístico.

Condições Necessárias:

- Investimento em infraestruturas portuárias e redes de frio;
- Mecanismos de crédito acessível e microfinança para armadores;
- Planeamento participativo com comunidades pesqueiras.

Riscos a Monitorizar:

- Sobrepesca de espécies costeiras demersais e pelágicas;
- Foco excessivo na exportação em detrimento da segurança alimentar nacional;
- Exclusão de comunidades remotas face à centralização dos investimentos;
- Desvalorização da pesca artesanal se não houver mecanismos de apoio e proteção.

Cenário 2 – Valorização Qualitativa da Transformação e Comercialização

Objetivo: Maximizar o valor acrescentado nacional por via da transformação local, conservação e melhoria das condições de venda do pescado, com especial enfoque na inclusão das mulheres e jovens nos elos pós-captura.

Linhas de Intervenção Prioritária:

- Criação de micro-unidades de processamento com condições sanitárias adequadas;
- Promoção de tecnologias de conservação mais limpas (fogões melhorados, secagem solar, câmaras de frio);
- Apoio à certificação básica e integração em programas públicos de compras alimentares;
- Formação técnico-financeira e acesso ao microcrédito para badeiras e processadoras.

Impactos esperados:

- Redução significativa das perdas pós-captura (que chegam a 30 %);
- Maior estabilidade de preços e rendimentos para as mulheres;
- Disponibilização de pescado transformado acessível e nutritivo.

Condições Necessárias:

- Reabilitação de infraestruturas nos principais centros de comercialização (ex: Alto Bandim, Bolama);
- Parcerias com o setor privado e organizações femininas locais;
- Incentivos à criação de redes de distribuição locais e regionais.

Riscos a Monitorizar:

- Aumento do preço final do pescado transformado para consumidores vulneráveis;
- Barreiras de acesso ao crédito e formação técnica para mulheres nas zonas rurais;
- Capacidade limitada de escoamento em mercados saturados.

Pilares Transversais para a Sustentabilidade da Cadeia**1. Reforço da Governança e da Capacidade Institucional:**

- Fortalecer a Direção-Geral das Pescas, INFISCAP e INIPO para melhor fiscalização, planeamento e monitorização estatística;
- Implementar Conselhos Locais de Cogestão Pesqueira em todas as zonas costeiras e fluviais;
- Atualizar o quadro jurídico das pescas para refletir os princípios das Diretrizes Voluntárias da FAO (VGGT, Diretrizes SSF).

2. Investimento em Infraestruturas Estratégicas:

- Construção de um entreposto logístico nacional em Bissau com capacidade de frio e certificação sanitária;
- Construção de centros logísticos de frio descentralizados (Bijagós, Bubaque, Cacheu);
- Reabilitação de cais, centros de transformação e vias de acesso em regiões remotas (Bijagós, Sul e Norte);
- Expansão da rede de energia e conectividade digital nas comunidades pesqueiras.
- Reabilitação do Centro de Formação de Bolama e criação de polos regionais técnicos;

3. Criação de um Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura (FNDPA):

- Financiado por receitas de licenciamento, multas e doações internacionais;
- Gerido de forma transparente e tripartida (Estado, setor privado, sociedade civil), com auditoria pública;
- Canalização de fundos para apoio à inovação, investigação aplicada e infraestruturas comunitárias.

A cadeia de valor das pescas na Guiné-Bissau possui um potencial transformador considerável. Para o concretizar, é necessária uma visão de longo prazo, sustentada em dados, parcerias e capacidade de execução. A aposta em estratégias combinadas — aumento de capturas com gestão sustentável e valorização pós-captura com inclusão social — pode consolidar o sector como pilar de uma economia azul nacional, promovendo crescimento económico, justiça social e resiliência ambiental.

REFERÊNCIAS

- African Development Bank (2015), The country gender profile for Guinea Bissau. Group Country Gender Profile: Guinea-Bissau.
- Ardente F & Cellura M (2012). Economic Allocation in Life Cycle Assessment. *Journal of Industrial Ecology*, 16 (3): 387-398.
- Avadí, A, Acosta-Alba, I (2021). Eco-efficiency of the fisheries value chains in the Gambia and Mali. *Foods*, 10, 1620. <https://doi.org/10.3390/foods10071620>
- Bahri T, Barange M, Moustahfid H. (2018). "Climate change and aquatic systems" in M. Barange, T. Bahri, M.C.M. Beveridge, et al. (Eds.), *Impacts of Climate Change on Fisheries and Aquaculture, Synthesis of Current Knowledge, Adaptation and Mitigation Options*, Food and Agriculture Organization of the United Nations, Rome
- Baldé BS, Brehmer P, Diaw PD (2022) Length-based assessment of five small pelagic fishes in the Senegalese artisanal fisheries. *PLOS ONE* 17(12): e0279768. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0279768>
- Barros, M. e Semedo, O. (2013), A participação das mulheres na política e na tomada de decisão na Guiné-Bissau: da consciência, percepção à prática política. UNIOGBIS, Bissau.
- Barros, M., Baldé, N. E Silva, R. (2017). Política Nacional de Igualdade e Equidade de Género –II. (Revisão da PNIEG II).
- Barri I, Pinto Gomes J & Mané SS (2020). Assessment of the lesser African threadfin (*Galeoides decadactylus*) and southern pink shrimp (*Farfantepenaeus notialis*) in Guinea-Bissau, p. 32-37 In: M.L.D. Palomares, J. Woroniak, M. Khalfallah and D. Pauly (eds.) *Assessments of marine fisheries resources in West Africa with emphasis on small pelagics*, Fisheries Centre Research Report 28(4), UBC, Vancouver, Canada.
- Bastardie F, Hornborg S, Ziegler F, Gislason H, Eigaard O.R (2022). Reducing the Fuel Use Intensity of Fisheries: Through Efficient Fishing Techniques and Recovered Fish Stocks. *Frontiers in Marine Science*, 9. doi 10.3389/fmars.2022.817335
- Banco Mundial (BM) (2014). *Optimizar a Riqueza Natural da Guiné-Bissau*.
- Banco Mundial. (2023). *Dados econômicos da Guiné-Bissau*. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/GW>
- Banco Mundial. (2023). *Dados econômicos e comerciais da Guiné-Bissau*. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/GW?locale=pt>. Acesso em dezembro de 2024.
- Belhabib, D. and Pauly, D. (2015) Fisheries in troubled waters: a catch reconstruction for Guinea-Bissau, 1950-2010. pp. 1-16. In: Belhabib, D. and Pauly, D. (eds). *Fisheries catch reconstructions: West Africa, Part II*. Fisheries Centre Research Reports vol.23(3). Fisheries Centre, University of British.
- Berry, S. (1993). *No condition is permanent: The social dynamics of agrarian change in Sub-Saharan Africa*. Madison: University of Wisconsin Press.
- Borges L, Amorim P (2021). *Pescaria artesanal de djafal com redes de emalhar na Guiné-Bissau. Pré-avaliação de pescarias do Marine Stewardship Council*. Marine, GB2786. [https://www.msc.org/docs/default-source/default-document-library/what-we-are-doing/guinea-bissau-pre-assessment-and-action-plan-reports-\(portuguese\).pdf](https://www.msc.org/docs/default-source/default-document-library/what-we-are-doing/guinea-bissau-pre-assessment-and-action-plan-reports-(portuguese).pdf)
- Bouso T (1994). *Typologie des engins et techniques de pêche artisanale utilisés au Sine-Saloum (Sénégal)*. ICRODT/ SRA. Dakar: Senegal.
- Bunting P, Hilarides L, Rosenqvist A, Lucas RM, Kuto E, Gueye Y, Ndiaye L. (2023). Global Mangrove Watch: Monthly Alerts of Mangrove Loss for Africa. *Remote Sensing*, 15(8):2050. <https://doi.org/10.3390/rs15082050>
- Breuil, C., & Bodiguel, C. (2015). *Fisheries in the West African Economic and Monetary Union*. FAO.
- Casa dos Direitos (2016), *Desafios – ora di diritu*, ACEP, Lisboa.
- Campredon P and Cuq F (2001) Artisanal fishing and coastal conservation in West Africa. *Journal of Coastal Conservation* 7: 91-100.

Cardoso, C., Barros, M. et al. (2018) Fome zero na Guiné-Bissau. Desafios para alcançar a segurança alimentar e nutricional (2018-2030). Bissau, Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas (PAM).

Caillart B, Guérin B, Guélé M-E (2023). Évaluation rétrospective et prospective du Protocole à l'accord de partenariat dans le domaine de la pêche entre l'Union européenne et la Guinée-Bissau - Rapport final. Direction Générale des affaires maritimes et de la pêche, DG MARE B. Commission Européenne.

CCLME Project, 2016. Canary Current Large Marine Ecosystem (CCLME) Transboundary Diagnostic Analysis (TDA). CCLME Project Coordination Unit. Dakar, Senegal. 140pp <http://www.fao.org/3/a-bo645e.pdf>

CIPA (2020). IV Inquérito sobre os aspetos socio-económicos da Pesca Artesanal na Guiné Bissau. Ministério das Pescas. República da Buiné-Bissau.

Codotto G, Pizzol M, Hegland TJ, Madsen N (2024) Model uncertainty versus variability in the life cycle assessment of commercial fisheries. *Journal of Industrial Ecology*, 28:160–172. <https://doi.org/10.1111/jiec.13453>

Croituru L, Miranda Montero JJ, Sarraf,M (2019).The Cost of Coastal Zone Degradation in West Africa : Benin, Cote d'Ivoire, Senegal, and Togo (English). Washington, D.C. : World Bank Group. <http://documents.worldbank.org/curated/en/822421552504665834>

Centro de Investigação Pesqueira Aplicada - CIPA. III Inquérito sobre os aspetos socioeconómicos da Pesca Artesanal na Guiné Bissau, 2011.

_____. IV Inquérito sobre os aspetos socioeconómicos da Pesca Artesanal na Guiné Bissau, 2020.

Centro de Investigação Pesqueira Aplicada – INIPO. DRAFT0 IIº Relatório do inquérito pesca a pé na Guiné-Bissau, 2023.

_____. Estatísticas de Pesca Industrial do ano 2022.

Chuku, E. O., Abrokwah, S., Adotey, J., Effah, E., Okyere, I., Aheto D. W., Duguma, L., Oaks, B., Adu-Afarwuah, S. (2020). Literature review for the participatory regional assessment of the shellfisheries in 11 countries from Senegal to Nigeria. USAID Women Shellfishers and Food Security Project. Coastal Resources Center, Graduate School of Oceanography, University of Rhode Island. Narragansett, RI, USA. WSFS2020_05_CRC. 102 pp.

Dabat, M-H., Avadí, A., Sfez, P., Saïd, M. 2023. Analyse de la chaîne de valeur de la pêche en Union des Comores. Rapport pour l'Union Européenne, DG-INTPA. Value Chain Analysis for Development Project (VCA4D CTR 2017/392-417), 141 pp + annexes.

Dias, Jeronimo Marcelino. Análise de perfil técnico e socioeficiência dos pescadores artesanais do setor autónomo de Bissau, Guiné-Bissau, África. 2023. 129 f. Tese (Doutorado em economia) Programa de pós-graduação em Economia da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

Doumbouya, A., Camara, O. T., Mamie, J., et al. (2017). Assessing the effectiveness of monitoring control and surveillance of illegal fishing: The case of West Africa. *Frontiers in Marine Science*, 4, 50.

Environmental Justice Foundation (EJF). (2019). West Africa's fisheries: Collaborative management and regional partnerships to combat illegal fishing.

Embaló, L. (2021) Pesca sustentável: Análise da sustentabilidade da política de pescas na Guiné-Bissau. ISCTE.

FAO (2018). The State of World Fisheries and Aquaculture: Contributing to Food Security and Nutrition for All. Food and Agriculture Organization. <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/6fb91ab9-6cb2-4d43-8a34-a680f65e82bd/content> [acedido a 4Maio2025)

FAO CECAF (2018a). Sous-Comité Scientifique 9ème session. Résumé de la réunion sur le groupe de travail sur les ressources démersales Sud 2022. Résumé de la réunion et Groupe de travail sur les petits pélagiques sud. <https://www.fao.org/fi/static-media/MeetingDocuments/CECAF/CECAF-SSC8/3e.pdf>

FAO CECAF (2018b). Sous-Comité Scientifique 9ème session. Résumé de la réunion sur le groupe de travail sur les ressources démersales Sud 2022. Résumé de la réunion et Groupe de travail sur les ressources démersales sud. <https://www.fao.org/fi/static-media/MeetingDocuments/CECAF/CECAF-SSC8/5e.pdf>

FAO CECAF (2022a). Sous-Comité Scientifique 9ème session. Résumé de la réunion sur le groupe de travail sur les ressources démersales Sud 2022. Résumé de la réunion et Groupe de travail sur les petits pélagiques sud. CECAF/SSCIX/2022/4b. <https://www.fao.org/fishery/en/meeting/41370>

FAO CEEAF (2022b). Sous-Comité Scientifique 9ème session. Résumé de la réunion sur le groupe de travail sur les ressources démersales Sud 2022. Résumé de la réunion et Groupe de travail sur les ressources démersales sud. CEEAF/SSCIX/2022/4d. <https://www.fao.org/fishery/en/meeting/41370>

Fernandes, R. M. O informal e o artesanal: pescadores e revendedoras de peixe na Guiné-Bissau. Fronteiras pós-coloniais: rigidez, heterogeneidade e mobilidade. 2012. 264 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Portugal, 2012.

Froese R., Demirel N, Coro G, Kleisner KM and Winker H (2017). Estimating fisheries reference points from catch and resilience. *Fish and Fisheries* 18(3):506-526.

Fundo Monetário Internacional (FMI). (2023). Relatório sobre a Guiné-Bissau. Disponível em: <https://www.imf.org>

González, M. J., 2008. Programme de Campagne D'enquetes Socio-Economiques dans la Zona de Pêche Reservée du Rio Grande de Buba. Projet de Gestion de Biodiversité et Zone Côtière emn Guinée-Bissau. Banque Mondiale. Bissau, Juin., pp. 58.

González, J. (2015). Análise da cadeia de valor dos principais produtos da pesca na Guiné-Bissau. Relatório Final de Missão. Direção Geral de Formação e Apoio ao Desenvolvimento das Pescas, Ministério das Pescas, República da Guiné-Bissau.

González, J. (2017). Étude d'orientation pour un système de taxation améliorant la contribution financière des flottes étrangères pêchant dans la Zone Économique Exclusive de la Guinée Bissau. Direção Geral de Formação e Apoio ao Desenvolvimento das Pescas, Ministério das Pescas, República da Guiné-Bissau.

Governo da Guiné-Bissau (2015), Plano Estratégico e Operacional 2015-2020 "Terra Ranka", documento ii: relatório final, Março de 2015.

Gabriellii, C., & S. Jafarzadeh (2020). Carbon footprint of fisheries - a review of standards, methods and tools. Report published by SINTEF for the Norwegian Research Council in September 2020. https://www.sintef.no/globalassets/sintef-ocean/coolfish/coolfish-report-carbon_footprint-signed.pdf

GPRAMACC (2021). Climate change and small-scale fisheries: A case for a comprehensive climate risk management. Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH. Bohn: Germany.

Gulbrandsen O (1991). Canoes in Ghana. IDAF/WP/ 37. GCP/RAF/192/DEN. FAO. Cotonou: Benin.

Guerreiro, S. et. al. (2011). Estudo sobre o acesso à justiça na Guiné-Bissau: regiões de Cacheu e Oio e Sector Autónomo de Bissau, PNUD, FORTES, MDG-F.

Guiné-Bissau. Ministério das Pescas. Estratégia Nacional de Fiscalização e Controlo das Pescas na Guiné-Bissau. República da Guiné-Bissau. Bissau: abril, 2021. 28p.

Guiné-Bissau. Multiannual Indicative Programme. Republic of Guinea-Bissau, Bissau, 2021-2027. 34p.

Guiné-Bissau. Ministério das Pescas. Plano de gestão dos recursos haliêuticos para 2020 – dezembro, Bissau: 2019. Página

Guiné-Bissau. Ministério das Pescas. Lei geral das pescas. Bissau: 2011. 72 p. (Boletim oficial. n. 23).

Guiné-Bissau. Projeto de Gestão da Biodiversidade da Zona Costeira Bureau de Coordenação da Componente Pesca – BCCP. Plano trienal de co-gestão e desenvolvimento das pescarias da zona da reserva de pesca do rio grande de Buba & lagoas de Cufada. Bissau. Julho de 2009. 73p.

Havik, P. (2004). Silences and soundbites: The gendered dynamics of trade and brokerage in the pre-colonial Guinea-Bissau region. Münster, LIT Verlag.

Havik, P. (2015). Gender, land, and trade: women's agency and colonial change in Portuguese Guinea (West Africa). *African Economic History*, 43, 162-195.

Hilborn R, Amoroso R, Collie J, Hiddink JG, Kaiser MK, Mazor T, McConnaughey RA, Parma AM, Pitcher CR, Sciberras M, Suuronen P (2023). Evaluating the sustainability and environmental impacts of trawling compared to other food production systems. *ICES Journal of Marine Science*, 80 (6), 1567-1579. <https://doi.org/10.1093/icesjms/fsad115>

IMC (2012) Política Nacional para a Promoção da Igualdade e Equidade de Género 2012 – 2015. Bissau.

INE (2022). Estatísticas de género. Homens e mulheres na Guiné-Bissau. Bissau, INE.

IPCC (2019). Climate Change and Land. IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change). <https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2019/08/Fullreport-1.pdf> [acedido a 3Maio2025]

IUCN (2025). The IUCN Red List of Threatened Species. 1964 - onwards. Version 2025-1. <https://www.iucnredlist.org/>

Intchama, J. F., Belhabib, D., & Tomás Jumpe, R. J. (2018). 'Assessing Guinea-Bissau's legal and illegal unreported and unregulated fisheries and the surveillance efforts to tackle them.' *Frontiers in Marine Science*, 5. <https://doi.org/10.3389/fmars.2018.00079>.

Intumbo, L. (2025) Autoridades tradicionais no processo de exploração dos recursos naturais na região de Cacheu - Guiné Bissau: o caso da areia pesada de Varela (2009 – 2022). Tese de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Instituto Nacional de Estatística (INE), Relatório de Projeções Demográficas 2014–2063, publicado em novembro de 2022.

Invest Here - Instituto de Promoção de Investimentos e Comércio de Macau (IPIM). (2023). Dados estatísticos da Guiné-Bissau. Disponível em: https://investhere.ipim.gov.mo/pt-pt/port/guinea_bissau/guineabissau_overview/statistical_data_guineabissau. Acesso em dezembro de 2024.

Jones, M.C. and W.W.L. Cheung (2017). Using fuzzy logic to determine the vulnerability of marine species to climate change. *Glob. Change Biol.* 2018(24):719-731

Jumpe, R.J. & Gomes, N. (2016). Diagnóstico sobre a exploração dos recursos pesqueiros na Guiné-Bissau. Guiné-Bissau. 48º Congresso SOBER, Campo Grande, 25 a 28 de julho de 2009.

Lam V, W.W. Cheung VW, W. Swartz W, et al. (2012) Climate change impacts on fisheries in West Africa: Implications for economic, food and nutritional security. *African Journal of Marine Science*, 34 (1) (2012), pp. 103-117. <https://doi.org/10.2989/1814232X.2012.673294>

MDRARNA (1998). Estratégia e Plano de Acção Nacional para a Biodiversidade. Projecto GBS/97/G31/1G/9. República da Guiné-Bissau e PNUD.

Merceron, T., Clément, T., Gabrié, C., Staub, F., Ba, T., & Traore, M. S. (Eds.) (2024). State of West African marine protected areas 2022. Gland, Switzerland: IUCN.

MEF e INE (2010) Inquérito aos Indicadores Múltiplos (MICS1). Ministério da Economia e Finanças e Direção Geral do Plano/ Instituto Nacional de Estatística.

MEF e INE (2015) Inquérito aos Indicadores Múltiplos (MICS4). Ministério da Economia e Finanças e Direção Geral do Plano/ Instituto Nacional de Estatística.

MEF e INE (2020) Inquérito aos Indicadores Múltiplos (MICS6). Ministério da Economia e Finanças e Direção Geral do Plano/ Instituto Nacional de Estatística.

Oliver ECJ, Benthuisen JA, Darmaraki S, Donat MG, Hobday AJ, Holbrook NJ, Schlegel RW and Gupta AS (2021). Marine Heatwaves. *Annual Review of Marine Science*, 13, 313-342. doi: 10.1146/annurev-marine-032720-095144.

Palomares MLD, Khalfallah M, Woroniak J and Pauly D (eds.). (2020). Assessment of 14 species of small pelagic fish caught along the coast of Northwest African countries. p. 69-96 In: M.L.D. Palomares, M. Khalfallah, J. Woroniak and D. Pauly D (eds.). Assessments of marine fisheries resources in West Africa with emphasis on small pelagics. Fisheries Centre Research Report 28(4), 96. Institute for the Oceans and Fisheries, The University of British Columbia, Canada

Palomares, M.L.D. and D. Pauly. Editors. 2025. SeaLifeBase. World Wide Web electronic publication. www.sealifebase.org, version (04/2025)

Parker RWR, Blanchard JL, Gardner C, Green BS, Hartmann K, Tyedmers PH, Watson RA (2018). Fuel use and greenhouse gas emissions of world fisheries. *Nature Climate Change*, 8: 333–337. <https://doi.org/10.1038/s41558-018-0117-x>

Pérez Roda MA, Gilman E, Huntington T, Kennelly SJ, Suuronen P, Chaloupka M and Medley (2019). A Third Assessment of Global Marine Fisheries Discards. FAO Technical Paper 633. Food and Agriculture Organization of the United Nations, Rome Italy.

Popescu, I., Breuer M., 2024, Research for PECH Committee – Handbook of fishing gears used by the EU fleet, European Parliament, Policy Department for Structural and Cohesion Policies, Brussels.

Jacquet, J., Pauly, D., Ainley, D., Holt, S., Dayton, P., & Jackson, J. (2010). Seafood stewardship in crisis. *Nature*, 467(7311), 28–29.

Keleman, P.J., Sá RM., and Temudo M.P. (2023) Rooted in the mangrove landscape: Children and their ethnoichthyological knowledge as sentinels for biodiversity loss in Northern Guinea-Bissau. *Ethnobiology Letters*, 14(2), 10–21. DOI: 10.14237/ebl.14.2.2023.1826

Keleman, P.J., Sá RM., and Temudo M.P. (2024). Drifting away from the roots: Genderfluidity as Diola's mangrove fishing strategies in three island-villages of Northern Guinea-Bissau. *Human Ecology*, 52: (935–951).

Keleman, P.J., Sá RM., and Temudo M.P. (under review) Small fish get trapped in the mess(h): Descaling gendered mangrove fishing transformations among the Balanta in coastal Guinea-Bissau, West Africa.

Mancali, N., Adotey, J., Chuku, E. O., Josephs, L., Kent, K. and Crawford, B. (2021). Participatory assessment of shellfisheries in the estuarine and mangrove ecosystems of Guinea Bissau. Centre for Coastal Management (Africa Centre of Excellence in Coastal Resilience), University of Cape Coast, Ghana and Coastal Resources Center, Graduate School of Oceanography, University of Rhode Island. Narragansett, RI, USA. 26 pp.

Nações Unidas (ONU). (2023). Indicadores de Desenvolvimento Humano da Guiné-Bissau. Disponível em: <https://hdr.undp.org/>

Pauly, D., & Zeller, D. (2016). Catch reconstructions reveal that global marine fisheries catches are higher than reported and declining. *Nature Communications*, 7, 10244.

Pires, C. e Silva, H. (2022). Controlo social das políticas públicas na Guiné-Bissau: Dinâmicas de participação das Organizações da Sociedade Civil. Lisboa, Matrioska Design.

Ruiz-Salmón I, Laso J, Margallo M, Villanueva-Rey P, Rodríguez E, Quinteiro P, Dias AC, Almeida C, Nunes ML, Marques A, Cortés A, Moreira MT, Feijoo G, Loubet P, Sonnemann G, Morse AP, Cooney R, Clifford E, Regueiro L, et al. (2021). Life cycle assessment of fish and seafood processed products – a review of methodologies and new challenges. *The Science of the Total Environment*, 761, Article 144094, <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2020.144094>

Sangreman, C., Turé, B. e Cavaco, R. (2019). Acesso à justiça, direitos e prisões na Guiné-Bissau: Dados e percepções 2010-2018. *In* Justiça e Direitos Humanos na Guiné-Bissau: Debates e Perspetivas, p. 16-46. ACEP e CESA (ed.). GUIDE Artes Gráficas.

Sá, GG. (2017). Pesca artesanal na bacia do rio Buba, Guiné-Bissau/África: uma abordagem multidimensional. Tese de Doutoramento em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal do Ceará. 230 pp. <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/29908>

Sala A, Damalas D, Labanchi L, Martinsohn J, Moro F, Sabatella, R., Notti, E., 2022. Energy audit and carbon footprint in trawl fisheries. *Sci. Data* 9. <https://doi.org/10.1038/s41597-022-01478-0>.

Sanon, A. A., Oumarou Cisse, F., Tiemtoré, S., Seydi, A., Sawadogo Lompo, G. M. E. (Éds). (2024). Analyse de la contribution économique des services écosystémiques des aires protégées d'Afrique de l'Ouest. UICN.

Sea Around Us. (2020). Reconstructing marine fisheries catches: Global overview. University of British Columbia.

Sheves GT (1991). The Ghanaian dug-out canoe and the canoe carving industry in Ghana. IDAF/WP/35. GCP/RAF/192/DEN. FAO. Cotonou: Benin.

Sobrinho I., Barri I., Lino P.G. (2024). Relatório da 10.ª reunião do Comité Científico Conjunto sobre o Acordo de Parceria para Pesca Sustentável entre a República da Guiné-Bissau e a União Europeia. Bissau.

Sobrinho I., Intchama J., Lino P.G., 2022. Relatório da 8ª reunião do Comité Científico Conjunto sobre o Acordo de Parceria para Pesca Sustentável entre a República da Guiné-Bissau e a União Europeia. Bissau.

Sobrinho I., Barri I., Lino P.G., 2024. Relatório da 10.ª reunião do Comité Científico Conjunto sobre o Acordo de Parceria para Pesca Sustentável entre a República da Guiné-Bissau e a União Europeia. Bissau.

Temudo, M. P. (1998). Inovação e mudança em sociedades agrárias africanas: Estudo de caso no Sul da Guiné-Bissau. Tese de Doutoramento. Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa.

Temudo, M. P. (2012). "The white men bought the forests": Conservation and contestation in Guinea-Bissau, West Africa. *Conservation and Society*, 10 (4): 354-366.

Temudo, M. P. (2019). Between 'forced marriage' and 'free choice': social transformations and perceptions of gender and sexuality among the Balanta in Guinea-Bissau. *Africa* 89(1): 1-20.

Temudo, M.P. and U. Schiefer (2003). Disintegration and resilience of agrarian societies in Africa: The importance of social and genetic resources. A case study on the reception of urban refugees in the South of Guinea-Bissau. *Current Sociology* 51 (3/4): 395-418

Temudo, M. P. and M. Abrantes (2013). Changing policies, shifting livelihoods: The fate of agriculture in Southern Guinea-Bissau. *Journal of Agrarian Change*, 13 (4): 571-589.

Temudo, M. P. e M. Abrantes (2014). The cashew frontier in Guinea-Bissau, West Africa: changing landscapes and livelihoods. *Human Ecology* (42): 217-230.

Temudo, M. P. e Bivar, M. (2016). "Rural livelihoods and social stability in Guinea-Bissau: the end of an era?", pp. 83-95. In Patrick Chabal and Toby Green (eds.) *Guinea-Bissau: from micro-state to "narco-state"*. London: Hurst.

Temudo, M. P. and Cabral, A.I.R. (2023) Climate change as the last trigger in a long-lasting conflict: the production of vulnerability in northern Guinea-Bissau, West Africa, *The Journal of Peasant Studies*, 50 (1): 315-338. DOI: [10.1080/03066150.2021.1996355](https://doi.org/10.1080/03066150.2021.1996355)

Temudo, M. P., Cabral, A.I.R. and Reis, P. (2022) "The sea swallowed our houses and rice fields": the vulnerability to climate change of coastal people in Guinea-Bissau, West Africa. *Human Ecology* 50: 835-850. DOI:10.1007/s10745-022-00352-2

Thermes S, Davy D, van Anrooy R (2021). Classification and definition of fishery vessel types - Edition 2021. FAO Fisheries and Aquaculture Technical Paper No. 670. Rome. FAO. 2021.

Wongnaa CA, Seyram AA, Babu A (2024). A systematic review of climate change impacts, adaptation strategies, and policy development in West Africa. *Regional Sustainability* 5 (2), 10013. <https://doi.org/10.1016/j.regsus.2024.100137>.

World Bank (2006). Guinea-Bissau: Land Tenure Issues and Policy Study (P095319). World Bank Group. <https://documents.worldbank.org/pt/publication/documents-reports/documentdetail/300801468036331613/guinea-bissau-land-tenure-issues-and-policy-study> (last accessed 23/02/2025).

World Bank (2020). Poverty, shared prosperity, and equity update: Guinea-Bissau. World Bank Group. <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/099547106192426808/idu15f28fetc12017146d719f4715ce3fb377803> (last accessed 23/02/2025)

World Bank (2024). Guinea-Bissau: Country, Climate and Development Report. World Bank Group. Washington, US.

8. ANEXOS

8.1 PROGRAMA E LISTA DE ENTIDADES CONTACTADAS NAS MISSÕES TÉCNICAS

1ª. Missão – 07/01/25 a 21/01/25

| Data | Horário | Atividade | Atores e/ou entidade | Localidade |
|-----------------------------|--------------|--|---|-------------------------------------|
| Terça-feira, 07/01/2025 | 20h30 | Chegada dos membros da equipe, procedimento de imigração e instalação no | - | Aeroporto Osvaldo Vieira, Bissau |
| Quarta-feira, 08/01/2025 | 09h00- 11h00 | Reunião de equipe | Equipe de trabalho | Kau Kriar, Bissau |
| | 15h00- 16h00 | Reunião de arranque com a delegação da UE na GB | Delegação da União Europeia na GB | Bairro de Penha, Bissau |
| | 17h00- 18h00 | Reunião de equipe | Equipe de trabalho | Kau Kriar, Bissau |
| Quinta-feira, 09/01/2025 | 08h00-08h30 | Cortesia Ministério das Pescas | Ministro e/ou altos funcionários | Centro de cidade, Bissau |
| | 09h00- 10h30 | Reunião Direção Geral de INIPO (modificar no convite) 9h | Diretor Geral | Centro de cidade, Bissau |
| | 10h30- 12h00 | Reunião Direção Geral de Pesca Industrial 11 h | Diretor Geral | Centro de cidade, Bissau |
| | 14h00- 15h00 | Reunião Direção Geral de Pesca Artesanal 13 h | Diretor Geral | Centro de cidade, Bissau |
| | 15h00- 16h00 | Encontro mulheres comerciantes grossista de pescado AMAE | Bideiras grossistas associadas da AMAE | Centro de cidade, Bissau |
| Sexta-feira, 10/01/2025 | 09h00- 10h00 | Cortesia Ministério da Economia | Ministro e/ou conselheiro da indústria pesqueira | Centro de cidade, Bissau |
| | 09h00- 10h00 | Visita Empresas (Afripêche e Henrimar) | Direção de empresas Afripêche e | Centro de cidade, Bissau |
| | 10h00- 12h00 | Reunião instituto Marítimo Portuário | Presidente do Instituto Marítimo Portuário | Alto Bandim, Bissau |
| | 14h00- 16h00 | Reunião INFISCAP (Entidade responsável pela vigilância marítima) | Diretor Geral INFISCAP | Alto Bandim, Bissau |
| Sábado, 11/01/2025 | 9h30 – 11h00 | Visita ao Porto de Bandim | Associação Bideiras | Alto Bandim, Bissau |
| | 11h00- 12h30 | Visita às instalações do Zhongyu Global Seafood Corp (ZGSC) | Direção de empresa | Alto Bandim, Bissau |
| | 15h00 | Reunião com Associação Nacional dos Armadores Profissionais da Pesca Artesanal, Associação da Pesca Artesanal da Guiné- Bissau/Senegal, Plataforma Guineense de Atores Não Estatais da Pesca Artesanal, Amigos Irmãos dos Homens do Mar - AIRHOMAR, Associação Nacional das Empresas de Pesca Industrial - ANEP | Representante das organizações | Kau Kriar, Bissau |

| | | | | |
|------------------------------|--------------|--|---|----------------------------|
| Domingo, 12/01/2014 | 07h00-15h00 | Visita à região piscatória do sul, eixo (Bolama-Buba) | Governador da região, bideiras, vendedores de gelo, delegado de pesca do setor, guarda costeira) | Cidade de Bolama |
| | 17h00 | Pernoite em Buba | Cumprimentos ao Governador da Região | Cidade de Bolama |
| Segunda-feira, 13/01/2025 | 9h00 – 15h00 | Visita à região piscatória do sul, eixo (Buba-Cacine) | Delegado de pesca regional (Adulai Tcherno) | Vila de Cacine |
| | 17h00 | Pernoite em Buba | Presidente da Associação de Pescadores do Rio Grande de Buba, Associação de | Vila de Buba |
| Terça-feira, 14/01/2025 | 09h00-12h00 | Visitas e encontros | | Vila de Buba |
| | 12h00-15h00 | Regreso a Bissau | | Cidade de Bissau |
| Quarta-feira, 15/01/2025 | 07:00 | Partida de Bissau | | Cidade de Bissau |
| | 09h00-16h00 | Visita à região piscatória de Bolama, eixo (Bubaque-Orango) | Associação de pescadores, delegados de pesca, administradores locais, IMP, bideiras, | Ilha de Orango |
| | 17h00 | Pernoite em Bubaque | transportadores, vendedores de peixe, transformadores, produtores e | Ilha de Bubaque |
| Quinta-feira 16/01/2025 | 07:00 | Partida de Bubaque | | Ilha de Bubaque |
| | 9h00 – 15h00 | Visita à região piscatória de Bolama, eixo (Bubaque-Uracane) | | Ilha de Uracane |
| | 17h00 | Regresso a Bissau | | Cidade de Bissau |
| Sexta-feira, 17/01/2025 | 09h00-16h00 | Visita à região piscatória de Biombo, eixo (Ilondé, Quinhamel, Biombo) | Associação de pescadores, delegados de pesca, administradores locais, IMPs, bideiras, transportadores, vendedores de pescado, | Região de Biombo |
| | 17h00-18h00 | Regresso a Bissau e reunião de equipe | | Cidade de Bissau |
| Sábado, 18/01/2025 | 07h00 | Partida de Bissau | Associação de pescadores, delegado de pesca, administração local, IMP, bideiras, transportadores, vendedores de peixe, transformadores, produtores e comercializadores de peixe, IBAP | Cidade de Bissau |
| | 09h00-16h00 | Visita à região piscatória de Cacheu, eixo (Canchungo-Caió) | | Região de Cacheu |
| | 17h00 | Pernoite em Canchungo | | Cidade de Canchungo |
| Domingo, 19/01/2025 | 08:00 | Partida de Canchungo | | Cidade de Canchungo |
| | 09h00-16h01 | Visita a região piscatória de Cacheu, eixo (Canchungo-Cacheu) | | Cidade de Cacheu/Canchungo |
| | 17h00 | Regresso a Bissau | | Cidade de Bissau |
| Segunda-feira, 20/01/2025 | 15h00-18h00 | Reunião de equipe (avaliação e resumo da missão) | - | Kau Kriar, Bissau |
| Terça-feira 21/01/2025 | 10h00-12h00 | Restituição da missão 1 à delegação da UE | - | Bairro de Penha, Bissau |

2ª. Missão – 20/03/25 a 27/03/25



Programa indicativo de missão de terreno entre 20-27 Março 2025

| Data | Hora | Atividade | Comentário |
|----------------------------------|-------------|---|-------------------------|
| Quinta, 20/03/2025 | 13h50 | Chegada da equipa de peritos internacionais | Toda a equipa |
| | 14h00-15h00 | Procedimentos com os serviços da migração | |
| | 15h30 | Instalação no hotel | |
| Sexta, 21/03/2025 | 07h00 | Partida para São Domingos | Toda a equipa |
| | 11h00 | Chegada a São Domingos e encontro com atores locais | |
| | 14h00 | Partida para Varela | |
| | 17h00 | Chegada e pernoita | |
| Sábado, 22/03/2025 | 9h00-12h00 | Encontro com pescadores e autoridades locais | Toda a equipa |
| | 14h00-17h00 | Encontro com mulheres transformadoras e pescadores à pé | |
| Domingo, 23/03/2025 | 07h00-12h00 | Regresso à Bissau | Toda a equipa |
| Segunda- feira, 24/03/2025 | 09h00-11h00 | Encontro com observadores marítimos | Helena, Rodney e Midana |
| | 14h00-17h00 | Encontro com representante de armadores da pesca industrial | Helena, Rodney e Midana |

Programa indicativo de missão de terreno entre 20-27 Março 2025

| Data | Hora | Atividade | Comentário |
|------------------------------|-------------|---|---------------|
| Terça-feira, 25/03/2025 | 09h00-16h00 | Oficina de partilha de resultado com os atores | Toda a equipa |
| Quarta-feira, 26/03/2025 | A definir | Restituição à delegação da UE | Toda a equipa |
| Quinta-feira, 27/03/ 2025 | 09h00-10h00 | Definição de próximos passos para a conclusão do estudo | Toda a equipa |
| | 11h00 | Regresso da equipa de peritos internacionais | |

8.2 LISTA DOS PORTOS DE DESEMBARQUE POR ZONA

QUADRO 8-1: LISTA DOS PORTOS DE DESEMBARQUE POR ZONA - ZONA NORTE 1 (JOÃO LANDIM/VARELA)

| Região | Sector | Localidade |
|--------|-----------|--------------|
| Oio | Farim | Binta |
| Oio | Farim | Farim |
| Oio | Farim | Tundjina |
| Oio | Farim | Oio Tambato |
| Cacheu | Caio | Caio |
| Cacheu | Caio | Ponta Pedra |
| Cacheu | Canchungo | Tchada |
| Cacheu | Canchungo | Canhob |
| Cacheu | Calequise | Calequise |
| Cacheu | Cacheu | Cacheu |
| Cacheu | Bula | Macu De Lélé |
| Cacheu | Bula | Joao Landim |
| Cacheu | Bula | S.Vicente |
| Cacheu | Cacheu | Apilho |
| Cacheu | Cacheu | Sucudjaque |
| Cacheu | Cacheu | Varela |
| Cacheu | Cacheu | Djufunco |
| Cacheu | Cacheu | Bulol |
| Cacheu | Cacheu | Eossor |
| Cacheu | Cacheu | Edjin |
| Cacheu | Cacheu | S.Domingos |
| Cacheu | Cacheu | Culadje |
| Cacheu | Cacheu | Elia |

| | | |
|--------|--------------|----------------|
| Cacheu | Cacheu | Arame |
| Cacheu | Cacheu | Djobel |
| Cacheu | Cacheu | Ponta Bába |
| Cacheu | Bigene | Potche |
| Cacheu | Cacheu | Djenden |
| Cacheu | São Domingos | Djiguinbol |
| Cacheu | São Domingos | Poilao De Leao |

QUADRO 8-2: LISTA DOS PORTOS DE DESEMBARQUE POR ZONA - ZONA NORTE 2 (SAFIM/BISSAU)

| Região | Sector | Localidade |
|--------|-----------|----------------------|
| Biombo | Safim | N'ghand-N'ghand |
| Biombo | Biombo | Ponta Vicente |
| Biombo | Quinhamel | Ponta Leao |
| Biombo | Quinhamel | Matu De Onça |
| Biombo | Quinhamel | Clatlé |
| Biombo | Biombo | Ponta Rapaz |
| Biombo | Quinhamel | Clonato |
| Biombo | Biombo | Ilondé |
| Biombo | Biombo | Ponta Zé Rique |
| Biombo | Biombo | Ponta Sabor Pepél |
| Biombo | Biombo | Bigimita Óóm |
| Biombo | Biombo | Claque |
| Biombo | Biombo | Quidjogoro |
| Biombo | Biombo | Gorsse |
| Biombo | Biombo | Pandin |
| Biombo | Biombo | Plack De Tor |
| Biombo | Biombo | Blom |
| Biombo | Biombo | Quinssana |
| Biombo | Biombo | Bucomulo |
| Biombo | Biombo | Reno De Tôr |
| Biombo | Biombo | Dorse |
| Biombo | Biombo | Blim-Blim |
| Biombo | Biombo | Sídja |
| Biombo | Biombo | Cupedo |
| Biombo | Biombo | Ponta Cabral |
| Biombo | Biombo | Blom De Bijimita |
| Biombo | Biombo | Reno Inquitmu Quiúta |
| Biombo | Biombo | Bissauzinho |
| Biombo | Biombo | Ponta Cóól |
| Biombo | Biombo | Ponta Mendes |
| Biombo | Biombo | Ponta Brandao |
| Biombo | Biombo | Klandé |
| Biombo | Biombo | Quità-A |
| Biombo | Biombo | Ondame |
| Biombo | Biombo | Prabis |

| | | |
|--------|-----------|--------------------|
| Biombo | Biombo | Suru |
| Biombo | Biombo | Quiset |
| Biombo | Biombo | Cumura |
| Biombo | Biombo | Pefine D'areia |
| Biombo | Quinhamel | Quinhamel |
| Biombo | Prabes | Pefine De Area |
| Biombo | Prabes | Pefine De Pescador |
| Biombo | Prabes | Cumura |
| Biombo | Prabes | Quicete |
| Biombo | Prabes | Suru |
| Sab | Bissau | Alto Bandim |

QUADRO 8-3: LISTA DOS PORTOS DE DESEMBARQUE POR ZONA - ZONA SUL

| Região | Sector | Localidade |
|----------|-----------|------------------|
| Tombali | Bedanda | Farao Sadjuma |
| Tombali | Bedanda | Cabudo |
| Tombali | Bedanda | Barsalam |
| Tombali | Bedanda | Catesse |
| Tombali | Bedanda | Canamine |
| Tombali | Cacine | Cacine |
| Tombali | Cacine | Campiane |
| Tombali | Cacine | Gadamael Porto |
| Tombali | Cacine | Cadico |
| Tombali | Cacine | Cassumba |
| Tombali | Cacine | Camtedi |
| Tombali | Cacine | Camsorom |
| Tombali | Cacine | Cassaprica |
| Quinara. | Empada | Darsalam |
| Quinara. | Empada | Gã-Mamaduba |
| Quinara. | Empada | Madina De Baixo |
| Quinara. | Empada | Pobreza |
| Quinara. | Empada | Bissassema-Baixo |
| Quinara. | Empada | Ameruz |
| Quinara. | Empada | Bambaia |
| Quinara. | Empada | Batambali |
| Quinara. | Empada | Farancunda |
| Quinara. | Empada | Missira |
| Quinara. | Empada | Beduco |
| Quinara. | Empada | Bricama |
| Quinara. | Empada | Biassa |
| Quinara. | Empada | Ponta Tinta |
| Quinara. | Fulacunda | Dada |
| Quinara. | Fulacunda | Fulacunda |
| Quinara. | Fulacunda | Umbassa |
| Quinara. | Fulacunda | Beduco |

| | | |
|----------|-----------|---------------|
| Quinara. | Fulacunda | Madina |
| Quinara. | Fulacunda | Nawanh |
| Quinara. | Tite | Beduco Grande |
| Quinara. | Tite | Brandão |
| Quinara. | Tite | Gã-Bela |
| Quinara. | Tite | João Guerra |
| Quinara. | Tite | Minique |
| Quinara. | Tite | N´Tchudé |
| Quinara. | Tite | Foia |
| Quinara. | Tite | Salanca |
| Quinara. | Buba | Buba |
| Tombali | Catio | Sua |
| Tombali | Catio | Pugha |
| Tombali | Catio | Gã-António |
| Tombali | Catio | Can-Papel |

QUADRO 8-4: LISTA DOS PORTOS DE DESEMBARQUE POR ZONA INSULAR (BOLAMA-BIJAGÓS)

| Região | Sector | Localidade |
|--------|---------|-------------------|
| Bolama | Bolama | Bolama |
| Bolama | Bolama | Ilha De Casseque |
| Bolama | Bolama | Calmancunda |
| Bolama | Bolama | Ga-Beafada |
| Bolama | Bolama | Sindjam |
| Bolama | Bolama | Bolama De Baixo |
| Bolama | Bolama | Marçasse |
| Bolama | Bolama | Lala |
| Bolama | Bolama | Ga-Muria |
| Bolama | Bolama | Amitite |
| Bolama | Bolama | Canema |
| Bolama | Bolama | Ambancana |
| Bolama | Bubaque | Bubaque |
| Bolama | Bubaque | Porto De Nhominca |
| Bolama | Bubaque | Bruce |
| Bolama | Bubaque | Anequeno |
| Bolama | Bubaque | Ancadjedje |
| Bolama | Bubaque | Inorei |
| Bolama | Bubaque | Bine |
| Bolama | Bubaque | Soga |
| Bolama | Bubaque | Uracane |
| Bolama | Bubaque | Eguba |
| Bolama | Bubaque | Uite |
| Bolama | Bubaque | Amupa |
| Bolama | Bubaque | Ganogo |
| Bolama | Bubaque | Menegue |

| | | |
|--------|----------|------------------|
| Bolama | Bubaque | Eticoga |
| Bolama | Bubaque | Ancaboca |
| Bolama | Bubaque | Anghor |
| Bolama | Bubaque | Ambuduco |
| Bolama | Bubaque | Acagumé |
| Bolama | Bubaque | Ancopado |
| Bolama | Caravela | Abu |
| Bolama | Caravela | Ancadaque |
| Bolama | Caravela | Acoco |
| Bolama | Caravela | Acuno |
| Bolama | Caravela | Pandja |
| Bolama | Caravela | Cumpada |
| Bolama | Caravela | Catem |
| Bolama | Caravela | Cuiane |
| Bolama | Caravela | Anquedjo Bijagos |
| Bolama | Caravela | Anquedjo Pepel |
| Bolama | Caravela | Wada |
| Bolama | Caravela | Tchedia |
| Bolama | Caravela | Nghago |
| Bolama | Caravela | |
| Bolama | Caravela | Areia Branca |
| Bolama | Caravela | Correte |

8.3 CONTAS INDIVIDUAIS DOS ACTORES (ANÁLISE FINANCEIRA)

Quadro Resumo das Contas individuais

| Codificação | Região | Agentes Diretos | Tipo | Valor Acrescentado | Resultado Líquido da Exploração | Rendimento sobre o VBP | Rentabilidade sobre o Investimento | Relação B/C Corrente | Valor Acrescentado/kg |
|-------------|---------|---------------------------------------|---------------|--------------------|---------------------------------|------------------------|------------------------------------|----------------------|-----------------------|
| PESCI | Bissau | Pesca Industrial | Produção | 2.163.100.884 | 1.951.109.884 | 75,56% | 1,95 | 4,66 | 1.802,58 |
| PBMOT | Bissau | Piroga Motor | Produção | 29.984.659 | 8.932.640 | 8,62% | 0,66 | 0,12 | 448,75 |
| CBIMP | Bissau | Badeiras Gross. Import. | Distribuição | 8.594.664 | 8.435.492 | 33,50% | 0,51 | 0,33 | 467,60 |
| CBPFR | Bissau | Badeiras Retalhistas Peixe Fresco | Distribuição | 1.365.711 | 1.289.013 | 13,36% | - | 0,16 | 306,67 |
| CBPCO | Bissau | Badeiras Retalhistas Peixe Congelado | Distribuição | 1.006.914 | 895.035 | 6,84% | - | 0,07 | 215,18 |
| CBRIM | Bissau | Badeiras Retalhistas (Gross. Import.) | Distribuição | 1.759.824 | 1.688.578 | 17,86% | - | 0,22 | 376,00 |
| TABIS | Bissau | Transformação Artesanal | Processamento | 5.902.344 | 5.454.023 | 45,16% | - | 0,88 | 1.368,51 |
| TIBIS | Bissau | Indust. de Conserv. e Transf. | Processamento | 6.100.439.710 | 5.420.439.710 | 27,99% | 1,11 | 0,41 | 1.016,74 |
| PNMBI | Norte | Piroga Motor Biombo | Produção | 9.390.695 | 1.510.257 | 3,8% | 0,51 | 0,05 | 290,98 |
| PNRBI | Norte | Piroga Remo Biombo | Produção | 27.980.440 | 25.020.345 | 88,1% | 8,52 | 61,87 | 854,20 |
| PNMCO | Norte | Piroga Motor Caió | Produção | 38.706.306 | 25.693.113 | 27,0% | 7,79 | 0,46 | 1.000,98 |
| PNMCA | Norte | Piroga Motor Cacheu | Produção | 21.931.935 | 8.596.942 | 13,0% | 2,93 | 0,19 | 423,47 |
| PNRCA | Norte | Piroga Remo Cacheu | Produção | 2.679.998 | 1.636.489 | 41,4% | 0,56 | 1,28 | 527,08 |
| PNOPE | Norte | Pesca a Pé | Produção | 2.124.284 | 2.124.284 | 85,91% | - | 6,10 | 859,12 |
| CNPFR | Norte | Badeiras Retalhistas Peixe Fresco | Distribuição | 2.756.320 | 2.665.834 | 21,28% | - | 0,27 | 590,38 |
| TANOR | Norte | Transformação Artesanal | Processamento | 29.277.471 | 27.177.254 | 42,66% | - | 0,79 | 1.357,43 |
| PBMBU | Bijagós | Piroga Motor Bubaque | Produção | 60.993.726 | 27.671.397 | 22,14% | 9,43 | 0,43 | 421,47 |
| PRRBU | Bijagós | Piroga Remo Bubaque | Produção | 9.380.472 | 6.285.854 | 51,00% | 12,57 | 2,14 | 601,90 |
| PRMUR | Bijagós | Piroga Motor Uracane | Produção | 20.085.272 | 1.435.345 | 5,13% | 0,49 | 0,18 | 620,15 |
| PRRUR | Bijagós | Piroga Remo Uracane | Produção | 15.672.968 | 5.096.665 | 23,52% | 20,39 | 0,85 | 624,59 |
| PSBPE | Bijagós | Pesca a Pé | Produção | 1.348.855 | 1.348.855 | 89,87% | - | 8,87 | 898,73 |
| CBPFR | Bijagós | Badeiras Retalhistas Peixe Fresco | Distribuição | 2.224.394 | 2.174.978 | 28,76% | - | 0,41 | 409,14 |
| TABU | Bijagós | Transformação Artesanal | Processamento | 21.063.515 | 18.668.493 | 32,30% | - | 0,51 | 861,34 |
| PSMBU | Sul | Piroga Motor Buba | Produção | 4.858.657 | 394.510 | 5,35% | 0,13 | 0,16 | 502,02 |
| PSRBU | Sul | Piroga Remo Buba | Produção | 5.755.306 | 163.013 | 2,24% | 0,20 | 0,11 | 602,21 |
| PSMCA | Sul | Piroga Motor Cachine | Produção | 3.718.723 | 1.220.042 | 17,02% | 0,42 | 0,35 | 389,17 |
| PSRCA | Sul | Piroga Remo Cachine | Produção | 4.633.163 | 3.118.669 | 50,48% | 1,06 | 2,02 | 483,87 |
| PSUPE | Sul | Pesca a Pé | Produção | 2.899.734 | 2.899.734 | 97,30% | - | 36,09 | 973,04 |
| CSPFR | Sul | Badeiras Retalhistas Peixe Fresco | Distribuição | 868.645 | 840.128 | 21,28% | - | 0,27 | 284,51 |
| TASUL | Sul | Transformação Artesanal | Processamento | 12.011.483 | 10.463.297 | 29,79% | - | 0,45 | 755,48 |

| USO | | RECURSO | | | |
|---------------------------|-------------------|------------------------------------|---------------|-----------------|-------------------|
| Consumo intermediário | R\$ | Vendas | Qtd (Kg) | Preço | VBP |
| Combustível | 29.001.272 | Demersais | 36.599 | 2.500,00 | 91.498.386 |
| Gelo | 19.140.840 | Pelágicos | 2.069 | 1.750,00 | 3.620.765 |
| Alimentação | 2.900.127 | | | | |
| Kits de pesca | 5.370.606 | | | | |
| | | PNMCO | | | |
| Subtotal | 56.412.845 | | 38.668 | Subtotal | 95.119.151 |
| Valor acrescentado | | INDICADORES | | | |
| Salários | 11.484.504 | Valor da Produção | | 95.119.150,67 | |
| Licença de pesca | 181.526 | Consumo Intermediário | | 56.412.844,87 | |
| Licença de navegação | 275.190 | Valor Acrescentado | | 38.706.305,80 | |
| Taxa de saída | 51.558 | Resultado Bruto da Exploração | | 26.713.527,90 | |
| Depreciação | 1.020.415 | Resultado Líquido da Exploração | | 25.693.112,77 | |
| RLE | 25.693.112,8 | Rendimento sobre o VBP | | 27,0% | |
| Valor acrescentado | 38.706.306 | Relação B/C corrente | | 0,46 | |
| | | Rentabilidade sobre o Investimento | | 7,79 | |
| | | Valor Acrescentado/kg | | 1.000,98 | |
| TOTAL USOS | 95.119.151 | TOTAL RECURSOS | | | 95.119.151 |

| USO | | RECURSO | | | |
|---------------------------|----------------------|------------------------------------|---------------|-----------------|----------------------|
| Consumo intermediário | R\$ | Vendas | Qtd (Kg) | Preço | VBP |
| Combustível | 12.947.875 | Demersais | 28.796 | 1.500 | 43.194.570 |
| Gelo | 906.351 | Pelágicos | 22.995 | 1.000 | 22.995.121 |
| Alimentação | 7.768.725 | | | | |
| Kit de pesca | 19.182.037 | | | | |
| Sal | 3.452.767 | PNMCA | | | |
| Subtotal | 44.257.756,00 | | 51.792 | Subtotal | 66.189.691,23 |
| Valor Acrescentado | | INDICADORES | | | |
| Salários | 10.113.729 | Valor da Produção | | 66.189.691 | Total CI |
| Licença de pesca | 405.221 | Consumo Intermediário | | 44.257.756 | VA |
| Licença de navegação | 614.305 | Valor Acrescentado | | 21.931.935 | RLE + Deprec. |
| Taxa de saída | 172.638 | Resultado Bruto da Exploração | | 10.626.042 | RLE |
| Depreciação | 2.029.100 | Resultado Líquido da Exploração | | 8.596.942 | RLE/VBP |
| RLE | 8.596.942 | Rendimento sobre o VBP | | 13,0% | RLE/CI |
| Valor Acrescentado | 21.931.935 | Relação B/C corrente | | 0,19 | RLE/Invest. |
| | | Rentabilidade sobre o Investimento | | 2,93 | |
| | | Valor Acrescentado/kg | | 423,47 | |
| TOTAL USOS | 66.189.691 | TOTAL RECURSOS | | | 66.189.691,23 |

Transformação Artesanal - 70% da pesca artesanal - Norte

| USO | | | | RECURSO | | | |
|------------------------------|---------------|----------|----------------------|------------------------------------|---------------|-----------------|----------------------|
| Consumo intermediário | Qtd (Kg) | Preço | | Vendas | Qtd (Kg) | Preço | VBP |
| Compra na Cadeia | | | | Pelágicos fumados | 5.016 | 2.800,00 | 14.044.144 |
| Pelágicos | 9.609 | 620,00 | 5.957.423 | Demersais fumados | 16.527 | 3.000,00 | 49.581.700 |
| Demersais | 31.661 | 800,00 | 25.329.093 | Crustáceos fumados | 25 | 3.000,00 | 75.697 |
| Crustáceos | 48 | 800,00 | 38.670 | | | | |
| Compra fora da cadeia | | | | | | | |
| Lenha/carvão | 8.264 | 150,00 | 1.239.554 | | | | |
| Sal | 2.066 | 300,00 | 619.777 | | | | |
| Água/limpeza e afins | 41.318 | 10,00 | 413.185 | | | | |
| Transporte | 41.318 | 20,00 | 826.369 | | | | |
| Subtotal | 41.318 | | 34.424.070,54 | | 21.568 | Subtotal | 63.701.542 |
| Valor acrescentado | | | | INDICADORES | | | |
| Salários | 826 | 1.500,00 | 1.239.554 | Valor da Produção | | 63.701.542 | |
| Depreciação | | | 860.663 | Consumo Intermediário | | 34.424.071 | Total CI |
| RLE | | | 27.177.254,25 | Valor Acrescentado | | 29.277.471 | VA |
| | | | | Resultado Bruto da Exploração | | 27.177.254 | RLE + Deprec. |
| | | | | Resultado Líquido da Exploração | | 27.177.254 | RLE |
| | | | | Rendimento sobre o VBP | | 42,7% | RLE/VBP |
| | | | | Relação B/C corrente | | 0,79 | RLE/CI |
| Valor acrescentado | | | 29.277.471,14 | Rentabilidade sobre o Investimento | | - | RLE/Invest. |
| | | | | Valor Acrescentado/kg | | 1.357,43 | |
| TOTAL USOS | | | 63.701.541,67 | TOTAL RECURSOS | | | 63.701.541,67 |

Bissau

| USO | | | | RECURSO | | | |
|--|----------|---------------|-------------------------|------------------------------------|------------------|-----------------|-------------------------|
| Consumo inter | Qtd (Kg) | Preço | | Vendas | Qtd (Kg) | Preço | VBP |
| Combustível | | | 330.000.000 | Pelágicos | 808.341 | 1.817,97 | 1.469.537.625 |
| Artes de pesca (redes, cabos, apetrechos diversos) | | | 50.000.000 | Demersais | 313.327 | 2.496,09 | 782.094.288 |
| Gelo (para conservação do pescado) | | | 2.200.000 | Moluscos Demersais | 78.332 | 4.219,79 | 330.543.971 |
| Manutenção | | | 30.000.000 | | | | |
| Alimentação da tripulação | | | 6.875.000 | | | | |
| Subtotal | - | | 419.075.000,00 | | 1.200.000 | Subtotal | 2.582.175.884 |
| Valor acrescentado | | | | INDICADORES | | | |
| Mão-de-obra local | | | 14.850.000 | Valor da Produção | | 2.582.175.884 | |
| Mão-de-obra estrangeira | | | 52.800.000 | Consumo Intermediário | | 419.075.000 | Total CI |
| Licença de pesca | | | 94.341.000 | Valor Acrescentado | | 2.163.100.884 | VA |
| Depreciação | | | 50.000.000 | Resultado Bruto da Exploração | | 2.001.109.884 | RLE + Deprec. |
| RLE | | | 1.951.109.884 | Resultado Líquido da Exploração | | 1.951.109.884 | RLE |
| Invest. (5 BATEAUX) | | 5.000.000.000 | | Rendimento sobre o VBP | | 75,6% | RLE/VBP |
| | | 1.000.000.000 | | Relação B/C corrente | | 4,66 | RLE/CI |
| Valor acrescentado | | | 2.163.100.884 | Rentabilidade sobre o Investimento | | 1,95 | RLE/Invest. |
| | | | | Valor Acrescentado/kg | | 1.802,58 | |
| TOTAL USOS | | | 2.582.175.883,95 | TOTAL RECURSOS | | | 2.582.175.883,95 |

| Piroga Motor Bissau | | | | | | |
|---------------------------|--------------------|------------------------------------|---------------|-----------------------|--------------------|--|
| USO | | | RECURSO | | | |
| Consumo intermediário | Valor | Vendas | Qtd (Kg) | Preço | VBP | |
| Combustível | 23.803.977 | Pelágicos | 33.409 | 1.300 | 43.431.818 | |
| Gelo | 10.718.750 | Demersais | 33.409 | 1.800 | 60.136.364 | |
| Alimentação | 38.086.364 | | | | | |
| Kit de Pesca | 974.432 | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| Subtotal | 73.583.523 | | 66.818 | Subtotal | 103.568.182 | |
| Valor acrescentado | | | | | | |
| Salários | 17.990.795 | INDICADORES | | | | |
| Licença de pesca | 392.093 | Valor da Produção | | 103.568.182 | | |
| Licença de navegação | 594.403 | Consumo Intermediário | | 73.583.523 | Total CI | |
| Taxa de saída | 111.364 | Valor Acrescentado | | 29.984.659 | VA | |
| Depreciação | 1.963.364 | Resultado Bruto da Exploração | | 10.896.004 | RLE + Deprec. | |
| RLE | 8.932.640 | Resultado Líquido da Exploração | | 8.932.640 | RLE | |
| | | Rendimento sobre o VBP | | 8,6% | RLE/VBP | |
| | | Relação B/C corrente | | 0,12 | RLE/CI | |
| Valor acrescentado | 29.984.659 | Rentabilidade sobre o Investimento | | 0,66 | RLE/Invest. | |
| | | Valor Acrescentado/kg | | 448,75 | | |
| | | | | | | |
| TOTAL USOS | 103.568.182 | TOTAL RECURSOS | | 103.568.181,82 | | |

| Bideiras Grossistas - Importação | | | | | | |
|-------------------------------------|------------------|----------------------|-----------------------|------------------------------------|-----------------|-------------------|
| USO | | | RECURSO | | | |
| Consumo intermediário | Qtd (Kg) | Preço | Vendas | Qtd (Kg) | Preço | VBP |
| Compra na Cadeia | | | | | | |
| Pelágicos | 10.211 | 700,00 | 7.147.875 | Pelágicos | 9.190 | 1.200,00 |
| Demersais | 10.211 | 924,00 | 9.435.195 | Demersais | 9.190 | 1.540,00 |
| Compra fora da cadeia | | | | | | |
| Aluguer transporte | | | 1.667 | | | |
| Escolta Policial | | | 42 | | | |
| Segurança | | | 250 | | | |
| Câmara Frigorífica | | | 1.250 | | | |
| Subtotal | 2.450.700 | | 16.586.278 | 18.380 | Subtotal | 25.180.943 |
| Valor acrescentado | | | | | | |
| Taxas aduaneiras | | | 30.256 | INDICADORES | | |
| Taxas diversas (Postos nas regiões) | | | 125.125 | Valor da Produção | | 25.180.943 |
| Taxa do aeroporto | | | 3.792 | Consumo Intermediário | | 16.586.278 |
| RLE | | | 8.435.491,94 | Valor Acrescentado | | 8.594.664 |
| | | | | Resultado Bruto da Exploração | | 8.435.492 |
| | | | | Resultado Líquido da Exploração | | 8.435.492 |
| | | | | Rendimento sobre o VBP | | 33,5% |
| | | | | Relação B/C corrente | | 0,51 |
| Valor acrescentado | | | 8.594.664,17 | Rentabilidade sobre o Investimento | | - |
| | | | | Valor Acrescentado/kg | | 467,60 |
| | | | | | | |
| TOTAL USOS | - | 25.180.942,50 | TOTAL RECURSOS | 25.180.942,50 | | |

Bideiras Retalhistas da Pesca Artesanal (Comercial) a motor - 90% das capturas da pesca artesanal

| USO | | | | RECURSO | | | |
|------------------------------|--------------|----------|---------------------|------------------------------------|-----------------|-----------|---------------------|
| Consumo intermediário | Qtd (Kg) | Preço | | Vendas | Qtd (Kg) | Preço | VBP |
| Compra na Cadeia | | | | Pelágicos | 2.227 | 2.000,00 | 4.453.406 |
| Pelágicos | 2.474 | 1.300,00 | 3.216.348 | Demersais | 2.227 | 2.333,33 | 5.195.640 |
| Demersais | 2.474 | 1.800,00 | 4.453.406 | | | | - |
| Compra fora da cadeia | | | | | | | |
| Transporte | % | 2,00% | 153.395 | | | | |
| Conservação | % | 3,00% | 230.093 | | | | |
| Embalagens | % | 1,00% | 76.698 | | | | |
| Custos admin. e diversos | % | 2,00% | 153.395 | | | | |
| Subtotal | 4.948 | | 8.283.334,25 | 4.453 | Subtotal | | 9.649.045 |
| Valor acrescentado | | | | INDICADORES | | | |
| Taxas de bancada | % | 1,00% | 76.698 | Valor da Produção | | 9.649.045 | |
| | | | | Consumo Intermediário | | 8.283.334 | Total CI |
| RLE | | | 1.289.013,48 | Valor Acrescentado | | 1.365.711 | VA |
| | | | | Resultado Bruto da Exploração | | 1.289.013 | RLE + Deprec. |
| | | | | Resultado Líquido da Exploração | | 1.289.013 | RLE |
| | | | | Rendimento sobre o VBP | | 13,4% | RLE/VBP |
| | | | | Relação B/C corrente | | 0,16 | RLE/CI |
| Valor acrescentado | | | 1.365.711,02 | Rentabilidade sobre o Investimento | | - | RLE/Invest. |
| | | | | Valor Acrescentado/kg | | 306,67 | |
| TOTAL USOS | | | 9.649.045,28 | TOTAL RECURSOS | | | 9.649.045,28 |

Bideiras Retalhistas - Compras das Empresas Transformadoras

| USO | | | | RECURSO | | | |
|------------------------------|--------------|-------|----------------------|------------------------------------|-----------------|------------|----------------------|
| Consumo intermediário | Qtd (Kg) | Preço | | Vendas | Qtd (Kg) | Preço | VBP |
| Compra na Cadeia | | | | Pelágicos | 3.152 | 2.363,36 | 7.449.562 |
| Pelágicos | 3.502 | 1.818 | 6.367.147 | Demersais | 1.222 | 3.244,92 | 3.964.689 |
| Demersais | 1.358 | 2.496 | 3.388.623 | Moluscos Demersais | 305 | 5.485,73 | 1.675.635 |
| Moluscos Demersais | 339 | 4.220 | 1.432.166 | | | | |
| Compra fora da cadeia | | | | | | | |
| Transporte | % | 2,00% | 223.759 | | | | |
| Conservação | % | 3,00% | 335.638 | | | | |
| Embalagens | % | 1,00% | 111.879 | | | | |
| Custos admin. e diversos | % | 2,00% | 223.759 | | | | |
| Subtotal | 5.199 | | 12.082.972,07 | 4.679 | Subtotal | | 13.089.886 |
| Valor acrescentado | | | | INDICADORES | | | |
| Taxas de bancada | % | 1,00% | 111.879 | Valor da Produção | | 13.089.886 | |
| | | | | Consumo Intermediário | | 12.082.972 | Total CI |
| RLE | | | 895.035 | Valor Acrescentado | | 1.006.914 | VA |
| | | | | Resultado Bruto da Exploração | | 895.035 | RLE + Deprec. |
| | | | | Resultado Líquido da Exploração | | 895.035 | RLE |
| | | | | Rendimento sobre o VBP | | 6,8% | RLE/VBP |
| | | | | Relação B/C corrente | | 0,07 | RLE/CI |
| Valor acrescentado | | | 1.006.914 | Rentabilidade sobre o Investimento | | - | RLE/Invest. |
| | | | | Valor Acrescentado/kg | | 215,18 | |
| TOTAL USOS | | | 13.089.886,41 | TOTAL RECURSOS | | | 13.089.886,41 |

Bideiras Retalhistas - Compras das Bideiras Grossistas

| USO | | | | RECURSO | | | |
|------------------------------|--------------|----------|---------------------|------------------------------------|--------------|-----------------|---------------------|
| Consumo intermediário | Qtd (Kg) | Preço | | Vendas | Qtd (Kg) | Preço | VBP |
| Compra na Cadeia | | | | Pelágicos | 2.340 | 1.800,00 | 4.212.344 |
| Pelágicos | 2.600 | 1.200,00 | 3.120.255 | Demersais | 2.340 | 2.240,00 | 5.242.028 |
| Demersais | 2.600 | 1.540,00 | 4.004.327 | | | | |
| Compra fora da cadeia | | | | | | | |
| Transporte | % | 2,00% | 142.492 | | | | |
| Conservação | % | 3,00% | 213.737 | | | | |
| Embalagens | % | 1,00% | 71.246 | | | | |
| Custos admin. e diversos | % | 2,00% | 142.492 | | | | |
| Subtotal | 5.200 | | 7.694.547,95 | | 4.680 | Subtotal | 9.454.372 |
| Valor acrescentado | | | | INDICADORES | | | |
| Taxas de bancada | % | 1,00% | 71.246 | Valor da Produção | | 9.454.372 | Total CI |
| | | | | Consumo Intermediário | | 7.694.548 | VA |
| RLE | | | 1.688.577,80 | Valor Acrescentado | | 1.759.824 | RLE + Deprec. |
| | | | | Resultado Bruto da Exploração | | 1.688.578 | RLE |
| | | | | Resultado Líquido da Exploração | | 1.688.578 | RLE/VBP |
| | | | | Rendimento sobre o VBP | | 17,9% | RLE/CI |
| | | | | Relação B/C corrente | | 0,22 | RLE/Invest. |
| Valor acrescentado | | | 1.759.823,62 | Rentabilidade sobre o Investimento | | - | |
| | | | | Valor Acrescentado/kg | | 376,00 | |
| TOTAL USOS | | | 9.454.371,56 | TOTAL RECURSOS | | | 9.454.371,56 |

Transformação Artesanal - 10% da pesca artesanal

| USO | | | | RECURSO | | | |
|------------------------------|--------------|----------|----------------------|------------------------------------|--------------|-----------------|----------------------|
| Consumo intermediário | Qtd (Kg) | Preço | | Vendas | Qtd (Kg) | Preço | VBP |
| Compra na Cadeia | | | | Demersais fumados | 4.313 | 2.800,00 | 12.076.344 |
| Demersais | 8.820 | 625,00 | 5.512.500 | | | | |
| Compra fora da cadeia | | | | | | | |
| Lenha/carvão | 1.764 | 150,00 | 264.600 | | | | |
| Sal | 441 | 300,00 | 132.300 | | | | |
| Água/limpeza e afins | 8.820 | 10,00 | 88.200 | | | | |
| Transporte | 8.820 | 20,00 | 176.400 | | | | |
| Subtotal | 8.820 | | 6.174.000,00 | | 4.313 | Subtotal | 12.076.344 |
| Valor acrescentado | | | | INDICADORES | | | |
| Salários | 176 | 1.500,00 | 264.600 | Valor da Produção | | 12.076.344 | Total CI |
| Depreciação | | | 183.721 | Consumo Intermediário | | 6.174.000 | VA |
| RLE | | | 5.454.023,40 | Valor Acrescentado | | 5.902.344 | RLE + Deprec. |
| | | | | Resultado Bruto da Exploração | | 5.454.023 | RLE |
| | | | | Resultado Líquido da Exploração | | 5.454.023 | RLE/VBP |
| | | | | Rendimento sobre o VBP | | 45,2% | RLE/CI |
| | | | | Relação B/C corrente | | 0,88 | RLE/Invest. |
| Valor acrescentado | | | 5.902.344,00 | Rentabilidade sobre o Investimento | | - | |
| | | | | Valor Acrescentado/kg | | 1.368,51 | |
| TOTAL USOS | | | 12.076.344,00 | TOTAL RECURSOS | | | 12.076.344,00 |

Ilhas Bijagós

| Piroga Motor Bubaque - Bijaçós | | | | | |
|--------------------------------|--------------------|------------------------------------|----------------|-----------------|-----------------------|
| USO | | | RECURSO | | |
| Consumo intermediário | R\$ | Vendas | Qtd (Kg) | Preço | VBP |
| Combustível | 18.089.597 | Pelágicos | 79.025 | 750,00 | 59.268.672,41 |
| Gelo | 15.828.397 | Demersais | 65.692 | 1.000,00 | 65.691.878,29 |
| Alimentação | 9.949.278 | | | | - |
| Kit de Pesca | 20.099.552 | | | | |
| | | | | PBMBU | |
| Subtotal | 63.966.824 | | 144.717 | Subtotal | 124.960.550,71 |
| Valor acrescentado | | | | | |
| Salários | 24.571.702 | INDICADORES | | | |
| Licença de pesca | 424.603 | Valor da Produção | | 124.960.551 | Total CI |
| Licença de navegação | 643.688 | Consumo Intermediário | | 63.966.824 | VA |
| Taxa de saída | 180.896 | Valor Acrescentado | | 60.993.726 | RLE + Deprec. |
| Depreciação | 7.501.440 | Resultado Bruto da Exploração | | 35.172.837 | RLE |
| RLE | 27.671.397 | Resultado Líquido da Exploração | | 27.671.397 | RLE/VBP |
| | | Rendimento sobre o VBP | | 22,1% | RLE/CI |
| | | Relação B/C corrente | | 0,43 | RLE/Invest. |
| Valor acrescentado | 60.993.726 | Rentabilidade sobre o Investimento | | 9,43 | |
| | | Valor Acrescentado/kg | | 421,47 | |
| TOTAL USOS | 124.960.551 | TOTAL RECURSOS | | | 124.960.550,71 |

| Piroga Remo Bubaque - Bijaçós | | | | | |
|-------------------------------|----------------------|------------------------------------|---------------|-----------------|----------------------|
| USO | | | RECURSO | | |
| Consumo intermediário | R\$ | Vendas | Qtd (Kg) | Preço | VBP |
| Combustível | - | Pelágicos | 8.510 | 700,00 | 5.957.237,73 |
| Gelo | - | Demersais | 7.074 | 900,00 | 6.367.033,64 |
| Alimentação | 779.241,07 | | | | |
| Kit de Pesca | 2.164.558,53 | | | | |
| | | | | PBRBU | |
| Subtotal | 2.943.799,60 | | 15.585 | Subtotal | 12.324.271,36 |
| Valor acrescentado | | | | | |
| Salários | 2.219.901,96 | INDICADORES | | | |
| Licença de pesca | 27.435,78 | Valor da Produção | | 12.324.271 | Total CI |
| Licença de navegação | 277.279,95 | Consumo Intermediário | | 2.943.800 | VA |
| Taxa de saída | 389.620,54 | Valor Acrescentado | | 9.380.472 | RLE + Deprec. |
| Depreciação | 180.379,88 | Resultado Bruto da Exploração | | 6.466.234 | RLE |
| RLE | 6.285.853,66 | Resultado Líquido da Exploração | | 6.285.854 | RLE/VBP |
| | | Rendimento sobre o VBP | | 51,0% | RLE/CI |
| | | Relação B/C corrente | | 2,14 | RLE/Invest. |
| Valor acrescentado | 9.380.471,76 | Rentabilidade sobre o Investimento | | 12,57 | |
| | | Valor Acrescentado/kg | | 601,90 | |
| TOTAL USOS | 12.324.271,36 | TOTAL RECURSOS | | | 12.324.271,36 |

| Piroga Motor Uracane - Ilhas Bijaçós | | | | | | |
|--------------------------------------|-------------------------|------|------------------------------------|------------------|-----------------|-------------------------|
| USO | | | RECURSO | | | |
| Consumo intermediário | R\$ | | Vendas | Qtd (Kg) | Preço | VBP |
| Combustível | 98.001.512,89 | 0,04 | Pelágicos | 963.275 | 750,00 | 722.456.344,50 |
| Gelo | 62.720.968,25 | 0,71 | Demersais | 800.752 | 1.000,00 | 800.752.105,97 |
| Alimentação | 23.520.363,09 | | | | | - |
| Kit de Pesca | 245.003.782,22 | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| Subtotal | 429.246.626,45 | | | 1.764.027 | Subtotal | 1.523.208.450,47 |
| Valor acrescentado | | | | | | |
| Salários | 979.476.120,55 | | INDICADORES | | | |
| Licença de pesca | 3.450.469,93 | | Valor da Produção | 1.523.208.450 | | Total CI |
| Licença de navegação | 5.230.830,75 | | Consumo Intermediário | 429.246.626 | | VA |
| Taxa de saída | 1.960.030,26 | | Valor Acrescentado | 1.093.961.824 | | RLE + Deprec. |
| Depreciação | 25.667.062,90 | | Resultado Bruto da Exploração | 103.844.373 | | RLE |
| RLE | 78.177.309,63 | | Resultado Líquido da Exploração | 78.177.310 | | RLE/VBP |
| | | | Rendimento sobre o VBP | 5,1% | | RLE/CI |
| | | | Relação B/C corrente | 0,18 | | RLE/Invest. |
| Valor acrescentado | 1.093.961.824,03 | | Rentabilidade sobre o Investimento | 0,49 | | |
| | | | Valor Acrescentado/kg | 620,15 | | |
| | | | | | | |
| TOTAL USOS | 1.523.208.450,47 | | TOTAL RECURSOS | | | 1.523.208.450,47 |

| Piroga Remo Uracane - Bijaçós | | | | | | |
|-------------------------------|----------------------|------|------------------------------------|---------------|-----------------|----------------------|
| USO | | | RECURSO | | | |
| Consumo intermediário | R\$ | | Vendas | Qtd (Kg) | Preço | VBP |
| Combustível | - | 0,04 | Pelágicos | 13.702 | 750,00 | 10.276.833,33 |
| Gelo | 1.672.868,22 | 0,71 | Demersais | 11.391 | 1.000,00 | 11.390.578,81 |
| Alimentação | 836.434,11 | | | | | |
| Kit de Pesca | 3.485.142,12 | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| Subtotal | 5.994.444,44 | | | 25.093 | Subtotal | 21.667.412,15 |
| Valor acrescentado | | | | | | |
| Salários | 10.037.209,30 | | INDICADORES | | | |
| Licença de pesca | 29.449,45 | | Valor da Produção | 21.667.412 | | Total CI |
| Licença de navegação | 297.631,14 | | Consumo Intermediário | 5.994.444 | | VA |
| Taxa de saída | 139.405,68 | | Valor Acrescentado | 15.672.968 | | RLE + Deprec. |
| Depreciação | 72.607,13 | | Resultado Bruto da Exploração | 5.169.272 | | RLE |
| RLE | 5.096.665,00 | | Resultado Líquido da Exploração | 5.096.665 | | RLE/VBP |
| | | | Rendimento sobre o VBP | 23,5% | | RLE/CI |
| | | | Relação B/C corrente | 0,85 | | RLE/Invest. |
| Valor acrescentado | 15.672.967,70 | | Rentabilidade sobre o Investimento | 20,39 | | |
| | | | Valor Acrescentado/kg | 624,59 | | |
| | | | | | | |
| TOTAL USOS | 21.667.412,15 | | TOTAL RECURSOS | | | 21.667.412,15 |

| USO | | | | RECURSO | | |
|---------------------------|---------------------|--|---|--------------|-----------------|---------------------|
| Consumo intermediário | R\$ | | Vendas | Qtd (Kg) | Preço | VBP |
| Combustível | - | | Pelágicos | 758 | 1.000,00 | 758.171,36 |
| Gelo | - | | Demersais | 467 | 1.000,00 | 467.106,79 |
| Alimentação | - | | Crustáceos | 73 | 1.000,00 | 73.171,66 |
| Kit de Pesca | 151.988,60 | | Moluscos Demersais | 202 | 1.000,00 | 202.393,57 |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| Subtotal | 151.988,60 | | | 1.501 | Subtotal | 1.500.843,38 |
| Valor acrescentado | | | | | | |
| Salários | - | | INDICADORES | | | |
| Licença de pesca | | | Valor da Produção | | 1.500.843 | Total CI |
| Licença de navegação | | | Consumo Intermediário | | 151.989 | VA |
| Taxa de saída | | | Valor Acrescentado | | 1.348.855 | RLE + Deprec. |
| Depreciação | | | Resultado Bruto da Exploração | | 1.348.855 | RLE |
| RLE | 1.348.854,79 | | Resultado Líquido da Exploração | | 1.348.855 | RLE/VBP |
| | | | Rendimento sobre o VBP | | 89,9% | RLE/CI |
| | | | Relação B/C corrente | | 8,87 | RLE/Invest. |
| Valor acrescentado | 1.348.854,79 | | Rentabilidade sobre o Investimento | | - | |
| | | | Valor Acrescentado/kg | | 898,73 | |
| TOTAL USOS | 1.500.843,38 | | TOTAL RECURSOS | | | 1.500.843,38 |

| USO | | | | RECURSO | | |
|------------------------------|--------------|----------|---------------------|---|-----------------|---------------------|
| Consumo intermediário | Qtd (Kg) | Preço | Vendas | Qtd (Kg) | Preço | VBP |
| Compra na Cadeia | | | Pelágicos | 2.969 | 1.300,00 | 3.859.452 |
| Pelágicos | 3.125 | 750,00 | 2.343.797 | Demersais | 2.468 | 1.500,00 |
| Demersais | 2.598 | 1.000,00 | 2.597.804 | | | - |
| Compra fora da cadeia | | | | | | |
| Transporte | % | 2,00% | 98.832 | | | |
| Conservação | % | 3,00% | 148.248 | | | |
| Embalagens | % | 1,00% | 49.416 | | | |
| Custos admin. e diversos | % | 2,00% | 98.832 | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| Subtotal | 5.723 | | 5.336.929,48 | 5.437 | Subtotal | 7.561.324 |
| Valor acrescentado | | | | | | |
| Taxas de bancada | % | 1,00% | 49.416 | INDICADORES | | |
| | | | | Valor da Produção | | 7.561.324 |
| | | | | Consumo Intermediário | | 5.336.929 |
| RLE | | | 2.174.978,11 | Valor Acrescentado | | 2.224.394 |
| | | | | Resultado Bruto da Exploração | | 2.174.978 |
| | | 226 | | Resultado Líquido da Exploração | | 2.174.978 |
| | | | | Rendimento sobre o VBP | | 28,8% |
| | | | | Relação B/C corrente | | 0,41 |
| Valor acrescentado | | | 2.224.394,12 | Rentabilidade sobre o Investimento | | 0,00 |
| | | | | Valor Acrescentado/kg | | 409,14 |
| TOTAL USOS | - | | 7.561.323,60 | TOTAL RECURSOS | | 7.561.323,60 |

| USO | | | | RECURSO | | | |
|------------------------------|---------------|----------|----------------------|------------------------------------|---------------|-----------------|----------------------|
| Consumo intermediário | Qtd (Kg) | Preço | | Vendas | Qtd (Kg) | Preço | VBP |
| Compra na Cadeia | | | | | | | |
| Pelágicos | 25.730 | 625,00 | 16.081.051 | Pelágicos fumados | 13.354 | 2.000,00 | 26.707.410 |
| Demersais | 21.389 | 800,00 | 17.110.872 | Demersais fumados | 11.101 | 2.800,00 | 31.081.899 |
| Compra fora da cadeia | | | | | | | |
| Lenha/carvão | 9.424 | 150,00 | 1.413.548 | | | | |
| Sal | 2.356 | 300,00 | 706.774 | | | | |
| Água/limpeza e afins | 47.118 | 10,00 | 471.183 | | | | |
| Transporte | 47.118 | 20,00 | 942.365 | | | | |
| | | | | | | | |
| Subtotal | 47.118 | | 36.725.793,44 | | 24.454 | Subtotal | 57.789.309 |
| Valor acrescentado | | | | | | | |
| Salários | 942 | 1.500,00 | 1.413.548 | INDICADORES | | | |
| Depreciação | | | 981.474 | Valor da Produção | | 57.789.309 | |
| RLE | | | 18.668.493,41 | Consumo Intermediário | | 36.725.793 | Total CI |
| | | | | Valor Acrescentado | | 21.063.515 | VA |
| | | | | Resultado Bruto da Exploração | | 18.668.493 | RLE + Deprec. |
| | | | | Resultado Líquido da Exploração | | 18.668.493 | RLE |
| | | | | Rendimento sobre o VBP | | 32,3% | RLE/VBP |
| | | | | Relação B/C corrente | | 0,51 | RLE/CI |
| Valor acrescentado | | | 21.063.515,16 | Rentabilidade sobre o Investimento | | - | RLE/Invest. |
| | | | | Valor Acrescentado/kg | | 861,34 | |
| TOTAL USOS | | | 57.789.308,60 | TOTAL RECURSOS | | | 57.789.308,60 |

Região Sul

| USO | | | | RECURSO | | | |
|---------------------------|---------------------|--|--|------------------------------------|--------------|-----------------|---------------------|
| Consumo intermediário | R\$ | | | Vendas | Qtd (Kg) | Preço | VBP |
| Combustível | 725.867,65 | | | Demersais | 5.618 | 1.000,00 | 5.617.611,48 |
| Gelo | 762.161,03 | | | Pelágicos | 4.046 | 428,00 | 1.731.795,69 |
| Alimentação | 217.760,29 | | | Crustáceos | 14 | 1.500,00 | 21.558,29 |
| Kit de Pesca | 806.519,61 | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| Subtotal | 2.512.308,58 | | | | 9.678 | Subtotal | 7.370.965,46 |
| Valor acrescentado | | | | | | | |
| Salários | 4.195.031,09 | | | INDICADORES | | | |
| Licença de pesca | 34.075,45 | | | Valor da Produção | | 7.370.965 | |
| Licença de navegação | 51.657,58 | | | Consumo Intermediário | | 2.512.309 | Total CI |
| Taxa de saída | 14.517,35 | | | Valor Acrescentado | | 4.858.657 | VA |
| Depreciação | 168.865,04 | | | Resultado Bruto da Exploração | | 563.375 | RLE + Deprec. |
| RLE | 394.510 | | | Resultado Líquido da Exploração | | 394.510 | RLE |
| | | | | Rendimento sobre o VBP | | 5,4% | RLE/VBP |
| | | | | Relação B/C corrente | | 0,16 | RLE/CI |
| Valor acrescentado | 4.858.657 | | | Rentabilidade sobre o Investimento | | 0,13 | RLE/Invest. |
| | | | | Valor Acrescentado/kg | | 502,02 | |
| TOTAL USOS | 7.370.965,46 | | | TOTAL RECURSOS | | | 7.370.965,46 |

| USO | | RECURSO | | | |
|---------------------------|---------------------|------------------------------------|--------------|-----------------|---------------------|
| Consumo intermediário | R\$ | Vendas | Qtd (Kg) | Preço | VBP |
| Combustível | - | Demersais | 5.547 | 1.000,00 | 5.547.197,09 |
| Gelo | 100.347,69 | Pelágicos | 3.996 | 428,00 | 1.710.088,37 |
| Alimentação | 95.569,23 | Crustáceos | 14 | 1.500,00 | 21.288,07 |
| Kit de Pesca | 1.327.350,38 | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| Subtotal | 1.523.267,29 | | 9.557 | Subtotal | 7.278.573,53 |
| Valor acrescentado | | | | | |
| Salários | 5.513.388,71 | INDICADORES | | | |
| Licença de pesca | 5.047,25 | Valor da Produção | | 7.278.574 | |
| Licença de navegação | 51.010,07 | Consumo Intermediário | | 1.523.267 | Total CI |
| Taxa de saída | 19.113,85 | Valor Acrescentado | | 5.755.306 | VA |
| Depreciação | 3.733,17 | Resultado Bruto da Exploração | | 166.746 | RLE + Deprec. |
| RLE | 163.013,18 | Resultado Líquido da Exploração | | 163.013 | RLE |
| | | Rendimento sobre o VBP | | 2,2% | RLE/VBP |
| | | Relação B/C corrente | | 0,11 | RLE/CI |
| Valor acrescentado | 5.755.306,23 | Rentabilidade sobre o Investimento | | 0,20 | RLE/Invest. |
| | | Valor Acrescentado/kg | | 602,21 | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| TOTAL USOS | 7.278.573,53 | TOTAL RECURSOS | | | 7.278.573,53 |

| USO | | RECURSO | | | |
|---------------------------|---------------------|------------------------------------|--------------|-----------------|---------------------|
| Consumo intermediário | R\$ | Vendas | Qtd (Kg) | Preço | VBP |
| Combustível | 1.433.340,70 | Demersais | 5.546 | 750,00 | 4.159.824,03 |
| Gelo | 1.003.338,49 | Pelágicos | 3.995 | 750,00 | 2.996.236,89 |
| Alimentação | 215.001,10 | Crustáceos | 14 | 750,00 | 10.642,57 |
| Kit de Pesca | 796.300,39 | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| Subtotal | 3.447.980,68 | | 9.556 | Subtotal | 7.166.703,49 |
| Valor acrescentado | | | | | |
| Salários | 2.231.233,69 | INDICADORES | | | |
| Licença de pesca | 33.643,69 | Valor da Produção | | 7.166.703 | |
| Licença de navegação | 51.003,04 | Consumo Intermediário | | 3.447.981 | Total CI |
| Taxa de saída | 14.333,41 | Valor Acrescentado | | 3.718.723 | VA |
| Depreciação | 168.467,30 | Resultado Bruto da Exploração | | 1.388.509 | RLE + Deprec. |
| RLE | 1.220.041,69 | Resultado Líquido da Exploração | | 1.220.042 | RLE |
| | | Rendimento sobre o VBP | | 17,0% | RLE/VBP |
| | | Relação B/C corrente | | 0,35 | RLE/CI |
| Valor acrescentado | 3.718.722,81 | Rentabilidade sobre o Investimento | | 0,42 | RLE/Invest. |
| | | Valor Acrescentado/kg | | 389,17 | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| TOTAL USOS | 7.166.703,49 | TOTAL RECURSOS | | | 7.166.703,49 |

| USO | | RECURSO | | | |
|---------------------------|------------------|------------------------------------|--------------|-----------------|---------------------|
| Consumo intermediário | R\$ | Vendas | Qtd (Kg) | Preço | VBP |
| Combustível | - | Demersais | 5.558 | 750,00 | 4.168.373 |
| Gelo | - | Pelágicos | 4.003 | 500,00 | 2.001.596 |
| Alimentação | 215.443 | Crustáceos | 14 | 600,00 | 8.532 |
| Kit de Pesca | 1.329.895 | | | | |
| | | | | | |
| | | | PSRCA | | |
| Subtotal | 1.545.338 | | 9.575 | Subtotal | 6.178.501 |
| Valor acrescentado | | | | | |
| Salários | 1.378.835 | INDICADORES | | | |
| Licença de pesca | 5.057 | Valor da Produção | | 6.178.501 | Total CI |
| Licença de navegação | 51.108 | Consumo Intermediário | | 1.545.338 | VA |
| Taxa de saída | 67.027 | Valor Acrescentado | | 4.633.163 | RLE + Deprec. |
| Depreciação | 12.468 | Resultado Bruto da Exploração | | 3.131.137 | RLE |
| RLE | 3.118.669 | Resultado Líquido da Exploração | | 3.118.669 | RLE/VBP |
| | | Rendimento sobre o VBP | | 50,5% | RLE/CI |
| Valor acrescentado | 4.633.163 | Relação B/C corrente | | 2,02 | RLE/Invest. |
| | | Rentabilidade sobre o Investimento | | 1,06 | |
| | | Valor Acrescentado/kg | | 483,87 | |
| TOTAL USOS | 6.178.501 | TOTAL RECURSOS | | | 6.178.500,72 |

| USO | | RECURSO | | | |
|---------------------------|---------------------|------------------------------------|--------------|-----------------|---------------------|
| Consumo intermediário | R\$ | Vendas | Qtd (Kg) | Preço | VBP |
| Combustível | - | Pelágicos | 1.505 | 1.000,00 | 1.505.432,46 |
| Gelo | - | Demersais | 927 | 1.000,00 | 927.491,81 |
| Alimentação | - | Crustáceos | 145 | 1.000,00 | 145.290,37 |
| Kit de Pesca | 80.355,08 | Moluscos Demersais | 402 | 1.000,00 | 401.874,66 |
| | | | | | |
| | | | PSUPE | | |
| Subtotal | 80.355,08 | | 2.980 | Subtotal | 2.980.089,30 |
| Valor acrescentado | | | | | |
| Salários | - | INDICADORES | | | |
| Licença de pesca | | Valor da Produção | | 2.980.089 | Total CI |
| Licença de navegação | | Consumo Intermediário | | 80.355 | VA |
| Taxa de saída | | Valor Acrescentado | | 2.899.734 | RLE + Deprec. |
| Depreciação | | Resultado Bruto da Exploração | | 2.899.734 | RLE |
| RLE | 2.899.734 | Resultado Líquido da Exploração | | 2.899.734 | RLE/VBP |
| | | Rendimento sobre o VBP | | 97,3% | RLE/CI |
| Valor acrescentado | 2.899.734 | Relação B/C corrente | | 36,09 | RLE/Invest. |
| | | Rentabilidade sobre o Investimento | | - | |
| | | Valor Acrescentado/kg | | 973,04 | |
| TOTAL USOS | 2.980.089,30 | TOTAL RECURSOS | | | 2.980.089,30 |

Bideiras Retalhistas da Pesca Artesanal (Comercial) a motor - 24% das capturas da pesca artesanal

| USO | | | | RECURSO | | | |
|------------------------------|--------------|----------|---------------------|------------------------------------|--------------|-----------------|---------------------|
| Consumo intermediário | Qtd (Kg) | Preço | | Vendas | Qtd (Kg) | Preço | VBP |
| Compra na Cadeia | | | | | | | |
| Demersais | 1.969 | 951,60 | 1.873.753 | Demersais | 1.772 | 1.464,00 | 2.594.428 |
| Pelágicos | 1.418 | 684,45 | 970.735 | Pelágicos | 1.276 | 1.053,00 | 1.344.095 |
| Crustáceos | 5 | 1.413,75 | 7.122 | Crustáceos | 5 | 2.175,00 | 9.861 |
| Compra fora da cadeia | | | | | | | |
| Transporte | % | 2,00% | 57.032 | | | | |
| Conservação | % | 3,00% | 85.548 | | | | |
| Embalagens | % | 1,00% | 28.516 | | | | |
| Custos admin. e diversos | % | 2,00% | 57.032 | | | | |
| Subtotal | 3.392 | | 3.079.739,69 | | 3.053 | Subtotal | 3.948.384 |
| Valor acrescentado | | | | | | | |
| Taxas de bancada | % | 1,00% | 28.516 | INDICADORES | | | |
| | | | | Valor da Produção | | 3.948.384 | |
| RLE | | | 840.128,42 | Consumo Intermediário | | 3.079.740 | Total CI |
| | | | | Valor Acrescentado | | 868.645 | VA |
| | | | | Resultado Bruto da Exploração | | 840.128 | RLE + Deprec. |
| | | | | Resultado Líquido da Exploração | | 840.128 | RLE |
| | | | | Rendimento sobre o VBP | | 21,3% | RLE/VBP |
| | | | | Relação B/C corrente | | 0,27 | RLE/CI |
| Valor acrescentado | | | 868.644,53 | Rentabilidade sobre o Investimento | | - | RLE/Invest. |
| | | | | Valor Acrescentado/kg | | 284,51 | |
| TOTAL USOS | | | 3.948.384,22 | TOTAL RECURSOS | | | 3.948.384,22 |

Transformação Artesanal - 76% da pesca artesanal - Sul

| USO | | | | RECURSO | | | |
|------------------------------|---------------|----------|----------------------|------------------------------------|---------------|-----------------|----------------------|
| Consumo intermediário | Qtd (Kg) | Preço | | Vendas | Qtd (Kg) | Preço | VBP |
| Compra na Cadeia | | | | | | | |
| Pelágicos | 17.679 | 600,00 | 10.607.419 | Pelágicos fumados | 9.228 | 2.000,00 | 18.456.908 |
| Demersais | 12.734 | 800,00 | 10.187.078 | Demersais fumados | 6.647 | 2.500,00 | 16.617.671 |
| Crustáceos | 45 | 800,00 | 36.184 | Crustáceos fumados | 24 | 2.200,00 | 51.943 |
| Compra fora da cadeia | | | | | | | |
| Lenha/carvão | 6.092 | 150,00 | 913.743 | | | | |
| Sal | 1.523 | 300,00 | 456.872 | | | | |
| Água/limpeza e afins | 30.458 | 10,00 | 304.581 | | | | |
| Transporte | 30.458 | 20,00 | 609.162 | | | | |
| Subtotal | 30.458 | | 23.115.038,93 | | 15.899 | Subtotal | 35.126.522 |
| Valor acrescentado | | | | | | | |
| Salários | 609 | 1.500,00 | 913.743 | INDICADORES | | | |
| | | | | Valor da Produção | | 35.126.522 | |
| Depreciação | | | 634.442 | Consumo Intermediário | | 23.115.039 | Total CI |
| RLE | | | 10.463.297,12 | Valor Acrescentado | | 12.011.483 | VA |
| | | | | Resultado Bruto da Exploração | | 10.463.297 | RLE + Deprec. |
| | | | | Resultado Líquido da Exploração | | 10.463.297 | RLE |
| | | | | Rendimento sobre o VBP | | 29,8% | RLE/VBP |
| | | | | Relação B/C corrente | | 0,45 | RLE/CI |
| Valor acrescentado | | | 12.011.482,79 | Rentabilidade sobre o Investimento | | 3,57 | RLE/Invest. |
| | | | | Valor Acrescentado/kg | | 755,48 | |
| TOTAL USOS | | | 35.126.521,72 | TOTAL RECURSOS | | | 35.126.521,72 |

8.4 INFORMAÇÕES SOBRE A METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE ACV DA PESCA NA GUINÉ-BISSAU.

Sistema da produção

A cadeia de valor das pescas na GNB, é constituída por três sistemas em função da tipologia de atores e modos de produção:

- i. o sistema artesanal, associado aos limites do mar territorial; é um sistema fragmentado, não especializado⁶⁴ e não dedicado⁶⁵ de cariz local, apresenta características distintas que o permitem dividir geograficamente em quatro regiões – Norte, Bissau, Ilhas Bijagós e Sul; em termos de tipologia, apenas os pescadores são classificados em duas classes – com piroga motorizada ou com piroga a pá – já que isso está correlacionado com a sua capacidade de pesca; os restantes agentes são os transformadores (de peixe fumado ou de peixe salgado) e as badeiras retalhistas de peixe fresco ou peixe transformado ao consumidor final⁶⁶.
- ii. o sistema industrial, associado à ZEE, que incorpora frotas de pesca industrial nacional mas principalmente estrangeira, estas última atuando ao abrigo de acordos de parceria ou em regime de afretamento; uma fração do peixe capturado é desembarcado no porto de Bissau, alimentando as duas grandes unidades industriais de peixe congelado existentes; esse peixe congelado é, na sua maioria, destinado à exportação; estima-se que uma parte importante do peixe capturado por estas frotas seja descarregado em Dakar⁶⁷, no Senegal, e o problema da pesca INN⁶⁸ continua a ser referido pelos atores entrevistados como sendo uma ameaça à sustentabilidade dos recursos haliêuticos.
- iii. o sistema de importação de peixe congelado, nomeadamente a aquisição direta no Senegal, com transporte para Bissau, por parte de um grupo organizado de badeiras grossistas. Bissau é o ponto a partir do qual este peixe entra nos circuitos de comercialização de peixe congelado e chega aos consumidores locais e distantes.

De uma forma geral pode-se considerar que ois sistemas artesanal e industrial não se cruzam, funcionando em circuitos paralelos.

Função do Produto e Unidade Funcional

⁶⁴ Grande parte destes pescadores detêm simultaneamente vários tipos de artes de pesca que utilizam em função das espécies que pretendem captura em resultado da disponibilidade e preço de mercado (cf. CIPA, 2020).

⁶⁵ A maioria destes pescadores dedica-se também à agricultura, reduzindo ou mesmo suspendendo a atividade em determinadas épocas do ano com maior atividade agrícola (p. ex., o cultivo do arroz) (cf. .

⁶⁶ Apesar de ser um sistema simples, foi possível detetar uma grande diversidade de modelos de negócio e de fusão dos papéis desempenhados por alguns atores (ex. pescadores-transformadores, *badeiras* transformadoras, *badeiras* de peixe fresco-transformadoras).

⁶⁷ Estima-se que apenas 13% das horas de pesca estão associadas a desembarque de pescado no porto de Bissau, estando as restantes ligadas ao porto de Dakar. Esta estimativa é baseada na análise da atividade de uma amostra de 75 navios de pesca industrial que operaram nas águas da GNB de 1 Janeiro 2022 a 1 Janeiro 2023 (dados extraídos de <https://globalfishingwatch.org/> em Abril 2025)

⁶⁸ Pesca ilegal, não declarada, não regulamentada

A ACV das pescas na GNB, do berço ao mercado (consumo interno) e do berço ao ponto de exportação, abrange a captura de recursos haliêuticos, o seu processamento e transporte até ao destino final no espaço da GNB.

A fim de responder às questões estruturantes - o impacto potencial da cadeia de valor das pescas no esgotamento dos recursos, na qualidade dos ecossistemas e na saúde humana - foram examinados os seguintes aspetos;

- a. Os impactos diferenciados nas três áreas de proteção por tonelada de peixe capturado pelos pescadores artesanais, por região (Norte, Bissau, Ilhas Bijagós e Sul);
- b. Os impactos diferenciados nos três domínios de proteção por tonelada de peixe capturado pela pesca industrial nas águas da GNB;
- c. Os impactos diferenciados nas três áreas de proteção por tonelada de peixe transformado associado à pesca artesanal, por região;
- d. Os impactos diferenciados nas três áreas de proteção por tonelada de peixe processado industrialmente.

A fim de examinar os aspetos acima descritos e responder às questões estruturantes, o impacto ambiental foi quantificado para diferentes unidades funcionais (UF), do seguinte modo

- 1 tonelada de peixe misto fresco inteiro à porta do mercado, para cada uma das quatro regiões (Norte, Bissau, Ilhas Bijagós e Sul);
- 1 tonelada de peixe transformado (fumado ou salgado/seco) à porta do mercado, para cada uma das quatro regiões (Norte, Bissau, Ilhas Bijagós e Sul);
- 1 tonelada de peixe misto processado industrialmente (congelado) no ponto de destino final (mercado interno ou exportação), no espaço da GNB.

Os fluxos de referência são os desembarques anuais por categoria de embarcação, para a pesca, e a quantidade de peixe fresco necessária para produzir 1 t de produto transformado de peixe, para a transformação.

Cobertura temporal

A referência temporal para este estudo é o ano de 2022. O período escolhido é o resultado de dois aspetos: (1) a relativa estabilização do esforço aparente de pescas após um período de rápida evolução; (2) a disponibilidade e a consolidação de dados estatísticos, tanto internacionais como da GNB. Como era de esperar, a obtenção de dados sobre a pesca artesanal e a transformação e processamento do pescado foi fortemente limitada pela disponibilidade de informação local.

Prevê-se que a validade dos resultados seja de, pelo menos, três anos, na medida em que os avanços tecnológicos no setor das pescas, e componentes associadas, aparentam em geral relativamente lentos na GNB. Salvaguardam-se, no entanto, situações que possam direta ou indiretamente alterar o panorama retratado neste relatório tais como a conclusão das novas infraestruturas de transporte e de energia e/ou a alteração dos protocolos de pesca em vigor, entre outros.

Cobertura geográfica e tecnológica

Os dados recolhidos são, em geral, representativos da distribuição geográfica da pesca de espécies marinhas e das atividades de venda, processamento e transformação de pescado. Os materiais auxiliares, os materiais de transformação e a energia, tais como a produção de eletricidade e os combustíveis, foram adaptados ao cabaz energético e à matriz de comércio de importação da GNB. A cobertura geográfica distingue entre as quatro grandes regiões costeiras da GNB: Norte, Bissau, Ilhas Bijagós, e Sul. O procedimento de recolha de dados e as quotas de produção das regiões em estudo são descritos na Secção 6.2.

8.4.1 Critérios de afetação e de corte

Quando um sistema produz mais do que um produto valioso, como é o caso da pesca, a carga ambiental é afetada, ou seja, dividida entre os co-produtos. Da captura de espécies selvagens marinhas, obtêm-se vários co-produtos – por ex. espécies alvo e espécies acessórias⁶⁹ - e, conseqüentemente, a carga ambiental é distribuída entre eles. Nos estudos de ACV sobre as pescas são utilizados vários métodos de atribuição: baseados na massa (ao produto mais pesado é atribuída uma carga maior) e económicos (dividindo a carga com base em valores monetários relativos). Tal como Ardente e Cellura (2012), considera-se que não existe um “melhor” método de atribuição a priori; o procedimento de atribuição tem de ser selecionado caso a caso e nenhuma abordagem única é adequada para todas as situações.

Assim, assumiu-se o método de afetação em massa como o mais adequado. A afetação de massa ilustra os fluxos biofísicos de materiais e recursos de um segmento da cadeia de valor para o seguinte e não é sensível a variações de preços que podem ocorrer, por exemplo, devido ao aumento da procura nos mercados globais/regionais e/ou à redução da oferta. Conseqüentemente, foram também atribuídos impactos aos resíduos de peixe resultantes da venda de peixe fresco ou provenientes do processamento industrial e transformação artesanal.

A afetação dos dados de base (energia e materiais), extraídos da base de dados ecoinvent 3.9.1, está documentada em <https://ecoinvent.org/the-ecoinvent-database/>.

Não foram definidos critérios de corte para este estudo. Conforme resumido na secção 6.1.2, a fronteira do sistema foi definida com base na relevância. Para os processos dentro da fronteira do sistema, foram incluídos no modelo todos os dados disponíveis sobre o fluxo de energia e de materiais. Nos casos em que não estavam disponíveis inventários de ciclo de vida correspondentes, foram aplicados dados de substituição (“proxy data”) com base em pressupostos conservadores em relação aos impactos ambientais.

8.4.2 Seleção da metodologia AICV e das categorias de impacto

A Avaliação do Impacte do Ciclo de Vida (AICV) classifica e combina os fluxos de materiais, energia e emissões que entram e saem de cada sistema de produto pelo tipo de impacto que a sua utilização ou libertação tem

⁶⁹ O conceito de espécie(s)-alvo está associado ao tipo de arte de pesca utilizado, cujas características se adequam a apanhar intencionalmente uma dada espécie ou grupo de espécies de valor económico elevado.

No entanto, nem todas as espécies que são capturadas são espécies-alvo. Também são capturadas outras espécies, designadas de espécies acessórias, acidentais ou colaterais, que inclui as também as rejeições (espécies capturadas de reduzido interesse económico e que por isso que deitadas ao mar).

no ambiente. O método de AICV selecionado para avaliar os impactes ambientais foi o **ReCiPe 2016 v.01.04 Endpoint World H/A**. Esta metodologia baseia-se em 22 indicadores intermédios para o cálculo de 3 indicadores finais, correspondentes às três áreas de proteção (AdP), (Quadro 6-1). Os impactes nas AdPs também podem ser expressos sob a forma de pontuação única (Pt) que apenas têm significado em contextos comparativos.

| Áreas de Proteção | Indicadores Finais | Abrev. | Nome | Unidade |
|----------------------|--|--------|--|--------------|
| Saúde Humana | danos para a saúde humana | SH | perda de anos de vida com ajustamento por incapacidade (DALYs) | ano |
| Ambiente Natural | danos para a qualidade dos ecossistemas | QE | integral da perda de espécies no tempo | espécies/ano |
| Depleção de Recursos | danos para a disponibilidade de recursos | DR | custos excedentários | US\$ |

QUADRO 8-4: DOMÍNIOS DE PROTEÇÃO, PARÂMETROS E UNIDADES UTILIZADOS NO RECIPE 2016 V.01.10

Foi ainda utilizada a metodologia Environmental Footprint, (Anexo 6.1), recomendada pela iniciativa Product Environmental Footprint (PEF) da Comunidade Europeia⁷⁰. A versão usada foi a EF v3.1, adaptada ao software SimaPro, que inclui os fatores de normalização e ponderação das 16 categorias de impacte publicados em Julho de 2022⁷¹.

Inclui-se também a metodologia Potencial de Aquecimento Global devido à sua relevância para as alterações climáticas e a eficiência energética, ambas fortemente interligadas, de elevado interesse público e institucional, e consideradas uma das questões ambientais mais prementes do nosso tempo. A categoria de impacto do potencial de aquecimento global é avaliada com base nos fatores de caracterização do IPCC 2021, retirados do 6º Relatório de Avaliação⁷² (IPCC, 2021) para um período de 100 anos (GWP100), uma vez que esta é atualmente a métrica mais utilizada.

8.4.3 Software e base de dados

O modelo de ACV foi criado utilizando o sistema de software Simapro (versão 10.2.0.1) desenvolvido pela Pré Sustainability. A base de dados ecoinvent 3.11 forneceu os dados do inventário do ciclo de vida para os processos relativos a várias matérias-primas e materiais integrantes do sistema analisado.

8.5 CATEGORIAS DE IMPACTE DA METODOLOGIA ENVIRONMENTAL FOOTPRINT (V.3.1, 2022)

⁷⁰ Teve-se em consideração o interesse na certificação de produtos do mar guineenses com vista ao mercado europeu.

⁷¹ Cf. Tabela 1 (pp. 6 e 7) em: Andreasi Bassi, S., Biganzoli, F., Ferrara, N., Amadei, A., Valente, A., Sala, S. and Ardenne, F., Updated characterisation and normalisation factors for the Environmental Footprint 3.1 method, EUR 31414 EN, Publications Office of the European Union, Luxembourg, 2023, ISBN 978-92-76-99069-7, doi:10.2760/798894, JRC130796.

⁷² Climate Change 2021: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Masson-Delmotte, V., P. Zhai, A. Pirani, S. L. Connors, C. Péan, S. Berger, N. Caud, Y. Chen, L. Goldfarb, M. I. Gomis, M. Huang, K. Leitzell, E. Lonnoy, J.B.R. Matthews, T. K. Maycock, T. Waterfield, O. Yelekçi, R. Yu and B. Zhou (eds.)]. Cambridge University Press.

| Categoria de Impacte | Indicadores | Unidade | Metodologia utilizada |
|--|---|-----------------------------|---|
| <i>Alterações Climáticas</i> | Radiative forcing as Global Warming Potential (GWP100) | kg CO2 eq | Bern model - Global warming potential (GWP) over a 100-year time horizon based on IPCC 2021 (Forster et al., 2021). |
| <i>Depleção do Ozono</i> | Ozone Depletion Potential (ODP) | kg CFC-11eq | EDIP model based on the ODPs of the World Meteorological Organisation (WMO) over an infinite time horizon (WMO 2014 + integrations) |
| <i>Toxicidade humana, cancerígena</i> | Comparative Toxic Unit for humans (CTUh) | CTUh | Based on USEtox2.1 model (Fantke et al. 2017, Rosenbaum et al. 2008), as in Saouter et al. (2018) |
| <i>Toxicidade humana, não cancerígena</i> | Comparative Toxic Unit for humans (CTUh) | CTUh | Based on USEtox2.1 model (Fantke et al. 2017, Rosenbaum et al. 2008), as in Saouter et al. (2018) |
| <i>Partículas</i> | Human health effects associated with exposure to PM2.5. | Disease incidences | PM model (Fantke et al., 2016 in UNEP 2016) |
| <i>Radiação ionizante, Saúde humana</i> | Human exposure efficiency relative to U ₂₃₅ | kBq U ₂₃₅ | Human health effect model as developed by Dreicer et al. (1995) and published in Frischknecht et al. (2000). |
| <i>Formação fotoquímica de Ozono, Saúde Humana</i> | Tropospheric ozone concentration increase | kg NMVOCeq | LOTOS-EUROS model (Van Zelm et al., 2008) as applied in ReCiPe 2008. |
| <i>Acidificação</i> | Accumulated Exceedance (AE) | mol H+eq | Accumulated Exceedance (Seppälä et al. 2006, Posch et al., 2008) |
| <i>Eutrofização, terrestre</i> | Accumulated Exceedance (AE) | mol Neq | Accumulated Exceedance (Seppälä et al. 2006, Posch et al., 2008) |
| <i>Eutrofização, meio dulciaquícola</i> | Fraction of nutrients reaching freshwater end compartment (P) | kg Peq | EUTREND model (Struijs et al., 2009) as implemented in ReCiPe 2008. |
| <i>Eutrofização, meio marinho</i> | Fraction of nutrients reaching marine end compartment (N) | kg Neq | EUTREND model (Struijs et al., 2009) as implemented in ReCiPe 2008 |
| <i>Ecotoxicidade, meio dulciaquícola</i> | Comparative Toxic Unit for ecosystems (CTUe) | CTUe | Based on USEtox2.1 model (Fantke et al. 2017, Rosenbaum et al. 2008), adapted as in Saouter et al. (2018) |
| <i>Uso do solo</i> | Soil quality index | Dimensionless (pt) | Soil quality index based on LANCA model (De Laurentiis et al. 2019) and on the LANCA CF version 2.5 (Horn and Maier, 2018) |
| <i>Uso da água</i> | User deprivation potential (deprivation-weighted water consumption) | m3 world eq. deprived water | Available WATER REmaining (AWARE) model (Boulay et al., 2018; UNEP 2016) |
| <i>Uso de recursos, minerais e metais</i> | Abiotic resource depletion (ADP ultimate reserves) | kg Sbeq | van Oers et al., 2002 as in CML 2002 method, v.4.8 |
| <i>Uso de recursos, fósseis</i> | Abiotic resource depletion – fossil fuels (ADP-fossil) | MJ | van Oers et al., 2002 as in CML 2002 method, v.4.8 |

8.6 INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR AO ICV

| Tipo de Rede | Parâmetro | Unidades | Canoa sem motor | Canoa com motor | Principais espécies capturadas |
|---|-------------------|----------|-----------------|-----------------|--|
| Rede de becuda rede de emalhar de deriva | Peso | kg/ano | 36 | 108 | Becuda (<i>Sphyraena</i> spp.), Bagre (<i>Arius</i> spp., <i>Corvina</i> (<i>Pseudolithus</i> spp.), <i>Sareia</i> (<i>Caranx</i> spp.), <i>Pomadasys</i> spp., <i>Diplodus</i> spp, |
| | Bóias | kg/ano | 0.2 | 0.3 | |
| | Pesos de pedra | kg/ano | 43.2 | 129.6 | |
| | Tempo de vida | anos | 5 | 5 | |
| Rede de djafal e rede de tainha Rede de emalhar | Peso | kg/ano | 9.2 | 28 | Djafal (<i>Ethmalosa fimbriata</i>), Tainha (<i>Mugil</i> spp), <i>Liza</i> spp, <i>Sardinella</i> spp., <i>Sareia</i> (<i>Caranx</i> spp), <i>Carapau</i> (<i>Trachurus</i> spp., <i>Corvina</i> |
| | Bóias | kg/ano | 0.1 | 0.2 | |
| | Chumbos/Pesos | kg/ano | 6 | 14 | |
| | Tempo de vida | anos | 2 | 2 | |
| Linha de mão e Palangre | Fio de nylon | kg/ano | 1.155 | 3.15 | Becuda (<i>Sphyraena</i> <i>afra</i>), <i>Bentana</i> (<i>Tilapia guineensis</i>), <i>Sinapa</i> (<i>Pagrus caeruleostictus</i>), <i>Djoto</i> , <i>Bagre</i> |
| | Chumbos/Pesos | kg/ano | 30 | 90 | |
| | Anzóis nº10, nº11 | kg/ano | 0.0900 | 0.23625 | |
| | Tempo de vida | ano | 1 | 1 | |

Fontes: Entrevistas a pescadores, Sá (2017), Bouso (1994)

QUADRO A8.6.1 INVENTÁRIO SIMPLIFICADO DO MATERIAL UTILIZADO NAS PRINCIPAIS ARTES DA PESCA ARTESANAL NA GUINÉ-BISSAU

| Ano 2022 | Total Capturas (kg) | Matriz das distâncias (km) | | | | Média |
|---------------|---------------------|----------------------------|--------|-----------------|---------------------------|--------------|
| | | Local | Bissau | Outros destinos | Outros países (fronteira) | |
| Norte | 24800 | 15.0 | 90.0 | 150.0 | 45.0 | 136.77 |
| Bissau | 1470 | 15.0 | 10.0 | 150.0 | 109.0 | 13.70 |
| Ilhas Bijagós | 9541 | 5.0 | 70.0 | 80.0 | 110.0 | 43.36 |
| Sul | 6813 | 15.0 | 263.0 | 224.0 | 20.0 | 22.12 |
| | | | | | | via marítima |

QUADRO A8.6.2 MATRIZ DAS DISTÂNCIAS RELATIVA AO TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO DE PEIXE E PRODUTOS DE TRANSFORMAÇÃO DE PEIXE NO ÂMBITO DA CADEIA DE VALOR

8.7 RESULTADOS DETALHADOS DA ACV

| AdP | Unidade | Pesca Artesanal por Região | | | | Pesca Industrial | | | Global | |
|--------------|---------|----------------------------|---------|---------------|--------|------------------|-----------|--------------------|-----------------------|------------------------|
| | | Norte | Bissau | Ilhas Bijagós | Sul | Camarão | Demersais | Pequenos Pelágicos | P.Artesanal Média_GNG | P.Industrial Média GNB |
| Total | Pt | 93.523 | 127.218 | 74.191 | 68.712 | 1102.786 | 666.291 | 405.432 | 86.392 | 587.147 |
| Saúde Humana | Pt | 50.323 | 96.963 | 50.865 | 28.387 | 1056.631 | 638.475 | 388.515 | 48.547 | 562.635 |
| Ecossistemas | Pt | 42.621 | 29.139 | 22.745 | 39.997 | 33.778 | 20.403 | 12.415 | 37.288 | 17.980 |
| Recursos | Pt | 0.579 | 1.115 | 0.581 | 0.328 | 12.377 | 7.413 | 4.502 | 0.557 | 6.532 |

QUADRO A8.7.1 VALORES PARA AS ÁREAS DE PROTEÇÃO REFERENTES À PESCA ARTESANAL POR REGIÃO, À PESCA INDUSTRIAL E AOS VALORES MÉDIOS PARA A GNB (MÉTODO: ReCIPE2016 v.01.04 ENDPOINT WORLD H/A)

| Categoria de Impacte | Unidade | Pesca Artesanal por Região | | | | Pesca Industrial | | | Global | |
|--|---------|----------------------------|-----------|---------------|-----------|------------------|-----------|--------------------|-----------------------|------------------------|
| | | Norte | Bissau | Ilhas Bijagós | Sul | Camarão | Demersais | Pequenos Pelágicos | P.Artesanal Média GNG | P.Industrial Média GNB |
| Total | Pt | 2.118E-01 | 2.691E-01 | 1.607E-01 | 1.615E-01 | 2.227E+00 | 1.344E+00 | 8.177E-01 | 1.943E-01 | 1.185E+00 |
| Acidificação | Pt | 2.077E-02 | 4.079E-02 | 2.107E-02 | 1.134E-02 | 4.520E-01 | 2.734E-01 | 1.664E-01 | 2.002E-02 | 2.409E-01 |
| Alterações climáticas | Pt | 1.838E-02 | 3.392E-02 | 1.846E-02 | 1.115E-02 | 3.548E-01 | 2.138E-01 | 1.300E-01 | 1.778E-02 | 1.884E-01 |
| Ecotoxicidade, água doce | Pt | 2.480E-04 | 3.119E-04 | 2.464E-04 | 2.131E-04 | 1.602E-03 | 9.420E-04 | 5.698E-04 | 2.443E-04 | 8.300E-04 |
| Partículas | Pt | 2.201E-02 | 4.246E-02 | 2.206E-02 | 1.235E-02 | 4.648E-01 | 2.811E-01 | 1.711E-01 | 2.118E-02 | 2.477E-01 |
| Eutrofização, meio marinho | Pt | 7.148E-03 | 1.378E-02 | 7.219E-03 | 4.020E-03 | 1.500E-01 | 9.073E-02 | 5.522E-02 | 6.892E-03 | 7.995E-02 |
| Eutrofização, meio água doce | Pt | 2.373E-04 | 3.014E-04 | 2.363E-04 | 2.094E-04 | 1.549E-03 | 8.584E-04 | 5.128E-04 | 2.348E-04 | 7.563E-04 |
| Eutrofização, meio terrestre | Pt | 1.056E-02 | 2.061E-02 | 1.067E-02 | 5.811E-03 | 2.275E-01 | 1.376E-01 | 8.377E-02 | 1.017E-02 | 1.213E-01 |
| Toxicidade humana, cancerígena | Pt | 3.429E-04 | 6.709E-04 | 3.474E-04 | 1.870E-04 | 7.439E-03 | 4.498E-03 | 2.737E-03 | 3.303E-04 | 3.964E-03 |
| Toxicidade humana, não cancerígena | Pt | 1.970E-04 | 3.486E-04 | 1.966E-04 | 1.190E-04 | 3.577E-03 | 2.141E-03 | 1.300E-03 | 1.897E-04 | 1.886E-03 |
| Radiação ionizante | Pt | 1.642E-05 | 3.107E-05 | 1.632E-05 | 9.457E-06 | 3.612E-04 | 2.059E-04 | 1.237E-04 | 1.579E-05 | 1.814E-04 |
| Uso do solo | Pt | 1.052E-01 | 6.450E-02 | 5.330E-02 | 1.010E-01 | 2.469E-05 | 1.285E-05 | 7.546E-06 | 9.153E-02 | 1.131E-05 |
| Destruição da camada de ozono | Pt | 1.885E-07 | 3.585E-07 | 1.882E-07 | 1.070E-07 | 3.323E-04 | 4.836E-05 | 1.235E-05 | 1.813E-07 | 4.289E-05 |
| Formação fotoquímica de ozono | Pt | 1.618E-02 | 3.149E-02 | 1.632E-02 | 8.947E-03 | 3.482E-01 | 2.101E-01 | 1.278E-01 | 1.558E-02 | 1.851E-01 |
| Recursos fósseis, utilização | Pt | 1.001E-02 | 1.928E-02 | 1.005E-02 | 5.691E-03 | 2.139E-01 | 1.280E-01 | 7.773E-02 | 9.647E-03 | 1.128E-01 |
| Recursos minerais e metais, utilização | Pt | 2.770E-04 | 2.165E-04 | 2.519E-04 | 2.303E-04 | 4.838E-04 | 2.557E-04 | 1.508E-04 | 2.618E-04 | 2.252E-04 |
| Uso de água | Pt | 2.216E-04 | 3.732E-04 | 2.235E-04 | 2.174E-04 | 8.597E-04 | 4.763E-04 | 2.842E-04 | 2.266E-04 | 4.195E-04 |

QUADRO A8.7.2 VALORES PARA AS CATEGORIAS DE IMPACTE REFERENTES À PESCA ARTESANAL POR REGIÃO, À PESCA INDUSTRIAL E AOS VALORES MÉDIOS PARA A GNB (MÉTODO: EF V3.1 ADAPTADO A SIMAPRO)

| Processamento Artesanal | | | | | | | | | | | | |
|-------------------------|---------|-------------------------------|---------|---------------|---------|-------------------------|---------|---------------|---------|--|--|--|
| | | Peixe Salgado Seco por Região | | | | Peixe Fumado por Região | | | | Processamento: Média GNB | | |
| AdP | Unidade | Norte | Bissau | Ilhas Bijagós | Sul | Norte | Bissau | Ilhas Bijagós | Sul | Processamento Artesanal - Peixe Salgado Seco | Processamento Artesanal - Peixe Fumado | Processamento Industrial - Peixe Congelado |
| Total | Pt | 327.344 | 445.276 | 259.685 | 240.505 | 195.622 | 258.091 | 159.784 | 149.624 | 299.025 | 180.529 | 727.487 |
| Saúde Humana | Pt | 176.145 | 339.384 | 178.043 | 99.368 | 112.250 | 198.717 | 113.255 | 71.581 | 165.941 | 107.127 | 696.724 |
| Ecosistemas | Pt | 149.173 | 101.988 | 79.610 | 139.991 | 82.300 | 57.306 | 45.452 | 77.436 | 131.179 | 72.390 | 22.489 |
| Recursos | Pt | 2.025 | 3.904 | 2.033 | 1.147 | 1.073 | 2.068 | 1.077 | 0.607 | 1.905 | 1.012 | 8.275 |

QUADRO A8.7.3 VALORES PARA AS ÁREAS DE PROTEÇÃO REFERENTES À TRANSFORMAÇÃO ARTESANAL DE PEIXE POR REGIÃO E À TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL E VALORES MÉDIOS PARA A GNB (MÉTODO: RECIPE2016 v.01.04 ENDPOINT WORLD H/A)

| Processamento Artesanal | | | | | | | | | | | | |
|--|---------|-------------------------------|-----------|---------------|-----------|-------------------------|-----------|---------------|-----------|--|--|--|
| | | Peixe Salgado Seco por Região | | | | Peixe Fumado por Região | | | | Processamento: Média GNB | | |
| Categoria de Impacte | Unidade | Norte | Bissau | Ilhas Bijagós | Sul | Norte | Bissau | Ilhas Bijagós | Sul | Processamento Artesanal - Peixe Salgado Seco | Processamento Artesanal - Peixe Fumado | Processamento Industrial - Peixe Congelado |
| Total | Pt | 7.414E-01 | 9.418E-01 | 5.623E-01 | 5.653E-01 | 4.270E-01 | 5.332E-01 | 3.322E-01 | 3.337E-01 | 6.739E-01 | 3.908E-01 | 1.519E+00 |
| Acidificação | Pt | 7.271E-02 | 1.428E-01 | 7.375E-02 | 3.969E-02 | 4.030E-02 | 7.742E-02 | 4.085E-02 | 2.281E-02 | 6.837E-02 | 3.813E-02 | 2.949E-01 |
| Alterações climáticas | Pt | 6.433E-02 | 1.187E-01 | 6.461E-02 | 3.904E-02 | 3.801E-02 | 6.682E-02 | 3.815E-02 | 2.461E-02 | 6.090E-02 | 3.627E-02 | 2.569E-01 |
| Ecotoxicidade, água doce | Pt | 8.682E-04 | 1.092E-03 | 8.626E-04 | 7.461E-04 | 4.877E-04 | 6.062E-04 | 4.848E-04 | 4.230E-04 | 8.495E-04 | 4.784E-04 | 1.640E-03 |
| Partículas | Pt | 7.705E-02 | 1.486E-01 | 7.723E-02 | 4.321E-02 | 4.160E-02 | 7.951E-02 | 4.169E-02 | 2.367E-02 | 7.240E-02 | 3.925E-02 | 3.192E-01 |
| Eutrofização, meio marinho | Pt | 2.502E-02 | 4.822E-02 | 2.527E-02 | 1.407E-02 | 1.437E-02 | 2.666E-02 | 1.450E-02 | 8.573E-03 | 2.356E-02 | 1.364E-02 | 9.990E-02 |
| Eutrofização, meio água doce | Pt | 8.334E-04 | 1.058E-03 | 8.299E-04 | 7.358E-04 | 4.400E-04 | 5.588E-04 | 4.381E-04 | 3.882E-04 | 8.193E-04 | 4.327E-04 | 1.492E-03 |
| Eutrofização, meio terrestre | Pt | 3.695E-02 | 7.215E-02 | 3.733E-02 | 2.034E-02 | 2.138E-02 | 4.003E-02 | 2.158E-02 | 1.258E-02 | 3.474E-02 | 2.027E-02 | 1.510E-01 |
| Toxicidade humana, cancerígena | Pt | 1.200E-03 | 2.348E-03 | 1.216E-03 | 6.545E-04 | 7.454E-04 | 1.354E-03 | 7.538E-04 | 4.564E-04 | 1.128E-03 | 7.093E-04 | 4.834E-03 |
| Toxicidade humana, não cancerígena | Pt | 6.899E-04 | 1.220E-03 | 6.883E-04 | 4.169E-04 | 7.747E-04 | 1.056E-03 | 7.738E-04 | 6.300E-04 | 6.511E-04 | 7.553E-04 | 2.405E-03 |
| Radiação ionizante | Pt | 5.780E-05 | 1.091E-04 | 5.743E-05 | 3.342E-05 | 3.045E-05 | 5.761E-05 | 3.025E-05 | 1.753E-05 | 5.433E-05 | 2.869E-05 | 2.635E-04 |
| Uso do solo | Pt | 3.683E-01 | 2.257E-01 | 1.865E-01 | 3.535E-01 | 2.074E-01 | 1.319E-01 | 1.112E-01 | 1.996E-01 | 3.226E-01 | 1.822E-01 | 1.008E-04 |
| Destruição da camada de ozono | Pt | 6.599E-07 | 1.255E-06 | 6.587E-07 | 3.748E-07 | 3.494E-07 | 6.647E-07 | 3.488E-07 | 1.984E-07 | 6.200E-07 | 3.293E-07 | 1.087E-04 |
| Formação fotoquímica de ozono | Pt | 5.662E-02 | 1.102E-01 | 5.711E-02 | 3.132E-02 | 4.197E-02 | 7.036E-02 | 4.223E-02 | 2.857E-02 | 5.322E-02 | 4.027E-02 | 2.313E-01 |
| Recursos fósseis, utilização | Pt | 3.504E-02 | 6.749E-02 | 3.517E-02 | 1.992E-02 | 1.856E-02 | 3.574E-02 | 1.863E-02 | 1.055E-02 | 3.298E-02 | 1.752E-02 | 1.450E-01 |
| Recursos minerais e metais, utilização | Pt | 9.696E-04 | 7.579E-04 | 8.816E-04 | 8.060E-04 | 5.136E-04 | 4.015E-04 | 4.670E-04 | 4.269E-04 | 9.202E-04 | 4.896E-04 | 3.088E-04 |
| Uso de água | Pt | 7.759E-04 | 1.306E-03 | 7.826E-04 | 7.613E-04 | 4.109E-04 | 6.919E-04 | 4.144E-04 | 4.031E-04 | 7.813E-04 | 4.116E-04 | 1.002E-02 |

QUADRO A8.7.4 VALORES PARA AS CATEGORIAS DE IMPACTE REFERENTES À TRANSFORMAÇÃO ARTESANAL DE PEIXE POR REGIÃO E À TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL E VALORES MÉDIOS PARA A GNB (MÉTODO: EF V3.1 ADAPTADO A SIMAPRO)

| Peixe proveniente da Pesca Artesanal | | | | | | | | | | | | | | |
|--|---------|---------|---------|---------------|--------|---------|---------|---------------|---------|-----------------------|----------------------------|---------------------------|----------------------------|---------------------------------------|
| Revendedoras de Peixe transformado, por | | | | | | | | | | | | | | |
| Revendedoras de Peixe Fresco, por Região | | | | | | Região | | | | GNB - Valores Médios | | Peixe Congelado | | |
| AdP | Unidade | Norte | Bissau | Ilhas Bijagós | Sul | Norte | Bissau | Ilhas Bijagós | Sul | Revendedoras P.Fresco | Revendedora P.Transformado | Grossistas - P. congelado | Revendedoras - P.Congelado | Exportação industrial de P. congelado |
| Total | Pt | 100.377 | 133.234 | 77.750 | 73.428 | 204.018 | 283.460 | 165.125 | 156.021 | 98.454 | 187.956 | 771.833 | 798.607 | 740.993 |
| Saúde Humana | Pt | 55.572 | 101.909 | 53.629 | 31.685 | 117.195 | 217.946 | 116.888 | 74.359 | 59.179 | 111.487 | 739.109 | 764.464 | 709.622 |
| Ecossistemas | Pt | 44.095 | 30.126 | 23.504 | 41.339 | 85.655 | 63.190 | 47.112 | 80.998 | 38.548 | 75.378 | 23.969 | 24.868 | 22.991 |
| Recursos | Pt | 0.710 | 1.199 | 0.618 | 0.404 | 1.168 | 2.324 | 1.124 | 0.664 | 0.727 | 1.091 | 8.755 | 9.276 | 8.380 |

QUADRO A8.7.5 VALORES PARA AS ÁREAS DE PROTEÇÃO REFERENTES À COMERCIALIZAÇÃO DE PESCADO ARTESANAL POR REGIÃO E VALORES MÉDIOS PARA A GNB, BEM COMO COMERCIALIZAÇÃO DE PEIXE CONGELADO (MÉTODO: RECIPE2016 v.01.04 ENDPOINT WORLD H/A)

| Peixe proveniente da Pesca Artesanal | | | | | | | | | | | | | | |
|--|---------|-----------|-----------|---------------|-----------|-----------|-----------|---------------|-----------|-----------------------|-----------------------------|---------------------------|----------------------------|---------------------------------------|
| Revendedoras de Peixe transformado, por | | | | | | | | | | | | | | |
| Revendedoras de Peixe Fresco, por Região | | | | | | Região | | | | GNB - Valores Médios | | Peixe Congelado | | |
| Categoria de Impacte | Unidade | Norte | Bissau | Ilhas Bijagós | Sul | Norte | Bissau | Ilhas Bijagós | Sul | Revendedoras P.Fresco | Revendedoras P.Transformado | Grossistas - P. congelado | Revendedoras - P.Congelado | Exportação industrial de P. congelado |
| Total | Pt | 2.284E-01 | 2.827E-01 | 1.688E-01 | 1.730E-01 | 4.468E-01 | 5.884E-01 | 3.440E-01 | 3.494E-01 | 2.204E-01 | 4.082E-01 | 1.585E+00 | 1.643E+00 | 1.520E+00 |
| Acidificação | Pt | 2.193E-02 | 4.233E-02 | 2.191E-02 | 1.203E-02 | 4.208E-02 | 8.599E-02 | 4.243E-02 | 2.388E-02 | 2.376E-02 | 3.978E-02 | 3.082E-01 | 3.150E-01 | 2.949E-01 |
| Alterações climáticas | Pt | 2.279E-02 | 3.689E-02 | 2.008E-02 | 1.394E-02 | 4.098E-02 | 7.431E-02 | 3.971E-02 | 2.643E-02 | 2.328E-02 | 3.875E-02 | 2.654E-01 | 2.839E-01 | 2.569E-01 |
| Ecotoxicidade, água doce | Pt | 3.408E-04 | 3.826E-04 | 3.040E-04 | 2.872E-04 | 5.400E-04 | 6.913E-04 | 5.190E-04 | 4.663E-04 | 3.324E-04 | 5.250E-04 | 1.803E-03 | 1.985E-03 | 1.641E-03 |
| Partículas | Pt | 2.406E-02 | 4.458E-02 | 2.330E-02 | 1.369E-02 | 4.375E-02 | 8.863E-02 | 4.338E-02 | 2.500E-02 | 2.572E-02 | 4.120E-02 | 3.286E-01 | 3.412E-01 | 3.193E-01 |
| Eutrofização, meio marinho | Pt | 7.693E-03 | 1.441E-02 | 7.597E-03 | 4.380E-03 | 1.502E-02 | 2.953E-02 | 1.505E-02 | 8.967E-03 | 8.271E-03 | 1.423E-02 | 1.041E-01 | 1.069E-01 | 9.991E-02 |
| Eutrofização, meio água doce | Pt | 3.949E-04 | 4.034E-04 | 3.100E-04 | 3.242E-04 | 5.173E-04 | 6.536E-04 | 4.735E-04 | 4.453E-04 | 3.704E-04 | 4.969E-04 | 1.673E-03 | 2.020E-03 | 1.494E-03 |
| Eutrofização, meio terrestre | Pt | 1.130E-02 | 2.148E-02 | 1.115E-02 | 6.270E-03 | 2.231E-02 | 4.428E-02 | 2.236E-02 | 1.312E-02 | 1.217E-02 | 2.112E-02 | 1.572E-01 | 1.615E-01 | 1.510E-01 |
| Toxicidade humana, cancerígena | Pt | 4.062E-04 | 7.114E-04 | 3.629E-04 | 2.215E-04 | 7.949E-04 | 1.494E-03 | 7.793E-04 | 4.832E-04 | 4.199E-04 | 7.499E-04 | 5.091E-03 | 5.340E-03 | 4.835E-03 |
| Toxicidade humana, não cancerígena | Pt | 3.317E-04 | 4.113E-04 | 2.197E-04 | 1.955E-04 | 8.397E-04 | 1.109E-03 | 7.844E-04 | 6.601E-04 | 3.028E-04 | 8.018E-04 | 2.590E-03 | 3.021E-03 | 2.407E-03 |
| Radiação ionizante | Pt | 2.105E-05 | 3.410E-05 | 1.796E-05 | 1.237E-05 | 3.334E-05 | 6.484E-05 | 3.162E-05 | 1.925E-05 | 2.132E-05 | 3.106E-05 | 2.734E-04 | 2.912E-04 | 2.636E-04 |
| Uso do solo | Pt | 1.085E-01 | 6.650E-02 | 5.495E-02 | 1.041E-01 | 2.155E-01 | 1.443E-01 | 1.149E-01 | 2.084E-01 | 9.358E-02 | 1.893E-01 | 1.267E-04 | 1.228E-04 | 1.008E-04 |
| Destruição da camada de ozono | Pt | 2.406E-07 | 3.900E-07 | 2.025E-07 | 1.377E-07 | 3.842E-07 | 7.483E-07 | 3.645E-07 | 2.188E-07 | 2.425E-07 | 3.575E-07 | 1.227E-04 | 1.186E-04 | 1.090E-04 |
| Formação fotoquímica de ozono | Pt | 1.746E-02 | 3.288E-02 | 1.709E-02 | 9.745E-03 | 4.322E-02 | 7.588E-02 | 4.321E-02 | 2.913E-02 | 1.875E-02 | 4.136E-02 | 2.406E-01 | 2.477E-01 | 2.313E-01 |
| Recursos fósseis, utilização | Pt | 1.237E-02 | 2.076E-02 | 1.071E-02 | 7.066E-03 | 2.024E-02 | 4.018E-02 | 1.946E-02 | 1.155E-02 | 1.265E-02 | 1.890E-02 | 1.518E-01 | 1.609E-01 | 1.450E-01 |
| Recursos minerais e metais, utilização | Pt | 2.955E-04 | 2.273E-04 | 2.610E-04 | 2.431E-04 | 5.401E-04 | 4.492E-04 | 4.864E-04 | 4.503E-04 | 2.630E-04 | 5.139E-04 | 3.238E-04 | 3.618E-04 | 3.090E-04 |
| Uso de água | Pt | 5.173E-04 | 6.660E-04 | 5.081E-04 | 5.075E-04 | 4.343E-04 | 7.737E-04 | 4.318E-04 | 4.261E-04 | 5.471E-04 | 4.338E-04 | 1.732E-02 | 1.279E-02 | 1.003E-02 |

QUADRO A8.7.6 VALORES PARA AS CATEGORIAS DE IMPACTE REFERENTES À COMERCIALIZAÇÃO DE PESCADO ARTESANAL POR REGIÃO E VALORES MÉDIOS PARA A GNB, BEM COMO COMERCIALIZAÇÃO DE PEIXE CONGELADO (MÉTODO: EF V3.1 ADAPTADO A SIMAPRO)